



Figura Ajoelhada – Óleo sobre tela de Milton da Costa – Acervo do Banco Central.
Reprodução fotográfica de Sandra Bethlem

.....

A AMAZÔNIA E A
INTEGRIDADE
DO BRASIL



Mesa Diretora

Biênio 2001/2002

Senador Ramez Tebet
Presidente

Senador Edison Lobão
1º Vice-Presidente

Senador Antônio Carlos Valadares
2º Vice-Presidente

Senador Carlos Wilson
1º Secretário

Senador Antero Paes de Barros
2º Secretário

Senador Ronaldo Cunha Lima
3º Secretário

Senador Mozarildo Cavalcanti
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Alberto Silva

Senadora Maria do Carmo Alves

Senadora Marluce Pinto

Senador Nilo Teixeira Campos

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Coleção Brasil 500 Anos

A AMAZÔNIA E A INTEGRIDADE DO BRASIL

Arthur César Ferreira Reis



Brasília – 2001

BRASIL 500 ANOS

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil, e refletirão sobre os destinos do País.

COLEÇÃO BRASIL 500 ANOS

De Profecia e Inquisição (2ª edição), do Padre Antônio Vieira
O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume I), organização de Djacir Meneses
Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, de Rubens Borba de Moraes e William Berrien
Catálogo de Exposição de História do Brasil, organização de Ramiz Galvão
Galeria dos Brasileiros Ilustres, de S. A. Sisson (2 volumes)
Rio Branco e as Fronteiras do Brasil, de A. G. de Araújo Jorge
Um Paraíso Perdido (Ensaio Amazônico), de Euclides da Cunha
Efemérides Brasileiras, do Barão do Rio Branco
Amapá: a terra onde o Brasil começa (2ª edição), de José Sarney e Pedro Costa
Na Planície Amazônica, de Raimundo Moraes
Castilismo – uma filosofia da República, de Ricardo Vélez Rodríguez
Por que construí Brasília, de Juscelino Kubitschek
Dom Hel der: o Arte são da Paz, organização de Raimundo Caramuru Barros
Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty, organização de Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (9 volumes)
O discurso autotário de Cairu, de João Alfredo de Sousa Montenegro
O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis, de Luís Edmundo
Formação Histórica do Acre, de Leandro Tocantins (2 volumes)
Textos Políticos da História do Brasil, organização de Paulo Bonavides e Roberto Amaral (9 volumes)

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2001

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htros>

Reis, Arthur César Ferreira, 1906.

A Amazônia e a integridade do Brasil / Arthur César Ferreira. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

254 p. – (Coleção Brasil 500 Anos)

1. Amazônia. 2. Amazônia, história, Brasil. 3. Acre, história, Brasil. 4. Amapá, história, Brasil. 5. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Brasil) (SPEVEA), origens. 6. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Brasil) (INPA), origens. I. Título. II. Série.

CDD 918.11

.....

Sumário

Apresentação

pág. 9

I – Amazônia: conceito, sua evolução histórica

pág. 15

II – A Amazônia na conjuntura internacional

pág. 31

III – A Amazônia e as áreas desérticas do Brasil

pág. 65

IV – A Amazônia é um mundo por descobrir

pág. 75

V – A jornada de Pedro Teixeira

pág. 97

VI – Os descritivos da jornada de Pedro Teixeira

pág. 101

VII – Sertanistas e missionários na identificação da Amazônia

pág. 105

VIII – O Tratado de 1700 e a integridade territorial
do Brasil-Amazônico

pág. 109

IX – Uma tentativa de secessão na Amazônia

pág. 113

X – O desbravamento do sertão amazônico

pág. 117

XI – A conquista da Amazônia brasileira
pág. 121

XII – Silva Coutinho e a Amazônia
pág. 125

XIII – Goeldi e a integridade do Amapá
pág. 129

XIV – Plácido de Castro e a gesta heróica da incorporação do Acre
pág. 135

XV – Fundamentos, história, estrutura e funcionamento da SPVEA
pág. 145

XVI – O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Origem. Objetivos. Funcionamento. Sua contribuição para o conhecimento realístico da Amazônia
pág. 177

XVII – Aspectos sociais da Valorização Econômica da Amazônia
pág. 201

XVIII – A valorização da Amazônia e a cooperação da assistência técnica
pág. 215

XIX – A integração da Amazônia à civilização brasileira
pág. 231

Índice Onomástico
pág. 249

.....

Apresentação

A princípio, o espaço compreendia o litoral, entre o que seriam Belém e Laguna. Fora fixado entre portugueses e espanhóis, na partilha do mundo, efetuada em Tordesilhas. Ano de 1494. A ocupação processou-se vagorosamente. Começou pelo reconhecimento da terra costeira, lançamento das primeiras feitorias, que serviam para a constatação da soberania e os contatos mercantis, o escambo, entre europeus e “primitivos” locais. Prosseguiu depois com o regime das capitanias, com o que tentou o poder público interessar a iniciativa privada na posse imediata, permanente, e na exploração do que se pudesse identificar no solo e no subsolo como atrativos à empresa econômica.

A experiência de governo geral veio em 1549, com a cidade fortaleza do Salvador, para sede da administração unitária que em Lisboa acreditavam ser o caminho certo a seguir para preservar o espaço físico e a soberania, já posta em perigo pela incursão dos entrelopos franceses. Francisco I não pudera ver o Testamento de Adão para aceitar a tese de que o Novo Mundo, realmente, devia ser uma realização ou uma façanha ibérica.

A concorrência perigosa dos franceses, dos ingleses, de holandeses, que desejavam participar da disputa da terra, onde já se lançavam os fundamentos de uma economia tropical, no uso da terra, que respondia com vigor às exigências da sociedade em formação, todo esse conflito de interesses, a refletirem cobiça desenfreada, impôs a execução de uma política. Essa política não podia ser apenas aquela da tomada de posse ou de policiamento dos mares. Impunha-se a fundação do Estado, na decisão de possuir efetivamente o espaço. No norte, a fronteira seria a bacia amazônica; no sul, a bacia platina. Os objetivos eram ambiciosos. Tordesilhas fora um ajuste elaborado sem dados exatos, fruto da imaginação dos que o negociaram e dos poucos elementos de que dispunham no momento da negociação.

Ora política oficial, ora façanha do próprio colono, no seu ímpeto criador, na sua ambição de crescer e multiplicar-se, essas fronteiras alcançaram-se. Em 1616, com o fortim do Presépio, fundação de Francisco Caldeira de Castelo Branco, e raiz da cidade de Belém, a decisão, no norte, era uma realidade palpável. Os episódios, de ocupação do litoral, haviam começado em 1586, com Martim Leitão fundando a Filipéia; em 1597, Manuel Mascarenhas Homem, o forte dos Três Reis Magos; em 1612, Martim Soares Moreno, o forte de N. S. do Amparo; em 1615, Jerônimo de Albuquerque ocupava S. Luís, expulsando os franceses.

No sul, a operação foi mais vagarosa. Partiria de S. Vicente – em 1640, Gabriel de Lara fundava Paranaguá; em 1658, Manuel Lourenço de Andrade, S. Francisco do Sul; em 1665, Francisco Dias Velho, Desterro, hoje Florianópolis; em 1676, Domingos de Brito Peixoto, Laguna; em 1680, Manuel Lobo alcançando finalmente o Prata, plantava a Colônia do Sacramento. Em 1737, era a vez do Rio Grande, onde João de Magalhães e Cristóvão Pereira haviam realizado incursões pioneiras. Nesse ano, José da Silva Pais estabeleceu o presídio de Jesus Maria José, raiz da cidade do Rio Grande.

Incorporada a vasta costa, voltou-se o colono para a área interna. A Amazônia, o centro-oeste e o centro-sul, pelo diploma de Tordesilhas, pertenciam à Espanha. Mas essa nação não se lançava ao uso da concessão. A hinterlândia sul-americana, em sua grande extensão, era, assim, um convite ao mais impetuoso. O bandeirismo paulista e o sertanismo nordestino e amazônico, com efeito, foram uma fatalidade, conseqüente, de certo modo, a essa inoperância de Espanha. Porque a fronteira de Tordesilhas, que lhe assegurara o domínio interior, ia ser ignorada, deslocada, empurrada, incessantemente até encerrar-se o rush com uma nova fronteira, fixada em novo ajuste, o diploma de Madri, firmado a 13 de janeiro de 1750.

Tanto o poder público como o impulso do colono tiveram a sua responsabilidade nesse movimento de expansão interna. Como naquele do litoral. Visavam, bandeirantes e sertanistas, nos seus propósitos pessoais: a mão-de-obra do indígena, necessária à dinamização da economia agrícola; a descoberta de minérios, como sejam o ouro, a prata, os diamantes; o encontro de áreas onde lançar e criar o gado. Visava o poder público a interiorização do espaço sobre que exercer o domínio. A empresa de dilatação territorial, processada em dois séculos, efetivara-se, portanto, como operação de Estado e como livre operação de colonos ousados, aqueles homens que Saint-Hilaire, restringindo a classificação aos paulistas, mas realmente podendo neles inscrever-se toda a gama humana que se distinguia naquelas decisões e realizações, chamaria de “raça de gigantes”.

Política de Estado, que muitas vezes valeu como legalização e façanha isolada, pioneira, dos colonos, a ocupação do espaço brasileiro importou também na elaboração de uma consciência de soberania e de nacionalidade. E como decorrência, a defesa desse mesmo espaço, para a consolidação do domínio político, que se exerceu através de um vasto sistema administrativo, que dividiu a base física em unidades maiores e

menores, dentro de dois Estados, o do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará, mais tarde do Grão-Pará e Maranhão.

A empresa de dilatação da fronteira e o exercício ininterrupto do domínio já realizado, assim, como uma constante, que refletia um estado de espírito, uma decisão coletiva, que se fortificou pelos tempos adiante e constitui hoje não apenas um pensamento e uma ação regionais, mas, e ainda recentemente isso ficou evidenciado, a propósito de manobras suspeitas de organizações estrangeiras, também uma consciência, que reflete apesar de desequilíbrios econômicos e culturais, a unidade a vigorar em todo o país.

A Amazônia, em todo esse episódio admirável, através do qual escrevemos as páginas mais vibrantes e mais sugestivas de nossa história, porque a história da criação do nosso corpo físico, tem uma participação cheia de interesse, participação de que, neste livro, tento fixar alguns capítulos. E por eles, indicar aos nossos possíveis leitores, em particular a mocidade das escolas de nível médio e universitário, todo o propósito de nossos antepassados para a integração da Amazônia ao patrimônio territorial e cultural do Brasil. Acredito que tenha conseguido propor as linhas mestras, de ontem e de hoje, do esforço de Governo e povo.

É preciso registrar, no entanto, que a integração da Amazônia não se efetivará apenas por um ato de coragem de homens e de autoridades, como ocorreu no passado. Hoje, impõe-se a participação de órgãos de pesquisa que a inventariem com rigor científico, e a elaboração de planos, que consubstanciem a disciplina da ocupação do espaço, a utilização das riquezas do solo, subsolo, floresta e água, assegurem condições de habitabilidade e de procedimento para criar área, economicamente sadia e próspera, que autorize a participação humana em bases definitivas e não sob o aspecto de mera aventura. Os artigos sobre a SPVEA, o INPA, a contribuição estrangeira têm, portanto, neste livro, um lugar natural, ao lado daqueles sobre a incorporação do Acre e do Amapá.

Visamos, parece claro, mostrar qual a nossa contribuição à unidade brasileira, unidade que se consubstancia na pluralidade dos aspectos físicos, na diversificação quase imensurável da produção, mas se concretiza nos anseios espirituais, nos vínculos de sangue, nos sentimentos objetivando sempre a uma mais intensa e mais decisiva solidariedade de tipos, de classes, de ordem social. Os êxitos que alcançamos sobre a paisagem física já constituem uma evidenciação muito positiva de que somos, realmente, uma Pátria indivisível. E dessa Pátria indivisível, a Amazônia, por que seus filhos assim desejam, é parte integrante.

Manaus, março de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

.....

I – *Amazônia: Conceito, Sua Evolução Histórica*

Comecemos por uma afirmação: – não há uma Amazônia. Conseqüentemente, não haverá um conceito de Amazônia. E não será, assim, possível definir a Amazônia como um todo homogêneo, harmônico, global.

Quando pensamos em Amazônia, logo ela se reflete como o trecho do espaço físico brasileiro marcado profundamente pelas águas da gigantesca bacia amazônica e coberto por uma floresta de alto porte, de coloração verde-forte, de continuidade e heterogeneidade impressionantes. Região de alta pluviosidade, clima quente e úmido, economia predatória, solo pobre, população escassa, de baixo padrão de vida, espelhada à margem da calha central do rio principal e seus tributários maiores e menores e vivendo sob o perigo constante de endemias que seriam uma explicação para o problema quantitativo de população, população, enfim, que, na maioria vinda do Nordeste, teria operado a sua conquista numa aventura cheia de bravura.

Evidentemente estamos frente a uma generalização. Porque esse trecho da base física do Brasil não apresenta a unidade constante daquelas características por que a imaginamos. Nem toda a Amazônia é só floresta, nem essa floresta é sempre de verde-forte, é permanente

úmida e freqüentada pela pluviosidade mais intensa. Nem toda a Amazônia é fruto de economia predatória sobre a floresta, nem, tampouco, a sua população está toda dispersa, sem a constância das aglomerações mais ou menos densas. Também a Amazônia não é apenas uma parte integrante do território brasileiro, nem é o fruto exclusivo da ação dos bravos sertanejos nordestinos que a tivessem ocupado, na fazanha que Euclides imortalizou em páginas fulgurantes de *À margem da História e Contrastes e Confrontos*.

A Amazônia, no conceito clássico, é aquela que conformamos em nossa imaginação, trabalhada pelo sensacionalismo de viajantes e de uma literatura exótica, infiel, nociva, que a criou sem qualquer obediência ao real. Mas há outras Amazônias, inclusive uma mais nova, elaborada no texto legal, constante do diploma legislativo nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Exemplifiquemos. As ilhas do arquipélago do Marajó, essa ilha em particular, é zona de floresta e de campo; é zona de umidade e de seca, seca tão violenta como as que matam o gado do Nordeste e provocam os êxodos populacionais.

Nos territórios do Rio Branco e Amapá, a floresta não predomina. No Rio Branco, ao contrário, o que é positivo, marcante, característico é o campo. Entre Manaus e a margem esquerda do rio Branco, a floresta que principia frondosa, espessa, quase impenetrável, perde altura, espessura. A coloração verde-forte esmaece, o ar dominador entra em colapso. No Baixo-Amazonas, a terra planiciária sofre interrupções com o aparecimento de elevações, como também na fronteira com a Venezuela e com a Guiana Holandesa. Agora mesmo, com o rasgamento da estrada Belém-Brasília, encontraram-se, aqui e ali, elevações que contrariam ou desmentem a tese de uma planície harmônica. No tocante à bacia, é de registrar que os tributários do Amazonas não são de todo navegáveis – interrompidos por corredeiras ou diminuição da profundidade do leito – é o caso do Tocantins, do Tapajós, do Madeira, do Negro, do Branco, do Japurá, do Purus, do Jari, do Trombetas, do Nhamundá; é o caso do Purus-Acre e do Juruá, no que é o Território do Acre, onde as embarcações fluviais, durante meses do ano, não podem singrá-las. E no tocante ao problema de habitabilidade? Espaço tropical, nele será possível a realização de uma empresa civilizadora em grande estilo?

No decorrer desta palestra, teremos oportunidade de fixar as reservas aos demais elementos da caracterização clássica. E então, hão de concordar que uma definição de Amazônia parece muito difícil, talvez impossível de obter-se a rigor. Porque, evidentemente, não há apenas uma Amazônia, mas várias.

Queremos referir, porém, desde logo que o assunto não é novo. Em monografia que escreveu por determinação nossa quando à frente da SPVEA, e posteriormente ampliada para o INPA, agora por solicitação que lhe fizemos, o professor Eidorfe Moreira tentou responder à indagação – como conceituar a Amazônia? Escreveu ele: “A Amazônia não é, contudo, uma região fácil de definir ou de delimitar a começar pela plurivalência do sentido do termo que a nomeie, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica com uma província botânica, um conjunto político, como um espaço econômico.”

E para melhor esclarecer o seu pensamento, examinou o que poderíamos chamar de conceitos hidrográfico, fitogeográfico, zoogeográfico, político e econômico, cada um tendo por eixo o aspecto ponderante a que buscou o nome. Assim, sob o critério hidrográfico, a Amazônia teria de ser a região inundada pelas águas do rio Amazonas e sua infinita rede de afluentes, subafluentes, igarapés, paranás, furos, lagos. Ficariam, desse modo, excluídos os trechos do Amazonas, onde um certo número de cursos d’água, que se lançam no Atlântico, nenhuma ligação têm com os rios da bacia amazônica.

Pelo critério botânico ou fitogeográfico, os trechos onde não ocorresse a cobertura florestal estavam fora do mundo amazônico – como sejam os campos do Rio Branco, que possivelmente alcançam a costa do Amapá, numa continuidade só aqui e ali interrompida pela presença das ilhas de floresta tropical. No Marajó, ainda para exemplificar, além da área de vegetação corpulenta, há um amplo espaço de campo, onde se faz o criatório, o maior criatório do extremo norte do Brasil.

O conceito zoogeográfico possui, de seu lado, uma significação ainda mais pobre. Porque, para contá-lo seria necessário que certas espécies da fauna constituíssem núcleo ponderável. Seja as das espécies que se escondem na floresta, seja as que se encontram nas águas dos rios. A presença dos peixes e dos animais de pequeno porte, que podemos

caçar para o negócio dos couros e peles, não é homogênea quanto à sua distribuição. Nem todos os rios são piscosos, como nem nos piscosos existem espécies iguais. As áreas do peixe-boi, do pirarucu, das tartarugas, das pescadas, dos tambaquis são distintas. Em algumas províncias da Amazônia, certos peixes são conhecidos das respectivas populações por ouvir dizer e não pela sua utilização. Ainda recentemente, um grupo de batedores do 27^a Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, pretendeu proceder ao reconhecimento da zona entre Manacapuru e Manaus para efeito de operação experimental de guerra na selva. O INPA proporcionou um botânico para acompanhar o grupo. A viagem, por terra, fez-se em mais de uma semana. Nenhum espécimen de fauna foi encontrado. Nenhuma criatura humana. Como nenhuma fruta e nenhum veio de água.

Se formos ao critério político, temos de enfrentar o problema das soberanias – porque o que chamamos de Amazônia não pertence unicamente ao patrimônio do Brasil. É também parte integrante da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia e da Venezuela. Se nos fixarmos apenas no que pertence ao Brasil, temos de atentar para o caso particular da divisão administrativa do país. Que Estados compreenderão a Amazônia brasileira? Esses Estados serão integralmente amazônicos ou apenas parcialmente? A Lei nº 1.806, de janeiro de 1953, disciplinando o dispositivo constitucional referente à valorização regional, determina que a Amazônia será, para os efeitos da execução do diploma, “a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo de 13º e a do Maranhão ao norte do meridiano de 44º”.

Como vemos, o critério político-legislativo está riscado com uma autonomia verdadeiramente surpreendente.

Em face do que aqui expusemos, a que conclusão chegar? Qual o critério preferível? Como conceituar a Amazônia? Há, realmente uma só Amazônia?

II – A Amazônia começa, nas páginas da História, como campo de conflito entre os povos europeus que na empresa dos descobrimentos geográficos e formação de impérios coloniais, tentaram

possuí-la para explorá-la na fartura de suas espécies florestais. Assim, espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e por fim portugueses, terçando armas, disputaram-na numa teimosa demonstração de cobiça ilimitada. Os espanhóis, é certo, tiveram as honras da revelação.

Nenhuma outra região das Américas foi, como a Amazônia, revelada de uma só vez, numa façanha que a propôs na maior extensão da bacia hidrográfica que as distingue. Francisco de Orelana, vindo do Pacífico, entre 1539 e 1541, e Pedro de Ursúa e Lopo de Aguirre, entre 1559 e 1561, desceram o rio atingindo o Atlântico, num contato demorado, audacioso e de certo modo penetrante com a região, a cujos aspectos mais visíveis puderam atentar para identificação imediatista que lhes permitiu, e ao cronista da primeira viagem, padre Gaspar do Carvajal, relato vivo, capaz de provocar, como provocou, o interesse europeu. Todas as outras regiões do Novo Mundo foram sendo identificadas trecho a trecho. Apenas na Amazônia, essa identificação se fez, no sentido este-oeste, numa extensão tão ampla que autorizou uma visão global, raiz, certamente, de quanta afirmação sensacionalista foi sendo escrita, distante da realidade que só mais tarde foi apurada.

Os espanhóis não se detiveram, porém, na empresa de ocupação da Amazônia. Os Andes, o desestímulo decorrente da não-identificação de riquezas do tipo daquelas que se encontravam no México e no Peru constituíam razões de peso a explicar essa ausência.

Os franceses, a esse tempo, freqüentavam as imediações do delta. Fácil lhes foi, por isso, penetrá-lo, aprofundando o conhecimento. Subindo o Tocantins, asseguraram-se um conhecimento mais extenso, que lhes haveria de assegurar, em futuro próximo, a ampliação daquela base física, que estariam criando com a posse do Maranhão.

Os acontecimentos de São Luís não permitiram a execução do programa imperial.

Os ingleses e os holandeses, organizados em pequenas companhias de comércio, com sede em Londres e em Fleissingué, tiveram mais êxito alcançando a costa do Macapá e, viajando pela zona dos estreitos até cercanias do Tapajós, mantiveram feitorias e posições fortificadas. Em comércio ativo com os grupos Tupinambá, assumiram o controle da região. Plantaram tabaco e cana. Fabricaram açúcar. Expor-

taram peixes salgados, urucu e outras espécies vegetais, já em consumo na Europa.

Em 1616, todavia, chegaram os portugueses, que encerraram a façanha da conquista do litoral Norte e da chamada costa leste-oeste. Ingleses e holandeses, dispostos a ficar, reagiram. Até 1647, os choques militares entre os que disputavam a Amazônia ocorreram com maior ou menor impetuosidade. Venceram os luso-brasileiros. Dos estabelecimentos armados restou apenas o reduto de Guarupá, que foi fortificado e durante algum tempo serviu de cabeça-de-ponte para a expansão pelas águas acima do Amazonas. O núcleo militar do Presépio, como mais tarde o de São José do Rio Negro, aquele origem da cidade de Belém e este de Manaus, assegurando o domínio de Portugal na boca da bacia e no alto-sertão, permitiram a penetração continuada, incessante e veloz, que sertanistas, missionários e tropas de guerra realizaram. Alcançou-se o Oiapoque; ligou-se, pelo Tocantins, pelo Tapajós e pelo Madeira, a Amazônia ao Brasil Central. Alcançou-se o alto rio Negro, passando-se ao Orenoco pelo Caciquiari, descobrimento dos mestiços que operavam o deslocamento da fronteira e a coleta de especiaria regional. Subindo o Amazonas, então denominado de “estrada real”, Pedro Teixeira alcançou Quito, no Equador, e a região fixou a fronteira entre o Napo e o Aguarico.

Em menos de oitenta anos, a Amazônia portuguesa possuía a imensa bacia física que só em fins do século XIX seria alterada com o Acre.

Toda essa façanha processara-se como um empreendimento do Estado, como conquista espiritual e aventura econômica. Esta, em face da multiplicidade de espécimens florestais com que Portugal imaginou compensar-se da crise que estava sofrendo com a perda das possessões no Oriente. As “drogas do sertão”, denominação que receberam aqueles espécimens florestais, pareceram um sucedâneo à especiaria asiática, de cujo monopólio a velha potência peninsular não dispunha mais. A procura das “drogas”, identificadas pelo indígena local, que guiou as embarcações, trabalhou nos serviços domésticos e no do governo, pertenceu às forças armadas, embarcadas ou de terra, provocou uma corrida ao interior.

A conquista espiritual, a cargo de seis Ordens Religiosas, a Companhia de Jesus, os carmelitas, os franciscanos de Santo Antônio, os mercedários, os frades da Piedade, os capuchos da Conceição da Beira e Minho, permitiu a participação da multidão primitiva, coordenada nos aldeamentos e em novos sistemas de vida sob orientação dos missionários.

O propósito oficial de domínio expressou-se na organização de um poder público rico em instituições, inclusive aquelas militares – uma vasta rede de fortificações e uma flotilha que policiou os rios interiores, a costa, e serviu à façanha de conquista, necessária e útil, da Guiana Francesa, em 1808. Mais – na série de providências decretadas de Lisboa, visando à manutenção do mundo amazônico sob soberania portuguesa, seja pela ação militar, seja pela ocupação permanente através de núcleos urbanos, sítios de lavoura, fazendas de criar, imigração disciplinada, construção de uma cidade como Belém, onde se levantaram edifícios públicos e templos de alto porte arquitetônico que permitiram, inclusive, a notícia de que a Corte pretendia transladar-se para a cidade-capital, em momento de conflito com a Espanha.

III – As dificuldades de comunicação com o governo sediado na Bahia, as condições especialíssimas que a desligaram do quadro fisiográfico das demais partes do Brasil nascente, a conveniência de criar uma área de fixação no projeto de ampliação da base territorial brasileira, levaram à providência de conceder à região uma autonomia política, que só no período joanino foi encerrada. Criou-se, então, no ano de 1621, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital não em Belém, mas em São Luís. Esse estado viveria pela política que se decretaria de Lisboa, sem subordinação de qualquer espécie ao Estado do Brasil. Cresceu, assim, o extremo norte, cresceu em extensão territorial, em população, em campo de atividade econômica, como uma parte singularmente destacada do Brasil. O governo próprio que possuiu teve caráter civil e caráter militar, essenciais à empresa de sua consolidação, e mesmo no particular de vida espiritual possuía autonomia – bispado do Maranhão, bispado do Pará, ordens religiosas, inclusive a Companhia de Jesus, que caminhavam e realizavam-se independentemente, isto é, também sem subordinação às autoridades eclesiásticas do Estado do Brasil –; governo civil e militar porque a região possuía uma fronteira ampla, a maior da

colônia sul-americana, a fronteira que ia sendo elaborada em menosprezo aos títulos que a Espanha sustentava, sobre espaço que, realmente, se vigente o Tratado de Tordesilhas, estaria sujeito à soberania daquela potência. Não seria possível, é claro, efetuar qualquer operação governamental sem ter presente aquelas condições. E dela resultava não só a conveniência de manter a maior atenção em torno aos perigos que poderiam surgir e eles surgiram, realmente, mais de uma vez, como a necessidade de adotar essa política de segurança, que não era apenas militar porque deveria repousar na preparação de condições existenciais permanentes, seguras e ativas.

As autoridades metropolitanas, conscientes do quadro a que era preciso atender, não lhe fugiram à proposição nem ignoraram as soluções pragmáticas. Foram, nesse particular, profundamente objetivas. Não se lhes pode acusar de terem posto em execução programas e conflitos com a realidade ambiente. Cedo, apercebendo-se que o novo meio político exigia medidas especiais, praticaram-nas com coragem, com decisão e ímpeto. Toda uma série de atos foram sendo baixados de Lisboa, depois do exame refletido do Conselho Ultramarino e do pronunciamento dos governadores regionais, que falavam a linguagem da experiência, alcançada dia a dia no trato da coisa pública e da terra diferente.

Esse corpo de leis, compondo uma política de estado, que não sofreu alterações ponderáveis, importou numa primeira tentativa de empossamento da região através de ação coordenada e não como aventura desordenada. Sob o Consulado do Marquês de Pombal, um vasto planejamento foi ordenado. Consta das instruções baixadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que deveria promover os primeiros grandes esforços de valorização, que incluiu o povoamento com casais de ilhéus, como ocorreu no Rio Grande, e a fundação de núcleos urbanos, a intensificação da agricultura, a defesa da produção florestal e animal, a reorganização do sistema de trabalho, a intensificação do comércio de exportação, a integração de uma nova sociedade com a participação da multidão indígena chamada a participar da direção dos negócios locais, nas câmaras municipais. Esse planejamento incipiente, a que não faltou a consciência de que era fundamental a existência dos recursos financeiros indispensáveis, buscados ao capital privado e ao capital do

Estado, que se associaram na Companhia de Comércio, não teria sido, é evidente, um planejamento nos moldes por que hoje a concebemos e é em grande parte fruto do progresso tecnológico e da necessidade de apressar soluções. Tal planejamento, se assim considerarmos aquele conjunto de providências englobadas num texto único e posteriormente enriquecido pela decretação de medidas complementares, pode ser disposto no quadro dos planejamentos incipientes do tipo daquele que Colbert estruturava visando à França européia e à França ultramarina. E já em fins do século XVIII, um governante da maior estatura, D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, irmão do futuro Conde de Linhares, ampliava os planos, numa atuação ainda mais realista, entre elas a de proceder à ligação permanente da Amazônia com o Centro-Oeste e o Sul, libertando-a do imperativo das comunicações pela via marítima. O Tocantins, como caminho ideal, foi estudado e, ao longo de seu curso, iniciada a ocupação que garantisse aquela comunicação constante sem interrupções. Visava, portanto, numa antecipação de concepção, à integração do Brasil na unidade de vínculos econômicos que levariam aos vínculos políticos.

A Amazônia estava na compreensão dos homens de Estado do velho Portugal, exigia cautelas, tratamento especial.

IV – Essa integração ia ser uma realização obtida mais solidamente com a Independência. Os anos que se seguiram ao expirar da dominação portuguesa na Amazônia foram anos de agitação, de insegurança, de guerra civil. Como a própria conquista da Independência, que não se processou como em muitas outras partes do Império nascente. Na Amazônia, os que desejavam a nova soberania tiveram de agir pelas armas. A princípio nas jornadas liberais de imprensa, na conspiração doméstica, que aos poucos foi tomando toda a região, deixando de limitar-se a Belém, para depois passar aos conciliábulos de quartel, com os pronunciamentos de rua. Os líderes da Independência, em ligação com os centros da metrópole brasileira, executaram um trabalho intenso, que resultou na obtenção da liberdade.

A incorporação da Amazônia ao Império, se no momento final ocorreu placidamente, dando a impressão de arranjo, de entendimento amável, de adesão mesquinha, pois que se fez sem mais um tiro, em hora decisiva, à simples presença, em águas do Guamá, de um barco de

guerra, o brigue *Maranhão*, expedido pelo Almirante Cochrane, na realidade fora possível daquela maneira quase suave, porque já se formara ali uma consciência à volta de sua necessidade e conveniência. Toda e qualquer reação seria infrutífera. Os pronunciamentos armados de 14 de abril e de 28 de maio de 1882 eram eloqüentes como afirmação nacionalista crescente.

As horas posteriores iam mostrar, porém, até que ponto a demora da incorporação e o modo sereno por que ela se fizera fora um erro. É que os elementos ligados aos interesses de Portugal não abandonaram as posições. E para desalojá-los, os partidários da Independência lançaram-se a atos de violência que culminaram com a retirada de várias centenas de comerciantes e proprietários, funcionários e militares portugueses que não quiseram ou não puderam aceitar a nova ordem de coisas. Correu sangue. Municípios do interior levantaram-se, exigindo a entrega do poder unicamente a filhos da Amazônia. Por todo o vale lavrou a insurreição. O governo estabelecido em Belém não dispôs de forças para conter os ânimos. As expedições armadas que expediu para esmagar os grupos que se pronunciavam, contra ele e contra o espírito de pacificação que representava, foram batidas. Com a chegada do primeiro presidente, nomeado pelo Imperador, aquietou o ambiente. E as armas foram depositadas. O primeiro presidente, conquanto filho de pais portugueses, ele próprio de certo modo inclinado a uma aproximação com as forças econômicas que os portugueses ainda representavam tão expressivamente, era natural da região. Paraense. Bastava, nesse momento, para satisfazer os anseios da multidão agitada.

Era realmente a pacificação de espíritos? As duas facções em luta, disputando o poder, cederiam nos seus apetites? Cessaria de existir o grupo que sonhava com uma restauração portuguesa? Durante todo o primeiro reinado, as lutas se registraram mais ou menos violentas. Não houve possibilidade de paz. Ninguém cedia. A incompreensão era grande, sem limites.

O período regencial não foi menos difícil e improdutivo. Época heróica brasileira, talvez necessária para estruturar em bases mais sólidas os sentimentos de nacionalidade e de unidade pátria, custou um sem-número de vidas e valeu tremenda experiência política.

Na Amazônia escreveu-se, então, a sua página de mais extensa vibração cívica. As multidões em armas, pleiteando uma nova condição de existência, multidões saídas das áreas mais pobres da sociedade, e por isso mesmo tendo por bandeira a reivindicação socioeconômica, que foi a motivação fundamental de sua explosão, lutaram com uma coragem e uma violência difíceis de explicar numa sociedade até então serena, tranqüila. Durante cinco anos, de 1835 a 1840, quando para estabelecer a ordem e acalmar os espíritos, vencendo-lhe o desespero, o governo cedeu pela anistia que concedeu, por toda a Amazônia os grupos se chocaram. Era a Cabanagem. Os caudilhos da Independência foram substituídos por líderes populares, como os irmãos Vinagre e Angelim, um seringueiro que vinha ocupar os postos de Clemente Malcher e Batista Campos. E sem um momento de concessão, legais e rebeldes lutaram, praticando morticínios, pilhagens. Belém padeceu um começo de incêndio ateado, no dia em que as forças da revolução, tendo de abandoná-la, ante o poderio oficial, bateram em retirada para as guerrilhas em que se firmaram numa tentativa extrema de tornar vencedora a causa que defendiam.

Trinta mil mortos e toda a lavoura e o criatório do Marajó e do Baixo Amazonas destruídos ou praticamente destruídos, foram os resultados da guerra civil. Afinal, era a paz? Governantes e governados, cansados da luta, dar-se-iam as mãos? A pacificação, trazida por meio da anistia, foi aceita. E a região pôde entrar num novo ciclo de trabalho.

V – Até então, a Amazônia permanecera fechada aos olhos atrevidos, perscrutadores, ambiciosos, do estrangeiro. Portugal defendia o patrimônio territorial que criara, por todos os meios e modos. E nenhum lhe pareceu melhor que aquele da porta trancada. Trancada antes que o aventureiro ou o concorrente chegasse. Com a situação nova criada com a entrada do Brasil no concerto universal, seria possível manter a mesma orientação?

No particular da navegação do Amazonas, foi esse o objetivo do governo imperial. Uma ofensiva perigosa, todavia, foi desencadeada contra ela, pelos Estados Unidos e, em menor escala, pela Inglaterra. Sustentava-se, contra a argumentação brasileira, que os interesses da humanidade estavam acima dos títulos de soberania que invocamos. Um oficial da marinha norte-americana, o tenente Maury, mobilizou a

opinião pública de seu país. O “destino manifesto” do povo norte-americano levava-o não apenas à ampliação de sua base física, no deslocamento da fronteira em direção oeste, mas à criação de áreas que servissem, no exterior, aos seus interesses, proporcionando-lhe aqueles elementos econômicos que lhe faltavam para sua ascensão e para a sua preponderância. Ademais, a humanidade precisava ser satisfeita nos seus anseios de bem-estar, que os povos capazes deviam assegurar-lhe. Ora, a Amazônia, visitada por oficiais das marinhas norte-americana e inglesa, surgia como o paraíso dos produtos tropicais, como mercado em potencial, como área por ocupar e dinamizar.

O Brasil manteve-se firme no seu propósito de não franquear o rio à navegação internacional. Travou uma batalha enérgica. O governo norte-americano, à pressão da opinião pública nacional, tentou forçar o Brasil a mudar de posição. Também a Inglaterra. Em vão. A navegação foi realizada por frotas brasileiras, a primeira das quais organizada pelo capital de Irineu Evangelista de Sousa. E só quando, cessada a campanha no exterior, foi sentida, ante a pressão interior, a conveniência de abandonar o propósito, é que decretou a abertura do rio à navegação das bandeiras amigas, criando uma nova era à região.

Já, então, havia demonstrações francas de apetite sobre a Amazônia. A França disputava o Amapá. A Grã-Bretanha penetrara no Pirara. Cônsules estrangeiros propagandeavam a conveniência das populações amazônicas, desobrigarem-se de obediência ao Imperador para se transformarem em membros de uma nova pátria. Durante a Cabanagem, sugerira-se ao governante rebelde a secessão, sob a garantia inglesa. Expedições científicas visitavam a “hinterlândia” não apenas a serviço da ciência, mas dos interesses materiais de seus países. Jornalistas, viajantes discretos também a freqüentavam todos anunciando ou insistindo na tese de que ao Império faltavam condições para transformar a Amazônia num trecho útil à humanidade. Um governante imperial confessava que a Amazônia exigia, para sua valorização, um homem de gênio.

VI – O descobrimento do emprego da borracha apressou o processo de aproveitamento do extremo norte. A princípio foram caboclos paraenses e amazonenses, depois maranhenses, que exploraram os seringais. As levas de nordestinos, no entanto, é que asseguraram pressurosidade ao empreendimento. A fronteira econômica foi levada

aos altos rios, onde se descobria hévea. Cerca de 100.000 nordestinos fizeram a Amazônia, nessa fase. Em consequência, as bacias do Xingu, do Tapajós, do Purus-Acre e do Juruá foram subidas e, às margens desses cursos fluviais, abertos os seringais nativos. O Acre constituiu uma resultante desse arrojo pioneiro e dessa ofensiva contra a floresta. Reconhecera-o a Bolívia, pelo Tratado de 1867. Mas aquela nação não se apressara em descobri-lo e ocupá-lo. Foram, assim, os seringueiros nordestinos que dele se empossaram, estabelecendo uma nova fronteira, que quase nos leva ao estado de guerra.

O monopólio da produção gumífera assegura ao Brasil amazônico a sua vitalização. Empresa admirável, em que só brasileiros tiveram a participação que revelava a bravura individual. A essa altura, com os recursos que o Norte, com a borracha, e o Sul, com o café, proporcionavam, a República começava um outro ciclo existencial. A dinamização do processo nacional fundava-se no binômio café-borracha.

VII – A produção dos sintéticos não é suficiente nem parece o sucedâneo para a matéria-prima vegetal, animal e material. A fome em torno a ela, por isso mesmo, continua a mesma. As estatísticas das Nações Unidas são eloqüentes para confirmação do que afirmamos. Assim sendo, as regiões que as possuem e onde podem ser buscadas são regiões sobre as quais recai o interesse, por que não dizer bem, o apetite insofrido das nações que se afirmam pelo potencial econômico, ou melhor, pela potencialidade industrial.

A África, o Oriente e a América do Sul constituem as áreas preferenciais da produção tropical de matéria-prima. O Oriente, no entanto, reage à condição colonial sob que vivia. Na África, grande concorrente do Brasil, as manifestações nacionalistas estão perturbando os planos europeus de uma Euráfrica, que substituiria a Eurásia perdida. Embora os capitais investidos agigantando-se, ingleses, belgas e franceses planejavam, como operações estatais ou de iniciativa privada, a utilização econômica do continente negro, na tentativa de controlá-lo. Negam-lhe a possibilidade de industrializar-se ou de realizar-se ou de realizar uma economia de base agrária. A depredação e a degradação da terra africana, começadas pelos grupos nativos, inconscientes do que faziam contra seus próprios interesses futuros, prosseguidas desnecessariamente pelo europeu conquistador, serve de alimento às teses negativistas da incapacidade

do mundo tropical para a elaboração das grandes civilizações. Negam e depredam para que na África só se efetue a produção de matérias-primas, evitando-se a concorrência e a libertação dos povos de cor. A revolta que marca a hora na África é, todavia, uma resposta a meditar. Restará a América do Sul, cujas reservas são muito melhor sabidas pela ciência européia que propriamente pela ciência sul-americana, a brasileira, inclusive. E na América do Sul, preferentemente a Amazônia, onde os produtos tropicais, representados nas madeiras, nos minerais, nos oleaginosos, nas castanhas, nas resinas, nas fibras, nas plantas medicinais, taníferas, aromáticas e alimentares, são abundantes, e sem exploração orientada, ou técnica e financeiramente empreendida.

A exploração das matérias-primas na Amazônia tem sido a constante de sua existência em termos econômicos. Essa exploração conduzida, porém, sem as proporções de grandiosidade decorrente da atividade de exércitos de trabalhadores, como ocorria na Ásia e ainda ocorre na África. Isso porque a Amazônia é um espaço praticamente desabitado. Soma a sua população 3.500.000 habitantes, a 5.500.000km² em números redondos, isto é 2/3 de Brasil. Área, portanto, inteiramente desguarnecida, aberta, escancarada à inteligência e à capacidade de contingentes populacionais que a transformem, explorando-a e vitalizando-a.

É preciso considerar, em face da gravidade do quadro que estamos apontando, que há, no momento, pressões demográficas e pressões de fome que exigem a nossa atenção. O peso dessas pressões é incalculavelmente severo. O desenvolvimento demográfico do mundo vem assumindo proporções gigantescas. Em 1650, havia, no ecúmeno, 450 milhões de indivíduos; em 1850, 1.100 milhões; em 1900, 1.595 milhões; em 1940, 2.150 milhões. Segundo Landrey, a contribuição da Europa para esse último algarismo é de 530 milhões; a da América, de 271 milhões; a da África, de 153 milhões; a da Oceania, de 10 milhões. A Ásia traz, todavia, o grande algarismo – 1.185 milhões. Em 1956, segundo as estatísticas da ONU, esse último algarismo subia para 1.480 milhões. Para a alimentação desses grupos asiáticos, que se concentram principalmente na China e na Índia, não tem havido o crescimento da produção no mesmo ritmo de crescimento da população. Em consequência, segundo os dados coletados pelo professor Marin Brugarela,

jesuíta espanhol, no seu livro sobre *El drama de la población*, estão morrendo de fome no mundo, na atualidade, 30 a 40 milhões de pessoas. Os subalimentados, na Sul-América, subiam a cerca de 2/3 de sua população, mas na Ásia elevam-se a 20% da população. O drama da fome é, assim, o drama de nossos dias. Como resolvê-lo? Quantos o vêm estudando, para as soluções a longo e a curto prazo, são unânimes na indicação de um só caminho – produção de mais gêneros alimentícios, uma vez que nas regiões mais afetadas os processos de contenção da natalidade não surtem efeito, principalmente por motivos religiosos. Mas onde produzir e onde colocar os excedentes daquelas populações que sentem o martírio da fome e não dispõem, em suas pátrias de origem, de um pedaço de terra onde construir os seus destinos, o seu futuro? A Austrália e a América do Sul são as duas regiões apontadas para o recebimento desses excedentes e para a produção de alimentos. São, presentemente, os dois maiores espaços desabitados e de perspectivas mais amplas. Têm, os dois, soberanias a zelar pela sua existência. E aqui entra em cena a concepção que se desenvolve e já encontra eco no próprio Brasil de que, acima das fronteiras políticas nacionais, pairam os interesses da humanidade. Só isso? Não, numa literatura que circula e é recebida sob aplausos, sustenta-se que a Amazônia é área ideal para ser ocupada e transformada na fonte de produção de gêneros alimentícios, capazes de satisfazer a fome que atormenta a espécie humana. Entre os livros dessa literatura, queremos citar três: *A Luta contra a Fome*, de Robert Brittain; *Terras Despovoadas e Povos Famintos*, de S. Chandrasekhar; e *A Grande Fronteira*, de Walter Prescott. O primeiro autor é um técnico em problemas de alimentação; o segundo, um dos mais eminentes nomes da ciência social, encarregado, entre 1948 e 1949 de dirigir o inquérito demográfico promovido pela Unesco; o terceiro, famoso historiador norte-americano que sugere, como último capítulo da história da formação da fronteira de sua pátria, a que poderia criar na Amazônia pela inversão de capitais e a execução de um programa de conquista social, sanitária e técnica da imensa região tropical.

No ano de 1953, o governo federal dava início a um dos empreendimentos mais sérios, que poderia ser uma prova real da maturidade alcançada pelo Brasil – a valorização da Amazônia.

Fui o primeiro superintendente, nomeado para montar o órgão criado para realizá-lo.

Na base da experiência que alcancei, posso afirmar – não alcançamos a maturidade desejada. A política partidária, interferindo sem cessar, prejudica o andamento dos trabalhos. O governo federal e os dos estados não pagam as contribuições a que estão obrigados por dispositivo constitucional.

O primeiro plano quinquenal, elaborado por uma comissão técnica, até a presente data não mereceu as honras de um segundo de atenção do Parlamento, que deve conhecê-lo e aprová-lo ou reformá-lo para sua execução.

O Brasil, ante os perigos a que está exposta a Amazônia, e aqui só muito sumariamente indicados, precisa formar uma consciência acerca dos problemas daqueles 2/3 do seu território.

.....

II – A Amazônia na Conjuntura Internacional

A explicação do que é realmente a Amazônia não tem sido satisfatória. Para muita gente, a região não passa de trecho de terra exótica, que só vale como tema literário, como sensacionalismo de viajantes que buscam motivos para seus descritivos fantasiosos ou como curiosidade a cientistas que não se cansam na exploração de teses, de dúvidas e se perdem na indagação continuada dos problemas, relativos à natureza física e social que ali porventura possam ainda encontrar. Para outros, porém, apresenta possibilidades que uma vez inventariadas e devidamente consideradas nos laboratórios ou nas mesas de debates à volta das soluções políticas e econômicas para a sobrevivência da humanidade, servirão a essas soluções, pondo fim a tremendas dificuldades de nossos dias.

O que já se escreveu sobre a imensa região, convém refletir, não significa que, apesar de todas as reservas, há um interesse particular por ela e se existe esse interesse é porque não representa apenas matéria utilizável para reportagens, páginas de impressionismo ou capítulos de obras visando a esclarecer cientificamente estes ou aqueles aspectos da dinâmica de uma natureza cheia de viço? A dúvida permanece.

Ninguém se dá conta, entre nós, conscientemente, de que a Amazônia pode constituir um logro ou expressar uma realidade esplêndida para aquelas soluções imediatistas e a longo prazo. Continuamos desatentos, enquanto no exterior debates se travam acerca da região na procura do que ela possa proporcionar. Cabe, por isso, a pergunta – se realmente a Amazônia é um logro, conclusão que teria sido obtida pela experiência de quatro séculos de atividades na região ou como decorrência das indagações silenciosas e austeras dos homens de ciência que a percorreram e identificaram seguidamente, porque ainda a têm em mira quantos tentam encontrar as soluções dos tormentosos problemas da atualidade?

O Brasil, é preciso insistir, ainda não tomou consciência firme, decidida, sem apelar para um falso realismo ou cedendo apenas aos exageros da nossa emotividade e de nossa nervosa compreensão das coisas, do que vale a Amazônia. Será ela habitável para uma empresa de vulto visando a extrair riquezas e permitir condições a excedentes populacionais daqui e dali, como se vem sugerindo? Deve o país deixar de prosseguir nas suas medrosas tentativas de possuí-la honrada e efetivamente, passando a uma política de maturidade para dominá-la, assegurar-lhe vitalidade e em conseqüência defini-la e exercer nela a sua soberania efetiva? E quando dizemos soberania efetiva não queremos referir apenas a presença de soldados, marinheiros, autoridades político-administrativas, religiosas, gente espalhada pelas fronteiras ou isolada na imensidade espacial. Queremos referir-nos a uma posse e a um domínio que se exerçam pela modificação dos gêneros de vida, pela criação de riqueza, pelo estabelecimento continuado de populações que reflitam bem-estar material e espiritual e possam, assim, oferecer-se à contemplação das demais populações como fruto das possibilidades do meio e da ação criadora que efetuaram com decisão e constância.

Através dos séculos que vem vivendo, esse esforço tem sido operado com certa impetuosidade neste ou naquele período. O que tem faltado é a obra de continuidade, programada, disciplinada e executada sem esmorecimento. Em certa fase, o Estado esteve presente sem cessar e os êxitos alcançados responderam, de certo modo, às dúvidas que se levantavam. Noutro período, todavia, o que ocorreu foi pura e simplesmente a ação da iniciativa privada, que acreditava mas não dispunha dos elementos essenciais a uma tarefa que exigia mobilização não apenas de

coragem, de capitais, mas de técnicas, de recursos, só alcançados através de uma política oficial incessante e bem dirigida.

Representando cerca de seis e meio milhões de quilômetros quadrados na Sul-América – dos quais quatro milhões e meio partes integrantes do Brasil –, a Amazônia, que não nos pertence exclusivamente, pois há igualmente Amazônias que se integram territorialmente no patrimônio da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, com uma população, na parte brasileira, que não vai além dos 3.500.000 habitantes, continua sendo um campo admirável para divagações, não apresentando ainda um quadro que a defina como área humanizada. A impressão um tanto imediatista, mas que tanta fortuna obteve, de Euclides, a respeito da presença do homem, que lhe parecera ainda vagamente um intruso, a chegar cedo demais, não se alterou. Efetivamente, a dispersão e a densidade exígua que caracterizam a ocupação do extremo norte levam à concordância como certo sentido daquela afirmativa. E em conseqüência, todas as demais resultantes materiais e espirituais da ausência observada, não pode ser outra senão a que caracterizava a região – vida pobre, sem perspectiva, o homem tendo realizado muito pouco que o dignifique ou o situe na escala dos vencedores.

Até algumas poucas décadas, toda a vida amazônica era realizada em função de mercados exteriores. Tudo quanto produzia, com a técnica primitiva de que tanto alarde se fazia para condená-la, encontrava comprador certo e seguro na Europa como nos Estados Unidos. Os interesses da região ligavam-se desse modo, perigosamente, aos interesses dos grandes centros comerciais e industriais daquelas áreas do mundo, em nada significando as praças do Sul do Brasil para qualquer intercâmbio mais demorado e mais significativamente útil às vinculações nacionais. Com os interesses mercantis, os interesses espirituais. Ninguém se apercebia do Rio de Janeiro. Educava-se, recebia-se cultura, lia-se os jornais e revistas de lá e não do próprio Brasil. A região não se desnacionalizava, apesar da propaganda que se realizava no sentido de que ela tomasse consciência política própria e cuidasse de seus destinos desligando-se do país para compor uma nova unidade autônoma, soberana, porque os elementos que a procuravam possuir, para extrair as riquezas que escondera e assegurar conteúdo econômico mais dinâmico à sua existência, eram fundamental e maciçamente brasileiros. As camadas es-

trangeiras, de elite, que se aglomeravam em Belém e Manaus, ou se dispersavam pelo interior, não haviam conseguido modificar aquele *status*. O poderio financeiro de que dispunham não era suficiente para a obra de destruição dos laços da unidade nacional.

Essa situação parece-nos que pode ser mantida. Os sentimentos de brasilidade das populações que compõem as sociedades amazônicas não se modificaram. Continuam eles fiéis, conquanto sempre a considerar que deviam receber outro tratamento, que lhes permitisse outros padrões de vida. Acontece, porém, que não será apenas esse espírito de fidelidade o elemento essencial para evitar surpresas. É que, nas competições internacionais, as ilhas dos povos que desejam soluções a curto e longo prazo para problemas, volto à tese, que angustiam a humanidade, se lançam para a região, que, para eles, pode ser celeiro matando fomes aterradoras de milhões de seres e pode ser espaço para abrigar outros milhões que não possuem uma palma de terra para nela construir um lar, levantar uma casa, plantar uma árvore, semear um grão.

Já em artigos nesta capital, em conferências proferidas perante órgãos responsáveis, e livro de próxima publicação, resumimos as nossas dúvidas ou angústias ante aquelas perspectivas tão pouco simpáticas. Houve quem nos atribuisse considerações de visionário. Ignorando a literatura que se está escrevendo a propósito, não podia sentir a realidade do perigo que talvez seja mesmo muito mais grave do que à primeira vista possa parecer. Essa literatura não é mais a literatura sensacionalista que deu nomeada à Amazônia. Trata-se de uma literatura elaborada por pessoas de responsabilidade, de qualificação científica, ligadas a organizações internacionais que operam na base dos interesses e das conveniências de grupos e de potências. A Amazônia, nessa literatura, aparece como um mundo desértico, e nisso se afirma uma verdade insofismável, que continua desértica por incapacidade ou inoperância das repúblicas que dispõem dela. Os títulos de soberania, invocados pelas nações que a usufruem tão parcamente, são indicados como títulos inexpressivos ante a dura realidade das prementes necessidades do homem. Tais títulos estariam superados, não passando de resíduos de uma época que não soube agir para mantê-los através da ação direta, constante e útil. S. Chandrasekhar, becário da Fundação Nuffield, Edward C. Higbee, Walter Prescott Webb, Robert Brittain, são alguns dos autores a que nos referimos. Vêm

contribuindo ativa e eficientemente para criar-se e difundir-se a tese que sustenta a necessidade da utilização da Amazônia, visando-se ativá-la com a ocupação pelos povos famintos ou sem teto. Os interesses e conveniências da humanidade estariam acima dos interesses e conveniências das soberanias exercidas tão precariamente.

Os perigos que andam em volta da região não possuem, portanto, aquelas características de alarmismo, de inconsistência, de fruto de uma exagerada preocupação pelo futuro de um trecho da pátria que estaria exigindo o desenvolvimento ou a aplicação realística de uma política objetiva, sensata, dinâmica e sem interrupções, política a ser executada com um sentido de dignidade e de limpidez fora de qualquer dúvida. Além do que há todo um conjunto de outros fatos, do passado e do presente, que levam à aceitação dos receios e à meditação sobre a possibilidade de surpresas desagradáveis, fatos que passarei a expor, tentando um retrospecto e uma indicação sumária do presente.

II

Para os fatos do passado, será conveniente recordar que esse passado é distante e começa quando os portugueses chegaram ao delta e tiveram de enfrentar a concorrência de holandeses e ingleses e posteriormente de espanhóis e franceses. Nos primeiros dias, início do século XVII (ano de 1616) levantada a casa-forte do Presépio, que daria sombra prateada para a elaboração vagarosa do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, a luta processou-se dentro do sentido de imposição de soberania que os portugueses possuíam de forma expressiva. É certo que, a essa altura, Portugal e Espanha estavam unidos pelos laços de um monarca comum. Em nenhum momento, todavia, perdera o velho reino peninsular sua fisionomia soberana. A conquista do litoral e a posterior penetração do vale amazônico seriam efetuadas procurando-se ampliar o espaço para criar uma nova fronteira que seria, em última análise, a fronteira dos de Portugal e Espanha, cada uma com sua área definida ou em definição pelo esforço continuado de seus soldados, de seus missionários, de seus funcionários, de seus colonos, peninsulares ou já mestiçados, conseqüentemente resultantes da acomodação do peninsular às exigências do ambiente americano.

A documentação que existe acerca desse objetivo político da expansão é bastante copiosa. Resumimo-la em nossos livros acerca dos *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, editados no Rio pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, primeira divisão, nos anos de 1947 e 1948. E por ela verifica-se, insofismavelmente, que os portugueses agiam com os olhos no futuro. Não se atinham no presente, que realizavam, mas aos dias de amanhã, quando se teria de fixar, em textos escritos, a situação que se fosse criando, como aliás ocorreu em 1750 e 1777, com relação aos espanhóis, e em 1713 com relação aos franceses. A luta contra os ingleses e contra os holandeses somou cerca de trinta anos de guerra violenta que os compêndios brasileiros teimam em ignorar. Jogou-se, nessas partidas, a sorte da região. Porque se as perdessem, os luso-brasileiros teriam de abandoná-la para cedê-la a outras soberanias, talvez mais poderosas ou ainda mais imediatisticamente objetivas no seu modo de possuir espaços tropicais.

O esforço português para manter a Amazônia sob sua soberania não se reduziu a esse entrevero com os concorrentes estrangeiros, que lhe cobiçavam e disputavam a terra e suas riquezas mais à vista. Exerceu-se numa intensidade admirável, que teve ocasião de acentuar em outros trabalhos mais alentados, como sejam *A Política de Portugal no Vale Amazônico* e *Estadistas Portugueses na Amazônia*, tocando os mais variados aspectos de uma empresa de conquista e de colonização. Porque, é preciso ter bem em vista, identificando-o pela penetração dos sertanistas, cujas incursões incentivou, pelo trabalho de homens de ciência, que estudaram o meio geográfico, a botânica, a fauna, estas para avaliar o que importavam como matéria-prima de valor econômico capaz de assegurar continuidade à economia de tipo tropical que se perdera com o desaparecimento do Oriente, possuíram-na como devia ser possuída. Sem hesitações, com decisão, explorando-a, utilizando-a e procurando dominá-la em toda a extensão. Essa ação soberana constitui um dos títulos de glória da experiência portuguesa nos mundos tropicais, que Gilberto Freire tanto louva como empresa européia. Se procurarmos examinar o que ingleses, holandeses e franceses e mesmo espanhóis realizaram nas Guianas, comparando com a atuação de Portugal na Amazônia, a conclusão será profundamente desprimorosa para aqueles, enquanto resultará numa evidenciação de sucesso para estes.

Quando, pois, Joaquim Nabuco, a propósito dos nossos limites com a Guiana britânica, teve oportunidade de examinar, com olhos de ver o que fora aquela empresa admirável, a exclamação que proferiu importou numa síntese perfeita como louvor, que resultava de estudos e não de razões do coração – “Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas”. Alexandre Rodrigues Ferreira, anteriormente, tivera a visão perfeita do que constituía o grande acontecimento histórico. E em uma de suas memórias acerca da fronteira com a Guiana francesa, escrevera que o domínio fora exercido pelo direito de descobrimento, de conquista, pela concordância dos naturais, pelos Tratados de Limites que o reconheceram e pelas despesas feitas pela Coroa. Estas, resultantes do apresto das Armadas para descobrimento, conquista e luta contra os concorrentes, das explorações e reconhecimentos levados a termo pelo interior, do transporte e estabelecimento de povoadores, fundação e conservação de fortes e outros núcleos militares, trabalhos de demarcação das fronteiras, criação de vilas e demais situações coloniais, fundação de igrejas, sustento de párocos e incorporação de silvícolas.

No debate em torno ao esforço português para assegurar-se o domínio da Amazônia, como no tocante a outros trechos do Brasil, a dúvida repousa no particular da ação ter sido oficial ou de iniciativa privada, embora sob aplausos ou incentivo do Estado. Somos porque a ação possuiu as características de empreendimento governamental. É farto o cedulário determinando a execução de verdadeiros programas de trabalho que, cumpridos, resultavam naquele empossamento definitivo e no domínio incessante. Veja-se, para exemplificar, o que diz respeito à construção dos estabelecimentos militares, ao longo da fronteira ou mesmo localizados nos pontos nevrálgicos da região. Houve, realmente, uma rede de tais fortificações, que foram levantadas por determinação de Lisboa, que jamais se cansou de cuidar dela através de uma assistência constante, de que participavam engenheiros militares técnicos em fortificações, muitos deles mandados vir especialmente da Capital peninsular para os exames necessários.

Veja-se, mais, o que ocorreu com relação ao povoamento. Os casais de açorianos, mandados com outros grupos de povoadores, desde o século XVII, como a política da mestiçagem, que se efetuou larga-

mente, promovidas ininterruptamente, como obra de governo, servem para documentar mais positivamente ainda o propósito de permanência. A garantia do espaço defendido efetiva-se não apenas com aquela demonstração de força, mas com a ocupação pelo povoamento e pela organização de uma sociedade ativa e modelar de acordo com as exigências do meio. Como também serviu para documentar o poder que foi atribuído às seis ordens religiosas, expedidas para os contatos com a gentildade, à frente de todas a Companhia de Jesus. Não se cansando no desempenho da comissão, essas organizações de conquista espiritual agiram, com delegação do poder público, com frutos saborosos, representados nos milhares de indígenas que foram incorporados a novos padrões de vida, participando ativamente da empresa de Portugal, pela cooperação que deram na ampliação territorial, na identificação das espécies florestais e animais e nos quefazeres domésticos, nas fileiras da tropa para as guerras contra os concorrentes. Será conveniente nesse particular recordar que, nos inícios da penetração, quando houve ocasião de terçar armas contra os ingleses e contra os holandeses, infinita gentildade ajudou os soldados nordestinos na luta para expulsá-los e para incorporar o extremo norte à comunidade luso-brasileira.

Outro elemento ponderável na apreciação do que foi a empresa de Portugal na Amazônia pode e deve ser buscado ao que constituiu o cometimento econômico. Tendo encontrado ali uma gigantesca reserva de matérias-primas que os mercados do Velho Mundo aceitaram e procuraram, – podendo-se mesmo atribuir, já naqueles dias, a essa fartura, o apetite que desencadearam sobre a região as potências competidoras – procedeu à sua exploração. A identificação das espécies realizou-se, ora por atuação direta e pessoal dos sertanistas que subiam e desciam os rios, ora em obediência a ordens expressas decretadas de Lisboa. A corrida à floresta teve assim a sua primeira fase dinâmica, a que se seguiu a da política de aproveitamento daquelas reservas pela sua agricultura intensiva. E com a delas, a de outras espécies, trazidas do Oriente, e de outros territórios ultramarinos, como o café, a cana, o anil, o cânhamo, as frutas européas e as mil variedades importadas para as experiências que se fizeram, e, já nos fins do período colonial, eram orientados num estabelecimento especializado, o Jardim Botânico de Belém, ponto de partida para as instituições congêneres que se montaram

no Nordeste e no Sul do Brasil. O que se efetuou no tocante à ativação das operações econômicas, seja na identificação das espécies e sua pronta utilização, seja na aclimação das espécies exóticas, seja, ainda, na criação de gado nos plantéis que são ainda hoje aqueles a que deram origem, constitui prova eloqüente de que a soberania portuguesa era exercida com segurança. O propósito de sua manutenção estava bem positivado.

Por fim, como ainda há pouco recordava num pequeno texto publicado no Porto acerca da *Presença de Portugal na Amazônia*, e no qual esclarecia que em sua atuação os portugueses repetiam as façanhas que lhes haviam garantido o domínio de vasto império na África e na Ásia, além das igrejas, que em número de mais de cem levantaram pela imensidade espacial da hinterlândia, será interessante não ignorar que criaram e mantiveram mais de cem núcleos urbanos, que são a raiz colonial das atuais sedes municipais do Pará e do Amazonas. A rede urbana não constituía, porém, apenas página de demografia. Porque nela os moradores, cumprindo instruções da Metrópole, enriqueciam os seus lares, rodeando-se de árvores frutíferas, de criação miúda, essenciais às dietas alimentares e ao aprovisionamento local.

Na competição de soberania, Portugal triunfou. Deu um admirável exemplo de capacidade, de resistência, de decisão. Afirmou-se como nação capaz de vencer os trópicos. Às dificuldades encontradas no contato com o ambiente físico e com o ambiente social, comportou-se bem. Criou um campo gigantesco de experiência colonial. O Brasil beneficiou-se desse esforço. Quando adquiriu a condição de país soberano, a Amazônia estava integrada na sua base física. Suas populações acompanharam a decisão política do Rio de Janeiro, mantendo-se no Império nascente. Daí por diante, no entanto, qual seria a sua sorte? Os novos homens de Estado estariam em condições de manter a orientação pragmática? Os perigos sobre a soberania brasileira, que sucedia quase mansamente à soberania portuguesa, teriam desaparecido e então o Império daria tempo ao tempo, deixando que o processo de desenvolvimento regional corresse rotineiramente?

A história das competições internacionais sobre as áreas tropicais, ou antes, sobre as áreas de possível utilização colonial, escreveu-se, no século XIX, em páginas de sangue e de inteligência. O imperialismo europeu, e por que não dizer logo, norte-americano, também,

importando na prova do crescimento de potências que desejavam inverter seus capitais e sua experiência, funcionou sobre a Ásia e sobre a África. Não esqueceu, todavia, que na própria América havia regiões onde poderia exercitar-se com rendimentos apreciáveis. As soberanias então vigentes era soberanias meio vacilantes, soberanias que começavam a comparecer no tabuleiro internacional. Não estaria em condições, pois, para enfrentar com ímpeto ou com sucesso as velhas e experimentadas soberanias que escondiam os mais variados interesses políticos e econômicos. O Brasil era uma dessas soberanias iniciantes. E a Amazônia uma área cheia de exotismo, que significava matéria-prima para as indústrias e espaço para operações capitalistas de envergadura. Insisto – os homens do Império estariam à altura do momento, continuando a política que os estadistas portugueses haviam iniciado e mantido galhardamente?

O Brasil, quando se tornou independente, teve de enfrentar, como todos os países que se desligaram da subordinação colonial na América Espanhola, e como anteriormente ocorrera com as colônias inglesas e o Haiti, em face da Inglaterra e da França, sérios problemas da sua aceitação no concerto universal, além dos problemas de sua organização interna. Esta, apesar dos incidentes naturais numa sociedade que se politizava e portanto tinha de criar-se, elaborar-se, tomar consciência de suas condições novas de vida, por entre altos e baixos, numa experimentação cheia de percalços, foi etapa vencida com a Constituição elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador, mediante a aprovação das Câmaras Municipais, que exerciam, desse modo, a vigilância democrática. Aquela, mais demorada, por fim vencidos os obstáculos que a nova ordem liberal provocava no mundo europeu, dominado ainda pela sistemática absolutista, também fora lograda, passando o Império, planta exótica no continente republicano, a desenvolver-se nas suas linhas próprias e nas suas características de nação monárquica.

A convivência com os povos vizinhos nem sempre apresentou, porém, aspectos de convivência mansueta, serena, tranqüila. No Prata, os resíduos coloniais, representados na posse da Cisplatina, que nos levaria à guerra contra a Argentina, serviu de prelúdio aos desencontros, às desavenças e distâncias que tivemos de sustentar. Na fronteira de Mato Grosso, logo nos primeiros tempos, ocorreu o incidente de Chiquitos, que não tomou corpo pela ação pronta do Imperador e pelo

estado de boa consciência americanista do grande Simão Bolívar, ainda hoje tão mal compreendido por certos ensaístas espanhóis, teimosos em ver os sucessos da independência pelos olhos turvos de um passado que se encerrou e só deve ser recordado para uma aproximação e nunca para a constante da desavença.

Na Amazônia, a situação ia ser diferente. Nem calma total, nem estado de comoção permanente. Na Amazônia, o que ia suceder, como estado de comoção, estava ligado à vida interna e não às relações exteriores, comoção profundamente perigosa porque ensejou pruridos separatistas e incentivos secessionistas de povos poderosos que viam, na oportunidade, o momento magnífico para a participação nos possíveis trechos disponíveis do extremo norte do Império. Os estadistas imperiais, vai agora repetida a pergunta, estariam preparados para opor resistência e enfrentar a desordem, pondo fim àqueles perigos internos e externos?

As condições existenciais da Amazônia, quando se encerrou o período colonial, permitiam a impressão de que ia acontecer muita coisa grave. A incorporação ao Império fora custosa. As autoridades portuguesas, amparadas pelo poder econômico – e esse poder econômico, tanto nos centros urbanos como nas áreas de trabalho agrário, estava em mãos de reinos intransigentes – tudo fizeram para que a região permanecesse integrada no sistema político-administrativo português. A obediência a Portugal era verdadeiramente espantosa. Basta que se registre o fato de que, além dos deputados paraenses e amazonenses terem-se mantido em Lisboa, recusando acompanhar seus colegas das demais províncias, quando eles abandonaram o solo metropolitano para atirar-se ao movimento de resistência soberana que irradiava pela antiga colônia, as duas províncias ao invés de elegerem representantes à Constituinte convocada por D. Pedro, elegeram representantes ao Parlamento português. A incorporação fora conquistada depois de refregas de sangue em Belém e no Marajó, mas sem que os legítimos senhores da terra, isto é, aqueles que nela haviam nascido, e nem sempre eram de origem apenas reinol, passassem a possuí-la nos postos de governo. O mal-estar, em conseqüência, explodiu violentamente. E os primeiros anos da experiência liberal foram anos de luto. As autoridades legais em nenhum momento conseguiram ter as mãos livres para cuidar dos demais problemas que lhes estavam a exigir atenção. Tremendos ajustes de contas

ocorreram, seja em Belém, seja no interior. É certo que pelas demais províncias havia episódios semelhantes, que os historiadores têm esquecido de mencionar, para dar a entender que o primeiro Império foi um período de paz e de bem-estar político, apenas sacudido quando D. Pedro tentou a política suspeita que o levou à abdicação. Em nenhuma delas, todavia, esse espírito apresentou as características de violência por que se apresentou na Amazônia. E o resultado mais próximo foi a guerra civil que começaria em 1835 e iria terminar em 1840. Terminaria, não com a vitória das armas legais, mas pela decretação da anistia. Porque, de outro modo, a convulsão, agora já de raízes sociais e econômicas visíveis, não se teria encerrado naquele ano, prosseguindo, mesmo sem impetuosidade, mas favorecida pelas condições criadas pela própria geografia física regional. A ação das forças navais, como das forças de terra, era muitas vezes ou quase sempre prejudicada por esse fator geográfico, pela dificuldade que havia de efetuar operação no tipo das que estavam habituados o Exército e a Marinha. A guerra na selva e na bacia hidrográfica amazônica exigia técnicas diferentes, que não estavam sendo experimentadas, com graves perdas de vida e de tempo.

A Amazônia, portanto, é de ver-se facilmente, vivendo um início de vida política tão difícil, perdia-se nos resultados, que poderiam ter sido mantidos e continuados, da ação que os portugueses tinham executado com tanto sucesso. A lavoura e a pecuária por eles incentivada e levada a algarismos expressivos, no período da guerra civil, comprometeu-se profundamente. Perdeu-se seiva. Seiva representada pelos 30 a 40 mil mortos, como nos rebanhos e nas lavouras totalmente destruídos. A reconstrução não seria fácil e demandaria tempo. É de registrar-se ainda que a lavoura e a pecuária, que constituíam a melhor demonstração da possibilidade de vencer o meio, criando nele uma sociedade que não se vinculasse unicamente a um gênero de vida, aquele da primitividade da caça, da pesca e da coleta da floresta, iam perder o viço pelo surgimento de outro produto florestal, que a Europa e os Estados Unidos começaram a solicitar sofregamente – a borracha. A experiência agrária cessava e a atividade coletora voltava a constituir o maior ou quase exclusivo fundamento de vida de todas as populações que se espalhavam pelo imenso mundo exótico e ainda não se representavam quantitativamente numerosas.

Revelando-se incapazes para obter ou criar condições impeditivas do que sucedera no particular da vida pública, os estadistas imperiais, no particular das competições internacionais, estariam em condições de triunfar sobre perigos que surgissem? O século XIX, como bem sabemos, foi século em que se aguçou violentamente o apetite dos poderosos países que se realizavam economicamente pela exploração intensiva dos territórios ultramarinos. A perda das áreas americanas não fizera que se interrompesse essa atividade expansionista ou colonialista, como escrevemos hoje. Os ingleses, despojados do primeiro império, lançaram-se à formação de outro. Os franceses, os holandeses, os próprios alemães, os belgas e norte-americanos cuidaram também de atender-se nas suas necessidades econômicas criando suas bases imperiais num ultramar africano e asiático que lhes servisse aos mercados de consumo, sustentasse o orgulho nacional e lhes autorizasse o progresso material. No caso especial norte-americano, a desenvoltura imperial se processara sobre a própria terra continental para a ampliação da base física. E com a pressão de contingentes populacionais, as pressões militares, as pressões diplomáticas e as pressões financeiras lograra a elaboração de um gigantesco território, para o que a tese do “destino manifesto” constituíra o fundamento mais forte.

Na América do Sul, lembremos, nem todo o espaço físico fora ocupado. O ecúmeno sul-americano não se mostrava grande. Ao contrário, os trechos desérticos de certo modo podiam ser estimados como áreas maiores, muito maiores que as áreas possuídas social, política e economicamente, portanto, possuídas efetiva e não teoricamente. Em consequência, esses trechos, sob soberania das nações que se haviam constituído sobre os destroços do império espanhol ou português, podiam estar em perigo. Estariam realmente, ou a existência de imensos mundos por conquistar, por verificar, por identificar, por ocupar e explorar na África, asseguraria ausência de perigos, contentando aquelas potências? Na hipótese da existência real desses perigos, os homens que exerciam o poder no Brasil tinham sido suficientemente avisados no considerá-los, adiantando-se a eles na execução de uma política que os evitasse e servisse de demonstração de que estavam atentos e em condições de realizar o que, sustentavam os povos experientes, seria conveniente realizar?

Os altos interesses da humanidade foram, em todos os tempos, alegados para justificar atos de violência contra povos sem poder econômico ou sem poder político. As surtidas sobre a África e a Ásia encontraram apoio naquela estranha motivação. Eram regiões que poderiam concorrer para o bem-estar universal, mas para que tal sucedesse deveria ocorrer a intervenção dos povos capazes, das nações que dispusessem dos recursos técnicos e financeiros, que lhes assegurassem a posição de líderes, e lhes garantissem a exploração social e econômica necessárias à frutificação do bem-estar coletivo. Companhias de comércio, expedições científicas, viajantes curiosos, servindo no pioneirismo do contato com tais terras, foram instrumentos dessa política e ao mesmo tempo tenebrosa.

Ora, os ingleses e os norte-americanos, como os próprios franceses, nesse século XIX, no afã expansionista, tiveram suas vistas voltadas para a Amazônia. As expedições científicas, que despacharam para lá, nem sempre tiveram o objetivo único de verificar o que era a região como espaço físico ou como natureza exótica. Em todas ou quase todas as expedições enviadas com a permissão do governo brasileiro, que parece não ter percebido os verdadeiros propósitos desses cientistas que serviam aos desígnios imperiais de suas respectivas pátrias, o que houve realmente foi o intuito de saber para permitir a formulação de políticas de expansão ou de penetração econômicas.

A Amazônia, como nenhum trecho do América do Sul, foi, assim, intensamente visitada. Esses estrangeiros eram efetivamente nomes consagrados na alta pesquisa científica. Mas em todos eles havia sempre a preocupação maior de saber, de identificar para que as suas pátrias um dia se pudessem beneficiar do que haviam apurado. Serviam à Ciência, é certo, mas serviam muito mais aos interesses políticos de além-mar. Leia-se, por exemplo, o que escreveu o professor norte-americano John P. Harrison¹ ao sustentar a tese que defendemos, indicando nomes e fatos, na base de vasta documentação guardada em bibliotecas e arquivos dos Estados Unidos, os quais tive oportunidade de examinar e utilizar.

1 No artigo "Science and Politics: Origins and Objectives of Mid-Nineteenth Century Government Expeditions to Latin America", in *The Hispanic American Historical Review*, maio de 1955 (vol. XXXV, nº 2), págs. 175-202.

Sob o domínio de Portugal, o Brasil estivera fechado à curiosidade dos estrangeiros. A política portuguesa fora executada sem tergiversações de qualquer espécie. É conhecido apenas o episódio da entrada de um homem de ciência francês, o sábio Charles-Marie de la Condamine, que, vindo do Equador, por ordem do Rei D. João V, tivera sua passagem pela Amazônia permitida, embora com as reservas necessárias, isto é, com acompanhante português encarregado de exercer vigilância para evitar que, no futuro, houvesse a lamentar alguma coisa, como se teve de lamentar. Porque La Condamine sustentaria, na Europa, que o rio Vicente Pinzón, que dizíamos ser o Oiapoque, das divisas com a Guiana Francesa, não era o Oiapoque, o que importava, se fosse vencedora a sua conclusão, em perda de vasto trecho do Amapá.

Após a Independência, os ingleses, os norte-americanos e os franceses pretenderam ter acesso à Amazônia. Os ingleses a começar de 1832, graças à obtenção de um vasto trecho de terra, que desejavam utilizar em operação colonial, de povoamento e exploração de solo e subsolo. Com esse intuito, organizaram companhia, que não foi avante nos seus propósitos, conquanto bem recebida em certos círculos oficiais do Rio de Janeiro, dada a reação que a iniciativa encontrara na região, alarmada com a amplitude do plano britânico. Esses mesmos ingleses, no decorrer da guerra civil, – a Cabanagem, a que já nos referimos – tentaram seduzir, em 1836, o chefe dos rebeldes, o seringueiro cearense Eduardo Nogueira Angelim, para que aproveitasse o momento e desse o passo largo da independência do extremo norte do Império. A Grã-Bretanha, explicavam, não se mostraria indiferente ao comportamento do caudilho cabano, que, todavia, fiel à pátria, recusou violentamente aceitar a sugestão secessionista. E entre 1835 e 1840, não se resguardando mais do propósito imperialista, tentavam os britânicos apoderar-se de larga faixa de terra no Rio Branco. Fazendo plantar marcos, procurando seduzir índios brasileiros, estabelecendo guarnição para intimidar as nossas autoridades da fronteira, lograriam uma neutralização da zona disputada, e posterior êxito com o laudo italiano.

No particular dos Estados Unidos, surgiu com o caso da navegação do Amazonas. Já em 1826, por indicação do ministro brasileiro acreditado em Washington, o Sr. Silvestre Rebelo, incorpora-se uma companhia para navegar o grande rio com barcos a vapor. Até aquele

momento, todo o transporte de mercadorias e passageiros era realizado em embarcações a remo e a vela. Uma flotilha imensa cortava as águas da imensa bacia hidrográfica em todas as direções. A essa flotilha ligavam-se alguns milhares de pessoas, que as tripulavam ou delas eram proprietárias. À chegada do primeiro barco, Belém alarmou-se. Porque a navegação a vapor provocaria imediatamente a ruína de quantos tinham suas atividades funcionando em ligação com as referidas flotilhas. Mais – esses barcos a vapor eram estrangeiros e poderiam provocar a desnacionalização da região. A entrada do *Amazonas*, pois assim se denominava o barco, foi proibida.

Seguiu-se a viagem de dois oficiais da marinha norte-americana – Herdon e Gibbon – que, pelo Ucaiali e pelo Madeira, penetraram o vale, atingindo por fim Belém, de onde se dirigiram aos Estados Unidos. Ali, apresentaram extenso e importante relatório ao Governo, que o remeteu ao Senado, interessado em conhecer a importância da Amazônia no que ela poderia proporcionar ao “bem-estar da humanidade”. Publicada em dois alentados volumes, a exposição dos dois oficiais provocou sensação. Realmente, a Amazônia aparecia, nas páginas que escreveram, como um mundo aberto à iniciativa dos povos capazes, e entre esses não pareciam estar incluídos os brasileiros. A riqueza em matérias-primas, que inventariavam, necessárias à fortificação dos parques industriais das nações que se desenvolviam em bases de manufaturas, estava convidando à inversão do capital-disposição, do capital-técnica e de recursos em dinheiro.

A essa altura, a opinião pública norte-americana vinha sendo mobilizada, à volta do Amazonas como problema da humanidade, pela série de artigos e de pronunciamentos feitos em assembléias por um outro oficial de Marinha, o tenente Matthew Fontaine Maury, que o descobrira e o vinha indicando aos seus co-nacionais para a façanha da ocupação e da exploração econômica. O “destino manifesto”, que os norte-americanos se atribuíam como continuadores da obra de expansão e de imperialismo até então realizada mais intensamente pelos britânicos, de que se diziam os herdeiros mais diretos, mais capazes, não devia ser uma empresa apenas reduzida (e como era reduzida!...) à formação, em termos de grandeza, da base física da pátria pela continuidade continental, que lhes exigia os sacrifícios de uma aventura constante em direção ao

Pacífico. Ao contrário, precisava ser determinada mais seguramente pela irradiação extracontinental, no caso mais à vista, sobre a Amazônia, que seria uma continuação geográfica e econômica dos Estados Unidos, empenhados, já àqueles dias, em determinar-se perante o mundo pelo robustecimento de sua potencialidade industrial. Maury, provocando o interesse, movimentando as atenções de parlamentares, jornalistas, estudiosos, homens da alta administração nacional, era uma voz ouvida, que poderia pôr em grave perigo a soberania do Brasil na sua área amazônica.

Os Ministros do Brasil em Washington, Sérgio Teixeira de Macedo e Carvalho Moreira, alarmaram-se em face do que ouviam, liam e sentiam perto como perigo iminente. Em correspondência para o Ministério do Exterior denunciavam os planos que se arquitetavam, e em entendimentos com as autoridades do país em que estavam acreditados, tentavam o impossível para pôr termo à campanha. A expansão norte-americana, que deitava olhares cobiçosos sobre as Antilhas, e os exemplos, de ontem e de hoje, a que estavam assistindo, eram bastantes para que compreendessem os perigos a que se expunha o Brasil. A ação militar para a preservação da nossa soberania não lhes parecia eficaz. O que se fazia necessário era, ou ceder aos norte-americanos, proporcionando-lhes o uso das águas da bacia hidrográfica mediante os acertos convenientes, ou conseguir o desinteresse de seus capitais e de seu próprio governo, através de uma ação continuada, a resposta incisiva às afirmativas (muitas delas profundamente fantasiosas) de Maury e seus seguidores, e uma política a ser realizada sem mais demora na região, visando a demonstrar a nossa capacidade para enfrentar problemas da magnitude dos que a Amazônia oferecia e o interesse que lhe votávamos. Os interesses da humanidade seriam melhor resolvidos pela nossa atuação direta, ininterrupta e dinâmica, que pelo concurso ou a interferência intrusa de elementos que não se ligavam às condições locais nem falavam à nossa formação étnica.

Dizia o ministro Sérgio Teixeira de Macedo, em novembro de 1850, dirigindo-se ao ministro do Exterior, então o eminente Paulino José Soares de Sousa: “O anglo-americano se acha inteiramente convencido de que ele tem de regenerar o mundo todo, dar nova forma de governo a toda a sociedade humana, e dominar por sua influência todas

as partes do mundo, de que ele ocupa hoje o centro, em razão de sua posição, que domina os dois grandes oceanos, o golfo do México, e o mar das Antilhas.” E pouco depois, a 26 de dezembro, mais incisivamente – “Não há para mim a menor dúvida de estar a atenção dos homens políticos deste país dirigida para qualquer empresa com o fim de se apoderarem do Amazonas.”

Soares do Sousa, com o peso da sua responsabilidade, ouvido pela ponderação de suas reflexões, certo de que havia realmente perigo à vista, alertado pelo substituto de Teixeira de Macedo, agora Carvalho Moreira, tanto mais quanto o próprio presidente dos Estados Unidos, em sua mensagem anual ao Parlamento, lembrara que seria de toda conveniência a abertura do Amazonas à navegação internacional, pois ali se encontrariam “fundos inexauríveis de riqueza”, tratou de promover aquela política realista que se impunha – sugeriu a organização da companhia de navegação a vapor com o capital brasileiro, solicitado a Mauá, e a constituição imediata da Província do Amazonas, projetada duas décadas antes mas até então sem merecer aprovação do poder competente.

O Conselho de Estado foi mandado ouvir pelo Imperador. O Sr. W. Trousdele, acreditado junto ao governo brasileiro como ministro norte-americano, solicitava (1853) a abertura do Amazonas. Soares de Sousa encarregou-se de relatar a matéria. Suas razões, ainda inéditas até hoje, constituem uma das peças de maior elevação que lhe saíram da pena, ao mesmo tempo que refletem o ponto de vista nacionalista que dominava o Conselho de Estado. Num exame minucioso do que vinha ocorrendo no mundo em matéria de navegação de grandes bacias, dos motivos invocados pelos norte-americanos, títulos que possuíamos para manter a porta fechada, condições da conjuntura internacional, perigos que nos rondavam, política imediatista e a longo prazo a adotar, o futuro Visconde do Uruguai propôs o problema. E concluiu por que a orientação a seguir não seria a da franquia pura e simples, mas a de uma segura ação do Estado, que demonstrasse a nossa presença e a nossa decisão de realizarmo-nos sozinhos. Mais – um entendimento franco e amistoso com os outros ribeirinhos sul-americanos para a utilização em comum das águas do Amazonas. Quanto aos norte-americanos e ingleses, negociações que não nos causassem embaraços, no futuro. A abertura pura e

simples do rio, como era advogada tão intempestivamente, equivaleria a “uma espécie de comunismo internacional das águas daquele rio”.

A resposta brasileira, comunicada pelo ministro Limpo de Abreu em 13 do setembro do 1854 foi, assim, um não bem positivo. As tentativas posteriores pouco significaram. A diplomacia imperial atuava junto aos governos dos nossos vizinhos, alertando-os e impedindo-os de tomar posição menos interessante aos nossos pontos de vista, anulando mesmo os êxitos que os diplomatas do Norte porventura haviam alcançado. A história de toda essa larga disputa internacional foi apenas a florada. Esconde capítulos interessantíssimos, que dignificam os nossos representantes no exterior e mostram muito positivamente a existência de uma orientação firme dos homens que dirigiam as nossas relações com outros povos.

Quanto aos franceses, o interesse e os propósitos de participar da vida amazônica são os mais variados. E podem ser arrolados desde as ousadas penetrações efetuadas no Amapá, à montagem de estabelecimentos militares, postos fiscais, propaganda da soberania francesa, discussões diplomáticas acerca dos pretensos títulos de posse e de domínio sobre as circunvizinhanças do Amazonas, no que chamamos de Guiana brasileira, pretensões que, se certas, os levariam a atingir o vale do rio Branco. Em nenhum momento, todavia, os franceses se mostraram dispostos a uma negociação franca. Argumentavam sem apoio na verdade geográfica, confundindo acidentes físicos, alterando denominações de lugares e por fim logrando que uma área da costa, que pretendiam, fosse considerada litigiosa e neutralizada.

A política que o estado brasileiro efetuou na Amazônia, no decorrer do Império, e que pode ser constatada através de todo o vasto documentário que os arquivos guardam e dos seus resultantes visíveis, foi uma política que não envergonha os responsáveis pela soberania nacional naquele trecho da pátria. Se no primeiro momento não puderam ou não souberam evitar a guerra civil, depois praticaram toda uma série de atos da maior importância, visando manter a região e assegurar condições melhores às respectivas populações. A fixação das fronteiras, por exemplo, foi iniciada depois de convenientemente apurados os nossos títulos por um “fronteiro” ilustre, Duarte de Ponte Ribeiro.

O *rush* da borracha, que se abre nessa fase a começar mais ativamente na sétima década do século XIX, a presença de muitos milhares de maranhenses e nordestinos que vêm participar da exploração da floresta ao lado dos colonos amazonenses, e criar, na fronteira política, a seiva que a transformasse aqui e ali em fronteira econômica, se realmente não foi uma consequência da intervenção do poder público, constituindo antes um reflexo da iniciativa privada e de solicitações dos mercados exteriores, que consumiam, sem cessar, a matéria-prima extraída das seringueiras, nem por isso importou em ausência do estado, que facilitou condições para que a atividade se coroasse de pleno êxito.

Quando, pois, abrimos às bandeiras das nações amigas a navegação do Amazonas, possuíamos a segurança necessária para evitar que a concorrência estrangeira desnacionalizasse a região. Os perigos teriam sido encerrados. E abrir-se-ia uma nova fase de bem-estar, de progresso, de segurança total. A República herdaria uma Amazônia ativada e em condições de assegurar ao país elementos que lhe servissem ao impulsionamento de seu processo de desenvolvimento, não mais rotineiro, mas agora dinamizado. Certo? Seria esse realmente o quadro que tínhamos pela frente? Os homens de governo, sob a República, não se teriam de preocupar mais com o mundo amazônico que seguiria serena e ativamente sua sorte, integrado inequivocamente no Brasil?

O ciclo da borracha iniciara-se ainda sob o Império, mas sua maior ativação iria ocorrer sob a República, sem que, todavia, de parte do poder público, houvesse a execução de quaisquer medidas que permitissem a afirmativa ou a conclusão de que tal ativação decorria de uma política de estado. Ao contrário, o impulsionamento da produção, com o assalto à floresta para a colheita do leite precioso, resultava muito mais das solicitações cada dia mais intensas dos mercados industriais do Velho Mundo que de atos ou de iniciativas governamentais, que facilitassem, condicionassem ou mesmo impulsionassem a produção. Tudo que estava ocorrendo e demonstrando a existência de uma coletividade que enriquecia e se realizava dinamicamente, era fruto da iniciativa privada – fundação de seringais, extração do leite das seringueiras, circulação de mercadorias, movimentação de braços, investimentos de capital, aumento do poder de transporte pelo movimento das frotas em navegação, financiamento aos empreendimentos comerciais. Tudo isto era efe-

tiva, exclusiva atuação da iniciativa privada, que, por isso mesmo, comandava a vida regional sem considerar a existência do poder público senão como um elemento estranho, isto é, um instrumento que, não participando da empresa gomífera, comparecia apenas para tributar e arrecadar impostos sem nada proporcionar em contrapartida.

O *rush* gomífero, transmitindo à Europa, principalmente, a notícia de que a Amazônia era um mundo em transformação rápida, como era natural, um interesse especial, interesse que poderia ser utilizado para a desnacionalização regional. O capital empregado no grande negócio da borracha, por intermédio das chamadas “casas aviadoras”, na realidade não lhes pertencia. Era capital dos mercados consumidores que se voltavam para o empreendimento como uma aventura de singular rendimento. O número cada vez maior de estabelecimentos estrangeiros que se abriam em Manaus e em Belém, seja para intervir diretamente na operação ligada à produção de borracha, seja para viver à sombra dos rendimentos que se auferiam da mesma operação, importava na melhor e mais viva demonstração de que a Amazônia estava sob a alça de mira do exterior. Os homens de negócio brasileiros, estabelecidos nas duas cidades, faziam as vezes de autênticos intermediários, indiferentes ou sem perceberem realmente o que estava acontecendo. O Brasil, na sua indiferença pelo fenômeno amazônico nos aspectos geopolíticos que apresentava, contribuía, pela ausência, para que a interferência estrangeira se verificasse em escala crescente. As relações de ordem mercantil, fundamentais, faziam-se com a Europa e, em menos escala, com os Estados Unidos. Com os demais pontos do Brasil eram muito inferiores. Praticamente, quase não existiam. O mercado para a borracha era o exterior. O Brasil não consumia borracha, pois não dispunha de parque industrial. Viajava-se, para educar os filhos ou para passear, em direção à Europa. O Rio de Janeiro não apresentava condições de atração. Os bazares, os magazines, os centros de diversão eram todos abastecidos em Paris, Inglaterra, na Itália, na Alemanha, em Portugal. Comia-se e bebia-se, vestia-se de acordo com o que vinha de lá.

Os viajantes nacionais e estrangeiros que visitaram a Amazônia no período do *rush* foram unânimes em assinalar a presença do contingente estrangeiro que já murmurava, sem receios, contra a própria integridade nacional, imaginando que os seus investimentos seriam

suficientes para desintegrar o extremo-norte, levando-o a uma separação. Leiam-se esses viajantes. Leia-se, para exemplificar, o famoso geógrafo e viajante francês Henri Coudreau. Em mais de um de seus trabalhos, editados em Paris, em especial *Les Français en Amazonie*, encontramos páginas, capítulos anunciando o descobrimento e sugerindo que a França aproveitasse o ensejo para construir o seu império na América do Sul através de uma cooperação efetiva à realização do que ele anunciava como constituindo já um anseio local. Esqueciam todos quantos concluía, num imediatismo que revelava o desconhecimento de certos fatores essenciais na conjuntura então vivida, que os que realmente estavam efetivando a façanha do desbravamento da hinterlândia e criando aquele estado de euforia econômica não se desprendiam do sentimento de fidelidade à pátria comum. Não constituíam apenas a grei amazônica, mas, principalmente, na operação contra a floresta, o contingente vindo do Nordeste e fundamentalmente caracterizado pelos mais visíveis sentimentos de brasilidade. Não apenas os seringueiros eram nacionais, mas igualmente uma corrente de médicos, bacharéis, engenheiros, agrimensores, chegava constantemente às duas metrópoles regionais, para ganhar na profissionalização de seus serviços, e insensivelmente contribuindo para assegurar os laços de solidariedade para com a nação mãe.

O ciclo da borracha assegurava nomeada internacional à Amazônia e permitia-lhe a realização de uma hora sensacional na vida do país. A República consolidava-se depois dos entreveros dos primeiros governos militares, pelos recursos advindos do binômio café e borracha, que autorizavam a tranqüilidade econômico-financeira, caminho para a tranqüilidade política. Aqueles outros produtos que, na Colônia e sob o Império, tinham assegurado vitalidade ao Brasil ou à mãe pátria, perdiam no conjunto estatístico e na contribuição que davam ao tesouro nacional, para o café e a borracha, que assumiam agora a direção financeira.

Dois casos graves vieram, porém, provocar a atenção do poder público nacional para a Amazônia, servindo para indicar que não era possível continuar aquele estado de espírito distante. Impunha-se uma atenção e uma política de estado. Esses casos ocorreram no Amapá e no Acre quando o ouro, que atraía nacionais e estrangeiros, provocou conflito com os franceses da Guiana. Em ambos os casos, o Barão do Rio

Branco exerceu atuação providencial, impedindo que os acontecimentos nos levassem a uma solução de sangue. No caso do Amapá, o ataque francês, em maio de 1895, aos brasileiros que labutavam ali, fora repellido pelos que obedeciam ao comando de Veiga Cabral, que organizara a defesa e constituíra governo de emergência em face dos perigos da presença da cobiça francesa. Os títulos brasileiros não tinham sido suficientes até então. Vasta literatura de caráter histórico, geográfico e jurídico servira à nossa argumentação, mas sem resultados maiores que a dilatação de uma solução definitiva. Em livro famoso, *L'Oyapoc et L'Amazone*, Joaquim Caetano, e antes dele e depois dele o Visconde de Uruguai, Tito Franco, Monteiro Baena, Barão de Marajó, Duarte da Ponte Ribeiro, Miguel Lisboa, haviam explorado o assunto provocando esmagadoramente o fundamento das teses que sustentávamos acerca do exercício de nossa soberania, resultante da soberania exercida ininterruptamente por Portugal na fase em que fôramos parte integrante de seu ultramar. Um arremedo de república independente, caricata tentativa do francês Jules Grós, que se intitulara presidente da nova nação, constituíra grotesco esforço para desnacionalizar ou desbrasileirar a região. Rio Branco, conseguindo que a França concordasse com a arbitragem, obteve o triunfo da sentença lavrada pelo presidente da Confederação Helvética, reconhecendo os direitos do Brasil.

No segundo caso, que, como o do Amapá, emocionara o país, numa dessas demonstrações de sensibilidade exterior tão características de nossa psicologia coletiva, a solução foi mais difícil e exigiu uma técnica nova. Ao invés da prova dos títulos imemoriáveis, com a arbitragem, a negociação direta, sob a pressão dos acontecimentos. A arbitragem era uma solução perigosa. O desbravamento do que seria posteriormente o Acre, compunha capítulo cheio de bravura dos seringueiros. A Bolívia e o Peru disputavam entre si o vasto território, e, em consequência, o disputavam também a nós. Mas nem peruanos nem bolivianos lá se encontravam quando os seringueiros nordestinos o atingiram. O descobrimento e o domínio manso, continuado, sereno e atuante estava nas mãos dos brasileiros. O conflito, que não vamos historiar mas recordar nas linhas essenciais a esse estudo, começara no dia em que as autoridades bolivianas, devidamente autorizadas pelo governo brasileiro, que então proclamava o Acre como espaço físico boliviano, instalaram a sua

aduanas e iniciaram o exercício de sua soberania política. Os seringueiros, que no seu primarismo não podiam compreender a significação de ajustes diplomáticos que lhes impunham autoridades de língua diferente, desasossegaram-se e passaram à ação militar, iniciando a série de movimentos que em 1903 tiveram seu fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo qual as duas nações se entendiam, reconhecendo-se nos o Acre. Rio Branco vencera a partida pela negociação direta, insistia-se, no que tivera de discordar de Rui Barbosa, que desejava a arbitragem como se preconiza na Constituição Federal. Cabe aqui referir, mesmo a vôo de pássaro, que Rio Branco intervieria na contenda não apenas porque os seringueiros brasileiros estivessem de armas na mão, lutando contra os soldados do exército regular da Bolívia, ou porque o Estado do Amazonas, que se considerava lesado em seus interesses fiscais-financeiros, interferisse ajudando os revolucionários e de certo modo dando-lhes a motivação para o estado de espírito em que se encontravam. O que alegou, e realmente serviu de fundamento para a atitude firme que assumiu, foi o perigo que se abria para a segurança continental, com o processo de domínio por meio do qual a Bolívia pretendia assumir o controle da região conflagrada.

Não se sentindo firme para o exercício de seu poder soberano, voltara-se para o capitalismo internacional, concedendo o Acre a um sindicato norte-americano e britânico, norte-americano principalmente, que se constituía com a participação de elementos expressivos da alta finança internacional e de homens do governo dos Estados Unidos, conforme acaba de verificar o ensaísta Leandro Tocantins, num livro sensacional, de vasta e inédita documentação, que vai lançar à luz. O sindicato, chamado Bolivian Syndicate, vinha repetir na América do Sul o que as famosas “companhias de carta” estavam efetuando no Oriente e na África. Lá, elas serviam de cabeça de ponte para a penetração imperialista das potências que vinham descobrindo aqueles pontos distantes do mundo, que desejavam possuir a título de servirem aos interesses da humanidade, levando-lhes as venturas da civilização européia, buscando matéria-prima e mercado para os seus produtos industriais. Essa civilização impunha-se pela boca dos canhões e pela exploração impiedosa dos homens que, na candidez de suas cores, diferentes das cores dos europeus, lhes abriam as portas de casa, recebendo os missionários e os

agentes das companhias nos acordos que firmavam e em breve se transformavam em acordos que equivaliam a perdas de independência e em imposições de domínios estranhos, cheios de cupidez. O Bolivian Syndicate estava estruturado dentro de bases semelhantes aos das companhias de cartas. Seus artigos sucediam-se na concessão de tudo quanto pode caracterizar a soberania de uma nação. A Bolívia, por eles, entregava-se ao capital internacional pondo em risco a segurança não apenas dela própria, mas das outras nações do continente. Se, para atingir o Acre, onde o Sindicato podia ou devia manter forças navais, o caminho era o Brasil, ou os rios amazônicos integrantes da bacia, com acesso unicamente pela porta de entrada do Atlântico, portanto uma porta de entrada brasileira. Rio Branco antevira o perigo e apressara-se em desmanchá-lo. E o desmancharia. Prestara um alto serviço ao Brasil e a todo o continente. O Sindicato, diria a própria Bolívia, escondia processos que mais se prestavam às terras bárbaras do Oriente e da África, que a um mundo em transformação e em fase de conquista definitiva de sua soberania para viver livre, como era o caso da América.

O episódio, evidentemente, não seria bastante para demonstrar que se impunha uma política de caráter nacional para o extremo norte, evitando-se que novas surpresas viessem intranquilizar a nação brasileira? Rio Branco, na sua política amazônica, fez criar o Território do Acre, de certo modo estabelecendo o precedente de um novo tipo de unidade estatal que não constava do estatuto magno da República. Nações vizinhas, como a Argentina e a Bolívia e os Estados Unidos, tinham em seus quadros administrativos o padrão em que se modelou o barão. Poderia ter sido aproveitado o momento para uma reforma do quadro territorial do Brasil na sua área amazônica? É óbvio que o momento poderia ter sido oportuno. O barão possuía uma força imensa no país, pelas vitórias que alcançava no campo internacional. Mas o que é verdade é que o regime federativo então defendido como uma realização intocável do regime não podia sofrer na própria carne a sangradura daquela violência.

É possível que Rio Branco, conforme se pode verificar de sua correspondência com os governantes, os parlamentares com que contava para a defesa de seus atos, e os diplomatas de que se valia para a presença do Brasil no concerto mundial, haja imaginado a adoção de uma política

visando à Amazônia. Não podemos afirmar que tivéssemos tentado executá-la ou pelo menos projetá-la. Mas no esforço que despendeu para pôr termo às questões de limites na região, e no ato por que fez criar o Território do Acre, ao invés de, pura e simplesmente, fazê-lo entregar ao Estado do Amazonas, que o desbravara e o ajudara com recursos em dinheiro, armas e pessoal especializado em operações de guerra, não deixou entrever que a Amazônia estava em suas cogitações como um área que exigia atenção particular? Demais, será conveniente assinalar que, pouco depois de encerrado o conflito do Acre, no tocante à Bolívia, esse mesmo Acre voltava a preocupá-lo em face do surgimento de um novo problema, criado com as exigências do Peru, que não cedia nos seus desejos de possuir o vale do Alto Juruá e se preparava para uma atitude perigosa – a das armas, conforme acaba de indicar, em monografia interessantíssima, o historiador norte-rio-grandense Castelo Branco Sobrinho². Multiplicando-se silenciosamente nas providências para evitar a guerra e para triunfar sobre o adversário na disputa diplomática, Rio Branco operou verdadeiros prodígios, que até o presente nenhum de seus biógrafos assinalou. Talvez em nenhum momento sua ação tenha sido tão hábil e tão segura como ao enfrentar a diplomacia peruana, ação que se desenvolveu em tamanho silêncio que só hoje, pela documentação dos arquivos, poderemos conhecê-lo, e tomar consciência de quão sério foi aquele momento internacional. A guerra foi evitada e o Brasil manteve em suas mãos o território do Alto Juruá.

A Amazônia estava, no momento, na cogitação de escritores do tipo Alberto Rangel. Fazia-se sobre ela uma divulgação sensacionalista. Era o Inferno Verde onde se morria sem grandeza. A sociedade que se elaborara na empresa gomífera vivia numa aventura continuada. Ninguém indicava o extremo norte, no entanto, como um mundo que deveria ser possuído através da execução de uma política de Estado, nessa política de Estado compreendendo-se não apenas a ação direta do Poder Público na mobilização e inversão de recursos ou no planejamento de uma operação de conquista e de domínio material, mas igualmente na criação de condições e no impulsionamento da iniciativa privada para empreendimentos visando ao domínio útil do espaço geográfico. Devia encerrar-se

2 “Nos Vales do Xingu e Tapajós”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, abril a junho, 1960.

a fase da surtida sertanista, que produzira a ampliação da fronteira econômica mas, ao mesmo tempo, impusera, pelas condições por que se processavam as atividades criadoras no campo econômico, uma tremenda dispersão dos contingentes humanos. Em conseqüência, não se realizava, demograficamente, uma obra permanente de fixação. Todo o esforço para vencer a floresta ou para aproveitá-la no negócio da borracha e das outras espécies vegetais que foram sendo descobertas e foram encontrando mercado no exterior restringia-se à margem dos grandes e pequenos afluentes do Amazonas ou de subafluentes. O domínio da própria floresta não se efetuava. Constituía esplêndida exceção o que se realizara entre Belém e Bragança, no Pará, experiência admirável que podia e devia servir de exemplo a quantos descreiam da possibilidade de vencer-se a floresta e ocupá-la, substituindo-a por uma lavoura permanente. A estrada de ferro aberta ali dera margem ao aparecimento de núcleos urbanos e a uma lavoura de sustentação interessante, lavoura assegurada pelo mercado que era Belém e levada adiante pelos mesmos nordestinos que faziam o negócio da borracha.

Os homens de Estado da região mostravam-se de uma mediocridade lamentável. Nenhum deles lançava suas vistas para qualquer programa de desenvolvimento dos recursos em potencial. Quando usavam os dinheiros públicos em obras de vulto, a inversão restringia-se às duas Capitais – Belém e Manaus. Leiam-se as mensagens daqueles governantes e o que se verificará é que todos esperavam sempre que a borracha suprisse os respectivos estados dos recursos indispensáveis para todos os serviços. Metrôpoles caracterizadas pela atividade mercantil, verdadeiros entrepostos para as iniciativas da exploração do interior, consumiam todas as possibilidades da região, em nenhum momento mostrando-se dispostas a dar o passo visando ao aproveitamento imediato de toda a riqueza local. Belém e Manaus recebiam mercadorias do exterior e as exportavam para o interior, de onde recebiam as peles de borracha e as toneladas de castanhas que, a seu turno, exportavam para o exterior. A concorrência dos plantadores de seringueiras no Oriente provocou o desastre pela destruição seguida de monopólio que exercíamos, empobrecendo-nos velozmente. Ocorreu o abandono dos seringais, verificando-se verdadeiro êxodo. O interesse dos capitais vindos do exterior para o negócio da goma também diminuiu. A Amazônia perdia a pro-

jeção que alcançara. O que os viajantes e os observadores, os cientistas, haviam escrito deixaria de ser lido, meditado, não mais servindo ao apetite daquele capital, e talvez de propósitos tão perigosos como os que haviam coberto os mundos distantes da África e do Oriente.

Sucedeu, porém, que esse interesse não deixou de existir. Agora, até se revelava com mais intensidade. Porque, tendo perdido a nomeada como produtora de borracha, a região não se desprestigiara no tocante às suas imensas reservas de matérias-primas tropicais, que os homens de negócio conheciam, sem que os homens do governo, regionais ou nacionais, percebessem o que poderiam representar numa empresa de recuperação. E tanto era verdade a existência desse interesse que as expedições “científicas” não a abandonaram. Hamilton Rice, com grandes equipes de naturalistas, médicos, engenheiros, geólogos, foi um desses atuantes no campo da pesquisa. Depois, com espetaculosidade, foi a vez de Teodoro Roosevelt, que, na própria Amazônia, provocava a suspeita de estar tentando um contato visando a nova aventura militar e política, como aquela que o levava a Cuba. Uma expedição espanhola, sob a direção do comandante Iglésias, largamente subsidiada pelo governo espanhol, pretendeu proceder ao levantamento da natureza nas suas melhores perspectivas econômicas. Cobria todos os departamentos do saber humano que poderiam ter relações com o programa que se traçara. Não há memória de comissão científica, de tamanho porte, atuando na região. Mas foi impedida pelo Governo brasileiro, que suspeitara de seus propósitos, de penetrar em águas e terras nacionais.

Por ocasião do conflito do Acre, um historiador, que era, no momento, grande homem de negócios, João Lúcio de Azevedo, escrevera uma série de artigos na imprensa diária de Belém, pedindo a atenção do país para o que ele considerava, no particular do Bolivian Syndicate, tentativa imperialista norte-americana. Araújo Lima e, antes dele, o economista Luís Cordeiro denunciavam perigos à integridade nacional no vale, ante a possibilidade de capitalistas estrangeiros, norte-americanos de preferência, estarem cogitando de tomar a Amazônia como campo de inversões, numa repetição ousada do que estavam fazendo na África. E em consequência, no Rio de Janeiro e em livro que se editou em Belém, os dois expuseram o que imaginavam em processo de elaboração.

Os capitais estrangeiros apareciam aos olhos de todos ou de quase todos, como necessários, essenciais mesmo a qualquer desejo de desenvolvimento. Não se compreendia, em face das inversões em portos, estradas de ferro, serviços de eletricidade, que se pudesse caminhar em direção ao futuro, progredindo sem a cooperação dos contingentes e do dinheiro da finança internacional. O que se chama hoje de imperialismo econômico-financeiro não era apontado, no Brasil, como um perigo capaz de provocar desmembramento ou de derrocar sistemas políticos. Via-se nele o elixir para todas as enfermidades econômicas de que padeciam as nações fracas, debilitadas, as nações que na terminologia de nossos dias chamamos de subdesenvolvidas. É certo que aquelas vozes de aviso se levantavam, mas sem o menor eco, ignoradas ou desprezadas. É certo que os problemas da Amazônia, indicados por Euclides da Cunha quando imaginava a Transacriana, o povoamento sistemático, a reforma técnica de produção regional – indicadas, com certa dose de alarmismo, por Eduardo Prado, em uma série de notas de imprensa, mais tarde reunidas em livros –, tinham sido propostos com certo realismo, contrastando os que o equacionavam e conceituavam com quantos faziam a literatura sensacionalista a que nos referimos. Concessões que abrangiam imensos trechos de águas e terras foram feitas pelos governos do Amazonas e Pará a esses capitais, reunidos em companhias de exploração com poderes e vantagens desmedidas. Algumas dessas concessões, que se destinavam à exploração do subsolo, não foram adiante. Caducaram, não se renovando. Algumas delas pretendiam pesquisar “óleo mineral”, disfarce demasiado inocente para ocultar a busca do petróleo. E uma de tais concessões cobria justamente a ocorrência de Nova Olinda... O que é hoje o Território do Rio Branco foi, nessa oportunidade que se proporcionava à finança internacional, praticamente negociado com capitalistas norte-americanos, que só não tiveram êxito porque a isso se opôs o Presidente Epitácio Pessoa, que desautorizou a operação de empréstimos no Estado do Amazonas, através do qual ia consumir-se o negócio.

Cabe aqui registrar que um geopolítico espanhol, Badia y Magruda, examinando o complexo regional, os conflitos que explodiam aqui e ali no vale, seja nos trechos brasileiros, seja nos trechos hispano-americanos, analisando o processo de ocupação efetuado pelos

nordestinos, que ele via como um grupo humano fadado a criar uma nacionalidade capaz, vigorosa, previa para muito breve o desmembramento de todo o imenso espaço físico da região que passaria a constituir um Estado de amplas possibilidades e com uma natureza cultural distinta no Continente. Comprovariam os acontecimentos futuros a tese ousada do escritor, ou ele se revelava apenas mais um romancista na interpretação fantasiosa da Amazônia? O livro de Badia y Malagrida, intitulado *El fator geográfico en la Política Sudamericana*, já em segunda edição, lançado há pouco mais de uma década, não mereceu a análise de quem quer que fosse entre nós. Suas profecias não se materializaram. A tese que defendeu está, no entanto, voltando a ser concebida, defendida, sob novos ângulos, mas no fundo adotando como verdade a secessão ou a utilização do espaço rico por povos capazes, uma vez que os seus legítimos possuidores não revelaram disposição ou condições para a façanha.

A conferência que o Presidente Getúlio Vargas programou para reunir em Manaus, com a participação das nações sul-americanas que possuíssem territórios na bacia amazônica, importava, evidentemente, numa providência salutar. Lembrava o esforço de Bolívar quando pensou em promover a unidade continental contra os esforços da Santa Aliança e tentou realizar uma assembléia no Panamá em que se fixariam as linhas iniciais de harmonia nas Américas. O estadista brasileiro, convocando os países amazônicos, procurava criar um estado de consciência continental à volta dos assuntos graves da conjuntura amazônica, que, entendia ele muito acertadamente, deveriam ser examinados e programados nas suas soluções como uma política, não apenas desta ou daquela potência sul-americana, mas do conjunto delas, que desse modo se imaginariam numa demonstração de solidariedade, de boa vizinhança e de pragmatismo consciente para definir-se perante o mundo na maturidade que a operação iria significar. O eco da sugestão, como era natural, fez-se sentir imediatamente. Não no Brasil, onde pouco se considerou a matéria, mas nas nações vizinhas, interessadas e entusiasmadas com o projeto. Houvera tentativa anterior, no particular da borracha, cujos problemas um economista, o senhor Cosme Ferreira Filho, pretendeu solucionar pela movimentação e unificação da política continental, mas também não frutificara.

O Instituto da Hiléia, sugerido por outro brasileiro, Paulo de Berredo Carneiro, à Unesco, visava à mobilização de recursos universais para a gigantesca empreitada. Não se compreendia, sustentava o delegado brasileiro, que, sem o concurso da técnica e da ciência universais, fosse possível domar a natureza amazônica, criando ali as condições de habitabilidade e de ação econômica capazes de permitirem que a região se integrasse entre os espaços eficaz e definitivamente humanizados. A tese era arrojada, mas certa. Porque, na verdade, nenhum país, por si só, seria capaz da empresa, que exigia o emprego de todo um vasto equipamento e de grupos de trabalho da mais alta qualificação. O que precisava ser preservada era a soberania dos estados-membros da comunidade amazônica. Nada de pôr-lhes em perigo esse direito centenário e de que, seguramente, não se mostravam dispostos a abrir mão. Ora, o que se pode constatar é que nações participantes da Unesco, quando aprovaram o projeto inicial, entendiam que era chegada a hora de vir a participar do “butim”, como lhes parecia o negócio tão honestamente proposto.

Em nenhum momento, note-se bem, pôs-se em dúvida o propósito alevantado do delegado brasileiro e dos que, posteriormente, se ocuparam do assunto nas reuniões promovidas para a constituição do órgão internacional. O que provocou a desconfiança foi a presteza de certas nações em procurar trazer a sua intervenção no negócio, numa revelação muito clara de que não vinham colaborar no empreendimento visando ao bem-estar de uma região, com reflexos imediatos no bem-estar da humanidade, mas satisfazer seus interesses imediatos. O clamor teve seu fundamento na literatura que certos especialistas estrangeiros começaram a escrever, a propósito do programa da Unesco, e em cujas páginas, fazendo o elogio dos planos a serem elaborados, já sustentavam a tese suspeitíssima de que os interesses da humanidade estavam acima dos interesses dos países que possuíam fisicamente a Amazônia, alegavam que sobre ela exerciam a respectiva soberania, mas não se haviam revelado com suficiência para decifrá-la, vencendo seus mistérios e incorporando-a realmente às respectivas civilizações. Essa literatura existe, anda traduzida em várias línguas. Por ela podemos facilmente concluir o que escondiam certos povos, que perdiam suas possessões no Oriente e na África, de onde estavam saindo corridos pela violência dos colonizados, cansados de suas extorsões e de seus apetites insofridos.

As medidas isoladas que os vários países amazônicos começaram a adotar, medidas que não são suficientes, como atos isolados, para a modificação do *status* atual da região, refletindo um estado de espírito, não significam que esses países estejam devidamente conscientes de que devem fazer e da pressa que devem ter em efetivá-las. O caso do Brasil é típico. Votado pela Assembléia Constituinte de 1946, o artigo 199 da Constituição – que determinara a execução de planos quinquenais, num prazo mínimo de vinte anos, e na base de recursos financeiros anualmente votados no Orçamento da União, mas constante, igualmente, de recursos obtidos nos estados e municípios cobertos pelas providências oficiais, criando órgão encarregado dos planejamentos e de sua execução anual – opuseram-se-lhe todas as dificuldades e um funcionamento regular e liberto do primarismo da política partidária. Os recursos constitucionais não são pagos. O primeiro plano quinquenal remetido no tempo próprio ao Congresso não mereceu o pronunciamento de uma só das várias comissões que sobre ele deviam opinar, tudo isso significando que a consciência nacional continua indiferente ao problema, seja na sua solução unilateral, isto é, a cargo do Brasil, na sua parte, seja na solução continental, que nos parece necessária. A situação de precariedade de recursos em que se debate o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, fundado em face das resistências opostas ao Instituto da Hiléia, mas ao qual não se provê dos elementos materiais e humanos qualificados para que possa cumprir os objetivos por que foi estabelecido, é outra prova da inexistência de uma consciência nacional. Um porto franco criado em Manaus, já se faz quase dez anos, não passou ainda do texto da lei, provocando, no entanto, alarmas com os países vizinhos, que se julgam prejudicados com a nossa política unilateral.

Há, no mundo de hoje, multidões famintas. Famintas porque não possuem um palmo de terra para cultivar, porque não dispõem de comida com que mitigá-las. E nessas áreas famintas, a população cresce da maneira mais alarmante. Não vamos procurar entrar no exame das causas desse crescimento. Apenas queremos registrá-lo, acentuando os perigos a que se está chegando se não houver uma solução rápida e eficiente. Literatura especializada vem sendo escrita a propósito. Entre nós, no Brasil, figuras da expressão de um Castro Barreto estão pedindo a nossa consideração para o tema grave, profundamente grave. Ainda há

pouco, Sauvy, o eminente demógrafo francês, num livro interessantíssimo e muito cheio de exatidão, intitulado *De Malthus a Mao Tse-Tung*, depois de examinar, à luz dos melhores ensinamentos técnicos, a situação que se cria para o mundo sem disposição para enfrentá-la com decisão, chega à conclusão, referindo-se a um ponto de vista de Josué de Castro, de que essas populações, tomando consciência de seus direitos e de que existem outras multidões que vivem bem, satisfeitas, ricas, realizando-se plenamente numa euforia de vida continuada e cheia de prazeres, com dietas alimentares bastantes para satisfação de suas necessidades diárias, não se demorarão em vir reclamar os mesmos direitos.

Previendo essa decisão, fala-se na solução imediatista do aproveitamento de áreas desérticas, e onde haja as condições ecológicas naturais ou promovidas pelas técnicas adiantadas do homem. Essas áreas não são muitas. As principais estão na Austrália e na América do Sul. Os geógrafos e pedólogos australianos recusam concordar na hipótese de que os territórios desérticos de sua pátria apresentam condições de habitabilidade. Voltam-se as vistas dos que desejam encontrar a solução com os bens alheios para o Brasil amazônico, para o Peru amazônico, para as outras amazônias integrantes dos povos que dela se orgulham, mas nela nada realizaram de útil para si ou para os outros. Impõe-se, assim, uma consciência continental, e brasileira em particular – pois somos os detentores dos maiores espaços no mundo amazônico – para o grande tema.

Seremos, como supõe o embaixador junto ao governo de Washington, um país que já se impôs aos outros países, pela efetivação de empreendimentos econômicos que nos projetam na era industrial, pela nossa presença nas assembléias internacionais e pelos feitos de nossos soldados, marinheiros e aviadores nos outros continentes, nos outros mares, em outros céus? Ninguém nega a era industrial que estamos iniciando, numa experiência cheia de êxitos, como ninguém despreza aqueles feitos da diplomacia e das Forças Armadas.

Mas sem que tenhamos tomado posição perante o mundo, com a demonstração de que o nosso território não é mais um território por descobrir, por ocupar, por humanizar e por transformar num território dominado e aproveitável por quantos nele vivam ou possam vir a viver, evidentemente não teremos atingido a maturidade que pretendemos

estar alcançando. A euforia dos dias atuais não pode ser fruto de um realismo indiscutível. A necessidade da formulação de uma política brasileira visando à integração da Amazônia faz-se urgente, mas que seja, então, uma política sã, promovida com sentido pragmático e cívico, liberta do primarismo dos partidarismos estreitos. A conjuntura internacional está mostrando que podemos ser surpreendidos com o perigo de que abramos as nossas fronteiras para a utilização imediata, e de acordo com normas internacionais, daquilo que nossos maiores nos legaram e não temos sabido valorizar. A política brasileira na República, a não ser em certos períodos, não se revelou ativa, capaz. É a nossa amarga conclusão.

.....

III – A Amazônia e as Áreas Desérticas do Brasil

O

processo de ocupação do espaço brasileiro foi realizado com escassos elementos humanos, que tiveram de enfrentar um ambiente difícil e em iniciativas heróicas que asseguraram, ao episódio, não apenas o caráter de uma grande aventura, mas, principalmente, o sentido de uma operação de imensas proporções que importou, fundamentalmente, na criação de um mundo interior gigantesco. Mundo interior que não se relacionou e, por isso mesmo, permitiu ou levou à formação de verdadeiras ilhas demográficas. Ora empresa privada, isto é, posta em execução e efetivação pela iniciativa de sertanistas que procuravam a mão-de-obra indígena ou a riqueza metálica e vegetal que se escondia nos termos do sertão, ora empresa planejada pelo Poder Público, que objetivou a ampliação do espaço, para servir a propósitos de expansão, imperialismo territorial diríamos hoje, o fato é que dessa ampliação da fronteira interior, que caminhou com rapidez, mas desordenadamente, e em três séculos projetou o Brasil quase na extensão que possui na atualidade, resultou a dispersão humana e, com ela, o surgimento de núcleos isolados socioculturais. A ocupação do espaço não se efetuava na continuidade necessária. E ainda nos dias atuais é essa a situação, que se pode

constatar facilmente. Com a agravante de, à falta de uma política governamental visando ao bem-estar das populações das áreas maiores do país, está a ocorrer, o que era fatal, o fenômeno universal, o abandono dessas mesmas áreas, empobrecendo algumas em benefício de outras que se desguarnecem, desse modo desequilibrando-se a vida nacional.

Os prejuízos são evidentes. O que chamamos de subdesenvolvimento está a entrar pelos olhos de todo mundo como uma condição imperante em dois terços da nação, concorrendo o quadro que se oferece para criar o mal-estar que pode conduzir ao relaxamento dos laços da unidade nacional.

Nenhuma região, no entanto, apresenta maiores vazios demográficos que a Amazônia. É certo que a ocupação da terra, no Brasil, é escassa ou mal orientada. É certo que se pode falar da má ocupação de outras áreas nacionais. Nenhuma, todavia, apresenta o caráter da Amazônia, cuja história demográfica ainda não foi escrita, mas para a qual já há bastante elementos fidedignos. Bastará citar os trabalhos mandados elaborar pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, quando o dirigi, e de que já foi publicado o volume referente ao Pará, intitulado *A Colonização do Pará*, de autoria do Sr. Ernesto Cruz, estando em processo e divulgação o que se refere ao Amazonas, da autoria do professor Júlio Benevides Uchoa. Eu mesmo, e aqui o registro apenas com a preocupação de indicar as achegas existentes para o estudo da matéria, contribuí com a monografia *Soldados, Casais e Degredados na Colonização da Amazônia*, apresentada ao II Congresso de História do Rio Grande do Sul e divulgados no Vol. IV dos respectivos *Anais*.

Verifica-se, de todo esse material, que não houve uma política continuada de ocupação científica da Amazônia. Dir-se-á que não houve também nas outras regiões brasileiras. Sucede que nessas outras registrou-se a presença de uma contribuição estrangeira disciplinada, que produziu ótimos resultados. Mas, na Amazônia, tal não sucede. As estradas mais ou menos volumosas de nordestinos não constituíram uma operação dirigida tecnicamente. Ao contrário, o que ocorreu foi justamente a falta de todo e qualquer planejamento para a localização dos “retirantes” nordestinos, que se lançaram à aventura da criação dos seringais sem o objetivo de uma colonização e sem a assistência de qualquer autoridade. Enfrentando a floresta com uma disposição espantosa,

o nordestino ampliou o espaço físico e mobilizou economicamente um setor novo da vida nacional. Mas por iniciativa própria ou das chamadas “casas aviadoras”, de Belém e de Manaus, as quais funcionavam, na oportunidade, como coordenadoras, financiadoras e incentivadoras da operação, de magníficos rendimentos para o capital que nela investiam.

A Amazônia, portanto, mais que qualquer outra região brasileira, tem permanecido despovoada, espaço desértico. Veja-se, para uma conclusão mais realística, o que informam as estatísticas de populações: Em 1820, somava 94.802 pessoas; em 1870, 332.847; em 1890, 476.370; em 1900, 695.121; em 1920, 1.226.332; em 1930, 1.423.252.

Leia-se o que escreveu, sobre as perspectivas de crescimento vegetativo das populações amazônicas entre 1950 e 1970, o eminente demógrafo Giorgio Mortara, publicado no volume intitulado *Valorização Econômica da Amazônia. Subsídios para seu planejamento*. Rio, 1954. Segundo as hipóteses ali indicadas e analisadas, em vinte anos os ocupantes da região não passaram dos três milhões. Note-se que Mortara trabalhou em termos de Amazônia no que ela era territorial e classicamente entendida, isto é, os quatro territórios e os dois estados. Não considerava, pois, a Amazônia nos termos da Lei nº 1.806, isto é, acrescida do oeste do Maranhão e do norte de Goiás e de Mato Grosso, o que lhe trouxe uma mudança bastante apreciável, não só no que diz respeito à extensão territorial como também à presença humana. De qualquer forma, como diz o demógrafo, o crescimento vegetativo não assegura à Amazônia uma alteração ponderável ao quantitativo de sua população. É preciso considerar, no caso particular do extremo norte, que seu acesso é fácil. Não se trata de região interior, que para ser alcançada exija a passagem pelas áreas litorâneas demograficamente ativas e em crescimento rápido ou muito mais expressivo. Os perigos a que fica exposta, conseqüentemente, são muito mais visíveis, compreensíveis. Ademais, no decorrer de nossa história, os outros espaços internos não foram objeto de cobiça de potências estrangeiras que neles vislumbrassem áreas apropriadas à colocação dos excedentes de suas populações, como sucede nos dias que correm. A façanha da conquista da América, da África e a do Oriente não esteve ligada ao problema do excesso de populações nos países que a realizam, mas, fundamentalmente, ao da obtenção de matéria-prima, essencial ao seu enriquecimento. No século XVI, no século

XVII, no século XVIII e no século XIX, hoje, a situação mudou. Além das matérias-primas, há carência de terras disponíveis nos mundos que crescem assustadoramente e se afligem à falta de alimentos. A fome no mundo não é literatura. Como a pressão demográfica não se inscreve nas páginas do sensacionalismo.

II

As sociedades que dão caráter à vida da Amazônia brasileira, diversificadas nos gêneros de atividades que exercem, sociedades que se singularizaram ou pluralizaram no contato com o meio agressivo, não foram objeto, ainda, de um exame ou de uma análise substancial. Há pouco tempo, Edison Carneiro procurou indicá-las no caráter de primitividade que apresentam. Nós próprios, num estudo que realizamos para o Instituto de Pesquisas Educacionais acerca da *Educação na Amazônia*, já elaborado, entregue, mas ainda não publicado, pretendêramos caracterizá-las naquele comportamento econômico.

O que ressalta, logo de início, de quanto se apurou visando identificá-las, é que são imensamente exíguas ao considerarmos a extensão do território sobre que atuam. Para uma área de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, não passam de um milhão e meio. E desse um milhão e meio, concentrado nas duas principais sedes do governo ou na região bragantina, o que totaliza cerca de quinhentas e cinquenta mil pessoas. Há, portanto, impressionantemente, pouco menos de um milhão dispersos pela hinterlândia, nas pequenas propriedades agrárias, nos seringais, nos pontos de pescas, nos castanhais, nos jutais, nos minúsculos aglomerados urbanos, vegetando no pauperismo, mas servindo ao país ao carrearem para o litoral, para o sul do país, a matéria-prima já essencial ao nosso parque industrial.

É evidente que uma região assim extensa, representando cerca de 2/3 do Brasil, mas tão pobremente ocupada, está proposta à ousadia dos que tiverem apetite para possuí-la, ocupando para utilizá-la num empreendimento de alto sentido humanitário, se considerarmos que se trata de espaço para canalizar excedentes de populações estranhas, e onde encontrar ambiente para criar-lhes novas condições existenciais.

É de notar-se que a Amazônia tem tido o destino, até o presente, de proporcionar elementos ao bem-estar humano, sem deles be-

neficiar-se para elevar as condições existenciais de suas populações. Tais elementos representados no que se vem colhendo à sua floresta e às suas águas, isto é, toda uma grande linha de produtos tropicais, que os Estados Unidos e a Europa se habituaram a empregar e lhes asseguraram muito da prosperidade econômica e social e da potencialidade de que desfrutam. Esse é um capítulo interessantíssimo do processo histórico da Amazônia que bem merecia a atenção de um investigador sereno e objetivo.

O Brasil, de seu lado, não tem querido tomar consciência do que representa ou pode representar a Amazônia. Dá-lhe recursos constitucionais no orçamento que se vota anualmente no Congresso, recursos que são pagos em doses ridículas ou não são pagos. Ao concedê-los, toma-se de uns ares piedosos, misericordiosos, desatento à responsabilidade que lhe pesa de assegurar-se decisivamente o domínio daquele espaço que pode escapar-lhe das mãos, dada a incapacidade que revela para possuí-lo, mantê-lo e incorporá-lo pela valorização, pela ocupação permanente, pela utilização imediata e constante. As medidas isoladas que se decretam, e não se executam, não significam a existência de um estado de consciência nacional, mas apenas um estado d'alma generoso e nunca pragmático como deverá ser. A Amazônia continua sendo, para o geral dos brasileiros, uma página de exotismo, de geografia tropical interessante, mas onde não será possível realizar uma operação de envergadura capaz de revelar a decisão e a potencialidade nacionais. O estudo de seu solo, de sua fisiografia, dos elementos que lhe integram o patrimônio florestal e mineral são muito mais uma ação regular e perfeita do estrangeiro que dos brasileiros.

Ora, há no mundo de hoje uma situação muito grave, quanto ao crescimento das populações de outras áreas, que se desesperam com a falta de condições para que possam ter uma existência digna, nela incluindo-se a alimentação a que têm direito, o lar que desejam manter, a terra, que vislumbraram e sonharam em possuir um dia. Querer ignorar essa situação é impossível. Ela é debatida em grandes assembleias internacionais e vem exigindo, como o estudo de soluções, certa pressurosidade para as mesmas soluções. Porque toda e qualquer demora pode levar a explosões de conseqüências imprevisíveis. A Ásia não dispõe de espaços ocupáveis. A pressão demográfica vem de lá. Índia, Japão e China

são formigueiros que chegaram à plenitude. Não podem receber. Estão na hora de expelir.

A África, dominada pelos nacionalismos mais extremados, ao mesmo tempo que pertencente, *grosso modo*, às nações européias colonialistas, que parecem dispostas a cedê-la a outros, não pode ser o campo preferível para a ocupação. É densamente povoada no Norte e no Sul. Ademais, sobre as possibilidades econômicas há dúvidas e pronunciamentos negativistas, desencorajadores. Num livro famoso, *Afrique terre que meurt*, Jean Paul Harroy denuncia a degradação dos solos do continente negro, degradação que começou com o próprio habitante nativo e foi agravada pelo conquistador e possuidor branco, que não se capacitava dos crimes que cometia e se lançou à empresa africana com um apetite devorador. Os investimentos feitos pelo capitalismo britânico, francês, belga não têm apresentado rendimento sensacional esperado. Se reagem bem quanto ao café, não reagem bem no tocante a outros empreendimentos. A zona central, que aguarda melhor povoamento, não vem oferecendo condições tentadoras.

Na Austrália, além de muitas de suas áreas internas serem estéreis, a política colonizadora que o governo realiza, numa ativação admirável de seu propósito, significando decisão inteligente no tocante à formação nacional, vale igualmente como uma porta trancada a qualquer programa de ocupação indiscriminada, violenta ou não, por elementos estranhos à ética vitoriosa tradicional e dominante. A política de colonização realizada, visando à ocupação dos espaços desérticos, vem sendo executada ali com intensidade e franco êxito.

O campo aberto é, pois, a Sul-América, cujo mundo amazônico, interessando a seis nações (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela), constitui convite sedutor. A pressão demográfica do Oriente não poderá aceitar o convite? E os interesses das grandes potências por acaso não se mobilizam também, pensando em termos de matéria-prima? O Oriente, de onde elas vinham, está-lhes fechado. A África pode ou começa a falhar. Há ali reações muito fortes e rápidas. As tentativas não têm sido recebidas como uma contribuição das velhas nações colonizadoras ao desenvolvimento africano, mas como um esforço por manter o continente negro em suas mãos poderosas e cobiçosas. A Euráfrica, sonhada por tantos, que não acreditam numa África inteiramente livre de

senhores de outro continente, não parece uma realização exequível. Ao contrário, todos os indícios levam a acreditar numa solução diferente.

Não lidamos no terreno das hipóteses absurdas. A história dos olhares ou da ação ambiciosa de povos fortes, desde o século XVII, sobre o Brasil amazônico, autoriza-nos a pensar assim e, em consequência, a meditar e a denunciar a possibilidade do perigo. Não há fantasias no que afirmamos.

III

Os estudos de populações têm tomado um incremento especial nestes últimos tempos. Há uma explicação para isso: a preocupação dos governos em face do crescimento demográfico dinâmico, no mundo, escassez de alimentos para atendimento dessas multidões que aumentam velozmente, a necessidade do espaço físico para localizá-las, assegurando condições de bem-estar ou de dignidade humana que não se lhes pode recusar.

As revistas especializadas, os organismos qualificados, governamentais, os simpósios realizados, a literatura de alto nível que se vem escrevendo são uma documentação eloqüente do interesse que a matéria está provocando. Não se pode deixar de considerar mesmo que, no fim de tudo, ou como consequência de tais atitudes, os governos nacionais, como as instituições de caráter internacional, adotam, de algum tempo a esta parte, providências visando a colonização intensa, de imigração e localização de imigrantes, criação de condições culturais para o recebimento dos excessos de populações que saem de um lugar para outro, impedidas de viver nas terras onde nasceram, para ir criar lar em regiões distantes. No Brasil, sempre um tanto displicente no que diz respeito a temas de tal magnitude, mesmo que lhe envolvam referências particulares, há agora um interesse especial. O recente artigo do professor Castro Barreto na *Revista Brasileira de Estatística*, sobre “a superprodução de terras e suas perspectivas”, é um exemplo palpitante da existência desse interesse.

Os excedentes humanos, que ninguém ignora, todavia, é preciso registrar logo, já não possuem, no tocante aos contingentes europeus, o acentuado caráter de pioneiros que tanto os distinguiu de XVI e XIX, quando revelaram novos mundos e lançaram os fundamentos de novas

sociedades e no Brasil ajudaram na consolidação das fronteiras econômicas, colonizando e realizando ou criando riqueza agrícola. A europeização da terra, empresa a que serviam, não possui mais aquele sentido expansionista social de então. Nos dias que correm, o Velho Mundo exporta muito mais capital, em dinheiro, em bens de produção e em técnica que propriamente em humanidade. O que não quer dizer que haja, na Europa, excedentes populacionais que desejam fugir às desventuras de lá, imaginando pôr fim, na América, às inquietações, sempre ela a lhes parecer a região encantada onde se garantissem futuro fácil e seguro.

As pressões demográficas mais sérias não são, todavia, as que vêm da Europa, mas que surgem no Oriente, representado na China, no Japão, na Índia, que não dispõem mais de áreas apropriadas ou desérticas para agasalhar os seus nacionais, e não cessarem de aumentar.

S. Chandrasekhar, eminente sociólogo e demógrafo indiano, em seu livro sobre *Povos Famintos e Terras Despovoadas*, num balanço minucioso da situação daqueles países, não esqueceu de examinar, também, as possibilidades de uma solução serena pela ocupação de terras distantes, que seriam utilizadas em nome dos mais sagrados deveres de humanidade. Assinalando, com dados impressionantes e um raciocínio muito lógico, o que ele denominou de desequilíbrio demográfico mundial, mostra que, ao lado de áreas superpovoadas, outras se estiolam pelo abandono em que permanecem, naquelas incluindo a China, Índia, Paquistão, Japão, Indonésia e Europa, e nestas a Sibéria, a África Central, partes da Austrália, ilhas do Pacífico e América do Sul. Tal desequilíbrio manifestando-se também no fato de muitas daquelas áreas não disporem mais de recursos suficientes para satisfazer exigências mínimas de seus ocupantes, donde a conveniência, necessidade ou imperativo de buscar, no exterior, os recursos e as terras habitáveis. E, a propósito, afirma:

“A população da Ásia meridional e oriental, que permaneceu estacionária durante séculos (datando de um período anterior à origem e à existência desta população) por causa de um enorme desgaste humano, começou a desdobrar-se. Porém ainda que já não haja novos mundos que descobrir, conquistar ou colonizar, não se pode confiná-la a seus atuais limites geográficos, enquanto ainda haja espaços vazios no mundo. A potencialidade desta população nesta particular fase demográfica é tal,

que possivelmente não respeita o fato de que estes territórios já tenham seus titulares proprietários.”

Mais adiante, insiste: “E é toda esta região a que constitui o atual foco de perigo demográfico, pois habitam nela povos em expansão, que lançam ansiosas miradas sobre as zonas pouco ou não povoadas.”

Noutro ponto de seu livro, dizendo, aliás, uma grande verdade, escreve: “Não é, portanto, a pobreza absoluta o que mede o grau da pressão demográfica como perigo para a paz, senão a extensão em que a população sente as suas necessidades, sua falta de recursos e a discriminação de que é objeto no que afeta o seu acesso aos recursos do mundo em seu conjunto.”

O mais grave de seu pensamento está, no entanto, nestas palavras: “Em face desta situação geral, parece quase criminoso manterem certas terras de pouca população não utilizadas por motivos políticos, raciais ou imperialistas. Onde se encontram estas terras e quais as suas possibilidades? E quais são os obstáculos para o seu próprio desenvolvimento e utilização? Essas terras são, como já vimos, a Austrália, o Brasil, o Canadá e a Argentina.”

Vem, então, a frase mais séria que complementa aquele pensamento anterior e está a impor a nossa meditação imediata e a ação pertinente: “Em um mundo desesperadamente superpovoado, a idéia da América hispânica conjura, ante nós outros, a recordação do vasto vale do Amazonas, uma região virtualmente despovoada, quase tão grande como os Estados Unidos.”

Junte-se ao que consta desse livro o que se lê em Robert Brittain, em *A Luta Contra a Fome*, no capítulo intitulado “Os trópicos habitáveis”, quando sustenta – justamente referindo-se à Amazônia, no caso da atuação do Instituto da Hiléia, programado pela Unesco que não podem ser consideradas, em face dos interesses da humanidade, as convenções de natureza política sobre fronteira e soberania nacionais. Há sobre tudo isso, em seu entender, razões universais para que tais convenções sejam superadas.

Terra para todos, aberta, franqueada, escancarada a Amazônia, como consequência de tais raciocínios, seria o campo apropriado para resolver o grave problema do desequilíbrio demográfico ou das pressões demográficas. Sem que nele se execute a política da ocupação

científica o cargo do Brasil e das outras repúblicas que, como nós, possuem também suas áreas amazônicas, não está ela correndo perigo? Já não o indicam claramente? Os outros espaços desocupados brasileiros estão na berlinda? Evidentemente não estão. Não há referências a eles. O chamado perigo alemão sobre o sul é página do passado. Nossos receios não são, pois, infundados. Quando o Ministro Macedo Soares se lançou a uma nova política brasileira no campo internacional, sua preocupação maior foi a área amazônica. Por quê? Não se pode imaginar que o eminente homem de Estado, que criou para a posição do Itamarati uma altura só encontrada no período republicano, na fase Rio Branco, tivesse cogitado da Amazônia apenas porque ela constituísse um grande mundo exótico. Seguramente havia mais alguma coisa. A literatura que se faz, novamente, no estrangeiro, a respeito da região, sem simpatia, aliás, pela ação que desenvolvemos pela literatura de excessivos louvores à região, apresentada como um campo imenso de possibilidades de toda espécie, é muito sintomática...

.....

IV – A Amazônia é um Mundo por Descobrir

R

aras regiões da Terra têm provocado o interesse que a Amazônia vem despertando. Desde a fase em que éramos partes integrantes do mundo português. Desde aqueles dias tão distantes. Porque, então, começavam a ver-se no sertão amazônico um pedaço dos trópicos que poderia ser útil à humanidade pela imensa variedade de riquezas em matéria-prima necessária à movimentação dos mercados de consumo na Europa, necessária ao bem-estar que se elaborava para os povos do Velho Mundo. Portugal imaginara, porém, no extremo norte de sua colônia americana, a fonte maravilhosa que lhe asseguraria aquelas especiarias encontradas no Oriente, mas que já estavam passando a mãos estranhas com o desmembramento do império construído em três continentes. As indagações que se fizeram, e de que Portugal muito ciosamente se fez um guardião cheio de mistérios, resultaram evidentemente num monopólio de conhecimentos e de utilização das novidades que se passavam a revelar. A política da porta fechada, adotada pela grande maioria dos povos em exercício pleno de colonialismo, servia a um estado de espírito político, mas impedia que todos se pudessem beneficiar das riquezas em potencial, muitas delas fundamentais ao próprio desen-

volvimento dos parques industriais e à dinamização da vida no que ela pedisse de maior e mais intenso.

Essa orientação só foi abolida com o advento do liberalismo que levou os povos americanos à experiência dos governos nacionais. Meia década antes, no entanto, já um homem de ciência, Charles-Marie de la Condamine, francês, membro da Academia de Ciência de Paris, devidamente autorizado pelo Rei de Portugal, percorrera a Amazônia, vindo do Equador. Trabalhava na medição dos arcos do meridiano. Fora acompanhado por funcionários militares portugueses, que não lhe criaram dificuldades à viagem. E, em Belém, procedera à observação astronômica, havendo a suspeita de que, nessa oportunidade, tivesse servido aos interesses políticos de Portugal no seu pleito de limites com Espanha. O certo é que examinou a questão de limites que a velha monarquia peninsular mantinha com a França a propósito do Oiapoque, contribuindo com dados que vieram dificultar a defesa que fazíamos no tocante à identificação daquele curso d'água. Francês a serviço da França.

La Condamine contribuiu, todavia, para a causa da ciência e do bem-estar humano. Porque foi ele quem deu notícias minuciosas à Europa, no seu livro de viagens e na comunicação que apresentou à Academia de Ciências acerca de um produto novo que poderia ser grandemente interessante. Referia-se ao leite da seringueira, que os índios omáguas, do Solimões, com os quais comerciavam os colonos do Pará, empregavam em pequenos artefatos. Cabe referir imediatamente que já um carmelita português, Frei Manuel da Esperança, identificara a espécie. Posteriormente, o governo de Portugal procurou tomar contato mais íntimo com a realidade econômica que o gênero poderia oferecer, mandando que se fizesse o seu estudo a cargo de um técnico, o médico Francisco Xavier de Oliveira, montando-se pequena indústria em Lisboa e em Belém para a fabricação de seringas. Na Amazônia, o leite era empregado na impermeabilização de utensílios e no fabrico de calçados rústicos, de que depois da independência se fez larga exportação para os Estados Unidos, conforme pesquisa realizada pelo historiador Leandro Tocantins.

Dissemos que a política da porta fechada foi abandonada depois que nos tornamos um povo governado por sua própria vontade nacional. Realmente assim sucedeu.

Em conseqüência, verdadeira legião de cientistas se atirou ao estudo da região, procurando descobri-la sob os mais variados ângulos. “Paraíso dos naturalistas”, denominou-a Raimundo de Moraes, recordando que nenhum canto da Terra mereceu tamanha atenção, para essa corrida, participando igualmente um grupo excelente de brasileiros que já compreendiam a necessidade de identificá-la pelo que pudesse um dia trazer de importância à continuidade ou à potencialidade do Brasil. A contribuição brasileira não foi, no entanto, tão intensa como a estrangeira. Nem por isso, merecendo que a inferiorizemos, ignorando os nomes que a dignificaram. Entre esses nomes o do oficial do Exército, engenheiro, guia de cientistas estrangeiros – João Martins da Silva Coutinho, cuja obra permanece praticamente inédita. Examinando os aspectos relevantes da paisagem física amazônica, do relevo geológico, bacia hidrográfica, suas peculiaridades econômicas, que investigou como nenhum pesquisador o fez até o presente, semeou idéias, afirmou verdade, constatou uma série de fatos socioeconômicos da maior gravidade e importância. Os problemas ligados à habitabilidade, à heveicultura, à redistribuição e melhor localização das populações, reestruturação da ordem social, navegabilidade de rios que começavam a ser penetrados, caminhos terrestres, aproveitando de novas espécies vegetais, comércio de espécies animais, comércio com o exterior e, finalmente, a concorrência dos sintéticos que já prometiam criar dificuldades à nossa produção espontânea, tudo foi por ele cogitado, mais que cogitado, proposto em linhas frias, numa antevisão admirável do futuro e consciência do presente. Suas advertências para uma nova política econômica a ser adotada quanto ao extremo-norte, se houvesse sido executada, seguramente teriam evitado que ocorressem os fatos que por momentos desregraram a vida econômica amazônica, exigindo aplicações de recursos nacionais e a adoção de práticas que significavam muitas vezes tentativas de solução imediatista, o que importava em retardamento de soluções definitivas.

Como Silva Coutinho, outros brasileiros que se distinguiam no particular da pesquisa ativa, de campo, dedicaram sua atenção ao exame das particularidades e singularidades da Amazônia. Para lembrarmos um grande nome – Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano, naturalista, sociólogo, antropólogo, patólogo, geógrafo, economista e his-

toriador, com vida dedicada toda ela à indagação direta do meio amazônico.

Não se fez ainda, no entanto, o registro pormenorizado desse admirável contingente de trabalhadores, cuja obra, por isso mesmo, permanece ignorada, conquanto precisasse de ser devidamente indicada e louvada no que vem contribuindo para o desenvolvimento da ciência e para o conhecimento realístico de nossa pátria. Para não alongarmos a informação – o grupo do antigo Serviço Geológico, do Ministério da Agricultura, e os integrantes das partidas encarregadas da delimitação de nossas fronteiras, setores norte e oeste. Quanto realizaram silenciosamente, quanto apuraram, quanto revelaram! Há, assim, uma vasta bibliografia brasileira, que vem servindo intensamente ao conhecimento, sereno e sem os perigos dos nossos exageros tropicais, do que é realmente a Amazônia.

A participação estrangeira, essa, confessemos, é que tem sido a de maior profundidade. Quantitativa e qualitativa, essa qualitativa dada a extensão das pesquisas de campo, realizadas incessantemente desde os dias em que discutimos a tese da conveniência ou não de abrimos a bacia hidrográfica do Amazonas ao convívio mercantil de todos os povos, política meio chinesa, como então a classificavam os que nos combatiam a orientação nacionalista, mas que tinha sua razão de ser, como aquela outra anterior dos portugueses impedindo o acesso aos estrangeiros que lhe disputavam, de longa data, a soberania sobre aqueles espaços estranhos e que suspeitavam tão cheios de possibilidades. Os Wallace, os Bates, os Agassiz, os Keller, os Herdon, os Gibbon, os Adalberto da Prússia, os Spix e Martius, numa preocupação ativa de saber tudo, de identificar em suas minúcias os variados aspectos da natureza regional, deram-se, de corpo e alma, a essa tarefa, facilitados na aventura pelo poder público brasileiro, que lhes escancarou as portas do país, autorizando-lhes os trabalhos e muitas vezes dando-lhes assistência material. Visavam eles unicamente ao progresso do conhecimento científico, como o haviam ou estavam fazendo os brasileiros, ou davam a sua colaboração a interesses menos espirituais? Devo dizer-lhes que quanto mais investigo o assunto, mais me vou convencendo de que, em meio a essa curiosidade científica havia o propósito de contribuição pragmática aos interesses materiais dos povos que conduziam os destinos do mundo,

possuindo-o sob sua orientação e dele utilizando quanto lhes servisse aos mercados e à potencialidade econômica, a que se seguia a potencialidade política.

Na disputa entre predominâncias, as áreas de influência na África e no Oriente, nos primeiros dias no século XIX, não constavam das agendas desses povos fortes que merecem admiração pelo muito que produziram, convenhamos. As Américas ainda lhes estavam na alça de mira. Muito do que fora o império espanhol e o português continuava aguardando a operação do descobrimento e da ativação econômica. Eram áreas que a cartografia de então assinalava como “tierras no descubiertas”, como sucedeu com o que é hoje o Território do Acre, que nos mapas bolivianos até quase as últimas décadas do século XIX ali figuravam sob essa denominação. A revelação geográfica fundamental era sempre seguida da revelação das possibilidades econômicas. Espaços por desvendar e espaços por utilizar no que pudessem proporcionar ao progresso da tecnologia e da industrialização que começava o seu surto mais dinâmico.

O que estou indicando, a vôo de pássaro, não significa qualquer ponto de vista apaixonado, xenófobo. Considero-me um homem liberto desses surtos de primarismos. Ademais, o Brasil está atingindo uma maturidade política que exige a nossa fuga a medos dessa espécie. Mas a tese de que aquelas expedições científicas tinham objetivos mais amplos e mais imediatistas, de fundo materialista, decorre da série de fatos que tenho apurado e sobre a qual em breve terei ocasião de fazer um registro mais comprovado. Para ficar em dois exemplos – leia-se o que escreveu o historiador norte-americano John P. Harrison nas páginas da *Revista de História da América Espanhola*, editada nos Estados Unidos. O artigo a que me refiro versa justamente a demonstração de que pelo menos as expedições norte-americanas do século XIX, lançadas sob aplauso público, dentro do princípio do “destino manifesto”, que estava levando a expansão para o oeste e as primeiras preocupações pelos espaços que se escondiam aos olhares cobiçosos na Sul-América, visavam a finalidades políticas – descobrimento de mercados de matéria-prima e de áreas onde instalar as feitorias comerciais para a dinamização do potencial nacional. As expedições dos oficiais de marinha Herdan e Gibbon traziam por escopo verificar a possibilidade da utilização ime-

diata da grande bacia hidrográfica para um empreendimento capitalista de vulto sob a capa de “interesses da humanidade”. Os esforços que a diplomacia norte-americana realizou como decorrência dessa viagem e da propaganda que outro oficial de marinha, tenente Maury, efetuou, foram esforços gigantescos, desbaratados, todavia, pela reação brasileira, à frente delas um homem do tipo do Visconde de Uruguai.

A aventura meio romântica, mas profundamente prejudicial aos nossos interesses, do famoso Henry Alexandre Wickman, que nas suas andanças, como botânico amador, coletou no Tapajós as sementes de seringueira, remetendo-as à Inglaterra, em cujo jardim experimental de Kew, sob a direção técnica do professor Joseph Hooker, foram aclimadas e posteriormente levadas ao Oriente, já agora sob os desvelos dos povos fortes europeus que o civilizavam a estímulos de canhões e capitais maciçamente investidos em negócios da mais variada espécie, dando margem à heveicultura que se desenvolveu numa escala quase astronômica e nos impôs a retirada do mercado como produtores ou monopolizadores de produção daquela matéria-prima vegetal – a aventura constitui o segundo exemplo. Não será bastante?

Agassiz, que nos habituamos a louvar pela simpatia por que nos viu, pelo que afirmou agradando a nossa sensibilidade tão espontânea e tão fácil de engodar, Agassiz, na série de artigos que escreveu para a *Revue Scientifique*, de Paris, tratando das condições existenciais do Império brasileiro na sua área amazônica, indicou-a não como um naturalista, mas como um agente de negócios que faz a propaganda e encarece a participação dos capitalistas para que a empresa seja despertada e caminhe rapidamente. Nesses artigos, num descritivo, quase tropicalizado, do meio econômico em estado de natureza, a aguardar o povo que dispusesse de capacidade para transformá-lo realisticamente, Agassiz como que fez o convite – viessem os que dispunham de recursos e de condições imperiais, pois ali estava um mundo imenso que proporcionaria riqueza imensurável.

A Amazônia, trabalhada tão vigorosamente por cientistas nacionais e estrangeiros, nem por isso é uma região que se possa dizer que está conhecida. Vamos aos fatos – onde nascem o rios Urubu, Nhamundá, Jauaperi? Quem lhes subiu às cabeceiras? Que existe entre as bacias dos rios Negro, Japurá e Solimões, margem esquerda deste? Que

existe entre Manaus e o vale do rio Branco? Tudo quanto compõe geograficamente esses trechos de águas e terras continua desconhecido. No Urubu, grupos de estudos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia encontraram espécies novas vegetais. Quantas outras existirão? O grupo de trabalho da FAO, posto à disposição da SPVEA, verificou recentemente que, em certo trecho da floresta amazônica, essa mesma floresta não apresenta os índices de heterogeneidade que se imaginava anteriormente. Ao contrário algumas espécies podem ser encontradas em tal quantidade e em tamanha proximidade que lhes asseguram certa homogeneidade, permitindo a exploração econômica menos dispersiva e de rentabilidade mais segura. As terras da Amazônia são realmente ácidas, desencorajando iniciativas, ou o que se escreve resulta de generalização apressada de certa ciência européia interessada em desprestigiar os trópicos?

O estudo da Amazônia pelas equipes técnicas impõe-se, portanto, quanto antes, para que tenhamos uma consciência menos romântica acerca de sua utilização e seu destino histórico. Essas equipes devem ser ativadas pelo poder público. Os recursos e os processos de trabalho devem sofrer uma revisão imediata para que se atualizem e se possa obter o rendimento necessário. O Instituto de Pesquisa da Amazônia, criado com uma ambição desmedida, o Instituto Agrônomo do Norte, o Instituto de Higiene, o Instituto Evandro Chagas não dispõem dos elementos materiais, aqui representados pelos recursos financeiros de que carecem para possuir as equipes exigidas por serviços de tamanha responsabilidade. O mercado de trabalho no Brasil para os seus homens de ciência cresce desmedidamente. Mas com os salários grotescos, que se pagam no serviço público nacional, evidentemente nunca órgãos daquele tipo poderão dispor de pessoal suficiente e de qualificação infismável para as suas tarefas, mesmo as rotineiras. Não é tempo de mudar? E mudar acertadamente?

AS POPULAÇÕES DA AMAZÔNIA ELABORAM-SE COM
DESCRENÇA PELO ATUAL E SEM CONFIANÇA NO FUTURO?

Escrevemos, num ensaio acerca dos problemas educativos na Amazônia, elaborado para o Ministério da Educação e Cultura, que as sociedades regionais, consideradas para o estudo nos seus gêneros de

vida, começaram a constituir-se a partir do século XVII, com a chegada dos descobridores e conquistadores portugueses e mestiços do Nordeste. Encontrando na região uma abundante matéria-prima para as ocupações econômicas e multidão indígena que forneceu braços e serviu igualmente ao prosseguimento do processo de mestiçagem que se observa por todo o litoral do Brasil, os primeiros ocupantes, que chegaram pelo Atlântico, tiveram na casa-forte do Presépio, raiz do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, o seu ponto de apoio inicial para a expansão em direção norte, sul e oeste. Não se arreçaram do meio. Sentiram-se, é certo, deslumbrados com a floresta e as águas fartas. Essa impressão esmagadora em pouco, porém, perdia a sua força para permitir que os novos senhores daquele mundo estranho se fossem tomando da decisão de penetrá-lo para explorá-lo.

A sociedade que se foi estruturando nessa primeira fase caracterizou-se pela atividade ligada à colheita da especiaria, que chamou de “droga do sertão”. Essa especiaria era representada pelas espécies proporcionadas pela floresta e de procura nos mercados do Velho Mundo. A pesca estava, então, atribuída ao gentio, que a realizava com mestria, agilidade e alto rendimento. E só no século XVIII é que vamos encontrar a sociedade de mestiços regionais ou do bugre ocidentalizado a ela ligado, diferenciando-se daquela outra que permanecia adstrita ao negócio da “droga”.

Ainda nesse século XVIII, aos incentivos do governo e ao encontro de condições propícias em certos trechos da hinterlândia, como as terras banhadas pelos cursos d’água das cercanias de Belém, sejam o Guamá, o Acará, o Tocantins, uma outra parcela social preferiu a operação agrária. E plantou o cacau, a cana, o café, o algodão, o anil, da lavoura fazendo um gênero de vida permanente e mais distinto. Os senhores de engenho da Amazônia ostentavam o mesmo orgulho, a mesma prosápia, os mesmos ares de grandeza daqueles do Nordeste. Viviam com o mesmo bem-estar e o mesmo luxo.

Ainda no século XVIII, começou o criatório, no Marajó, no Baixo Amazonas e no Rio Branco, dando definição ou destaque a uma quarta parcela da sociedade. Esse grupo social no Marajó assumiu características de fidalguia. Seus integrantes eram chamados de “contemplados”, pelo fato de terem sido apenas beneficiários dos rebanhos que o

Estado confiscara nas propriedades pertencentes aos religiosos, no tempo de Pombal.

Já então, portanto, não existia apenas aquela sociedade coletora, vivendo em função da “droga do sertão”, nas quatro sociedades, explicáveis pelos gêneros de vida que levavam. Fundamentalmente mestiças e, com exceção daquela que realizava a coleta da “droga”, ou fazia a pesca, latifundiárias. Exceção daquelas, escrevemos. Sim, porque a primeira não possuía o domínio da área onde colhia. Buscava-a aqui, ali, nos pontos mais distantes do interior, onde fosse possível encontrá-la; a segunda dispersava-se, ou localizava-se, em pequenos aglomerados onde podia proceder à colheita do pescado, que salgava para consumo ou exportação, aproveitando as banhas na incipiente indústria de manteigas e velas.

É de notar que a sociedade coletora ou extrativista enriqueceu-se numericamente no decorrer do século XIX, no ciclo da borracha. Como a que fez a lavoura da cana, do café, do cacau, do algodão, que no século XX também se vigorizou nas lavouras de alimentação, algodão e uaicima, realizada ao longo da ferrovia bragantina, e na lavoura da juta, no baixo Amazonas.

Por fim, é de considerar-se o grupo social que realiza a mineração, localizada no Território do Rio Branco, na zona do Gurupi, no sul do Pará (fronteira com Goiás), e no Território do Amapá (fronteira com a Guiana Francesa e rio Calçoene), grupo flutuante que se assemelha ao extrativista pela mobilidade, pelo primitivismo de suas operações e de sua condição de vida.

As sociedades amazônicas vivem, como já tivemos ocasião de frisar, nos seringais, nos castanhais, nos jutais, nos pontos de pesca, nos centros de mineração. À exceção dos que vivem nas capitais dos dois estados e quatro territórios, sempre em condições precárias. E mesmo nessas cidades, há bairros pobres, impressionantemente pobres que revelam o rústico, o precário da existência. O que se chama de bem-estar social, expresso no vestuário, alimentação, habitação, rendimentos e saúde, importa em revelar que ditas populações não se beneficiam de qualquer dessas exigências mínimas de condições de vida.

A Comissão de Política Agrária procedeu, há poucos anos, a um inquérito profundo acerca de tais condições de vida. Como antes a

Comissão de Bem-Estar Social, aquela do Ministério da Agricultura e esta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os resultados colhidos por ambas, em todo o país, são semelhantes. Indicam o mesmo mal-estar coletivo, ao invés de bem-estar. No tocante à Amazônia, são impressionantes, nas cidades ou fora delas.

Assim, dos 96 municípios que compareceram ao inquérito da CPA., o nível de vida, no tocante à habitação, dos grandes proprietários ou fazendeiros foi considerado excelente apenas em um, no Pará, 75 alcançaram a classificação de bom, 5 de pobre e 15 não responderam. Entre os pequenos proprietários e colonos, o resultado foi este: 1 excelente, ainda no Pará, 31 bons, 62 pobres e 2 não responderam. Dos arrendatários e parceiros, nenhum se enquadrou no excelente; 21 foram bons, 55 pobres e 20 calaram. Quanto aos trabalhadores rurais assalariados, obteve-se este resultado: nenhum município possuía o excelente; 21 eram bons, 55 pobres e 20 silenciaram.

Nos sítios agrários, nos seringais e castanhais, nos pontos de pesca e de mineração, os que neles vivem não conhecem as utilidades de uso diário, mínimas, da civilização de nossos dias e que se acham, de certo modo, incorporados ao mecanismo normal da existência em qualquer área que não seja subdesenvolvida. Não se nota em qualquer desses núcleos, perdidos na imensidão regional, o entusiasmo dos habitantes nesta ou naquela manifestação. Dão todos, ao contrário, a impressão de desencanto pela vida, amargura, distância em face do que os rodeia. É certo que o amazônico não demonstra os seus sentimentos com a vibração do nordestino. Parece meio parado. As coisas de maior sensação, ele as vê serenamente, sem exteriorização exuberante. Nem por isso, no entanto, se deve compreender aquele comportamento como mera resultante desse traço de sua personalidade. Porque, na verdade, a condição de pobreza, de humildade em que se vê passar os dias é evidentemente uma demonstração da ausência daquelas condições mínimas de bem-estar.

Ora, essas populações, enfrentando a floresta e as águas, dela tudo tirando, para a vida vivida tão rusticamente, mantendo-se sem estímulo e sem sinais visíveis de mudança nos seus estilos de conduta em face do presente e do futuro, não demonstrando uma crença muito forte nos destinos da região. Porque efetuando uma economia de

saque da natureza, sem criar a base permanente pela lavoura e pelo criatório, sem edificar, portanto, uma civilização que revelasse uma vinculação muito íntima e demorada com o meio, estão evidenciando falta de confiança no que constitui o atual e no que poderá vir a ser o amanhã. Certo?

A ECONOMIA AMAZÔNICA CONTINUA SENDO
REALIZADA NA BASE DO EXTRATIVISMO

Três épocas bem distintas marcam o processo histórico da economia regional. Nas primeiras etapas, os descobridores encontraram um certo número de espécies vegetais e animais que prontamente foram acolhidas com interesse especial nos mercados europeus. Foi a fase da “droga do sertão”, que mobilizou centenas de colonos, de missionários, e a utilização do braço e da inteligência imediata do gentio local, que identificou as mesmas espécies, colheu-as e serviu ao escambo intenso a que se foi procedendo. Na segunda fase, que começa ou que tem seu ciclo de maior entusiasmo incentivador sob o consulado do Marquês de Pombal, fez-se uma experiência agrária interessante. Plantou-se café, algodão, tabaco, cana para a produção de açúcar, anil, cacau. A presença da Amazônia, até meados do século XIX, nos mercados de consumo do Velho Mundo e da própria América, fez-se pela contribuição quantitativa expressiva daqueles governos, lavrados com técnica que se aprimorava dia a dia. A borracha como posteriormente a castanha puseram termo ao que chamamos de experiência agrária, que não permitiu sequer que se criasse uma tradição agrícola, o que foi um mal tremendo. A corrida à floresta, com a violência que todos conhecem, a destruição impiedosa das melhores árvores que no desatino do assalto o trabalhador extrativista não considerava uma riqueza que devia defender, mas uma riqueza que devia explorar sem dó nem piedade, num imediatismo de concepção natural, pois que esses trabalhadores não haviam sido instruídos nos misteres e na preparação do futuro, dando-se-lhes apenas a ordem de colher cada vez mais e com os processos que melhor servissem à insaciável atuação, a corrida à floresta compôs o terceiro período desse processo que não se encerrou e vem custando à Amazônia a perda de suas melhores possibilidades de mudança de vida.

A economia florestal, que opera sob processos rotineiros, antiquados e sem perspectivas de melhoria, ante a resistência que opõem os que têm interesse na manutenção de tal estado de atividades, é, conseqüentemente, a economia ainda ponderável. Mesmo na fase da experiência agrária, não foi abandonada. Nem mesmo entrou em colapso passageiro. Ocorreu lado a lado da outra, numa sobrevivência verdadeiramente lamentável.

Pelo censo de 1950 verifica-se que, em dez trabalhadores, três ocupavam-se do extrativismo, contrastando com o restante do Brasil, onde a proporção é de três extrativistas para cem. No Acre, por exemplo, 60% da população economicamente ativa entregam-se ao extrativismo; em Rondônia 46%; no Amazonas, 37%.

“Em 1950, sobre 1.000 homens de 10 anos e mais, 331 dedicavam-se a atividades agropecuárias e 242 a indústrias extrativistas de produtos vegetais, animais e minerais, enquanto apenas 53 estavam ocupados em indústrias de transformação, 41 nos transportes e comunicações, 51 no comércio e crédito, 28 nos serviços e 39 em outras atividades extradomésticas. Exerciam atividades domésticas e escolares 115 por 1.000 (na maior parte crianças ou velhos), e foram declarados inativos 100 por 1.000.”

A mentalidade extrativista é assim, portanto, a dominante.

A economia florestal é representada por quase uma centena de espécies. A produção principal, no entanto, consta de borracha, castanha, jarina, piaçava, timbó, óleo de pau-rosa. Entre 1938 e 1953 essa produção florestal representou-se assim: borracha, 181.868 toneladas; castanha 164.486; piaçava, 6.492; timbó, 3.773; jarina, 245; óleo de pau-rosa, 2.217. E valeu: borracha Cr\$622.807.000; castanha, Cr\$198.768.000; piaçava, Cr\$5.700.000; timbó, Cr\$247.000; óleo de pau-rosa, Cr\$61.039.000.

O pescado compareceu às estatísticas com 101.456 toneladas no valor de Cr\$95.813.000. Os couros e peles de animais selvagens concorreram, no quadro da produção regional, com 14.623 toneladas, no valor de Cr\$12.028.000. Os minérios foram: cassiterita e manganês, no Amapá; manganês, no Aripuarã, Madeira; pedras preciosas, no Rio Branco e Tocantins; ouro, no Gurupi e Território do Amapá.

É preciso saber que na Amazônia o problema da terra é dos mais graves. Não quero referir-me a qualquer propósito de advogar uma reforma agrária baseada no retalhamento da propriedade territorial. Na generalidade, é uma ocupação mansa, efetuada pelo que nela descobre a especiaria rendosa ou o espaço onde se localizou o caboclo, dele enamorado.

No primeiro caso, a terra é propriedade de quem a explora, seja o seringueiro, seja a casa “aviadora”, propriedade legalizada pelo título expedido pela autoridade competente, ou simples posse que se vai alongando, no tempo, sem que o ocupante pense no ato jurídico que lhe garanta pelos dias futuros. No primeiro caso, ainda, possui o aspecto de latifúndio. Não ocorre nunca o caso de um seringueiro, de um balatal, de um castanhal que não se caracterizasse pela extensão avantajada. O sitiante, o posseiro, esse, ao contrário, dispõe de um espaço pequeno, de horizontes limitados e sem garantias.

A atividade econômica vigente processa-se, pois, em termos de uma base física que não assegura vitalidade aos que a usufruem: os latifundiários, pela grandiosidade do espaço, não a podem explorar em toda a amplitude por que se propõe, isto é, não a podem explorar no que ele proporciona como área florestal, produção em estado de natureza e ainda como resultante do esforço de reprodução realizada pelo homem; os sitiantes, ao contrário, pela exigüidade do que ocupam e não autoriza a produção compensadora.

Ademais, o próprio processo de exportação da flora impõe a existência do latifúndio. As espécies vegetais sobre que se trabalha não se distribuem em linhas acessíveis e ordenadas. São dispersas, distantes, como no caso da seringueira, das madeiras para construção. Na pequena propriedade, não haverá, enquanto permanecer a mentalidade extrativista, coletora, a possibilidade de êxito. Porque nelas não será possível a extração, a coleta rendosa.

O uso da terra é realizado pela destruição preliminar da floresta. Essa destruição através de queimada. O emprego de adubos é praticamente inexistente. O repouso da terra por espaço de menos de um ano é respeitado em apenas 10 municípios dos 97 estudados pela CPA; de 3 anos e mais, em 70. O arado de tração animal só existia, em 1952, quando se fez o levantamento, em 6 municípios. Os tratores eram

em número de 3. Essa situação está sendo alterada, é certo, mas com um vagar impressionante. Ainda não se opera, na Amazônia, empregando a máquina agrícola de grande porte. Não se emprega, por exemplo, o arado. A enxada, a foice e o machado são os grandes instrumentos de manejo diário do trabalhador rural ou florestal. A meação é a forma mais generalizada de parceria.

Os dados que estamos manipulando são dados resultantes dos censos de 1950 e das indagações ou inquéritos mandados proceder pela Comissão de Política Agrária, do Ministério da Agricultura. Há, todavia, dados mais atuais? E na hipótese afirmativa, esses dados levarão a considerarmos as afirmativas que estamos fazendo como ultrapassadas, evidenciando-se uma mudança de posição, de comportamento das populações amazônicas?

Os dados existem e constam das publicações oficiais dos órgãos encarregados de tais apurações anuais. E como decorrência de tais elementos estatísticos, elucidativos, já um serviço do governo federal, o Capes, fez editar interessante série de monografias, sob a denominação de “Estudos de Desenvolvimento Regional”, em que se faz a análise da situação de unidade a unidade da Federação. Por essa análise a conclusão é a de que a situação não se alterou. As sociedades amazônicas continuam a manter-se fiéis às suas técnicas de vida, firmes na atividade extrativista, que continua pesando ponderosamente no quadro da economia regional. Mas vejamos alguns elementos que sirvam à comprovação do que estamos afirmando. Entre 1953 e 1955, no Amazonas, foi a borracha o produto básico, representado em vinte mil toneladas. Veio em seguida a castanha, com 35 mil toneladas; as gomas vegetais não elásticas, com 5 mil toneladas e a piaçava com 4 mil toneladas. A borracha apresentou um valor em dinheiro de 510 milhões de cruzeiros e a castanha, de 290 milhões de cruzeiros. Ora, nos mesmos três anos, a juta, que é a maior atividade agrícola do estado, representou-se pelas 44 mil toneladas, num valor de menos de 10 milhões de cruzeiros; o guaraná em 800 toneladas e valor de 48 milhões de cruzeiros. No Pará, a borracha somou 18.000 toneladas, a castanha 43 mil toneladas, as gomas vegetais não elásticas, 3.500 toneladas e a guasima, 42 mil toneladas. O valor desses produtos foi respectivamente – 320 milhões de cruzeiros; 400 milhões e 286 milhões de cruzeiros. No campo agrícola, o arroz somou 87 mil toneladas;

a cana 463 mil toneladas; a juta, 24 mil toneladas. Quanto aos valores foram, respectivamente 186 milhões, 35 milhões, 175 milhões de cruzeiros. Os territórios não apresentam números diferentes. O Acre e o Guaporé são por excelência mercados de produtos extrativos. O Amapá, distingue-se pela produção mineral, representada pelo manganês. O Rio Branco, pelos produtos minerais e animais. O manganês não é uma unidade mineral restrita ao Amapá. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia tem recebido dezenas de amostras de manganês, existentes no Estado do Amazonas, nos mais variados sítios. E, no momento, já se faz a utilização comercial do governo através da exploração das jazidas do rio Aripuanã, fluente da margem direita do Madeira.

A base mineral da produção da Amazônia é muito pequena, se ignorarmos o que ocorre no Amapá. As perspectivas indicadas pelo Departamento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, há alguns anos, não são animadoras. A propósito fiz, quando à frente da Superintendência da Valorização da Amazônia, proceder a um levantamento preliminar na base dos dados obtidos na literatura especializada existente, levantamento que não nos levava às mesmas conclusões pessimistas daquele Departamento. As jazidas de ferro do Amapá, os calcários de Itaituba, da Mundurucânia, de Monte Alegre, são outra contraprova de que aquela afirmativa pessimista não passou de uma generalização apressada. Há mesmo, ainda, a registrar a possibilidade de jazida rica de carvão na bacia do rio Fresco, no alto Xingu. Em contrato com a SPVEA, datado ainda de nossa passagem por aquela organização federal, procede-se a um vasto trabalho de identificação aerofotogramétrico, com a utilização de cintilômetro, do alto Tocantins, do Marajó, do Amapá, da região entre o Amazonas e o Pará, bacias dos rios Trombetas, Nhamundá e Urubu. Havia projeto de prosseguimento cobrindo o Território do Rio Branco. Não sei, porém, em que situação está o projeto respectivo.

A exploração de diamantes e ouro, no Rio Branco, Amapá, Rondônia, fronteira entre o Maranhão e Pará e alto Tocantins, não constitui uma atividade de alta rentabilidade para a região.

Os couros e peles são outro aspecto da ação predatória por que se promove a economia coletora regional. Ninguém ainda estudou o assunto na importância de que ele se reveste. E, no entanto, os couros

e peles de animais selvagens, desde o período colonial, vêm participando dos quadros da exportação da Amazônia e mobilizando o interesse, o capital do exterior e a mão-de-obra que pode ser recrutada no extremo norte. Atividade realizada com um desamor visível pelo futuro vem dando em resultado o desaparecimento de algumas espécies, haja vista as garças, perseguidas impiedosamente para satisfação dos mercados refinados da Europa. Os jacarés são agora perseguidos; caçados sem quartel, já começam a rarear em certas áreas onde eram abundantes. Como sucede com as tartarugas, desaparecidas do Tocantins, do Madeira, do Solimões, do Baixo Rio Branco e em conseqüência sendo disputadas a preços astronômicos nos mercados alimentares de Belém e Manaus.

As madeiras desde o período colonial foram objeto da cobiça do trabalhador florestal. As exportações para Portugal foram sem conta e constituiu o negócio quase um monopólio de estado, havendo, ao longo do Amazonas estabelecimentos montados pelo poder público para pesca de madeiras e seu primeiro tratamento antes dos embarques com destino à Europa. Com essas madeiras construíram-se edifícios públicos portugueses, entre eles o majestoso e rico Palácio de Queluz, réplica lusitana a Versalhes. O comércio de madeiras é, assim, um dos comércios de vulto, importando na existência de mais uma atividade extrativa. Atividade que exige técnica apropriada e nem sempre compensadora, pois que a floresta amazônica não vem permitindo o seu aproveitamento na base do que ocorre na África ou mesmo no Sul do Brasil.

AS EXPERIÊNCIAS AGROPASTORIS NÃO CONSTITUEM AINDA UM
FUNDAMENTO DE VIDA ATIVA E DE RENDIMENTOS ENCORAJADORES

São três as regiões onde se faz a criação na Amazônia – Marajó, Baixo Amazonas e Rio Branco. Tendo principiado em Marajó, onde os religiosos montaram as primeiras fazendas de criar e de onde foram desalojados no consulado do Marquês de Pombal, já no século XVIII começavam as fazendas no Baixo Amazonas e quase ao findar o século abriam-se as três primeiras no Rio Branco, iniciativa do próprio governo local.

O criatório é atividade de municípios do arquipélago marajoara, Baixo e Médio Amazonas e Território do Rio Branco. Os municí-

pios onde ele ocorre são Itacoatiara, Parintins, Alenquer, Almeirim, Araiúna, Chaves, Juruti, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Oriximiná, Ponta de Pedras, Prainha, Santarém, Soure, Boavista, Amapá e Macapá.

Os rebanhos da Amazônia vão pouco além das 1.504.888 cabeças, das quais 1.020.305 de bovinos, em 1950. 226.300 no Baixo e Médio Amazonas.

Não fui contra povos nem contra organizações. Fui a favor do Brasil. Sustentei, como venho fazendo nas páginas da *Revista de Política Internacional*, que se edita nesta capital, a urgência de um estado de consciência em torno aos destinos do extremo norte. Porque não é apenas o Nordeste que compõe área a exigir a atenção do poder federal, ou antes, da vontade nacional disciplinada e mobilizada para um operação de envergadura, que signifique maturidade e convicção de que o investimento de energias, de capacidade, sob a forma de planejamentos exequíveis e executados com segurança, honestidade e alto sentido cívico, é um investimento reprodutivo, capaz de assegurar não apenas a continuidade integral da pátria na sua base física atual, mas o impulsionamento de suas energias criadoras, a significarem riqueza, bem-estar e progresso. A Amazônia, que pelos dispositivos legais foi ampliada para efeito de sua dinamização econômica, e representa, de acordo com esse dispositivo constitucional e lei complementar, cerca de 2/3 do território brasileiro, é igualmente área a provocar a reflexão dos homens de governo, dos homens de empresa, de quantos têm qualquer parcela de responsabilidade na decisão do presente e do futuro da pátria, como os que aqui se fazem debatedores e examinadores dos vários ângulos do complexo nacional e são um corpo de elite que assume graves responsabilidades depois dessas meditações objetivas sobre esse mesmo complexo, não lhes escapando, portanto, a importância do tema que estou propondo.

Quero lembrar que, se no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a Amazônia constituiu uma das regiões sobre que incidiu o interesse político e a ação militar de povos que a disputaram pelas armas, em conflitos que a diplomacia nem sempre pôde fazer cessar, séculos em que vivíamos sob soberania européia, como partes integrantes de um império ultramarino cobiçado, disputado pelos que desejavam participar da partilha dos novos mundos em descobrimento, no século XIX, quando experimentávamos a liberdade política e as responsabilidades da

vida autônoma e o ingresso no concerto das nações soberanas, nem porque essa situação se houvesse assegurado, encerrara-se aquele interesse. Ingleses, franceses e norte-americanos pretenderam estar presentes à nossa atuação no sentido da elaboração de novas condições existenciais a afirmarem-se, porém, sob a direção de soberanias e etnias estranhas àquelas que haviam desvendado e realizado a ocupação inicial, criando a fronteira política, que devera ter sido acompanhada pela fronteira econômico-demográfica. Os estadistas imperiais revelaram-se admiráveis no senso de responsabilidade a respeito da situação. Houve toda uma vasta e ininterrupta política de defesa do patrimônio territorial do país com relação à Amazônia, como houve uma política imperial no tocante aos negócios do Prata, à frente de tais estadistas a figura imensa de grandeza do Visconde de Uruguai.

Sob a República, os hiatos foram, no entanto, constantes. Se um Rio Branco agiu decididamente, num comportamento espetacular mas decisivo, impetuoso mas de rendimento imediato, firmando pontos de vista necessários à preservação daquele patrimônio, como advogado e como homem de governo no posto heróico de chefe da Secretaria dos Negócios Exteriores, sustentando os interesses do Brasil, nem sempre a clarividência do estadista foi suficientemente compreendida e seguida depois. Criando o Território do Acre, Rio Branco deu um grande passo no sentido da integração da Amazônia. Poderia ter feito o mesmo no tocante ao Amapá e ao Rio Branco, antecipando-se à orientação saudável do governo Getúlio Vargas. E o resultado é que se foi chegando à situação que os constituintes de 1946 pretenderam resolver com o dispositivo constitucional que determina a aplicação de recursos da União, Estados e Municípios em planejamentos quinquenais, submetidos à consideração do Parlamento, no caso chamado a pronunciar-se, como órgão político por excelência, em assunto de natureza técnica.

A política republicana, no particular da Amazônia, só existiu sob Rio Branco. É que a euforia da borracha, que formava, com o café, o binômio milagroso para as aventuras reformistas dos governantes federais e dava a impressão de que jamais seria interrompida, justificava a ausência de visão e de atuação do poder federal, como acontecia também com os próprios governantes dos estados amazônicos, deslumbrados com as riquezas proporcionadas com as somas vultosas que

os tesouros estaduais recebiam em consequência do *rush* contra a floresta. Se um desses governantes, e dos mais lúcidos, amado de seus governados, popularíssimo e realmente um administrador que realizava operações materiais que lhe permitiam afirmar que encontrara em Manaus uma aldeia e a fizera uma cidade, se ele, em mensagem ao Congresso, confessava que as arcas do tesouro se enchiam dia a dia sem que ocorresse, de qualquer modo, a interferência da administração local para que esse enriquecimento se verificasse...

Quando o Sr. Getúlio Vargas pretendeu promover uma reunião em Manaus dos governos sul-americanos, cujos territórios participavam do complexo amazônico, o eco dessa iniciativa foi imenso naquelas repúblicas, não sucedendo o mesmo entre nós. É que não se criara uma consciência brasileira sobre a Amazônia. Quando os constituintes de 1946 sustentaram a tese dos planos quinquênios visando à valorização da Amazônia, do mesmo modo por que os constituintes que representavam os anseios do Nordeste sustentavam a necessidade de iguais medidas para lá, a aprovação do artigo proposto foi realizada não porque os constituintes tivessem compreendido a importância do que estavam deliberando, mas porque se fizera um trabalho de acomodação entre os vários grupos políticos em choque.

Houve mesmo necessidade de um apelo do Chefe do Estado para que as forças majoritárias se decidissem no sentido da aprovação. E se recordarmos que a aprovação da lei complementar que regularia a aplicação dos recursos constitucionais demorou a ser aprovada seis anos... A consciência sobre a gravidade do problema amazônico, ontem como hoje, não existia.

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA REPRESENTA A
GRANDE OPERAÇÃO GEOPOLÍTICA DO FUTURO,
IMPORTANDO NA MATURIDADE BRASILEIRA

Falando perante uma assembléia em Nova Orleans, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos assinalava que o desenvolvimento brasileiro era uma realidade insofismável. Adquiríamos a potencialidade que a nossa presença nas conferências internacionais, no jogo dos conflitos militares de âmbito universal e os algarismos da nossa efetiva criação de riqueza evidenciavam, potencialidade que o mundo não podia

mais ignorar. Evidentemente, o representante brasileiro não estava expressando um estado d'alma romântico, ufanista, mas alguma coisa de que nos poderíamos orgulhar, sustentada sem reservas mentais de qualquer espécie.

A maturidade de um país não se representa apenas na decisão de seus homens de governo, nos seus feitos militares felizes, na estruturação de uma economia alicerçada na produção em massa que satisfaça os mercados internos, e nas relações exteriores realizadas na medida em que haja produção exportável, desnecessária ao consumo interno. Uma nação adquire a altura de uma maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes deu a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, os seus foros de cultura, visando a satisfação do bem-estar de suas populações. Enquanto, portanto, essa nação tiver pela frente a desafiar os problemas graves de sua conjuntura social, econômica, a ocupação de seus espaços ermos, o desenvolvimento dos mistérios de sua geografia, o domínio e a posse efetiva de seu território, por onde possa caminhar sem hesitações e perigos, sem os sobressaltos e os desconfortos das ligações precárias ou que exigem espírito pioneiro, da aventura dos séculos XVII e XVIII, a elevação dignificadora dos padrões de vida de seus contingentes humanos, assegurando-lhes saúde, alimentação, habitação, salário, instrução, evidentemente esse país ainda não alcançou a maturidade que pensa possuir. E está exposto a perigos sem conta, inclusive aqueles de, a qualquer momento, ter de sujeitar-se ao vexame de ser chamado a permitir que povos mais fortes, desconhecendo a sua legislação e os seus princípios de vida, mas considerando-se capazes, fortes, dispostos, com o viço necessário a empresas de monta, e utilizem de suas áreas despovoadas onde a imprevidência nacional se fez sentir deixando que se criasse ali uma condição de vida precária.

No particular do Brasil e da Amazônia, será que não estamos dispostos a perigos? O Brasil já alcançou realmente a pretendida maturidade, tendo pela frente os problemas no Nordeste e os da Amazônia; naquele onde uma população que cresce desmedidamente sofre os horrores de condições físicas que não mostramos capacidade para triunfar num mundo onde as técnicas suprem todas as deficiências vencendo as dificuldades criadas pela natureza, neste onde ocorre o deserto e onde

as populações teimam em manter-se aferradas a modos de existência e a usos de terra e comportamentos econômicos rotineiros, que são uma contradição com o progresso que se constata facilmente no sul do país? Já aqui se fez, mais de uma vez, uma mensuração da gravidade da situação que se está criando para a própria integridade do Brasil com o desequilíbrio entre norte e sul, desequilíbrio que cresce, desenvolve-se, provocando a situação exótica da existência de um país aqui desenvolvido e ali profundamente subdesenvolvido.

A maturidade do Brasil não pode ser um objetivo para futuro muito distante. Criamos a base física da pátria na demonstração admirável de que tínhamos condições para realizar. Por que não poderemos criar a outra situação, isto é, aquela da posse não apenas física, mas social, econômica e política definitiva, integrando o todo nacional num harmonioso conjunto, que se complemente em suas várias áreas e subáreas?

A maturidade do Brasil, permitam que conclua sem pessimismo, há de ser uma realidade. Quando, porém, tiver dominado a Amazônia, tirando-a de condição de página de geografia e transformando-a num vigoroso capital de civilização onde, em vez do rio e da floresta comandando, esse comando esteja nas mãos dos homens.

.....

V – A Jornada de Pedro Teixeira

O

s trabalhos realizados no delta amazônico, em 1625, sob a direção de Luís Aranha de Vasconcelos, constituíram, evidentemente, o início do esforço de curiosidade científica de que se viam possuídas as autoridades de Espanha e Portugal em face do empossamento que seus homens d'armas e religiosos estavam realizando naqueles estranhos distritos sul-americanos. Esses trabalhos haviam constado de reconhecimento do Marajó e adjacências, pouco indo além o bravo militar. Sua missão era mais ampla: devia proceder ao descobrimento interior do rio e da costa do cabo do Norte. A hostilidade que encontrou de parte dos ingleses e holandeses ali localizados, o que o levou a enfrentá-los pelas armas, com grande sucesso, de certo modo dificultou a empresa. Apesar da cooperação do gentio, que, de logo, à voz dos franciscanos de Santo Antônio, se havia posto a serviço de Luís Aranha e valeu, realmente, como uma contribuição magnífica, fundamental.

O conhecimento interior da região, por essa razão, aparece prejudicado nessa primeira fase. É preciso notar, todavia, que os luso-brasileiros, ouvindo a palavra, nem sempre destituída de fantasia, da indiada, em pouco tempo se foram assenhoreando de um farto noticiário sobre a hinterlândia, ao ponto de, poucos anos decorridos da fundação do fortim do Presépio, portanto de sua instalação no delta, saberem

minúcias que, em meio aos exageros naturais no momento, viram confirmados, posteriormente, no decorrer do contato demorado que foram tendo com o meio e com os primitivos que o habitavam.

Quando, por isso mesmo em 1637, chegaram a Belém, fugidos à ferocidade de grupos nativos do Peru, os religiosos Domingos de Brieba e André de Toledo, as novas sensacionais que revelaram não provocaram aquela emoção violenta que seria de esperar se os homens, que mantinham a soberania ibérica às portas do rio, ignorassem tão profundamente o que se escondia até então aos seus olhares e à sua cobiça mercantil na região interior. A emoção, é preciso assinalar, existiu. Porque a aventura dos dois missionários, pelo novelesco que a revestiu, realmente provocaria admiração. Essa admiração, em conseqüência, insistimos, não pelas novas relativas aos aspectos geográficos e econômicos que nelas se continha, mas, profundamente, pelos perigos que haviam padecido os catequistas. E tanto assim que, no relato que o Governador Jácome Raimundo de Noronha enviou a Lisboa, datado de 29 de maio de 1637, não se encontra uma palavra que externasse espanto sobre o que narraram Toledo e Brieba. Em Belém e em São Luís sabia-se perfeitamente que o rio Amazonas era navegável até o Peru e, às suas margens, se guardavam riquezas que precisavam ser buscadas para o giro econômico, fundamento maior de todo o empreendimento europeu no Novo Mundo. Ora, assim sendo, como explicar a jornada de Pedro Teixeira, que se seguiu à baixada dos catequistas? A jornada que o mesmo Jácome de Noronha cometeu à direção de Pedro Teixeira não obedeceu ao propósito de um reconhecimento geográfico que viesse revolucionar os conhecimentos até então adquiridos sobre a região, reconhecimento, no fim de contas, necessário para o esclarecimento e dúvidas, que existiam e não podiam deixar de existir àquela altura da vida?

Estudos de Jaime Cortesão e de Frasnão de Vasconcelos, recentíssimos, os do primeiro apresentados ao IV Congresso de História Nacional que reuniu no Rio de Janeiro em abril de 1949 e publicado nos respectivos *Anais*, 3^o vol. Rio, 1950, e as do segundo ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa em outubro de 1950 e publicado na mesma cidade no ano seguinte, vieram permitir uma interpretação mais exata do episódio, que nos assegurou a maior extensão do mundo amazônico. Como se vê de Frasnão de Vas-

concelos, que não se firmando em documentação nova, de pasmar, faz sugestões interessantes, em princípios do século XVII os portugueses estavam seguros de muita coisa referente ao Amazonas, seguros pela atividade que vinham desenvolvendo com aquele objetivo. Se já em 1626 o Tapajós era percorrido muito acima de seu desaguadouro no Amazonas! A expedição de Pedro Teixeira teve, assim, o objetivo de confirmar ou não o que se sabia, ajuntando as novidades que pudesse recolher. Só isso?

Pelo que se aprende do trabalho de Jaime Cortesão, o bravo capitão das conquistas amazônicas subiu e desceu o rio entre 1637-1639, obedecendo também a propósitos políticos. O governador Jácome de Noronha, a cuja iniciativa se deveu a entrada, objetivava: ampliar pelo Amazonas acima a extensão da soberania portuguesa, contra os interesses da Coroa espanhola, para tal dando instruções especiais ao sertanista que a comandava e, ao mesmo tempo, abrir comércio com o Peru fazendo de Belém o porto de saída das mercadorias, nelas incluída a riqueza mineral, que o Peru vinha exportando, pelo Pacífico, para a Espanha. Imaginava-se, então, que seria fácil trazer, pelas águas dos afluentes do rio-rei, a produção argentífera de Potosi e Cusco. A lição do mestre português repousa no farto documentário novo que divulgou. E de acordo com esse documentário, verifica-se que Pedro Teixeira, ao cantar como marco de limites, entre as duas coroas unificadas, no vale amazônico, a povoação da Franciscana, cumpriu determinação clara e positiva de Jácome Raimundo, que antevia a Restauração ocorrida pouco depois e, com ela, o alongamento do espaço onde exercer-se a soberania mansa e intensa de sua pátria.

A finalidade política da expedição, de que não podemos ter mais dúvidas, ponderou sobre aquela outra da intenção científica. Nesse particular, foi, aliás, percebida rapidamente no Peru e em Madri, onde as autoridades se alarmaram, sugerindo a punição de Jácome Raimundo de Noronha, que ousara realizar a entrada sem ordem de Sua Majestade, e a retirada dos luso-brasileiros da bacia amazônica, inclusive de Belém, para que não perigassem os interesses espanhóis. Os receios que haviam assaltado anteriormente alguns membros do Conselho das Índias quando se principiara a conquista da hinterlândia, em face da desenvoltura de nossa gente, voltavam a tomar corpo.

A jornada de Pedro Teixeira contribuiu, no entanto, amplamente para o melhor e mais tranqüilo conhecimento da hinterlândia. Representou, e nisso é que ela assume proporções admiráveis, como que um primeiro capítulo de obra de deslocamento das nossas fronteiras, em menosprezo ao que fora assentado em Tordesilhas.

.....

VI – Os Descritivos da Jornada de Pedro Teixeira

A jornada, de Pedro Teixeira, pelas águas amazônicas, em direção ao Peru, se teve aqueles fundamentos políticos valendo como um primeiro capítulo do livro de páginas sensacionais que foi sendo escrito na empresa de deslocamento da fronteira oeste, fundamento que ponderou efetivamente, nem por isso deixou de servir à curiosidade científica em torno à realidade que se escondia pelo interior da região banhada pela grande rede hídrica. Assim é que Bento da Costa, piloto da expedição, traçou bisonha carta do rio em sua extensão percorrida e o Padre Alonso de Rojas, com as informações do piloto e seguramente de outros membros da “entrada”, fez um descritivo que servia à interpretação da carta.

Tanto o mapa como a descrição resultavam da subida do rio. Com relação à baixada, o escrito minudente foi da autoria do jesuíta Cristobal de Acuña, o *Nuevo descubrimiento del Gran Río de las Amazonas*, que se editou em Madri no ano de 1641. Como era natural, em meio à grandiosidade da paisagem, Acuña não pôde fugir aos exageros no riscar os quadros em que pretendeu traduzir a natureza amazônica. Cedendo, como cederiam mais tarde outros viajores ilustres, à força deslumbradora do ambiente, viu tudo sem limitações. Continuou, e deu vigor, nesse particular, à literatura exótica, que tantos prejuízos tem trazido à Amazônia,

marcada pelos excessos, pelas patranhas, literatura que principiara com o jesuíta Gaspar de Carvajal, companheiro de Francisco de Orelana na baixada do Peru rumo ao Atlântico, e ainda em nossos dias é como que uma constante invencível.

Descritivo minucioso, que revelava um mundo novo de riquezas em potencial, podia ser utilizado pela cobiça desenfreada dos povos que faziam frente aos espanhóis e aos portugueses nos domínios de ultramar. Em Espanha, de logo, por isso mesmo, assim foi entendido. Em conseqüência, mandado evitar que circulasse e pudesse chegar às mãos daqueles concorrentes imperiais. A providência não surtiu o efeito desejado. Porque o *Nuevo Descubrimiento* seria editado em francês, em 1682, e em inglês em 1698. E quinze anos decorridos de sua primeira edição, editava-se, 1696, em Paris, a *Relation Historique et Geographique de la Grande Rivière des Amazonas dans Amérique*, da autoria de Conte de Pagan. Nessa *Relation*, é certo, os detalhes acerca da região superavam os que constavam do livro de Acuña, o que autoriza a suposição de que, para elaborá-la, outro informante obteve o autor francês. Mais: dela constava um mapa de todo o vale, com indicações muito mais precisas que os das tentativas anteriores. E, para culminar, divulgava um apelo ao Cardeal Mazarino, que dirigia, a essa altura, o governo francês. Esse apelo fazia-o Conte de Pagan para que a França promovesse a conquista daquele espaço rico, que ampliaria o império gaulês em formação no Novo Mundo. Os receios das autoridades madrilêns, evidentemente, tinham razão de ser. O livro de Acuña era realmente perigoso aos interesses da Ibéria. Todavia, os perigos da Amazônia passar a mãos francesas já não interessava a Espanha, uma vez que Portugal, restaurado em sua soberania, é que controlava a região, dominando-a e valorizando-a pela exploração e ocupação.

A jornada de Pedro Teixeira permitiu, porém, a elaboração de outro descritivo mais completo, mais detalhado que o de Acuña. Referimo-nos à *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá e rio das Amazonas*, de Maurício de Heriarte.

Companheiro do grande soldado na subida e baixada do rio, Heriarte era um velho e experimentado sertanista de boas letras. Evidentemente, portanto, um caso particular, uma exceção. Porque, na generalidade, os sertanistas de então eram pouco dados às aventuras do

espírito. Habitados aos rigores locais, observador atento das particularidades que singularizavam o meio, escreveu a *Relaçam* muito tempo depois da jornada de Teixeira. Visava facultar aos governantes do Estado os conhecimentos de que careciam para bem administrar. Em consequência, se não apresenta o caráter de relatório burocrático, com cifras e dados rigorosamente dispostos em obediência dos cânones burocráticos, nem por isso deixa de ser um documento elaborado com o melhor critério, em meio à fartura de informações. Essas informações relativas ao quadro geográfico físico, a natureza em seu Estado de gênese, aos aspectos humanos e sociais, às condições materiais da vida rude que se vivia. Como ninguém o havia feito até então, Heriarte expôs circunstanciadamente a realidade regional. Todas as particularidades que já se registravam ele as indicou, inclusive as ligações do rio Negro com o Orinoco. Tratando da multidão indígena, fala-nos dos totens de madeira lavrada que as tribos dos Solimões levantavam à entrada das tabas. Sua *Descriçam*, elaborada com alma, era um resultante da viagem, como era também uma resultante dos conhecimentos que foi obtendo depois no contato com o meio e com a experiência que outros sertanistas e colonos iam adquirindo incessantemente.

Apresentada possivelmente ao Governador e Capitão-General Rui Vaz de Siqueira, a *Descriçam* não foi editada nos dias da colonização. Permaneceu inédita até 1874, quando Varnhagem a divulgou em Viena e, mais recentemente, Rodolfo Garcia nos comentários e notas com que enriqueceu a *História do Brasil* daquele nosso eminente erudito.

A curiosidade científica que despontava à volta da Amazônia encontrou, assim, no livro de Acuña e no de Heriarte, dois registros interessantes. Essa curiosidade, no entanto, nos anos seguintes à empresa de Pedro Teixeira, ia ser melhor atendida com a série ponderável de memórias, depoimento e descritivos que se iriam elaborar.

.....

VII – Sertanistas e Missionários na Identificação da Amazônia

E

sa curiosidade científica com relação à Amazônia, se foi afirmando com um vigor sempre crescente, numa contribuição interessantíssima para a literatura exótica que começava a escrever-se à volta dos novos mundos que se revelavam na empresa do mercantilismo e do renascimento cultural. No decorrer de XVII e primeiras décadas de XVIII, todavia, assinalou-se de maneira particular. Era uma resultante expansão que os luso-brasileiros, partindo de São Luís, de Belém, Cametá e Gurupá estavam realizando com aquela intenção política a que nos vimos referindo, portanto resultante da experiência que ia ganhando, no vaivém das viagens e do trato diário com a natureza e com o meio geográfico. Como tal, confundia-se com a ação imperial que se executava sem cessar e com êxitos que garantiram, a Portugal, e posteriormente ao Brasil, toda aquela imensa área.

Realizada ora por agentes civis e militares do poder público, que penetravam a hinterlândia visando a estabelecer o domínio político, ora por agentes religiosos do mesmo poder público, os missionários, que tomavam contato manso, cordial, com o gentio e o levavam a não oferecer resistência à conquista que aqueles primeiros operavam, essa curiosidade foi permitindo que se alterassem as primeiras impressões, conseguissem as primeiras notícias escritas, passando-se a um menos

imperfeito ou mais seguro, mais realístico conhecimento do que era a região, do que valia, do que podia oferecer para assegurar continuidade ao império colonial português.

Durante muito tempo, é certo, ignorou-se o esforço que aqueles pioneiros efetuavam sob resultados tão flagrantes, resultados que se preferiu atribuir aos exploradores estrangeiros de XIX e XX, reveladores sensacionalistas de uma Amazônia que, na verdade, era um descobrimento silencioso: os sertanistas e missionários portugueses dos séculos XVI a XVIII. Ora, à luz da documentação de que dispomos hoje, no entanto, será possível, será justo ignorar o episódio, no que ele possui de mais palpitante, de mais evidente?

No primeiro volume de nosso livro sobre *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francesa*, Rio, 1947, tivemos oportunidade de levantar o quadro de todo esse empreendimento de singular importância, registrando os nomes de quantos, numa bravura silenciosa que os fez ignorados, por muito tempo, dos historiadores e dos estadistas que deviam conhecer-lhes os feitos memoráveis, se sagraram os mais legítimos reveladores da Amazônia. A relação vai de 1623 a 1749. Compreende, portanto, um longo período e uma série de figuras que começam em Luís Aranha de Vasconcelos e não findar em João de Sousa de Azevedo, galeria expressiva de homens que dignificaram a espécie servindo aos interesses da pátria e da ciência. No segundo volume da mesma obra, Rio, 1948, versando, porém, o problema da fronteira com as colônias espanholas a propósito do Tratado de Madri, registramos o copioso noticiário de ordem geográfica que resultou de penetração, realizada pelos sertanistas e pelos missionários.

Dissemos que tais sertanistas e religiosos realizavam descobrimentos. Quando não o realizavam diretamente eram, porém, a pena que registrou a empresa nos detalhes e nas particularidades que a distinguiram. Assim, no século XVII, temos a referir, nesse particular, dois nomes distintos: Bento da Fonseca e Manuel Ferreira.

Bento da Fonseca era da milícia jesuítica, homem inteligente que terçaria armas, na Amazônia e em Portugal, contra os que faziam restrições ou acusações à Ordem de Loiola e comentaria o livro de viagem de La Condamine, apontando o erro em que incidira a propósito do Oiapoque ou Vicente Pinzón.

Bento da Fonseca escreveu *Localização geográfica do Maranhão, como do célebre rio das Amazonas, rios que neste se metem, e nações, de que são povoados*, obra que se guarda no precioso Arquivo de Évora; e *Maranhão Conquistado a Jesus Cristo e à Coroa de Portugal pelos Religiosos da Companhia de Jesus*, que também se guarda em Évora.

Manuel Ferreira, igualmente jesuíta, escreveu *Breve Notícia do Rio Tapajós*, cujas cabeceiras do último se descobrirão no ano de 1742 por sertanejos ou mineiros do Mato Grosso, dos quais era “cabo Leonardo de Oliveira, homem bem conhecido e dos mais experimentados nos Sertões das Minas”, trabalhos que permanecem inéditos em Évora, como o mapa do grande rio que acompanha essa íntima relação.

Falamos em Évora. Será bom recordar que naquele arquivo, de que Cunha Rivara nos deu um “Catálogo” precioso, fundamental para o conhecimento da crônica do Brasil colonial, em particular o extremo-norte, há mais sobre a Amazônia, nessa fase, as seguintes memórias:

- “Breve relação da entrada, que o R. P. Manuel da Mota, da Companhia de Jesus, fez pelos rios Tocantins e Raquanhues na era de 1721 para 1722, sucessos que teve, gentes que desceu e deixou praticadas, as quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos, que com esses padeceu o R. P. Missionário Marcos Antônio Arnolfini”;
- “Notícia Abreviada (mas verdadeira) que se dá do rio da Madeira, com a individuação e clareza que é precisa para se vir no conhecimento da distância e comunicação que pode haver com os moradores das Minas de Mato Grosso”;
- “Notícia dos rios da Madeira e Tapajós”;
- “Mais notícias dos rios da Madeira e Tapajós até o Cuiabá e Mato Grosso”;
- “Mais notícias dos mesmos rios”;
- “Informação do rio da Madeira, e dos mais que deságuam nele, de seus sertões, gentios, e de seus costumes, ritos e cerimônias”;
- “Breve Descrição do rio dos Arinos”;
- “Breve Notícia do Rio Tapajós”.

Por fim, vale uma referência a um governante, que era também historiador e geógrafo. Referimo-nos a Bernardo Pereira de Berredo.

Berredo, se não se distinguiu como sertanista ou missionário, como capitão-general e governador do Maranhão e Grão-Pará, teve ocasião de lidar com eles, coletando um mundo imenso de notícias sobre o que haviam descoberto ou explorado. Exerceu, na direção política do Estado, uma ação memorável. Escreveu os famosos *Anais Históricos do Maranhão*, de que circularam já três edições, sendo a primeira de 1749. Nos *Anais*, Berredo não fez apenas história. Aqui e ali encontramos geografia retificando o que até então se tinha por verdade. Nesse particular é preciso, de logo, que se assinale, nos quadros geográficos que riscou houve retificações posteriores, indicadas por Bento da Fonseca, que lhe lera a obra e mostrara erros e apontara aspectos que deviam ser revelados porque eram novidades apuradas seguramente pelos catequistas da Companhia de Jesus.

Como se vê, fazia-se, sem as retumbâncias que cercaram a obra dos exploradores dos séculos XIX e XX, todo um inventário realístico fundado no que a experiência ensinava, no que se apurava no trato diário com a terra e com o homem exóticos. Operava-se, destarte, com os meios de que era possível dispor, obra silenciosa, insistamos, de sertanistas e missionários, todo um vasto levantamento das realidades regionais, sobrepondo-se àquela literatura de exageros dos primeiros tempos, num noticiário menos imperfeito ou mais de acordo com a realidade gritante do ambiente rústico, e que caracterizava a Amazônia. Tamanho empreendimento, de tanta valia para o conhecimento realístico da região, ia tomar incentivo maior no decorrer do século XVIII, por ocasião dos trabalhos demarcatórios da vasta fronteira com as colônias espanholas, uma obra de envergadura de que se podem orgulhar os portugueses de então.

Portugal, na Amazônia, não efetuará uma empresa de cobiça desenfreada. O propósito de possuir o gigantesco ultramar, conhecendo-o exatamente, era um propósito firme, constante, de conseqüências expressivas, que enfrentou com decisão e frutos altamente valiosos.

.....

VIII – O Tratado de 1700 e a Integridade Territorial do Brasil-Amazônico

A cobiça francesa pelas terras do Amapá, no chamado período colonial, demonstrou-se nas várias tentativas que promoveram para ocupá-lo, seja pelos meios brandos do comércio com o gentio, seja pela penetração cautelosa, mansa, sorrateira, seja, por fim pelo uso da força, isto é, a presença militar numa empresa de guerra que não lhes assegurou, todavia, o sucesso imaginado.

A teimosia luso-brasileira por manter-se ali, enfrentando uma natureza hostil, sem que lhe fosse possível criar uma segura dominação representada pela colonização intensiva, expressou-se, porém, numa série ininterrupta de atos que significaram o propósito deliberado da permanência, mesmo que a adversidade local fosse, como de fato foi, de tal porte que só mesmo uma decisão firme explicaria.

No primeiro volume de meu livro sobre *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa*, procedi ao levantamento minucioso do esforço dos franceses e dos luso-brasileiros para ter em suas mãos a área ambicionada. E, na oportunidade, assinaléi que, repentinamente, Portugal abriu as portas à França num tratado inexplicável, que era verdadeira traição ao passado. Inexplicável porque, negociando os dois países, em bases de provas documentais de

ocupação, Portugal se mostrava disposto a defender com as carradas de razões que militavam a seu favor, os seus direitos, para isso constituindo uma equipe magnífica e mandando vir de Belém o homem mais habilitado para ocupar-se do assunto. Refiro-me ao jesuíta alemão Aloísio Conrado Pfeil, que vivera a região nevrálgica, nela procedera a estudos minuciosos, fizera-lhe o levantamento cartográfico e escrevera uma memória irrespondível. Quanto à equipe, era constituída de Mendo de Foies Soares, Gomes Freire de Andrade e Francisco Xavier de Meneses, Conde de Ericeira. Mendo de Foies exercia a direção dos negócios externos de Portugal; Gomes Freire já governara a Amazônia, sendo o perito ouvido sempre para o trato dos problemas regionais; Ericeira, homem de espírito, forte nas coisas francesas, era a inteligência viva capaz de argumentação decisiva no pleito com o representante francês Pierre Rovillé, que vinha de presidir ao Grande Conselho de Sua Majestade o Rei Luís XIV, de França.

O debate que se travou foi um debate movimentado, em alto nível e pode agora ser melhor conhecido pela documentação existente na seção de manuscritos da Casa do Cadaval, como se verifica do excelente catálogo elaborado por Virgínia Rau e Maria Francisca da Silva.

Vivia-se, no momento, uma situação grave na Europa, a propósito do problema da sucessão do trono de Espanha. Portugal, aliando-se à França, esquecera a aliança com os ingleses. E em consequência, firmando um tratado com aquela potência, a propósito de seus limites na Sul-América, cedia ao apetite francês. Os argumentos da equipe de Mendo de Foies não produziram, assim, os frutos que naturalmente deveriam produzir.

Pelo Tratado, que teve o nome de Provisional, e foi assinado a 4 de março de 1700 e mais tarde, a 18 de junho de 1701, passou a ser considerado pelas duas nações como definitiva, negara-se o passado heróico.

“Seriam demolidos os fortes de Araguari e Cumaú ou Macapá, retirando-se quanto neles houvesse, inclusive as aldeias indígenas formadas para o serviço e uso das mesmas fortificações, isso no prazo de seis meses, a contar das ratificações do Tratado. Se houvesse outros fortes no distrito das terras que correm dos ditos fortes pela margem do rio das Amazonas para o Cabo Norte e costa do mar até a foz do rio Oia-

poque ou de Vicente Pinzón, seriam igualmente demolidos. Tanto aos franceses como aos portugueses era vedado ocupar ditas terras que ficavam em suspensão da posse de ambas as Coroas, nela levantar novas fortificações ou estabelecer núcleos de população, mesmo simples feitorias, enquanto o assunto não fosse de vez resolvido. Os bandos nativos que lá vivessem deviam ser respeitados em suas moradias, proibida a escravização, apenas consentindo-se que os missionários os procurassem, a serviço da cristandade. Esses missionários seriam sempre os que lá já estivessem ou nacionais dos que lá tivessem fundado missões. Se ocorresse a hipótese de religiosos franceses terem sido impedidos de trabalhar em aldeamentos que houvessem fundado, deviam ser restaurados nas ditas missões. Os franceses tinham permissão de penetrar nas terras neutralizadas, desde o sítio dos ditos fortes de Araguari ou de Cumaú ou Massapá para o Cabo Norte e costa do mar. Os portugueses tinham permissão para penetrar as terras neutralizadas até à margem do rio de Oiapoque ou Vicente Pinzón. Os franceses penetrariam, vindos de Caiena; os portugueses, vindos do rio Amazonas. Soltar-se-iam os prisioneiros existentes, de parte a parte não devendo ser castigados aqueles que houvessem favorecido o inimigo. Nenhum súdito das duas monarquias podia inovar coisa alguma do conteúdo do Tratado, devendo toda e qualquer dúvida ser decidida mediante entendimento amistoso entre as duas monarquias. Ocorrendo o caso de incidente entre portugueses e franceses, nem por isso o Tratado ficava passível de considerar-se violado. Até o fim do ano de 1701 as duas Coroas deviam coletar os subsídios necessários para, a seguir, decidir-se a que soberania ficavam em definitivo incorporadas as terras questionadas. Possuindo o Tratado o caráter de provisório, em virtude dele nenhuma das duas nações poderia alegar, posteriormente, qualquer direito de posse e propriedade nas terras em litígio."

Em nossas pesquisas no Arquivo Público do Pará, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Itamarati e no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nenhum elemento pudemos obter acerca do cumprimento ou não do Tratado nas terras amazônicas. Que teria havido? Qual o comportamento das autoridades e dos colonos da Amazônia, que tanto se haviam esforçado para defender a soberania luso-brasileira naquelas paragens?

No segundo volume dos *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, respeitantes ao Brasil*, que as duas referidas historiadoras acabam de publicar, encontramos a resposta àquelas dúvidas: o Tratado Provisional não foi cumprido por qualquer das duas partes. Os franceses, como que o ignorando, penetraram desenvoltamente pelas águas e terras amazônicas atingindo a calha central do rio-rei, fora, portanto, muito fora mesmo, da área litigiosa. Quanto aos portugueses, não haviam dado um passo para cumprir o que fora ajustado. Assim, nem haviam soltado os índios aprisionados e a serviço dos franceses, nem devolvido os pertencentes de franceses de Caiena. Os documentos que trazem essas notas esclarecedoras não fazem referência à demolição dos fortes que os luso-brasileiros haviam levantado no trecho nevrálgico. Esses documentos são: carta de José de Faria ao Duque de Cadaval, instruindo-o para fazer reclamação ao embaixador do rei de França, a exposição ao duque sobre o contato que mantivera com aquele diplomata.

Um ponto continua, portanto, em aberto – aquele referente às instruções que foram dadas ao Capitão-General Manuel Rolim de Moura sobre o tratado. Não se sabe que instruções foram essas. Ter-se-ia mandado executar o diploma lealmente ou ordenado que fizesse o corpo mole?

.....

IX – Uma Tentativa de Secessão na Amazônia

H

há no Itamarati, em seu rico Arquivo Histórico, na documentação de Rio Branco, uma peça extraída da Biblioteca Nacional de Lisboa, coleção Pombalina, códice 620, da mais alta importância para o conhecimento do passado da Amazônia brasileira. Esse documento é um ofício do bispo do Pará, Frei Miguel de Bulhões, dirigido ao Ministro Diogo de Mendonça Corte-Real.

Frei Miguel, é preciso saber-se logo, não foi apenas bispo do Pará, bispo diligente, a quem se deve a grande organização eclesiástica da região amazônica, após as medidas drásticas do Marquês de Pombal no tocante à atuação das Ordens Religiosas, em especial a Companhia de Jesus, acusadas de desservir ao estado português nos seus interesses espirituais e materiais. Frei Miguel, que se colocou abertamente ao lado do Marquês todo-poderoso, foi um governante medíocre. Apagou-se, nesse particular, em face da atuação do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a quem substituiu nas ausências e impedimentos, isto é, todas as vezes que aquele se dirigia ao rio Negro para os encargos da delimitação da Amazônia brasileira, então Amazônia portuguesa. Tentei um perfil de Frei Bulhões em meu livro *Estadistas Portugueses na Amazônia*. Trabalhei para esse perfil com a documentação que encontrei na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

O ofício a Corte-Real vem propor Frei Miguel sob um novo ângulo, o de um servidor do estado, dominado por um sentimento patriótico vivíssimo, que o levou a descobrir uma conspiração que ia levar a Amazônia às mãos francesas.

O ofício, datado de 18 de agosto de 1755, é acompanhado de um termo de junta extraordinária realizada em palácio, a 13 de agosto do mesmo ano, mais uma exposição do Ouvidor-Geral do Pará, Dr. João da Cruz Diniz Pinheiro, datada de 7 de setembro de 1755.

Dizia o bispo que, em virtude do agravamento da situação, no tocante ao trabalho do indígena, que os colonos desejavam manter na condição de escravos, em evidente desrespeito às determinações legais, que a proibiam, estava a criar-se na colônia um indisfarçável mal-estar. Vedada a escravização do gentio local, parecia impossível prosseguir nos trabalhos de valorização daquele trecho do ultramar, na base não mais da simples extração de produtos florestais, mas de um amplo esforço agrário que prometia muito se houvesse o braço necessário à sua execução.

Já no Maranhão, lembra o Antístite, no século XVII registra-se o episódio de Beckman. No Pará, a presença de dois regimentos, mandados de Lisboa, impedia a repetição daqueles sucessos políticos que haviam envolvido toda a sociedade de São Luís e vêm sendo indicados como uma primeira demonstração da existência de sentimentos nacionalistas ou antilusitanos. Agora, o passo era mais perigoso. Porque envolvia uma verdadeira traição à pátria comum – a entrega da Amazônia aos franceses de Caiena.

Segundo o ofício, Frei Miguel foi informado da conjura por um religioso, que obtivera a notícia fora do sigilo sacramental. Miguel Pinheiro Diniz, esclarecia, fora a pessoa que comunicara o fato ao religioso: alguns moradores de Belém haviam escrito a Sua Majestade o rei da França, por intermédio das autoridades de Caiena, “oferecendo-lhe esta conquista e pedindo-lhe com a maior instância que viesse logo tomar posse dela, pois ainda que naquela carta se não assinaram todos os moradores, como a maior e melhor parte deles iam assinados todos os mais na ocasião da entrega, havendo de seguir o seu partido”.

O fato era da maior gravidade e o bispo determinou, então, que se fizesse um inquérito rigoroso, com as necessárias cautelas, às pessoas implicadas.

Um capitão de infantaria chamado José Henriques Pereira, foi encarregado de deter o morador Manuel Pinheiro Dinis, o que foi feito sem despertar suspeitas. Manuel Pinheiro não falou numa confissão total: ora confirmava, ora negava conhecer os fatos que revelara ao religioso. Por fim, conseguiu fugir. A mulher de Manuel Pinheiro e o cunhado foram então recolhidos à cadeia. Interrogados, confessaram tudo, esclarecendo como se fizera a conspiração, época e local da mesma e indicando as pessoas comprometidas. A diferença no depoimento dos dois referia-se à resposta do rei de França: um afirmava que ela viera, enquanto o outro dizia ignorá-la. Quanto ao lugar, fora o Engenho Itapicuru, na boca do rio Acará; a época, a da presença do Padre Roque Huntertdfundpt da Companhia de Jesus, que estava fazendo os exercícios de Santo Inácio, e os conjurados, além do padre Roque, João Furtado de Vasconcelos, sargento-mor das Ordenanças de Belém, e o Padre Miguel Ângelo de Moraes, este clérigo de Hatros, conspiradores de menor projeção.

Frei Miguel determinou a prisão dos acusados. Manuel Pinheiro apresentou-se. Foi feito o processo, apurando-se que a conspiração era uma realidade, pelo menos o propósito de entregar a Amazônia aos franceses. Não foi possível, no entanto, averiguar com segurança se a carta fora escrita e remetida, nem tampouco, na hipótese afirmativa, se a resposta viera. Frei Miguel tinha suas dúvidas, pois lhe parecia que o rei de França, dadas as boas relações de seu país com Portugal, seguramente não se haveria de comprometer numa jornada perigosa.

Os franceses vinham desejando a Amazônia há muito tempo. Não escondiam suas intenções imperialistas. A penetração na região da Guiana brasileira era constante e a realizada por mercadores de Caiena que traficavam com o gentio, procurando conquistá-los para a causa francesa. Mais de uma vez, haviam sido elaborados projetos de uma expansão francesa a custa das terras amazônicas que os portugueses vinham incorporando à sua soberania. Registra-se mesmo o choque militar que, nos primeiros momentos, haviam sido favoráveis aos franceses, por fim vencidos e capturados. As relações mercantis, regulares e legais, entre Belém e Caiena, não se processavam com a intensidade

desejada pelos franceses. As autoridades de Belém tinham ordens para evitá-las, o que de certo modo vinha autorizando o comércio irregular, clandestino. Essas ligações é que possivelmente teriam dado margem à idéia da entrega da região ao rei de França.

O que acabamos de revelar, pela leitura da documentação existente no Itamarati, parece-nos a exigir uma indagação maior visando uma conclusão segura. Por que dessas peças não se extrai uma certeza total? Teria havido realmente a conspiração? Que nos dirão os documentos franceses a respeito?

A 26 de maio de 1756, Diogo de Mendonça Corte-Real escrevia a Frei Miguel uma carta, expressando os agradecimentos de Sua Majestade pelo cuidado e zelo com que se empregava o seu real serviço, especialmente naquele episódio “em que é preciso toda vigilância sem desprezar nem ainda os pensamentos”. Dizia mais, o ministro: “Convenho também com V. Ex^a de que os franceses de Caiena não haviam de fazer ação nenhuma de tão alta empresa sem a comunicarem a sua Corte e é de crer que esta na boa inteligência, e harmonia em que se acha com a nossa não entrassem em semelhante projeto de conquistar esse Estado.

“Pelo que respeita aos cúmplices se procederá na forma que dispõe o direito.”

Quero esclarecer, para terminar, que Frei Miguel não se restringiu em sua ação política à apuração da denúncia, pois que, para evitar surpresas, tratou de organizar a defesa da região, visitando as fortalezas e ordenando as obras necessárias para que pudessem funcionar com eficiência. Dizia ele: “No Fortim da Barra, que é o mais interessante para defesa por estar junto ao Canal, mandei logo continuar sua Cortina, que há bastantes anos se tinha principiado acabar a plataforma, e fazer os parapeitos, de que necessitava para o uso da artilharia. Na fortaleza da mesma Barra mandei logo engrossar o parapeito, consertar as Carretas de sorte, que as peças possam laborar com facilidade, e pelas praias desta cidade determino mandar fazer alguns redutos de faxina na forma, que se determinou em uma Junta, que fiz como V. Ex^a verá da Cópia do Termo que remeto na qual se acentuou, que se deviam aplicar logo todos os meios proporcionados para uma mediana defesa enquanto Sua Majestade não determinava se fortificasse regularmente esta cidade.”

.....

X – O Desbravamento do Sertão Amazônico

A conquista da hinterlândia amazônica, levada a efeito nos seus capítulos iniciais pelo esforço bem comandado dos luso-brasileiros, processou-se com uma rapidez ponderável, em episódios cheios de interesse e que demonstraram, à saciedade, os objetivos políticos e culturais que animaram os que a haviam determinado. Processou-se em obediência a um propósito firme que não cessava, antes insistia na obtenção de resultados palpáveis, no caso o domínio que foi sendo exercido e se materializou ainda mais vivamente nas fortificações, nos núcleos urbanos e nos empreendimentos econômicos, experimentados com o maior êxito.

Parte integrante do mundo sul-americano que os espanhóis estavam criando, era natural que lhes coubesse a direção da partida, que eles sabiam jogar com uma bravura de Cid e uma constância memorável, a todo instante constatada nos novos mundos que Colombo revelara à Europa de quinhentos. E tanto assim devia ser que, depois da façanha de Francisco de Orelana, a quem Carlos V concedera o vale imenso pela cédula de 13 de fevereiro de 1544, atribuindo ao descobridor o título de Adelantado, que atribuiria, quanto ao Prata, mais tarde, a D. Pedro de Mendoza, a região, pelas cédulas de 1552, 1554, 1563, 1568, 1569, 1585, 1601, 1604 passara às mãos de outros heróis da epopéia conquistadora:

Jeronymo de Aguayo, Diego de Vargas, Hernández de Serpa, Pedro Molaversa Silva, Juan Ortiz de Zarate, Antonio de Barrio, Hernando de Oruna y la Hoz, Pedro de Betranilla, Diego de Ordaz e Juan Desper. Nenhum deles, no entanto, empreendera a ocupação da terra, de sorte que quando os holandeses, os ingleses e os irlandeses, em fins do século XVI, começaram, em seus propósitos imperialistas, a instalar-se no delta, realizando o primeiro empreendimento colonial com ares de permanente, foram os luso-brasileiros os que vieram jogar a partida visando pô-los fora e empossar-se da região. Ano de 1616.

À época, Portugal e Espanha e respectivos espaços ultramarinos estavam sob o mesmo cetro, o dos Áustrias. E como consequência imediata, cessara a diferença que durante tanto tempo separara os dois grandes povos peninsulares, levando-os a encerrar suas velhas dúvidas políticas. A unidade monárquica como que pusera termo ao dissídio secular, permitindo, destarte, com a união política, a realização de amplos planos de trabalho que, em última análise, seriam a realização de uma política serena de valorização das terras americanas, efetuada indistintamente pelas gentes ibéricas.

Ora, é certo que apesar da impressão que se exteriorizava, de entendimento entre as duas coletividades ibéricas, na realidade tal não ocorria. Porque os portugueses não haviam sucumbido com o 1580. Ao contrário, as energias nacionais fortificavam-se com a estruturação de uma consciência cívica, que se afirmava na consciência econômica, que o intercâmbio com o Brasil alimentava sem cessar. Embora, à sombra da unidade monárquica, ampliara-se a expansão, permitindo-se aos portugueses facilidades e garantias para que participassem da empresa americana. Vamos encontrá-los, por isso, revogados os dispositivos legais até então vigentes, atuando no Peru, no Chile, na Colômbia, na Venezuela, no México, nas Antilhas. Em toda parte do império espanhol penetrando sem-cerimoniosamente, numa competição rendosa com os colonos da Andaluzia, de Castela, das Canárias, sob os mais francos êxitos.

No tocante às partes espanholas do extremo-norte, o episódio possui aspectos ainda mais sérios. Porque não foi à sombra protetora daqueles atos reais que se fez a participação, mas devido a ordens específicas emitidas de Madri, em face dos perigos representados pelos

concorrentes estrangeiros a que Espanha não podia, no momento, oferecer resistência direta. Assim, um aviso emitido em 1621, a 4 de novembro, cominava aos luso-brasileiros a empresa da incorporação da costa que vai do litoral norte até São Tomé de Guiana e Boca do Drago. E na base desse aviso, os destacamentos luso-brasileiros haviam enfrentado o meio selvagem, substituindo mais uma vez os espanhóis em empresa do estado. Então, foram-no incorporando à soberania a que serviam realmente, isto é, a soberania de Portugal. Porque, na verdade, eles a esperavam ver um dia restaurada em todo o esplendor que a distinguia antes de 1580.

Sem encontrar obstáculos físicos, que lhe quebrassem a impetuosidade, constantemente solicitados a mais avançar pelo interior da terra, servindo-se dos caminhos líquidos que os levariam ao coração da selva, colonos de Portugal e mamelucos nortistas enfrentaram o desconhecido, ampliando a extensão do império, cuja fronteira foram deslocando à medida que se internavam e chantavam os marcos da posse permanente e pacífica. Flotilhas de embarcações, dos mais variados aspectos e tamanhos, subiram o Amazonas em direção à cordilheira andina. Subiram os rios que afluem para o rio-rei: o Tocantins-Araguaia, o Xingu, o Tapajós, o Urubu, o Madeira, o Negro-Branco, o Japurá, o Içá. Descobriram as ligações do rio Negro com o Orinoco pelo canal de Caciquiari, ano de 1744, façanha do sertanista Francisco Xavier de Moraes. Utilizaram as comunicações com as minas do Mato Grosso através do Tapajós e bacia do Madeira-Mamoré-Guaporé, atingindo o Paraguai. Todo um mundo novo foram desvendando, aos imperativos das necessidades econômicas, aos imperativos da política a que serviam, aos imperativos dos propósitos científicos das autoridades de Lisboa, e não mais de Madri, desejosas de ter em mãos as informações minuciosas sobre o que representava realmente aquele espaço interior, a cujo respeito os primeiros cronistas haviam escrito uma literatura de emoções, de exageros, de páginas marcadas pelo exotismo mais absurdo. A revelação da Amazônia, que principiara naqueles descritivos e no mapa de Vicente Cochado, tomava cores mais vivas com esse desbravamento sertanista, verdadeiro prefácio aos trabalhos de campo dos naturalistas e geógrafos do séculos XIX e XX.

.....

XI – A Conquista da Amazônia Brasileira

A história da expansão brasileira na Amazônia, na obra magnífica de ampliação da fronteira, não foi escrita ainda. Há materiais, abundantes materiais já divulgados e vários ensaios que pretendem propor as linhas centrais do episódio, que importa em reconhecer a existência, entre nós, de uma fronteira móvel, possivelmente do tipo daquela que vem sendo indicada como uma das características da formação norte-americana.

Essa história não pode ser escrita, porém, sem o conhecimento preliminar do processo anterior, do período português, quando uma primeira fronteira foi fixada depois de um vaivém interessante, que assegurou maior ou menor espaço ao país e serviu à experiência da criança e da permanência de uma sociedade no mundo tropical amazônico.

Euclides da Cunha, na *Revista Americana*, foi quem deu princípio ao exame dessa página de bravura e de constância brasileira. Deveu-se ele no particular do rio Purus a propósito da luta que, contra a floresta, para a formação de seringais, os nordestinos promoviam com tanta rapidez e impetuosidade. Euclides assinalou nomes, registrou datas, indicou a importância do fato histórico. Euclides compreendera-lhe a significação porque, ademais, lhe presenciara ao prosseguimento. À época em que andou pelo Purus, para os trabalhos de demarcações, o *rush* da

borracha estava em plena realização. A sua palavra era, assim, também, um depoimento. Euclides entusiasmará-se com o que estava vendo. Porque, além de tudo, desmentia-se, naquele cometimento de gigantes, a velha teoria da impossibilidade da ocupação de tais regiões, pela violência do clima, a incidência das endemias e a resistência do gentio. William Chandless, décadas antes, afirmara, numa conclusão negativa e imediatista, que não seria possível permanecer-se ali, resistindo e criando. Nada de definitivo seria possível. E o que Euclides encontrava era uma resposta ríspida, franca, exuberante à dúvida do explorador britânico.

Depois de Euclides, outros, como Craveiro Costa, que fez admirável exegese do processo da ocupação de terra, começaram a anotar nomes e dados, fatos e feitos. Não apenas para os vales do Purus-Acre, mas também para os de Juruá, como para o Tapajós e o Xingu.

Nenhum, todavia, como o magistrado acriano Castelo Branco Sobrinho, que em monografias exaustivas, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e no *Boletim Geográfico*, do IBGE, trouxe a melhor contribuição para o conhecimento do que foi a epopéia da conquista da hinterlândia amazônica.

Essa conquista realizou-se com rapidez. Em menos de cinquenta anos, maranhenses, nordestinos, paraenses e amazonenses, numa harmonia deliciosa, harmonia que deve ser registrada como prova da existência de uma unidade admirável da sociedade brasileira, penetraram os quatro grandes vales, procurando-lhe os manadeiros. Abrindo, nas margens, as clareiras indispensáveis à montagem de habitações, armazéns para depósitos de mercadorias, sem o que não seria possível a permanência para a extração do látex, solicitado sofregamente pelos mercados europeu e norte-americano.

Mas o que deve ser mencionado, ao lembrarmos o episódio, não é apenas o que ele em si mesmo significou como força impetuosa de uma gente capaz. Há alguma coisa que tem sido esquecida e deve, quanto antes, ser recordada. Referimo-nos ao que dele resultou: de um lado, uma nova base física para o Brasil; de outro, uma presença da Amazônia na formulação do bem-estar da humanidade.

Extraíndo da floresta não apenas borracha, mas, a castanha, as madeiras, as resinas, os óleos, as mil espécies vegetais utilizadas nos parques industriais do exterior, o homem amazônico contribuiu com

uma variedade interessante e copiosa de produtos que foram empregados nas novidades que as sociedades refinadas do Velho Mundo e dos Estados Unidos usaram ou passaram a usar. O bem-estar material que se foi elaborando, pelo aperfeiçoamento das técnicas, encontrou na Amazônia a grande fonte que lhe proporcionou muitos dos elementos que lhe foram essenciais ao desenvolvimento. A expansão brasileira na Amazônia, alcançando, inclusive, áreas que se imaginavam sob soberania peruana ou boliviana, realizada no século XIX, importou, assim, na fixação de uma nova fronteira e na contribuição densa para a elaboração de um mundo mais feliz. Essa expansão tem uma história viva, que precisa ser apresentada, mesmo porque a ela se liga o episódio acriano, em que seringueiros e seringalistas, em perfeito entendimento, ofereceram ao país a lição magnífica de um comportamento cívico verdadeiramente sensacional. O que se escreveu a respeito dessa expansão não é o bastante.

.....

XII – *Silva Coutinho e a Amazônia*

Dois brasileiros, no período imperial, consagraram-se ao estudo da Amazônia, vivendo-a com o maior carinho e sabendo-a como poucos. Referimo-nos a Barbosa Rodrigues e a João Martins da Silva Coutinho.

O primeiro foi o fundador do Museu Botânico que funcionou em Manaus, sob o patrocínio de D. Isabel e, por isso mesmo, apesar de absurdo, logo nos primeiros dias da República teve as suas portas fechadas pelo tenentismo que subia ao poder. Especializando-se na flora e na arqueologia amazônicas, sobre elas deixou páginas memoráveis. A revista *Velogia*, órgão do Museu, circulou em duas edições graças à sua pertinácia. Explorador dos rios Uatumã, Urubu, Jatapu, Tapajós, sobre eles elaborou várias memórias que ainda não foram superadas no tocante à riqueza de informações.

Quanto ao segundo, fluminense, de S. João da Barra, militar, bacharel em matemáticas pela antiga Escola Militar, ao atingir o posto de major deixou as fileiras do Exército. Falta de vocação para a carreira das armas? Atração pela vida civil? Seja como for, fora da caserna é que se revelou o grande brasileiro que realmente foi. Era conhecido como o major Coutinho. E desde cedo, chamado a funcionar nas comissões que o Governo imperial organizou para estudar o país, projetou melhora-

mentos, realizou obras públicas e representou-se no exterior, nas exposições internacionais a que comparecíamos com a amostragem de nossas possibilidades econômicas e do quanto vínhamos efetuando para merecer a admiração de outros povos como nação progressista em fase de desenvolvimento.

Vindo para a Amazônia quando ela se entregava a uma vida mais calma, pois já se perdiam os ecos da sangrenta “cabanagem”, Silva Coutinho começou por exercer as funções de inspetor-geral das terras públicas da Província do Pará. No Amazonas, que se organiza como nova unidade política do Império, foi diretor de obras públicas. Tanto no Pará como no Amazonas, nos cargos que lhe confiaram, revelou uma inteligência ativa e uma preocupação de bem-servir que lhe assegurava uma posição especial, muito especial mesmo, no quadro dos servidores do Estado.

A região, pelo exótico, pelo inédito, pelo estado de natureza por que ainda se apresentava, igualmente se lhe propôs como um assunto para as suas cogitações espirituais. E sem mais ignorá-la, antes passando a amá-la, atirou-se à pesquisa intensiva do que era e do que podia vir a valer se o homem pudesse possuí-la, não apenas pela ocupação física, mas pelo conhecimento que lhe autorizasse, além da ocupação social, a ocupação econômica racional, abandonando-se o primitivismo da aventura que então era vivida no extremo-norte do país.

Silva Coutinho visitou, então, os grandes rios amazônicos – Madeira, Purus, Japurá, Negro, Branco. Visitou estudando-lhes as particularidades – problemas de navegabilidade, de habitabilidade, de exploração de suas riquezas em potencial. Ninguém lhe leva a palavra no particular desse trabalho, realizado entre 1816 e 1861. Os relatórios que escreveu não são apenas magníficos pelos dados que contêm, as informações que presta, mas pelo conjunto de sugestões, pelas reflexões, pela objetividade das indicações que fez visando à execução de um vasto programa político de aproveitamento de águas e terras. De certo modo, pode-se-lhe atribuir a antevisão do planejamento econômico que os constituintes da atual república determinaram.

O problema da habitabilidade estava ligado, então, na consciência que se tinha da matéria, ao do clima e ao da salubridade. Silva Coutinho, sem fugir às imposições científicas de seu tempo, tratou de

examiná-los no que significavam na Amazônia. Coletou os elementos necessários e escreveu, além de pequenos comunicados aos governos das duas províncias amazônicas sobre a climatologia regional, a memória intitulada “As epidemias no vale do Amazonas”, publicada em Manaus, no ano de 1861 e reproduzida nos *Anais Brasileiros de Medicina*, do Rio de Janeiro.

A economia que se fazia na Amazônia era uma economia predatória. Extraía-se a borracha destruindo as árvores. Os seringais não tinham estabilidade. A sociedade que se constituía no Madeira e no Purus, numa mobilidade espantosa, não se poderia desenvolver, estruturando-se para a solidez do tempo. Havia, por toda a parte, um ar de acampamento e de sertanismo sem futuro certo e seguro. Era preciso pôr termo a tudo aquilo, encerrando aquele período pioneiro, fixando o homem à terra, e tirando-lhe o sentido da aventura. Silva Coutinho, examinando o complexo cultural que se defrontava, propôs-se dar-lhe forma saudável, criando e organizando uma nova unidade socioeconômica estável e de futuro assegurado. Projetou a formação dos seringais de plantações, mas onde ao lado das seringueiras, houvesse também a lavoura cacaueteira, a lavoura de sustentação, a criação de gado. O seringal seria uma espécie de autarquia econômica, bastando-se e ao mesmo tempo contribuindo eficazmente para a estruturação da sociedade e de uma economia de rendimento permanente. Nos relatórios que, a propósito apresentou, seja ao governo imperial, seja aos governos provinciais, poderemos encontrar programas de trabalho que, se adotados, teriam levado a Amazônia a viver em termos de abastança, de segurança e de estabilidade. O quadro de nossos dias teria, evidentemente, sido evitado. E o Brasil encontraria, na Amazônia, não a área subdesenvolvida da atualidade, mas um espaço útil em franca prosperidade.

Silva Coutinho, nas suas andanças amazônicas, apontou o guaraná nas suas utilidades e nas possibilidades econômicas que oferecia; apontou a pesca, em especial a das tartarugas, sobre que se debruçou com os olhos de ver, no relevo que poderia trazer à economia regional; apontou os calcários da Mundurucânia, só hoje utilizados, como uma fonte de renda para a iniciativa privada.

Homem de ciência, Silva Coutinho preocupou-se com a formação geográfica do vale amazônico, o delta do grande rio, a limno-

grafia regional. Um grande quadro da fotomografia local, de sua autoria e ainda hoje o que de mais vivo se escreveu a respeito, foi publicado no corpo de uma fala presidencial, sem nome de autor. Há cerca de vinte anos, encontramos o original no Arquivo do Estado da Amazonas, na sua letra inconfundível, como inconfundível era o descritivo divulgado sob anonimato. Em 1866, por ordem do governo imperial, Silva Coutinho acompanhou Agassiz e esposa nas suas viagens pelo Amazonas. Louvaram sempre o sábio estrangeiro, esquecendo o guia. De sua correspondência a respeito, fica-se, porém, na impressão do que foi sua contribuição para os trabalhos de Agassiz, contribuição de mais alta valia sem a qual não sei se aquele eminente cientista teria obtido o rendimento que alcançou com suas pesquisas. Aliás o cientista não o esqueceu nem lhe negou a ajuda. Antes, exaltou-o. E por mais de uma vez propô-la ao Imperador, afirmando que o major Coutinho, como lhe chama, era “um brasilian extremament inteligent et cultivé, que j’aurais preferé á tout outre, si j’avais eté consulté”.

Silva Coutinho, é tempo de referir, trabalhou também no Nordeste e em S. Paulo, a propósito da construção de estradas de ferro. Nos relatórios que apresentou a respeito não encontramos unicamente a exposição técnica. O que há de melhor ali é o levantamento, o inquérito sociológico, cobrindo as áreas a serem servidas pelas ferroviárias. Como fizera na Amazônia, o Nordeste foi um campo admirável para as suas observações sociogeográficas.

.....

XIII – Goeldi e a Integridade do Amapá

A questão do Amapá, que vem dos primeiros dias da expansão portuguesa, já mereceu as honras de uma copiosa literatura, que sintetizei, no tocante ao período colonial, isto é, no período em que a região estava em mãos dos luso-brasileiros, apesar da forte oposição dos franceses de Caiena. Essa literatura histórico-jurídico, que documentou irretorquivelmente os nossos direitos e nos levou ao laudo favorável do Presidente Hauser, da Suíça, não tem, porém, a mesma excelência e copiosidade no que diz respeito aos dias mais recentes. Refiro-me à fase republicana, quando franceses de Caiena e brasileiros do Pará organizaram governos locais, entraram em sérios conflitos, como aquele do *Bengali* e do Cabralzinho. A história da República do Counany, por exemplo, está por escrever-se, como a de todos aqueles sucessos que fizeram agitar-se a fibra cívica do país. E, no entanto, a documentação pertinente é abundante.

Vem-nos tais reflexões a propósito de um desses documentos que acabamos de examinar e vamos apresentar artigo. Trata-se de uma carta, escrita a 21 de novembro de 1895, em caráter reservado, pelo Dr. Emílio Goeldi, que dirigia o Museu Paraense, hoje Museu Emílio Goeldi, e o cargo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, carta dirigida ao então Ministro do Exterior, Dr. Carlos de Carvalho.

Um francês, Henri Coudreau, publicara em Paris o livro *Les français en Amazonie*, em cujas páginas davam a impressão de que a região era um resultante social e econômica da presença dos franceses. E de tal modo era forte essa presença que os pruridos separatistas na Amazônia espantavam por toda parte, refletindo a indisposição das populações em face do abandono em que viviam de parte das autoridades responsáveis, federais, brasileiras. Nesse livro, Coudreau referira-se à zona litigiosa da fronteira, assegurando que os moradores mostravam-se fervorosamente inclinados pela França, o que era muito grave.

A carta de Goeldi foi escrita depois de uma viagem à fronteira em questão e põe o assunto nos devidos termos:

“De volta da nossa expedição da Guiana brasileira, que o Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse de ‘Territoire contesté franco-brésilien’ – redigi às pressas um relatório sumário, que entreguei a S.E. o Sr. Lauro Sodré e que muito provavelmente chegará às mãos de V. Ex^a com o mesmo vapor, com esta carta. Nesta carta eu queria ainda concentrar de modo mais nítido outras impressões gerais como juntar algumas informações que podem ser úteis por sua atualidade.

“O território contestado é, folgo poder afirmá-lo do modo o mais positivo, habitado na sua maior superfície por brasileiros. Brasileiros são sem exceção a gente do Amapá pelo sul; brasileiros são os moradores do rio Counany, do rio Caciporé, do rio Uaçá com o seu braço, o Caripi, portanto até as margens do Oiapoque. A língua usada é a portuguesa; o modo de vida, os costumes, a educação – tudo é tão qual como no Pará, porque quase todos são paraenses.

“Nas ditas localidades há, quando muito, um total de meia dúzia de estrangeiros, sendo talvez uns três somente crioulos de Caiena. O único ponto do território contestado, onde de fato há uma completa inversão, é o rio Calçoene, formando os crioulos de Caiena, de Martinica e Guadalupe, enfim, súditos franceses, decidida preponderância. Com este rio a França entretém constantes relações, diretas e via Caiena e Martinica.

“Mas para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do território contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se eles *querem* ser brasileiros. Pois posso afiançar, porque o vi e me convenci, que eles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França. O que o Sr. H. Coudreau escreveu acerca das simpatias para a França é grossa mentira; a gente de Counany ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreau. Não encontrei em parte alguma o que se poderia intitular um partido francês; há no Counany um outro (no máximo umas oito pessoas) que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano, mas estou por outro lado convencido que o próprio Trajano, voltando ao Counany, deixará as suas antigas relações com Caiena e tranquilizará seus compadres e parentes. Quer me parecer que o Brasil faria um passo acertado, tratando tanto o Trajano como o piloto Evaristo com clemência: é melhor tê-los como amigos do que como inimigos rancorosos.

“Quanto ao valor do território contestado não quero dissimular a minha firme convicção, que as regiões baixas do sul (Cabo Norte e Amapá) não prestam para nada ainda por muito tempo. Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do Norte, o Counany até o Oiapoque. Não é por nada que a França se contentava com a parte setentrional, do rio Calçoene em diante: ela ficaria destarte com o pedaço bom, ao passo que o Brasil ficaria com o ruim! Cortar pelo meio o nó gordiano é cousa que não convém absolutamente ao Brasil. A divisa deve ser: ‘Ou todo ou nada!’ – Se o território contestado se limitasse ao Amapá, Sr. Ministro, não valeria a pena e o tempo de brigar. Um limite mais natural e mais estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brasil, como à França de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo troiano! Mas como o norte do contestado é tão bom como o sul é ruim, o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar dos seus legítimos direitos.

“Soube pelo Sr. Governador Dr. L. Sodré de uma recente reclamação francesa concernente ao impedimento de súditos

franceses no contestado. Como eles torcem os fatos! Tudo alteram, nunca vão com a verdade! O que há é isto: No Counany, como no Amapá, o governo local proíbe, *proprio motu*, a invasão do curso superior dos rios por ‘aventureiros’ de qualquer nação, e não só da francesa. Dizem que a consequência destas invasões é necessariamente a desordem, a falta de segurança individual, o desassossego, e apontam, como exemplo palpável, para o caso do rio Calçoene. Aos aventureiros i.e., mineiros, dão sempre a mesma resposta estereotípica: ‘aguardem a solução do litígio, a arbitragem. Por ora ninguém sobe – somos nós que não o permitem’.

“Ora, acho este procedimento perfeitamente razoável; é o fruto da própria iniciativa do povo indígena, e a França tornaria-se sumamente ridícula, se ela duvidasse de semelhante direito de vigiar cada um seu torrão [*si*] contra desordens. Ela poderia queixar-se se houvesse *exclusivismo* relativo aos franceses; mas este não existe; sei que José da Luz intimou, no Counany, por diversas vezes, tanto ingleses, como franceses e canoas com mineiros de diversas nacionalidades, a recuar. Esta tática é de fato perfeitamente lógica; esta gente quer as costas em paz e as costas são neste caso as cabeceiras dos rios; esta tática é filha da experiência prática. É um veto de *paisanos contra aventureiros*, e não de brasileiros contra franceses.

“Igualmente infundadas são as reclamações francesas relativas ao Evaristo, o piloto do *Bengali*. Evaristo é paraense, de Benfica, perto do Pará, onde ele ainda hoje tem parentes, como ele mesmo me contou. É a segunda vez que os franceses caem na asneira de reclamar como seu patricio um que nunca o foi. Evaristo, de quem tirei a fotografia (que quando desenvolvida e impressa mandarei a V. Ex^ª), fez, a modo de muitos vigienses do Pará, por bom número de anos, como piloto e pescador, viagens para Caiena, e conhece a costa desde o Pará até o rio Maroni e Surinã; e chegou a casar-se com uma crioula em Caiena e residiu lá, como ele mesmo me contou. Ora, o *Code Napoleon* estabelece: ‘La femme suit la

condition du mari!’ Por conseqüência a tal crioula tornou-se brasileira, seguindo a própria lei francesa, e eu queria ver a cara perplexa do Sr. Ministro francês, para provar o caso inverso! – O caso Evaristo é o *pendant* para o caso Trajano.

“A navegação para o contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (janeiro para maio). O mar entre Macapá e o Cabo do Norte tem fama. Duvido que o vapor *Ajudante* agüente as viagens durante o inverno; parece que o Comp. do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado. Merece menção especial o fato que os mapas de *Mouchez*, relativos à costa da Guiana, apesar de terem sido bastante bem-feitos no seu tempo, – hoje quase não servem mais para a navegação. As sondagens de hoje não correspondem mais com as indicadas no *Mouchez*; desapareceram ilhas que ele indica, tem novas não mencionadas, os canais... [ilegível] e muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mapa hidrográfico da Costa precisava ser renovado pelo menos de cinco em cinco anos, tão grandes as modificações que lá se realizam.

“À pergunta, o que conviria fazer atualmente em relação ao território contestado, direi: prestar mais atenção ao norte do contestado, animar os moradores do Counany, do Caçiporé e do Uaçá e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contato entre eles e com o sul.

“Prendendo assim no meio o rio Calçoene, a influência francesa acha-se por assim dizer num *cul-de-sac*, e o Brasil pode esperar tranqüilamente o dia da liquidação final.

“Reina paz no Contestado neste momento, mas devo confessar que a esdrúxula vizinhança dos crioulos no Calçoene com o Cabral no Amapá é uma fonte constante de perigo de novos encontros e novas complicações. Em linha reta a distância que os separa é de poucas horas, por terra, via rio Amapá Grande; a viagem do Calçoene até o Amapá Pequeno não é maior do que de um dia. Certo Lourenço Baixamar, de Marajó (Pará), indivíduo que muito simpatiza com os crioulos de Caiena e constantemente reside em Caiena e no Calçoene,

abriu uma picada até o Amapá, com o fim evidente de preparar o caminho para uma expedição terrestre, atacando o Cabral pelas costas.

“Peço desculpas a V. Ex^a da falta de coordenação de idéias nestas linhas escritas na última hora.”

.....

*XIV – Plácido de Castro e a Gesta Heróica da
Incorporação do Acre*

Por meados do século XIX, a extração da borracha no vale amazônico começava a tomar incremento, atraindo capitais, braços e levando à internação, pela floresta, de todo um exército de sertanistas locais, ávidos em obter o látex que os mercados europeu e norte-americano solicitavam com tanta sofreguidão.

A proeza, de certo modo, perigosa, porque obrigava ao distanciamento, cada vez maior, das populações do extremo norte que viviam nos pequenos núcleos urbanos da região. E a borracha de maior cotação era encontrada nos altos rios, de acesso difícil ou até onde não chegara a penetração realizada no período colonial. Os caboclos paraenses e amazonsenses, habituados aos rigores do meio, não se amedrontavam, porém, e estavam efetuando o prólogo do grande episódio de crescimento territorial da pátria.

Com a chegada dos imigrantes nordestinos, trazidos pelas secas impiedosas ou atraídos pelo noticiário de fortuna fácil nos seringais que se abriam na selva vigorosa da Amazônia, essa penetração arriscada assumiu maiores proporções. E os altos rios Xingu, Tapajós, Purus e Juruá passaram a ser atingidos e freqüentados. Cerca de cem mil brasileiros nessa impulsão extraordinária, desassistidos de qualquer recurso espiritual

ou sanitário, enfrentando os mistérios da hinterlândia, lutando contra os mil tropeços do ambiente florestal, mas tocados do desejo imenso de conquistar e domá-lo para dele extrair a goma valiosa, estabeleceram os seus acampamentos naqueles trechos de um mundo novo que estavam amansando para a cupidez da civilização de outros continentes.

Ora, os vales do Purus-Acre e do Juruá, nos seus cursos mais distantes, isto é, nas cercanias dos manadeiros, constituíam uma porção gigantesca de terra cuja soberania não se definira ainda. Peru e Bolívia vinham alegando títulos para considerá-la como sua. Disputavam-na entre si, como a disputavam a nós. Nem peruanos nem bolivianos, todavia, ali tinham comparecido, seja no exercício oficial de um cargo, seja na tarefa pacífica de ocupação econômica. O desbravamento e o empossamento eram feitos dos nordestinos brasileiros que atingiam aqueles espaços pondo fim ao deserto de que falara, cheio de espanto, referindo-se à Alta Amazônia, o realista Tavares Bastos.

Por um tratado que se firmara em 1867, o Brasil e a Bolívia haviam fixado no papel a fronteira nos ermos amazônicos. A demarcação dessa fronteira não fora, no entanto, realizada, até quando o *rush* da borracha chamara atenção para os territórios que seriam, mais tarde, o Acre. Um oficial boliviano, José Manuel Pando, participante de um pronunciamento militar em sua pátria, mandado cumprir pena na zona fronteira, atingira o Acre. Rapidamente se apercebera do que estava ocorrendo. E de regresso, expusera ao governo a importância da região e o valor das riquezas nativas que os brasileiros estavam trabalhando. Tentara-se, então, efetuar a demarcação sem resultado. O Brasil, no entanto, cedera às solicitações bolivianas. E em 1899, as autoridades administrativas da Bolívia levantavam a bandeira nacional no Acre, instalando-se no arremedo da cidade que principiaram sob o nome de Puerto Alonso. Imprudentes, não souberam impor-se. Não era demais? Aquilo tudo que ali estava, produto da ação humana e de que agora vinham beneficiar-se, seringueiros, com todo o seu equipamento, população, embarcações, não resultava do esforço daqueles cem mil brasileiros?

A 1^a de maio de 1899, sob o comando de José Carvalho, advogado cearense, um grupo de seringueiros, que se transformavam em soldados do Brasil, intimou as autoridades bolivianas a abandonar Puerto Alonso. Não houve choques. Moisés Santivánez, que os chefiava, ren-

deu-se à tremenda realidade. A bandeira boliviana, hasteada no mastro de edifício principal da localidade, foi descida e em seu lugar passou a tremular a brasileira.

José Carvalho recomendara aos seus comandados o mais absoluto silêncio no ato. Nada de manifestações que pudessem humilhar os vencidos. Um dos cearenses que participavam do episódio não se conteve, porém, e perguntou, num momento de júbilo cívico, se não era possível, nem, ao menos, um vivazinho ao Brasil. José Carvalho, impondo a disciplina que exigira antes, advertiu-o então com energia. E o pavilhão boliviano desceu sob o silêncio de todos. É que, como diziam os que re-integravam o Acre na soberania do Brasil, aquela posse estranha fora um insulto, mas os que a executavam em nome de sua pátria, a Bolívia, não eram os responsáveis diretos. Ali estavam cumprindo um dever. E ao cumprimento de idêntico dever compareciam os brasileiros para restaurá-la. O respeito mútuo impunha-se.

Dera-se, necessariamente, o primeiro passo no protesto contra a dominação estrangeira. Não ficou nisso. E pouco depois, ainda nesse mesmo ano de 1899, o Acre era sacudido por um novo pronunciamento cívico. Esse pronunciamento cívico constante da proclamação, a 14 de julho, no lugar Empresa, acima do antigo Puerto Alonso, de um novo estado independente no quadro das Américas. Proclamara-o, com a cooperação de todos os que vinham lutando pela manutenção do Acre na comunhão brasileira, um aventureiro espanhol, Luís Galvez Rodríguez de Arias, enviado pelo governador amazonense Ramalho Júnior. Não fora conveniente entregar a direção da façanha a um brasileiro. Impunha-se evitar complicações para o Brasil. Ademais, Galvez, empregado no consulado boliviano em Belém, é que denunciara a Ramalho o trabalho que aquele país estava realizando a fim de obter a participação da finança internacional para impor-se no mundo fabuloso dos seringais.

O estado Independente que se organizou, aparelhando-se política e administrativamente e cuja história ainda não foi escrita, apesar de vasta documentação que se guarda em arquivos, principalmente no Instituto Arqueológico Pernambucano, onde se encontram os papéis de Galvez, teve curta duração. O governo federal pleiteou a intervenção do governo amazonense para pôr fim ao episódio. E Galvez não opôs resistência ao emissário enviado de Manaus a bordo de um barco de guerra.

A administração federal brasileira mostrou-se, no entanto, mais inclinada a respeitar o diploma internacional invocado pela Bolívia que a aceitar o fato consumado da ocupação social e econômica que os seringueiros estavam realizando, com tanta bravura, para o Brasil. E sob sua garantia, procurou a Bolívia voltar à ocupação de seu novo território. A presença das autoridades administrativas e militares que enviou não se fez, porém, ainda desta vez, de modo a criar o ambiente onde fosse possível realizar a política de uma bolivianidade intensiva. Ao contrário, continuava parecendo uma presença estranha, irritante, que era preciso pôr fim, de vez.

Nos seringais prosseguiu a conspiração. Tentou-se, mais uma vez, pelas armas, com o concurso aberto, franco, do governo do Estado do Amazonas, à frente do qual se encontrava o Senhor Silvério Néri, a solução desejada. A realização e a invasão do Acre, planejada em Manaus e alimentada nos seringais, não teve êxito. Foi quando começou a circular a nova sensacional de que a Bolívia, certa de que lhe era impossível, por seus próprios recursos, e ante os protestos permanentes da população brasileira, realizar a integração do Acre ao seu império territorial, apelara para o capital internacional, entregando a futura região a um sindicato que devia impor a sua vontade e a disciplina de seus propósitos por uma organização que afetasse todos os ângulos da vida local.

Seria possível aceitar a nova situação? O Brasil, por seu governo nacional, permaneceria na atitude de indiferença em que se vinha mantendo? A opinião pública estava sendo sacudida pela imprensa e da tribuna do Parlamento, pela divulgação de folhetos e livros, pela campanha de esclarecimento realizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Criava-se, assim, uma consciência nacional trepidante em torno à necessidade de uma ação direta e enérgica da União na defesa da vida e dos interesses dos brasileiros que desbravavam o Acre e o tornavam uma área de trabalho e de riqueza para o Brasil.

A esse tempo, convém recordar, o imperialismo, representado na expansão dos capitais, que prejudicavam a expansão política de potências do Velho e do Novo Mundo, tinha os seus grandes dias. Companhia de comércio e de colonização, contratando a exploração de grandes espaços no Oriente e na África, tentando obter vantagens na própria América, aplicavam seus capitais, sob o disfarce de empreendimentos ci-

vilizadores visando a integração de imensas multidões de primitivos ou de padrão de vida baixo, à cultura ocidental. Começava a história da formação de novos impérios coloniais. A industrialização vertiginosa de determinados países estava exigindo a matéria-prima essencial à movimentação dos grandes parques. E essa matéria-prima só podia ser encontrada naqueles mundos distantes e selvagens. Expedições científicas, financiadas pelos interesses econômicos dessas entidades políticas, identificando espécies vegetais e animais, fazendo levantamentos geográficos precisos, preparavam o caminho à penetração.

Na América de origem ibérica, manifestavam-se fortes anseios de progresso. Os caudilhos, que se haviam criado momentos de prestígio popular, estavam passando. E os planejadores de reformas materiais começavam a sucedê-los na confiança coletiva. Um desses sonhadores foi Felix Aramayo. Para ele, que imaginava grandes dias de vitalidade para a Bolívia, a nação precisava construir sua base econômica para poder projetar-se como potência. O capital internacional que operava milagres no Oriente e na África e se encaminhava para outros continentes com tanto sucesso bem podia ser atraído para lá. E sob os ardores desse pensamento que lhe parecia único, tratou de obtê-los. Interessou os homens que governavam o país. E sob o aplauso deles, atirou-se à procura daquelas energias prodigalizadas pela fortuna privada. O Acre seria a experiência. Era preciso manter ali o domínio nacional, ao mesmo tempo que de logo auferir os grandes lucros que seguramente adviriam de uma região de tamanhas possibilidades. O Bolivian Syndicate, que conseguiu incorporar, com capitais ingleses e norte-americanos, sob a direção de um filho de Teodoro Roosevelt, que presidira à grande nação do Norte, contratou então com o governo boliviano a conquista e a exploração do Acre. Os poderes que lhe transferiu o governo de La Paz podiam ser compreendidos como uma verdadeira delegação de soberania. Porque o Bolivian Syndicate, por ele, assumiria o controle total do Acre. Possuiria bandeira própria, força armada, frota mercante e de guerra, lançaria a tributação e realizaria os demais serviços de valorização e de exploração, essenciais ao bom andamento do negócio.

Como diria mais tarde Rio Branco, experimentava-se assim, na América do Sul, o sistema colonial, perigoso e odioso das “chartered

companies”, que estavam realizando a façanha imperialista da Europa na África.

Os seringueiros brasileiros seguramente não possuíam um conhecimento maior do que se escondia no bojo do Bolivian Syndicate, mas sabiam bem que no fim de tudo o que havia era a passagem, definitivamente, daquelas terras, dos lares que estavam constituídos com o seu sangue e a sua energia, a estrangeiros que não tinham o direito de possuí-los. Era preciso agir. Os representantes do Syndicate estavam de viagem para vir empossar-se do império que projetavam ocupar. Mas faltava chefe, chefe que os levasse à vitória. Os insucessos anteriores já não credenciavam para o comando os velhos lutadores do ideal acriano. Joaquim Vítor da Silva, em cujo seringal se haviam urdido tantos planos para a libertação, Gentil Norberto, Rodrigo de Carvalho, apóstolos da nova cruzada cívica, que não perdiam a fé no sucesso final, decidiram, com outros ardorosos patriotas, preparar a nova revolução. Mas quem seria o chefe?

Estava em Manaus, a essa altura dos acontecimentos, um homem para quem se voltavam todos. Chamava-se Plácido de Castro. Era gaúcho. Antigo aluno da Escola Militar do Rio Pardo, participara da Revolução Federalista. Revelara-se um legítimo soldado. Não comprometera as tradições guerreiras de sua terra e de sua gente. Possuía uma personalidade inconfundível. Tinha vontade firme. Sabia mandar e fazer-se obedecer. Têmpera rija, desiludido da regeneração política do país, viera para a Amazônia tentar a fortuna, demarcando seringais. Habilitara-se perante a repartição competente no Amazonas. E no exercício da profissão, pusera-se em contato com o meio social, o meio econômico e os problemas que afligiam aquelas populações destemidas. Fora solicitado, uma feita, para dirigir o pronunciamento. Por que não buscá-lo para chefiar a jornada de brasilidade? Convidado, não se recusou. Mas impôs condição: seria o chefe. Exigia obediência, disciplina. Quem fugisse ao dever não teria quartel. Suas ordens não seriam discutidas. O fracasso das tentativas anteriores explicavam-se em grande parte pela falta de um comando que disciplinasse e impusesse a sua vontade. A condição foi aceita. Os preparativos para a explosão apressaram-se. Não havia tempo a perder. Os seringais entraram em atividade. Seus proprietários mobilizaram o respectivo pessoal. Em entendimento com os homens de maior

projeção local, Plácido de Castro assentou os planos de ação. Distribuiu missões.

Os bolivianos, aos rumores do que se preparava, tomaram-se de precauções. Sabiam pouco, é certo. Mesmo assim, trataram de preparar-se para o que pudesse suceder.

A 6 de agosto de 1902, Plácido de Castro tomou a cidade de Xapuri, aprisionando as autoridades bolivianas, e proclamou, no mesmo lugar, a 7, o Estado Independente do Acre.

Principiaram, logo depois, com todo o vigor e entusiasmo, as operações de guerra. Trabalhadores bolivianos, sob o comando do proprietário Miguel Roca (8 de setembro de 1902) foram batidos no encontro em Santa Cruz. Mas, em Volta-da-Empresa (18 de setembro) Plácido de Castro sofreu fragorosa derrota, que não o demoveu, como esperavam os bolivianos, de prosseguir com o mesmo entusiasmo cívico. Encontro posterior, em Bom Destino, com forças regulares do exército boliviano levantou o moral dos acrianos. De todos os cantos da floresta se apresentavam seringueiros, cheios de vibração. Grandes e pequenos proprietários, atendendo ao apelo redentor, também se ofereciam com homens armados e borracha que, vendida, daria numerário para a aquisição de munições. Organizaram-se, com os seringueiros, batalhões regulares.

Em Volta-da-Empresa, estava acampada uma grande força boliviana, comandada pelo coronel Rozendo Rojas. Plácido de Castro sitiou-a, passando depois ao ataque. Os bolivianos (5 de outubro de 1902), tendo perdido muita gente, renderam-se. O chefe boliviano entregou a Plácido a espada. O vencedor recusou recebê-la, pois considera o vencido um bravo. Mas Rojas insistiu que o herói a guardasse pelo menos como recordação do momento que viviam.

Novos combates, em Santa Rosa e Costa Rica, foram novas vitórias para os acrianos. Urgia, contudo, vencer o grande reduto que era Puerto Alonso, onde estacionavam as maiores tropas do exército inimigo. A praça de guerra foi cercada. Os navios que a demandavam ficaram parados em Caquetá. Era o dia 15 de janeiro de 1903. Às oito e meia horas da manhã começou o ataque. A 23, os bolivianos parlamentararam pedindo prazo para enterrar os mortos. Desejavam, com o parlamentar enviado, conhecer as posições dos patriotas. Descoberta a manobra,

continuou o combate. O tiroteio era fortíssimo. Os bolivianos, à medida que perdiam homens, recuavam, até que, a 24, não lhes sendo possível resistir mais, renderam-se.

Lavrou-se ata da grave ocorrência. Descida a bandeira boliviana, D. Lino Romero, que governava o Acre, frente à tropa formada, entregou a Plácido a espada com que combatera. O momento era, realmente, de viva emoção. Reconstituindo a cena que se seguiu e foi uma repetição daquela em Volta-da-Empresa, Cláudio de Araújo Lima, no grande ensaio que acaba de publicar sobre o caudilho gaúcho na sua jornada cívica no Acre, assim a registra:

“Toda a tropa boliviana está formada em frente à sede da Delegação Nacional. Sob a mais rígida disciplina, vai prestar as continências a Plácido de Castro.

“Tudo corre em segundos. Segundos que valem uma existência inteira. Imediatamente, à ordem do comandante da praça boliviana, um soldado faz um passo à frente, cheio de uma energia que contrasta com a debilitação do seu arcabouço físico, consumido pela fome de muitos dias. Pela fadiga de intermináveis horas de combates contínuos.

“Dom Lino Romero ordena que seja arriada a bandeira nacional da Bolívia. E, em seguida, desembainha a espada com imperturbável dignidade, começando o sacrifício que irá do mais alto ao mais humilde – a entrega das armas dos vencidos aos vencedores.

“Instante dramático de objetivação definitiva da derrota.

“Silêncio pesado que nem um suspiro perturba.

“Plácido de Castro olha a espada que se mantém estendida diante dos seus olhos, profundamente emocionado:

“– Senhor Dom Lino Romero, eu me recuso a aceitar a consumação desta praxe. A cerimônia da entrega da espada do vencido é um ato muito apetecido pelos grandes exércitos em guerra. Mas não confortaria os nossos corações receber as armas com que, bravamente, nos hostilizaram e arrancaram a vida a tantos companheiros, cuja perda hoje choramos...

“Paira no ambiente uma estranha ansiedade. E nos olhos do Delegado Nacional, há um brilho suspeito, como se alguma lágrima os umedecesse.

“ – Primeiro, porque seria um ato que aumentaria o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota. Segundo, porque nós lutamos aqui pela emancipação do Acre, ameaçado por uma organização de capitalistas estrangeiros. E não contra a Bolívia, pátria digna e honrada como as que mais o sejam. Aos vencidos, preferimos abrir os braços de amigo. Guardai a vossa espada.

“Dom Lino Romero não pôde articular uma resposta imediata. Quando, decorrido um minuto, consegue vencer a emoção que o galvaniza, dirige a Plácido de Castro, em nome dos bolivianos, uma tocante oração de agradecimento.”

A guerra não estava, porém, no seu fim, porque na Bolívia, à excitação popular, às exigências de toda a nação, o próprio Presidente da República, General José Manuel Pando, aquele oficial que em fins do século XIX chamara a atenção de sua pátria para a riqueza gomífera do Acre, punha-se em marcha para o teatro da luta, à frente de forças regulares do exército.

De seu lado, por todo o Brasil levantava-se o clamor coletivo, em favor dos brasileiros que combatiam na floresta do extremo-norte. E à imposição da vontade nacional, expressa de todos os modos, a União decidiu tomar atitude. Rio Branco assumira a direção das nossas relações exteriores. Apressando-se a tomar contato com o governo da vizinha república, intimou-a a abandonar imediatamente o recurso da ação militar contra os nossos irmãos. O Brasil, caso não fosse atendido, passaria a considerar-se em estado de guerra com a Bolívia. Firmou-se um *modus vivendi*, pelo qual ocuparíamos o Acre oficialmente. Uma divisão do exército nacional, sob o comando do General Olímpio da Silveira, executou o diploma.

Então, Plácido de Castro operava em área que se não contestava à soberania boliviana. Enfrentava mesmo, em Porto Rico, há quatro dias, o Presidente Manuel Pando.

A intervenção do governo federal fez cessar a luta armada. O Tratado de Petrópolis, firmado em 1903, a 17 de novembro, assegurou a nossa soberania sobre o Acre.

Plácido não recebeu, no entanto, o reconhecimento oficial da obra imensa de brasilidade que realizara com os seus bravos comandos. Humilharam-no os representantes do poder federal. É de excetuar-se

Rio Branco, que lhe testemunhou sempre admiração. A nação, todavia, de norte a sul, rendeu-lhe a homenagem de uma aclamação, uníssona e vibrante. À sua chegada no Rio de Janeiro, a multidão prestou-lhe o tributo de seu respeito e de seu entusiasmo. Agradeceu-lhe, no transbordamento de sua expansão cívica, o que fizera pela grandeza da pátria.

Voltando ao Acre para as atividades normais da vida, Plácido e Castro, depois de ter exercido a magistratura administrativa da Prefeitura do Alto-Acre, começou a sofrer os dissabores criados pela inveja e pela traição. Urdiram-se intrigas. Apontaram-no como um ambicioso vulgar. Não lhe pouparam, sequer, a energia por que tivera de conduzir os companheiros indisciplinados que comandara em tantos lances gloriosos. Seus gestos foram indicados como manifestações de violência, de brutalidade.

Em 1908, todo entregue aos seus negócios, viu-se, porém, alvo, mais uma vez, das mais baixas acusações. Era prefeito do Departamento do Alto-Acre o Coronel Gabino Besouro. Maus elementos o haviam separado do grande varão gaúcho. Amigos comuns procuraram, porém, restabelecer o clima de ordem necessário a todos. Celebrou-se uma reconciliação. Vivia, a essa altura, em Rio Branco, capital do Departamento, o Coronel Alexandrino José da Silva. Seringalista, rodeava-o uma tradição de barbarismo inconsciente. No decorrer da revolução, combatera ao lado de Plácido. Mas comportara-se de tal modo que fora punido. E jurara vingar-se. Agora, subdelegado de polícia, insuflado pelos que temiam o prestígio de Plácido e o desejavam ver por terra, espalhava que estava chegando a hora do ajuste. Plácido não o temia. Desafiara-o ao encontrá-lo em Rio Branco. A 9 de agosto, embora avisado de que o valentão anunciava que sua vida estava por horas, Plácido encaminhou-se para o seringal Capatará. Acompanhavam-no o irmão Genésio e alguns amigos. Tinha transposto o igarapé Distração, quando dois tiros o atingiram. Era a tocaia montada na mata por Alexandrino para abatê-lo. Levado para Capatará, aí veio a falecer. Os que o abateram ficaram impunes. A nação comoveu-se ante o lance final. Mas só agora, quando transcorre o primeiro cinquentenário da Revolução, é que bem se apercebe da grandeza do caudilho e lhe reverencia a memória, agradecida pelo que realizou para ampliá-la conquistando o Acre.

.....

*XV – Fundamentos, História, Estrutura e
Funcionamento da SPVEA*

A

a) FUNDAMENTOS

valorização Econômica da Amazônia não é empreendimento que resulte apenas do desejo imediato de um grupo de legisladores que teria atendido aos anseios de uma região através do artigo 199 da Constituição Federal, desse modo cumprindo compromisso assumido com as populações que os haveriam levado ao Congresso. É evidente que esse anseio existia e os constituintes de 1946 expressaram a vontade coletiva do extremo-norte. Esse anseio vinha de longe e fora manifestado por meio de pronunciamentos populares e exteriorizados em demonstrações de governantes, de parlamentares, de jornalistas, de associações de classe.

Percorrendo a história da Amazônia, vamos verificar que a preocupação de mantê-la como área útil do país, seja no período colonial, seja já no período do Brasil autônomo, é uma constante. E, como decorrência dela, houve mesmo propósitos e práticas governamentais que

permitiram a sua manutenção como espaço humanizado e como espaço produtivo, conquanto muito longe de ser realmente o que se imaginava pudesse vir a ser.

A valorização foi determinada, no entanto, como parte integrante de um vasto programa, de raízes distantes, que abrangia não apenas a Amazônia, mas outros espaços nacionais, que estavam desafiando a capacidade realizadora do país. Procurando-se, de um lado, resguardar a região de apetite estranho e, de outro, pôr fim à situação delicada em que vivia a nação, marcada em sua paisagem socioeconômica por áreas desenvolvidas e por áreas subdesenvolvidas, o que importava na existência de falta de equilíbrio na produção, na circulação de riquezas, na dignificação cultural dos grupos humanos que constituem a nação, com graves reflexos na própria manutenção da unidade política.

Há, portanto, duas razões fundamentais explicando o propósito de valorização: a que diz respeito ao estabelecimento de condições iguais para o homem brasileiro nas várias regiões em que ele vive, e a que se refere à segurança nacional, no que essa segurança possa estar ferida pela ambição de potências mais desenvolvidas.

No que diz respeito ao interesse estranho, podemos partir dos primeiros dias de vida política da Amazônia quando aqui estiveram chegando os seus desbravadores iniciais, o espaço, deslumbrando o ádvena que buscava a riqueza da floresta e das águas, foi disputado por cinco povos: ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses. A permanência dos luso-brasileiros, e com essa permanência a criação da base física, não se fez, assim, suavemente, como muitos podem ter pensado. Ao contrário, foi realizada por entre choques militares de certo vulto.

As possibilidades proporcionadas pela rede fluvial, se na realidade facilitaram a penetração dos luso-brasileiros, também permitiram a presença daqueles concorrentes, o que importou no esforço bélico que exigiu coragem, firmeza de propósitos, acomodação imediata aos imperativos do meio exótico e uma consciência muito exata da política que se traçava em Lisboa, visando à criação de um novo império que viesse substituir o que Portugal estava perdendo no Oriente.

O prosseguimento da expansão luso-brasileira processou-se durante séculos, num esforço constante para preservar a região, livrando-a dos desejos dos povos concorrentes. Além das medidas visando a

ocupação de terra pela presença do colono, da autoridade civil, do religioso que conquistava o gentio incontável, houve a prática da criação da rede de estabelecimentos militares que foram servindo para garantir a fronteira sempre em movimento. Os tratados firmados com a finalidade de manutenção da soberania luso-brasileira, como o de Utrecht (1713), o de Madri (1750), o de Santo Ildefonso (1777), significando o propósito de solução legal, revelavam a existência permanente daquele apetite que era preciso conter. E se assim ocorreu no período colonial, no seguinte, do Brasil-Império, o perigo não esteve encerrado. E tanto assim que houve necessidade de manter cerrada às bandeiras estrangeiras a navegação do Amazonas e seus tributários. Houve o receio de que a revelação do esforço interior pudesse provocar ambições imperialistas contra as quais talvez pouco pudéssemos. Viajantes estrangeiros falaram das riquezas em potencial da Amazônia, riquezas que o país não utilizava, com graves prejuízos, na alegação deles, para os interesses da humanidade. Toda uma vasta ronda de homens de ciência estrangeiros lançava-se pela hinterlândia, procurando conhecê-la, interpretá-la, desvendá-la para o mundo. O Império era apontado, na literatura que se escreveu lá fora, como o executor de uma política chinesa da porta fechada. Falou-se mesmo da necessidade de uma ação conjunta de povos fortes para forçar o Brasil a franquear o Amazonas à navegação e à conquista econômica da humanidade. Mais recentemente, quando disputamos à Bolívia a soberania sobre o Acre, aquela nação tentou um processo de política colonial, então em uso para impor soberania na África e na Ásia, que valia como nova tentativa para a interferência capital e de soberania estranha na região. Referimo-nos ao Bolivian Syndicate, concessão outorgada pela Bolívia aos capitais norte-americanos, concessão feita em bases tais que a soberania brasileira sobre a Amazônia ficava exposta a um perigo iminente.

Região quase desértica, a Amazônia é, no entanto, detentora de matérias-primas que têm representado, em determinados períodos, produção da mais alta essencialidade.

Num mundo como o de hoje, em que o problema dos espaços físicos para a localização de excedentes demográficos de países superpovoados e o da produção de matéria-prima para os parques industriais dos países que perdem o controle de seus impérios, são dos mais graves,

os perigos aos quais está exposta a Amazônia não são de desprezar-se. Ainda há pouco, a propósito do Instituto da Hiléia Amazônica, sugestão brasileira feita à UNESCO para que o estudo da região fosse feito por órgão de caráter internacional, houve um espetacular movimento da opinião do país, contrário ao funcionamento daquela unidade técnica, ante o receio de que o Instituto pudesse autorizar a penetração do capitalismo internacional, pondo em perigo a nossa soberania.³

Quanto ao outro fundamento, será conveniente recordar que crescemos sem ordenação. Os colonos e as autoridades que, partindo do litoral, foram empurrando a fronteira em direção oeste, obedeciam a um propósito oficial de ampliação territorial. Foram criando gado, fundando núcleos urbanos, fazendo agricultura, explorando o subsolo, coletando a produção extrativa vegetal. A base física tomou corpo, engrandecida e mantida. Não houve, porém, a preocupação de realizar uma política que estabelecesse condições permanentes de vida, através de bons padrões culturais, às populações que se iam constituindo em sociedades permanentes, mas isoladas. Essas populações não se credenciavam pelos conhecimentos técnicos, e pela higidez física. A criação de riquezas fez-se ao deus-dará, às influências dos mercados consumidores, que eram muito pouco mercados nacionais e eram muito mercados exteriores. A economia que se constituiu foi, assim, uma economia de exportação, vinculada à procura, às exigências, às necessidades e aos preços do mercado internacional.

As regiões econômicas, que foram estruturadas com base no que produziam e eram diferentes no que produziam, ficaram, por isso, sujeitas aos ventos bons ou maus que sopravam do exterior, ora progredindo rapidamente, ora recuando ou estacionando. Pelas distâncias em que viviam cresceram desatentas ao conjunto nacional. Constituíram áreas econômicas e áreas sociais distintas, distanciadas, autônomas. As diversidades impostas pela geografia física eram um fator de agravamento da situação. Os contatos não se fizeram com regularidade ou facilidade. De tudo isso resultou que o equilíbrio necessário a uma boa unidade política e cultural, com base na unidade econômica e social, perdeu a

3 Cf. C.B. Malagrida, *El fator geográfico en la política sudamericana*, Madri, 1919; Fernando Sabóia de Medeiros, *A Liberdade de Navegação do Amazonas*, S. Paulo, Brasiliana; Jean Gottmann, *La Politique des États et leur géographie*, Paris, 1952.

substância. Criaram-se, desse modo, regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas. A compreensão de que era preciso vencer esse estado de coisas impunha soluções amplas e ação de profundidade.

b) PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

As tentativas oficiais para recuperação das áreas subdesenvolvidas do país, objetivando-se o equilíbrio a bem da própria unidade do país, vêm de longe. O Nordeste, por exemplo, desde os dias do Império, quando as secas começaram a perturbar mais intensamente o desenvolvimento regional, entrou na cogitação dos nossos homens de ciência e dos nossos estadistas. Toda uma vasta literatura se escreveu, procurando explicar as causas do fenômeno climatérico e indicando a solução para uma política realística, governamental. Leia-se, por exemplo, o magnífico ensaio do professor Joaquim Alves sobre a história das secas do Ceará. Várias medidas foram desde então decretadas. É certo que não apresentavam ainda o caráter de um programa de governo, de uma política a ser executada dentro de um período e cobrindo uma área perfeitamente fixada. Tratava-se de medidas isoladas, como sejam a abertura de poços, experiências de reflorestamento, introdução de animais exóticos trazidos de regiões secas da África, como foi o caso do camelo. A essas providências isoladas seguiu-se uma experiência de maior envergadura, qual foi a da criação de um órgão governamental que se chamou Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, ao qual foi confiada a execução de uma rede de açudes para acumulação de água e posterior distribuição por meio de canais de irrigação. No governo Epitácio Pessoa, projetou-se em maior estilo: reflorestamento, rede de estradas, açudagem, nucleamento populacional, canais de irrigação e introdução de espécies piscosas nos açudes. A Caixa Especial das Obras de Irrigação era o órgão de aplicação financeira dos recursos fornecidos pelo Congresso.

No caso particular da Amazônia, as providências isoladas e de conjunto também não são de nossos dias. Para exemplificar, vamos referir algumas dessas medidas: organização, sob favores do governo, da Companhia de Navegação da Amazônia, que, verdadeira revolução na vida econômica regional, autorizou a dinamização da produção; a fundação de colônias de imigrantes nacionais e estrangeiros; abertura do Amazo-

nas   navega o internacional; constru o das estradas de ferro de Bragança, Tocantins e Madeira-Mamoré.

Em 1912, constitui-se uma opera o de envergadura. A Amazônia experimentava a concorrência da produ o gomífera do Oriente. A experiência que alcançara com a explora o dos seringais nativos e lhe assegurara uma posi o toda especial no país, permitindo-lhe garantir   União recursos em dinheiro para as grandes obras materiais que realizava por todo o país, como sejam portos, ferrovias, obras de saneamento, etc., e a constru o de dois grandes centros urbanos, Belém e Manaus, estava vivendo o seu período final. Criara-se no Oriente uma área de trabalho, representada na cultura intensiva, promovida pela inversão de vultosos capitais privadas inglêses e holandeses. Procedia-se com técnica na utiliza o da terra e no uso dos recursos em dinheiro. Quanto a nós, desprez ramos toda essa advertência que vinha sendo feita e teim vamos, como ainda teimamos, na explora o pura e simples da floresta nativa, utilizando técnicas indígenas, quando não íamos ao extremo da destrui o das árvores lactíferas. Brasileiros atentos ao fenômeno econômico, como Pimenta Bueno, Tenreiro Aranha e Silva Coutinho, haviam sugerido, sem resultados, a política da haveicultura e de técnicas novas de trabalho nos seringais.

Em 1867, dois eminentes homens de ciência, Koeller e Leu-singer, tamanho contato com a Amazônia pelas águas do Madeira, surpresos com o quadro social e econômico que lhes pareceu de uma primitividade quase inacreditável, haviam prognosticado a rea o dos mercados consumidores, que eram unicamente mercados no exterior, e viriam a ser nossos concorrentes com a produ o dos gomais plantados. Haviam prognosticado mesmo o aparecimento de um produto, cujo preparo seria realizado nas usinas, e que   hoje nada mais nada menos do que a chamada borracha sint tica.

Planejou, então, o governo federal, a valoriza o da borracha extrativa. Na verdade, porém, para tal, planejou, e planejou bem, a valoriza o de todo o complexo amazônico. Os Decretos nós 2.543 A, de 5 de janeiro, e 9.521, de 17 de abril, ambos de 1912, sendo Chefe do Estado o General Hermes da Fonseca, e Ministro da Agricultura o Dr. Pedro de Toledo, deram forma legal a um largo programa. Tinha-se em vista promover, em ampla escala, a cultura da *hevea brasiliensis* e das outras

árvores lactíferas, necessárias à manutenção, senão mais do monopólio de produção de gomas, pelo menos de nossa presença nos mercados consumidores com um gênero bom e barato, capaz de permitir o rendimento a que o país se habituara nas suas atividades comerciais, no campo exterior, e no desenvolvimento da Amazônia. Visionava-se, ainda, a criação imediata de um mercado de consumo interno pelo aproveitamento da espécie na indústria, que se devia incentivar.

Para isso deram-se providências as mais amplas: – prêmios aos que plantassem a seringueira e as outras árvores lactíferas, isenção de impostos sobre os implementos necessários à cultura das héveas e à extração da borracha; estações experimentais, para a preparação e fornecimento de sementes e de instruções aos seringalistas; prêmios em dinheiro a quem estabelecesse a primeira usina de refinação de borracha que reduzisse as diversas qualidades a um tipo uniforme e superior para a exportação; prêmio em dinheiro a quem montasse a primeira fábrica de artefatos de borracha em Manaus, em Belém, no Recife, na Bahia e no Rio de Janeiro; construção de hospedarias de imigrantes em Manaus, Belém e Território do Acre; hospitais, em pontos que fossem julgados apropriados, cercados de pequenas colônias agrícolas e onde funcionassem igualmente os postos de saúde para vacinação, imunização, venda de medicamentos e distribuição de impressos com conselhos de higiene preventiva das moléstias da região; construção de estradas de bitola reduzida, ao longo dos rios Xingu, Tapajós, Negro e Branco; construção de estradas de ferro, a primeira partindo de um ponto na ferrovia Madeira-Mamoré, nas proximidades da foz do Abunã, passando por Vila Rio Branco, Sena Madureira e terminando em Vila Taumaturgo, com um ramal para a fronteira com o Purus; a segunda, de Belém até Pirapora, em Minas Gerais, e Coroatá, no Maranhão, com ramais para a ligação com os pontos iniciais ou terminais da navegação no Araguaia, Tocantins, Parnaíba e São Francisco; obras para assegurar a navegabilidade efetiva, em qualquer época do ano, para vapores calando até três pés: do Rio Negro, entre Santa Isabel e Cucuí; do Rio Branco, da foz ao forte de S. Joaquim; do rio Purus, de Hyutanahán até Sena Madureira, e do Acre, da foz até Riozinho das Pedras; isenção de impostos para as embarcações de qualquer gênero, destinadas à navegação fluvial, isenção de impostos à empresa que montasse depósitos de carvão de pedra em pontos

convenientemente designados para o abastecimento dos vapores e lanchas e a preços aprovados pelo governo.

O programa era vasto e não se cingia ao que resumimos. Porque, para executá-lo, na extensão por que fora concebido, fazia-se preciso assegurar, impulsionar, na região, as suas outras fontes de vida, representadas na criação e na produção de gêneros alimentícios e melhor circulação das riquezas em potencial.

O plano, nesse particular, estabelecia: arrendamento de duas fazendas nacionais no Rio Branco à empresa que se compromettesse a desenvolver e a praticar, em larga escala, a criação de gado, a cultura de cereais e a estabelecer charqueadas, *packing houses*, fábricas de laticínios, engenhos de beneficiar arroz e outros cereais e fábricas de farinha de mandioca; colonização da fazenda de São Marcos, no Rio Branco, com famílias de agricultores e criadores nacionais; concessão de favores a empresas que estabelecessem fazendas de criação no Acre, Amazonas e Pará, favores que incluíam a isenção de impostos para o material que importassem e prêmios em dinheiro; isenção de impostos para o aparelhamento importado por empresa que realizasse a pesca, salga e conservação de peixe.

Oswaldo Cruz foi chamado, na oportunidade, para, por dois anos, mediante pagamento de setecentos contos, dirigir os serviços necessários à determinação das condições médico-sanitárias do vale e traçar o planejamento das operações profiláticas a serem adotadas no sentido de facilitar a atividade econômica que se procurou disciplinar pela melhoria das condições higiênicas de trabalho. Aqueles setecentos contos, é preciso registrar, seriam todo o valor da inversão que o governo faria para o saneamento.

Com eles, Oswaldo Cruz teria de promover a mobilização de pessoal e de material. O “Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas” foi o resultado dos estudos a que procedeu, com o programa de vulto que devia ser empreendido.

Na base do que a lei fixou, instalou-se uma Superintendência, regulamentaram-se, um a um, os objetivos do projeto, em detalhes para a execução, revelando a objetividade dos homens que tiveram a seu cargo orientar e executar o empreendimento. O Parlamento Nacional, um ano decorrido, suspendeu, porém, os recursos em dinheiro. E a montagem

que principiava foi suspensa e por fim liquidada. Falhara a primeira experiência de planejamento regional no Brasil.

Mais recentemente decretaram-se novas providências, indicativas de um interesse nacional sobre a Amazônia brasileira: organização dos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), criação dos Territórios federais do Amapá, Rio Branco e Guaporé; organização do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), localização de imigrantes japoneses, criação de colônias de trabalhadores nacionais, criação do Banco da Borracha, posteriormente transformado em Banco de Crédito da Amazônia. Projetou-se, na conjuntura, a reunião de uma conferência de países da bacia amazônica. Em Manaus, por ocasião de uma de suas visitas à Amazônia, o então Presidente Getúlio Vargas proferiu o “Discurso do Rio Amazonas”, propondo-o como um dos problemas de base do país e sustentando a tese de que era necessário e urgente a execução de uma política para a transformação das populações que nela vivem, nos seus padrões culturais, neles incluídas as suas técnicas de trabalho, os seus sistemas de vida.

Reunida em 1935 uma Assembléia Constituinte, o Deputado Artur Neiva, em proposição aos seus pares e com uma receptividade magnífica pretendeu transformar a simples cogitação que era latente no país em torno aos problemas da Amazônia, num ato executivo que seria promovido pelo Poder Público federal. A providência sugerida envolvia também o Nordeste. Infelizmente, porém, a Constituição não votou aos artigos que consubstanciavam aqueles propósitos.

c) O ARTIGO 199 DA CONSTITUIÇÃO

Em 1946, na terceira Constituinte da República, o Deputado Leopoldo Peres teve a idéia de uma nova indicação com aquela finalidade, restrita, porém, à Amazônia. A reação da Assembléia, sanadas algumas hesitações e algumas dúvidas quanto aos resultados e às possibilidades de uma inversão dos recursos da União, foi compreensiva, mas ampliou-se para envolver nas soluções oficiais a área seca do Nordeste e o São Francisco, corporificando-se, no particular da Amazônia, no artigo 199 das disposições transitórias da Constituição Federal, promulgada a 18 de setembro de 1946, e cujo teor é o seguinte:

“Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. Parágrafo único: os Estados e Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal.”

Como acabamos de ver, a inversão a ser feita na Amazônia é de recursos da União, dos Estados e dos Municípios. Tem toda a característica imediatista a inversão de recursos estaduais e municipais, pois estes são as partes mais interessadas, de certo modo, na empresa de valorização, dos territórios que compreende. Por que, porém, a União? Não estaremos em face de uma interferência violenta do poder federal, uma violação das autonomias estaduais e municipais? A interferência da União não poderia ser realizada por concessão de recursos a estados e municípios para que eles promovessem a sua própria transformação, criando melhores condições às respectivas populações, melhor estruturando a sua produção, enfim, dinamizando-se no sentido de sua maior e mais definitiva integração ao processo da civilização brasileira?

Os antecedentes históricos de nossa vida política devem ser estudados para melhor compreendermos a posição do governo federal, uma vez que são esses antecedentes que justificam muito do dispositivo constitucional de hoje.

Sob a Colônia, funcionamos num sistema plural, cada Capitania vivia a sua vida, sem subordinação real ao governador-geral do Brasil ou ao vice-rei do Rio de Janeiro. Obedeciam ao rei, em Lisboa. Criou-se, em conseqüência, com pluralismo da vida política, uma tendência autonomista que só começou a ser interrompida com a presença de D. João no Brasil.

Sob o Império, experimentamos o regime unitário, através do qual foi possível manter a unidade físico-política do país, vencendo aqueles sentimentos autonomistas que vinham da colônia e podiam pôr em perigo a unidade nacional. As franquias provinciais, se algumas vezes podem ter dado a impressão de que o prejudicariam, nem por isso foram tão profundas que realmente levassem a criar o clima da secessão.

Somos, hoje, uma federação, é certo, em que estados e municípios usufruem de autonomia, o que importa em dizer que a União não deve interferir-lhes na evolução, a ser processada com liberdade, que não contrarie o todo contido no pacto federal. Estabeleceu-se, para tal, o campo de competência de cada um, campo de competência ampla, mas perfeitamente delimitado. A União tem, todavia, assegurado aos estados e municípios um concurso constante para que possam realizar seus fins políticos como partes integrantes do conjunto federativo. Mais: tem interferido profundamente, através de convênios de cooperação, de realização de serviços de que os estados-membros abdicaram, de atos mais diretos na vida econômica dos estados, sob a justificativa de que se trata do interesse nacional, como no caso da valorização do café, da valorização da borracha, dos serviços de saúde, ensino, etc., invadindo aquele campo de competência que as várias constituições republicanas procuram fixar⁴.

É que houve um erro no regime federativo instituído em 1890, quanto às autonomias, ao serem asseguradas indistintamente às antigas províncias que se transformaram em estados. Porque, como bem observa Oliveira Viana em *Evolução do Povo Brasileiro*, nem todas as antigas províncias estavam em condições para experimentar as excelências da autonomia. Nem todas elas possuíam padrões de cultura suficiente para realizar o sistema federal com base na autonomia. E o resultado foi que os menos aquinhoados não puderam caminhar com liberdade de ação, procurando, a todo instante, a cooperação da União, quando não era a própria interferência da União, confessando, assim, a própria incapacidade política para realizar-se como entidade autônoma. O pensamento que guiou os Constituintes de 1890 nas franquias autonomistas estaduais, fazendo quebrar a onipotência do poder central, por isso mesmo, foi perdendo consistência. E o resultado é o crescimento continuado da onipotência da União, manifestada numa série de empreendimentos, teóricos e práticos, que o consolidam e diminuem o sistema autonomista. O poder federal, dessa maneira, ascendeu no campo executivo. Quando foi criado o Território do Acre, desconhecendo os títulos jurídicos invocados pelo Estado do Amazonas, a União revelou a sua

4 Ver, a propósito, as magníficas páginas de Oliveira Viana em *Evolução do Povo Brasileiro e O Idealismo da Constituição*.

disposição de agir, como realmente agiu, ocupando o espaço e organizando-o como área nova, para a qual fez funcionar um tipo de unidade administrativa que não constava da Constituição.

Quando algumas décadas depois criou mais seis territórios, evidenciando a continuidade daquele propósito, mais uma vez o governo da União afirmou aquela disposição, justificando-a como providência que consultava à segurança nacional, competência realmente a cargo do poder federal. Segurança nacional que se expressava na necessidade de garantir melhores condições de vida às populações fronteiriças, pela vivificação da orla litorânea. Segurança nacional significaria aquele imperativo de levantar os padrões de grupos nacionais que, com a sua presença, vinham assegurando a soberania do país.

No caso particular da Valorização da Amazônia, o comportamento da União decorre de uma série de razões a que não será possível desatender. Área realmente a mais subdesenvolvida do país, a promoção de uma política que lhe assegurasse novas condições de vida devia estar a cargo de uma entidade com a força essencial para o planejamento e a execução dessa mesma política. Inicialmente é preciso atentar para o gigantesco do espaço por valorizar. Não se trata apenas do que entendemos por Amazônia, isto é, o espaço marcado pelas águas da bacia do Amazonas ou pela floresta tropical típica, mas de uma área muito maior que envolve o oeste do Maranhão e o norte de Goiás e de Mato Grosso. Depois, é preciso considerar a complexidade e a vultuosidade dos problemas da área. Ao em vez de mera operação visando ao imediatismo da criação de maior volume de riquezas, pelo crescimento da produção local, a valorização compreende muito mais: porque tem de partir dos trabalhos de reconhecimento científico da região, de saneamento, para a higiene do homem, a educação técnica desse mesmo homem, para que possa contribuir com a sua iniciativa e a capacidade realizadora para o êxito do empreendimento, seguindo-se, então, os serviços e obras de mais direto caráter econômico, como seja a exploração, com melhores técnicas, da produção extrativa mineral e vegetal, a produção agrícola, o criatório, a utilização industrial da matéria-prima local, a produção de energia elétrica, a melhoria e o enriquecimento de transportes e das vias de comunicações, a distribuição e localização mais segura e útil das populações, etc. Empreendimento dessa natureza exige, ademais, uma

vultosa inversão de capital que é, na sua grande totalidade, uma contribuição da União, de vez que os recursos proporcionados pelos estados e municípios são na verdade simbólicos pela exigüidade que os caracteriza.

Por fim, é preciso considerar que um planejamento em obra de tamanha extensão só pode ser realizado a longo e não a curto prazo. Apresenta um caráter de universalidade, pelo volume dos motivos a considerar. E possui, mais, um sentido político de caráter eminentemente nacional, que deve fugir às influências do localismo imediatista. Ora, como é fácil de compreender, empresa de tal magnitude não está na capacidade dos estados e municípios executá-la. Como não pode reduzir-se a mera solução de problemas de teor local. O planejamento e a execução – é isso de uma evidência cristalina – não podia deixar de ser atribuição do poder federal, melhor aparelhado e com consciência mais livre das injunções e do imediatismo local. Aqueles objetivos políticos a que nos referimos de início, como aquela tradição e aquele poder onipotente e crescente da União, causaram essa atribuição federal.

A simples ajuda aos estados e municípios não era suficiente. A execução de um largo programa de trabalhos, que exige recursos avultados, alta técnica, pessoal qualificado e um sentido de unidade de região, que a pluralidade política existente não permite, evidentemente não pode autorizar a solução da simples concessão de recursos. O que os constituintes tiveram em mira foi, através do esforço coletivo da Nação, que contribui com 3% da sua renda tributária, a realização de “uma obra extraordinária” e não uma obra de rotina administrativa. Não cogitavam da ampliação de tarefas já iniciadas, já executadas, e a cargo de órgãos de competência federal, estadual ou municipal. Atentando para a gravidade do panorama brasileiro, decidiram a inversão da fortuna pública numa empresa de caráter nacional, de que participaria todo o país.

A interferência do governo federal no planejamento, na concessão de recursos próprios, na obtenção de recursos dos estados e municípios, na movimentação objetiva da soma desses recursos para a operação executiva era, portanto, lógica, natural. Votando a Constituição, os constituintes, que representavam a vontade das populações estaduais e municipais, deram um sentido legal à presença da União, reconhecendo-a como a única capaz da realização da grande política de valorização. Foi esse o pensamento que os guiou e de que se pode ter a confirmação

pela leitura dos debates travados por ocasião da feitura da Constituição Federal e da elaboração da Lei nº 1.806.

d) O DIPLOMA LEGAL: ELABORAÇÃO

A Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, foi elaborada com certo vagar. Inicialmente, é preciso recordar, a Câmara dos Deputados criou, entre as suas comissões especiais, uma para estudo do planejamento da Valorização Econômica da Amazônia, elegendo para seu presidente o próprio autor da indicação que se transformou no artigo 199 da Constituição, isto é, o Deputado Leopoldo Peres. A Comissão principiou pelo exame minucioso do problema amazônico, perguntando-se se lhe competia elaborar o plano ou simplesmente votar as providências disciplinadoras do artigo 199, inclusive criando a entidade governamental a cuja competência técnica coubesse o planejamento e a obra de execução. Depuseram perante a Comissão autoridades nacionais e estaduais, da região por valorizar, organizando-se volumoso e interessante *dossier*, que foi posteriormente publicado em volumes. Ficou entendido que o Parlamento devia criar o órgão governamental e de planejamento, cabendo-lhe apenas o exame e a aprovação dos planejamentos e programas de trabalho.

Em 14 de outubro de 1946, o Deputado Pereira da Silva apresentou projeto, criando, no Ministério da Viação e Obras Públicas, o Departamento Nacional da Amazônia, como órgão técnico administrativo, incumbido de centralizar, unificar e superintender a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O Departamento seria chefiado por um diretor-geral, engenheiro do quadro daquele ministério, mas de livre escolha do Presidente da República e seria integrado por uma Divisão Técnica, composta de um representante do Ministério da Viação, outro do Ministério da Agricultura, um terceiro do Ministério da Educação e um quarto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como órgãos consultivos do Departamento, funcionariam o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Petróleo, o Conselho de Imigração e Valorização, o Conselho de Proteção aos Índios e o Conselho de Segurança Nacional. O departamento teria, ainda, as seções de serviço que se tornassem necessárias. Os estados e territórios apresentariam até 30 de junho de 1947,

seus planos e programas decenais, quinquenais, anuais, de realização, os quais, depois de devidamente estudados pela Divisão Técnica, seriam incluídos num plano geral a ser remetido, por intermédio do Poder Executivo, à aprovação do Congresso Nacional. Nenhuma operação de campo seria executada sem audiência dos estados e territórios, a fim de que opinassem sobre a exequibilidade e utilidade prática imediata das realizações projetadas e fornecessem sugestões em conformidade com as peculiaridades regionais.

Haveria, nas capitais dos Estados do Pará e Amazonas, na região norte de Mato Grosso, nas cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Porto Velho e Macapá, delegacias regionais, a cujo cargo correria a execução dos serviços programados. Para efeito de planificação dos serviços considerava-se a Amazônia como sendo a região que abrangia os Estados do Pará e Amazonas, os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre, hoje Estado do mesmo nome, e Guaporé, hoje Rondônia; o norte do Estado do Mato Grosso, a partir do paralelo de 16º; o norte do Estado de Goiás, a partir do paralelo de 12º; e o oeste do Maranhão, a partir do meridiano de 25º.

Em 26 de novembro de 46, a Sociedade de Alberto Torres apresentava, também, à Comissão, um projeto criando o Instituto de Recuperação da Amazônia, órgão paraestatal, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, sede e foro em Belém do Pará, e uma Administração Central, composta dos seguintes Departamentos: Transportes, Crédito, Educação, Saúde, Povoação, Agricultura, Indústria, Comunicações, Geografia e Estatística, mais os serviços de Estudo e Planificações e de Administração Geral. O IRDA encamparia o Instituto Agrônomo do Norte e os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará. Todas as repartições ou organismos existentes, cujas finalidades fossem idênticas às traçadas no IRDA, eram por ele absorvidas, passando a fazer parte integrante de seu sistema. A direção do IRDA estaria entregue a um presidente, de livre escolha do Presidente da República, entre pessoas de reconhecida capacidade e conhecedoras da região e de seus problemas, assistido por um Conselho Técnico, firmado pelos Diretores do Departamento de Administração Central. O IRDA conheceria das condições geoeconômicas e sociais da Amazônia, planificaria as atividades que nele viessem a ser desenvolvidas

para sua efetiva recuperação e promoveria, supervisionaria e controlaria a execução do plano que para tal fim fosse organizado. A Amazônia, nos termos do projeto, era a região que abrangia os Estados do Pará e Amazonas; Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Acre; norte do Estado de Mato Grosso, a partir do paralelo de 16º; norte do Estado de Goiás, a partir do paralelo de 12º; oeste do Estado do Maranhão, a partir do meridiano de 45º.

O Deputado Cosme Ferreira Filho, em longa exposição, sugeriu, então (7 de abril de 1947), que o empreendimento fosse realizado em duas etapas: na primeira, ocorreria o aproveitamento, ampliação e vigorização, “de todos os organismos estatais, autárquicos ou privados, que servem, neste momento, de apoio à produção, ao beneficiamento e à circulação das riquezas do vale, bem como à educação, à defesa sanitária e à melhoria das condições de vida de suas populações”. Na segunda, haveria “a tarefa do planejamento e execução de medidas de natureza mais ampla, com base científica e com fundamento no sentido histórico da própria evolução da Amazônia, mercê da qual a nova marcha de civilização e de conquista da Planície se alicerça sobre realizações e tradições, que não podem nem devem ser abandonadas, ao invés de tentarmos improvisações e experiências, sem esse indispensável e basilar sentido histórico”.

Os órgãos que, na primeira etapa, deveriam ser aproveitados, modificados, ampliados e vigorizados sob a alta supervisão de um órgão autárquico, eram:

- Banco de Crédito da Borracha S.A.
- Serviços de Navegação da Amazônia (SNAPP)
- Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)
- Estrada de Ferro de Bragança
- Serviços Elétricos de Belém
- Serviços hospitalares e sociais diversos, essenciais ao bem-estar da população do Estado do Pará
- Serviços Elétricos de Manaus
- Serviços Portuários de Manaus
- Serviços hospitalares e sociais diversos, essenciais ao bem-estar da população, no Estado do Amazonas

Serviços e instituições, de cuja imediata eficiência dependa o bem-estar das populações e o robustecimento de suas atividades produtoras, nos territórios federais e noutras áreas amazônicas.

A Comissão Parlamentar seria transformada, passando a compor uma Comissão Parlamentar de Supervisão do Problema Amazônico, e atuaria, no Congresso, estudando e encaminhando os assuntos do plano amazônico.

Como órgão supervisor de comando, de controle financeiro e de supervisão econômica, com sede na Amazônia, presidido por um representante direto do Presidente da República e integrado por:

- 3 representantes do Estado do Pará
- 3 representantes do Estado do Amazonas
- 2 representantes do Estado do Mato Grosso
- 1 representante do Território do Guaporé
- 1 representante do Território do Amapá
- 1 representante do Território do Rio Branco
- 1 representante do Território do Acre

Um delegado ou representante dos estados e territórios seria designado pelos respectivos governos; um delegado dos Estados do Pará e do Amazonas seria escolhido por suas três mais importantes associações comerciais e de produtores ou industriais; um representante dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso seria indicado pelo Sr. Presidente da República, recaindo sempre essas escolhas em nomes de reconhecida probidade e competência e conhecedores dos problemas da Amazônia.

Haveria, ainda, como órgão executivo, diretamente subordinado ao Conselho, um Departamento Técnico de Planejamento e de Execução.

O Conselho Nacional utilizaria os serviços existentes na região, à medida que fosse sendo considerada a necessidade de sua integração aos trabalhos de valorização.

Em 15 de setembro de 47, a Comissão Parlamentar apresentava projeto, criando a Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com sede em Belém e autonomia para toda a região. A Amazônia, para efeito da lei, era a região abrangida pelos Estados do Pará e Amazonas; Territórios Federais do Amapá, Guaporé, Rio Branco, Acre; norte do Estado de Goiás, a partir do paralelo de 12º e oeste do Estado do Maranhão, a partir do meridiano de 45º. A Comissão, subordinada à Presidência da República, era constituída pelo superintendente-geral, de livre nomeação do Presidente da República, e pelos chefes dos departamentos seguintes: Administração Produção, Crédito, Transportes, Educação e Assistência Médico-Social, Colonização e Imigração e Trabalho. Os chefes dos departamentos seriam de livre nomeação do superintendente. Haveria um Conselho Técnico de Planejamento e Controle, integrado pelo superintendente, chefes dos departamentos e um representante de cada unidade política que integrasse a região. O Banco da Borracha, o Instituto Agrônomo do Norte, o antiga Concessão Ford e os SNAPP, sem prejuízos de seus patrimônios e das competentes verbas consignadas no Orçamento da República, ficariam incorporados aos diversos departamentos da Comissão, bem como outros órgãos, serviços e entidades econômicas, a critério do Governo. O Conselho Técnico de Planejamento e Controle organizaria o plano de valorização. Um substitutivo, apresentado pelo Deputado Coaraci Nunes, alterava o projeto na composição da Comissão Executiva e na criação de serviços, subordinadas a uma secretaria-geral, com três seções: estudos e planejamento, controle de verbas e tomadas de controle e estatística.

Na Comissão de Obras Públicas, da Câmara, em 27 de novembro de 47, o Deputado Osvaldo Pacheco também apresentou substitutivo ao projeto da Comissão Parlamentar. Criava a Comissão do Plano de Valorização da Amazônia, entidade com personalidade jurídica própria e autonomia técnico-administrativa, com sede em Manaus e jurisdição em toda a área amazônica. Seria subordinada ao Presidente da República e seu presidente de livre nomeação do Chefe do Governo. Teria cinco membros, escolhidos pelo Presidente da República. Atenderia às associações de classe e órgãos técnicos e consultivos existentes nos estados, territórios e municípios que deviam pronunciar-se por convenções coletivas. A COPVA não executaria diretamente os programas e

objetivos dos planos, transferindo tais encargos, mediante acordos, aos órgãos da União, dos Estados e Municípios, bem como a entidades autárquicas. Outra modalidade seria a dos contratos, para realização das obras e serviços, com empresas particulares. Manteria a Comissão, porém, um serviço de inspeção, controle e fiscalização das obras e serviços executados, por tais órgãos ou empresas, controlando, igualmente, os resultados econômicos e sociais do plano, em cada fase de sua execução, através dos índices de evolução da renda pública, da produção e circulação da riqueza, e dos fenômenos demográficos da região amazônica. Elaboraria planos periódicos, com a duração de cinco anos, divididos em etapas anuais mediante adoção de uma escolha de prioridade e aprovação dos programas e projetos parciais, devidamente orçamentados, para cada exercício. Cada plano incluiria as medidas sugeridas por todos os setores da população da Amazônia, formuladas em assembleias convocadas pela COPVA, reservando, para as iniciativas de âmbito local, não suscetíveis de enquadramento nos projetos e programas gerais, parcela não inferior a 5% das suas despesas.

Na Comissão de Constituição e Justiça, a 29 de março de 1949, o Deputado Eduardo Duvivier formulou substitutivo, antecedido de vasta exposição, em que examinou as condições sociais, econômicas e culturais do complexo amazônico. Instituiu a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia. Definia a região como sendo “aquela que defronta o Atlântico e tem, como eixo, o rio Amazonas e, por limites, ao norte, as Guianas e a Venezuela, ao oeste, a Colômbia e o Peru, ao sul, a Bolívia, até ao limite extremo sul do Território do Guaporé e, ainda ao sul, em direção geral a leste, a linha da floresta típica da hiléia amazônica.

A superintendência seria composta de um superintendente e 5 assistentes técnicos que exerceriam, também, a direção do plano de valorização. O superintendente seria nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros de notável cultura, em assuntos de interesse vital para a região amazônica, e de reputação ilibada. Os assistentes seriam também nomeados pelo Chefe do Governo, mediante proposta do superintendente, dentre os brasileiros de notável saber na especialidade a que se devessem dedicar. Os membros nomeados pelo Presidente da República seriam em co-

missão e demissíveis *ad nutum*. Os Departamentos, os seguintes: Administrativo, Científico, Educação, Saúde e Assistência Médico-Social, Fomento de Produção, Transportes e Comunicações. O plano de valorização devia compreender:

“a) regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, pela assistência à saúde e pela educação e instrução;

“b) imigração, mediante verificação porém da sua conveniência, seleção rigorosa e localização apropriada dos seus elementos e assistência coletiva e individual.

“c) agrupamento dos elementos humanos da região, em áreas saneáveis e previamente circunscritas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver produção econômica;

“d) implantação e incentivação simultânea, com o estabelecimento dos núcleos rurais, das culturas de várzeas, particularmente do arroz, da juta e de outras cuja conveniência seja comprovada, e de culturas de terras firmes, particularmente as florestas, da *hevea brasiliensis*, da castanheira, do cacaueteiro e das espécies destinadas à produção econômica de madeira, bem como outras de conveniência, também comprovada;

“e) implantação e incentivação, pelo mesmo modo, onde for conveniente, da cultura de palmeiras, coqueiros e outras plantas produtoras de sementes oleaginosas, bem como de compostos químicos medicinais ou destinados a inseticidas ou a quaisquer fins industriais;

“f) organização de culturas de sustentação, nos locais mais apropriados, junto ou na proximidade dos núcleos rurais;

“g) formação de pastagens, para o fim previsto no item seguinte, em torno ou junto aos núcleos rurais, nas proximidades das cidades e provocações permanentes e nos pontos de trânsito de gado, mais convenientes ao seu descanso e alimentação, bem como ‘campos gerais’, onde for aconselhável a substituição das pastagens nativas por outras de plantação;

“h) organização e fomento da pecuária, para carne e para leite, de bovinos e búfalos, conforme as indicações locais, incluindo-se o melhoramento dos rebanhos ou plantéis existentes, para seleção e por cruzamento com raças indianas, a importação de reprodutores e a proteção ao gado em trânsito;

“i) mecanização intensiva dos serviços de campos e agrícolas;

“j) industrialização local, de beneficiamento, dos produtos de origem vegetal ou animal, e, eventualmente, de transformação, dos mesmos produtos, quando as condições locais o aconselharem, para o consumo na região ou para a redução de custo dos produtos transformados, nos mercados a que se destinem;

“k) racionalização e desenvolvimento do transporte fluvial, provendo-o de embarcações apropriadas à natureza da carga a transportar, às distâncias a vencer e ao regime das águas;

“l) aparelhagem dos portos fluviais, com os armazéns e aparelhos necessários a facilitar a carga e descarga e o transbordo de mercadorias;

“m) serviço permanente e devidamente aparelhado de assistência à navegação, pelo sinalamento e remoção, que forem economicamente possíveis, dos obstáculos que a ameacem, a regularização do regime das águas dos rios, onde for possível, pela construção de comportas e execução de outras obras;

“n) construção de rodovias e ferrovias, que se tornarem necessárias, para os serviços dos núcleos rurais, portos de navegação e aeródromos ou aeroportos;

“o) construção de aeródromos e aeroportos, onde as condições econômicas os justifiquem;

“p) organização e desenvolvimento de um sistema de rádio-comunicações, entre os núcleos urbanos e rurais, portos, aeroportos, sedes dos seringais e de áreas, ou fazendas, de indústria vegetal extrativa, em exploração, e embarcações;

“q) criação de órgãos de fomento, orientados pelo Instituto Agrônomo do Norte e por outras instituições científicas especializadas e a ele subordinadas, e por órgãos e laboratórios de pesquisas, para orientar a produção em curso, promover novas fontes de produção e novas aplicações para os produtos existentes;

“r) instituição de um serviço comercial e de divulgação, com os órgãos e meios próprios para conhecer, a todo tempo, as produções da região, coligir os dados que lhe permitam prevê-las e fazer, dos produtos, a propaganda conveniente, bem como para acompanhar as pro-

duções estrangeiras capazes de concorrer com as da região amazônica, ambas no seu estado presente e nas suas perspectivas; estudar o movimento, as necessidades e as tendências dos mercados internacionais, as dificuldades dos produtores amazônicos e os meios de as vencer;

“s) preservação da flora e da fauna úteis, da região;

“t) coordenação das iniciativas e atividades dos órgãos da Valorização Econômica da Amazônia com as das empresas particulares, pelas modalidades em seguida discriminadas, ou por quaisquer outras, ficando, sempre, tais empresas subordinadas aos planos, instruções técnicas, obrigações, encargos sociais e demais condições que lhes forem impostas, por aqueles órgãos, incluídas, preferencialmente, em tais modalidades, as seguintes:

“1) – Transferência, a empresas particulares, de plantações ou quaisquer outras explorações em curso, mediante indenização, à vista, ou a prazo, com ou sem participação do Fundo de Valorização Econômica, nos resultados da empresa;

“2) – Cooperação, com os proprietários de terras, para a fundação, em suas propriedades, de núcleos rurais e áreas de plantação ou criação e de colonização, para eles próprios e para os plantadores, criadores ou colonos, que os indenizem do valor, previamente estabelecido, da terra, que ocupem, com a própria produção desta, nos prazos e condições que forem, também, previamente estabelecidos;

“3) – Colonização das terras do domínio dos estados, territórios e municípios da Amazônia, mediante garantia da propriedade futura da terra aos que a trabalhem;

“4) – Constituição de sociedades mistas, para a exploração de recursos econômicos, ou de qualquer atividade compreendida nos objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

“5) – Auxílio técnico e, quando possível e necessário, financeiro às empresas particulares, que se proponham à execução dos serviços e consecução das finalidades desse Plano;

“u) fomento às iniciativas privadas, de instituições de crédito, por cooperativas ou quaisquer outras modalidades.”

No Senado, o projeto aprovado na Câmara sofreu transformação, através de emendas substanciais, de autoria do Senador Álvaro Adolfo, que apresentou, por fim, em 1951, longo parecer em que fixou os mais graves aspectos da Amazônia, bem como substitutivo. Aprovado esse substitutivo, voltou à Câmara dos Deputados, onde recebeu emendas. Pelo anteprojeto Álvaro Adolfo, ficavam criadas uma Superintendência e uma Comissão de Planejamento, presidida pelo superintendente e constituída de 15 membros, dos quais seis de livre escolha do Presidente da República e os nove restantes indicados pelos governadores dos cinco estados e quatro territórios que compunham a região por valorizar. O superintendente seria de livre escolha do Presidente da República que o deveria escolher entre brasileiros de notável saber e de reputação ilibada. A Superintendência teria autonomia administrativa. A Lei nº 1.806, na sua redação final era, grosso modo, o substitutivo Álvaro Adolfo.

No debate que se seguiu, na Câmara dos Deputados, o assunto que mais preferiu a atenção dos deputados foi o que diz respeito à delimitação da área. Para uns, devia se entender, como Amazônia, a área marcada pela fimbria da floresta; para outros, devia considerar-se a bacia hidrográfica; um terceiro grupo preferia atender às condições de subdesenvolvimento e às características da produção de caráter predatório, coletor, extrativo, de um vasto trecho do Norte e Nordeste do país. Por fim, ficou assentado que a área seria compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º, e a do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.

Significa isso que se abandonava, para efeito de execução da lei, o entendimento clássico sobre a Amazônia que passava, assim, a ampliar-se, com essa ampliação criando-se uma área de trabalho que representava 2/3 do território brasileiro.

e) O DIPLOMA LEGAL: CONTEÚDO

A valorização econômica da Amazônia é obra de natureza política, técnica e regional.

É política porque empreendimento do Estado e não a cargo da iniciativa privada, o que não significa que essa contribuição da iniciativa privada seja desprezada ou ignorada pelo público, pois que é iniciativa solicitada ou assistida na execução de certas operações de campo. Cometimento de vulto, que exige recursos abundantes e se desenvolve num plano complexo, multiforme, extenso, cobrindo áreas administrativas autônomas ou não autônomas, evidentemente só o Estado poderá abrangê-las e realizá-lo.

É técnica porque não pode ser promovida mantendo-se os sistemas de rotina até então em uso na região, antes exigindo, através da atuação de pessoal qualificado, planos de ação, programas de trabalho de campo em bases que não sejam a resultante do empirismo, mas o fruto da experiência alcançada nos laboratórios, nas usinas, nos centros de pesquisas e nas próprias tarefas diárias, a ensinarem o que deve ser feito⁵.

É regional porque abrange uma vasta área de território, que, por suas peculiaridades e consistência social, econômica, cultural, constitui região perfeitamente definida. Cabe aqui lembrar que o regional, do ponto de vista sociológico e econômico, não é o que se entende por tal, do ponto de vista geográfico, pois se este é determinado pelos fatores geológicos, climatéricos e geográficos propriamente ditos, com a presença do homem como participante do quadro, naquele o que distingue, define e marca é o homem como agente-criador, disciplinador, dinamizador⁶.

Daí porque, no caso particular da Amazônia, o regional não é o geográfico, mas o complexo cultural.

O legislador, ao elaborar o diploma legal a que nos estamos referindo, ou ao votar o texto constitucional, pertinente, fixou-lhe os três aspectos marcantes. No artigo 199 da Constituição, deu-lhe o caráter de obra política; nos artigos 35 e 2 da Lei nº 1.806, assegurou-lhe o caráter de obra técnica e regional.

A valorização tem, porém, um fim precípuo: “Melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e

5 Cf. Getúlio Vargas, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Rio, 1951.

6 Cf. Manuel Diegues Júnior, *Introducción a la Sociología Regional*, México, 1954.

de expansão da riqueza do país” (artigo 1^a da Lei nº 1.806). E para alcançá-lo, o legislador preceituou (artigo 7^o) que era preciso realizar uma política que:

- a) promovesse o desenvolvimento da produção agrícola;
- b) fomentasse a produção animal;
- c) desenvolvesse um programa de defesa contra as inundações;
- d) promovesse o aproveitamento dos recursos minerais da região;
- e) incrementasse a industrialização das matérias-primas locais;
- f) realizasse um plano de viação cobrindo todo o sistema de transportes;
- g) promovesse a produção de energia elétrica;
- h) estabelecesse uma política demográfica;
- i) estabelecesse um programa de desenvolvimento do crédito bancário;
- j) fomentasse o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados nacionais e estrangeiros;
- k) mantivesse um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação de quadros técnicos regionais;
- l) incentivasse o capital privado no sentido de sua inversão regional;
- m) orientasse a organização administrativa, inclusive coordenando os órgãos governamentais na região;
- n) mantivesse um serviço de divulgação econômica e comercial.

A obtenção de tamanho *desideratum*, decidiu, ainda, o legislador ordinário, cumprindo o pensamento do legislador constituinte, a ser realizado pela execução de um plano que ele definiu como sendo “um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinadas a

incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca...”

Mais: o plano seria “executado na ordem de planejamentos parciais, em períodos de cinco anos, a contar da data da lei, embora com a previsão de tempo variável para cada programa, conforme a natureza de cada um, os resultados obtidos e os desenvolvimentos ulteriores estimadas”. Seu desenvolvimento (artigo 20) obedeceria a “programas discriminados e fundamentados técnica e economicamente, com as previsões de tempo em que se achem realizados, as aplicações anuais, os recursos técnicos e financeiros, e a indicação dos mecanismos administrativos e financeiros interessados”. Atender-se-ia (artigo 4^o), na execução, “a seleção dos problemas regionais e à prioridade que devam ter pela importância que apresentem no sistema econômico em que se incluem”.

O planejamento, decidiu também o legislador ordinário, devia abranger um espaço territorial amplíssimo, aquele a que já nos referimos, páginas atrás.

Convém recordar aqui que essa definição geográfica da Amazônia desatendeu ao que o Conselho Nacional de Geografia indicara, ao ser consultado pela Comissão de Valorização da Câmara Federal.⁷ O legislador, adotando um critério político, preferiu aceitar, como Amazônia, não a região geográfica, mas a região cultural. É conveniente registrar, igualmente, que o espaço amazônico definido na lei representa cerca de 2/3 do espaço brasileiro. A área do vale do Tennessee, apresentado como a maior realização de planejamento econômico até agora empreendido, não passa de 103.000 quilômetros quadrados.⁸ O vale do São Francisco soma apenas 609.000 km². O polígono das secas totaliza 1.150.662 km². Ora, a Amazônia legal atinge os 5.057.490 km²!

Empreendimento a cargo do Governo Federal, sobre cujo comportamento a Lei nº 1.806 nada específica, por entender que já o texto constitucional decidiu a respeito, é realizado, também, com a participação dos organismos estaduais e municipais e entidades privadas. No artigo 6^o, o legislador determinou o processo dessa participação: acordos, criando coordenação de atividades, isto é, a disciplinação das tarefas, a

7 Cf. Lúcio de Castro Soares, *Limites meridionais e orientais da área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro*, Rio, 1953.

8 Cf. René Foch, *La haute autorité de la Vallée da Tennessee*, Paris, 1952.

serem conduzidas dentro de um regime de unidade de direção e de execução e não mais ao sabor das conveniências e critérios de cada um, evitando-se, desse modo, a interferência de fatores puramente locais, e as pressões políticas ou puramente eleitorais. Pondo-se termo, ademais, a inversões procedidas até então sem o conveniente estudo preparatório dos empreendimentos ou confiadas a organismos tecnicamente desapa-relhados, no que diz respeito a programas qualificadamente elaborados.

Tamanho cometimento, como já tivemos ocasião de analisar, exige o dispêndio de recursos avultados. O legislador, para atender às despesas, criou um fundo (artigo 8^o), a ser constituído com:

- a) 3% da renda tributária da União;
- b) 3% da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios, total ou parcialmente compreendidos na área da Amazônia brasileira (art. 2^o);
- c) as rendas oriundas dos serviços do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou sua exploração, dos atos ou contratos jurídicos dela decorrentes;
- d) o produto de operações de crédito e de dotações extraordinárias da União, dos Estados ou Municípios.

Essa receita tributária é recolhida, porém, ao Fundo, mensalmente, na base da arrecadação verificada no ano anterior ao em que ela é recolhida (art. 9^o da Lei nº 1.806 e o art. 2^o do Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953).

Considerados insuficientes tais recursos, poderão ser realizadas operações de crédito interno e externo, garantidas pelo Poder Executivo, correndo a amortização por conta de receita do Fundo (art. 15), do mesmo modo por que poderá ser feita uma antecipação da receita através do Orçamento votado normalmente pelo Congresso (art. 14).

Os recursos não aplicados no ano do exercício do orçamento não constituem exercício findo, nem se incorporarão à receita da União, sendo, porém, transferidos para o exercício seguinte (artigo 9^o, parágrafo 2^o).

Os recursos do Fundo, para sua aplicação, devem ser partes integrantes do Orçamento Anual do Plano. Ora, esses recursos não são

unicamente da contribuição da União, mas também dos Estados e Municípios, pelo que o orçamento do Fundo não integra, como uma de suas partes, o Orçamento da União. Constitui Orçamento anexado àquele, para ser remetido ao Congresso Nacional (art. 9^o, parágrafo 1^o).

A Lei nº 1.806 estrutura a Valorização no que diz respeito à elaboração e à execução do Plano, criando uma superintendência e uma Comissão de Planejamento (artigos 22 e 24). Esta, composta de quinze membros, dos quais seis, chamados técnicos federais, de livre escolha e nomeação do Presidente da República, e nove representantes dos Estados e Territórios amazônicos. A superintendência, exercida por um superintendente, que presidirá à Comissão de Planejamento, também de livre escolha e nomeação do Presidente da República, mas escolhido “dentre brasileiros de notável cultura e reputação ilibada”.

Instaladas a superintendência e respectiva Comissão de Planejamento, devia ser elaborado um Programa de Emergência e, a seguir, no prazo de nove meses, a contar da data da instalação, o Primeiro Plano Quinquenal, aquele a ser decretado pelo Presidente da República e este a ser encaminhado ao Congresso Nacional, para análise, correção, aprovação ou rejeição. O Programa de Emergência, artigo 19, compreenderia:

- a) a continuação das obras e serviços que forem partes necessariamente integrantes do Plano, iniciados e mantidos por conta da verba de valorização econômica da Amazônia;
- b) os projetos e empreendimentos de natureza urgente e os básicos, já devidamente estudados e considerados indispensáveis, de qualquer sorte, à valorização econômica da Amazônia;
- c) os projetos e empreendimentos que devam ser considerados preliminares ou preparatórios da organização definitiva do Plano.

Os Planos Quinquenais, conquanto com um teto de tempo mínimo para sua elaboração, o que é realmente passível de reservas, cobriam o complexo regional, com a limitação de que nenhum recurso (art. 3^o) poderia “ser aplicado em medidas, serviços, empreendimentos ou obras que não tenham fim estritamente econômico ou relação direta com a regeneração econômica da região”. À primeira vista essa limitação

poderia parecer uma contenção legal a desperdício de verbas, em operações de natureza social ou cultural, consideradas estranhas aos objetivos de valorização, o que, porém, não é exato, não refletindo o pensamento do legislador. Pela amplitude que ele deu ao objetivo da valorização, ao fixá-lo em relação ao homem regional e seus padrões de vida, compreende-se que a finalidade da limitação visou, principalmente, evitar, não aquela aplicação, que autorizou, mas outras, que se vinham fazendo sem ligação com o sentido da valorização, ou visando atender a conveniências eleitorais, partidárias, etc.

A Lei nº 1.806, dando substância à intenção manifestada pelos constituintes de 1946, é, assim, o diploma legal básico da valorização, por defini-la e discipliná-la no seu conteúdo material.

f) FUNCIONAMENTO

O Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953, que baixou o regulamento da Spvea, os Decretos nºs 35.142, de 4 de março de 1954, e 36.998, de 4 de março de 1955, bem como a Portaria nº 211, de 16 de março de 1954, completam o que o legislador ordinário decidiu na Lei nº 1.806. São instrumentos legais que lhe regulam a aplicação, na área executiva, permitindo o imediato trabalho de planejamento e de execução das operações de campo mais urgentes, prefaciadoras dos trabalhos constantes dos planos quinquenais.

Por esse conjunto legal, a superintendência e a Comissão de Planejamento foram estruturadas no seu funcionamento de emergência, constituindo-se os quadros de pessoal qualificado e o simplesmente burocrático, de rotina. Duas divisões, uma sediada em Manaus e a outra em Cuiabá, além de uma representação no Rio de Janeiro, descentralizariam o trabalho de contatos, de orientação, de fiscalização e de esclarecimento.

Os investimentos dos recursos, seja no que diz respeito aos instrumentos materiais de execução de obras e serviços planejados, seja no que diz respeito ao processo de aplicação das verbas, tiveram sua disciplinação, visando-se a rentabilidade e a honestidade dos investimentos (Decreto nº 34.132).

Unidade governamental de ação amplíssima, a braços com um imenso acervo de serviços a realizar, a Spvea tinha de atuar por intermédio de órgãos públicos e privados, que ficaram, porém, no particular dessa competência executiva que lhes transferia, sob sua fiscalização contábil e técnica, órgãos públicos de administração federal, estadual ou municipal; órgãos privados, representados por associações comerciais, rurais, de pecuária, de indústria, congregações religiosas, sociedades anônimas ou de economia mista, entidades assistenciais, etc.

Ao invés de montar uma pesada e custosa máquina de operações, criando infinidade de pequenos serviços para executar tarefas e cumprir o planejado, concorrendo com serviços já existentes e com experiência na região, a Spvea recorre a esses organismos e com eles celebra convênios, atribuindo-lhes um programa e fixando-lhes um orçamento analítico. Integram-se eles, desse modo, na estrutura da Spvea, representando-a e operando por ela. É o caso do Sesp, do Serviço Nacional de Malária, do Instituto Agrônomo do Norte, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, do Conselho Nacional de Geografia, etc. Cumpre, aliás, o que lhe foi disposto no artigo 4º do regulamento baixado com o Decreto nº 34.132. Quando o convênio é celebrado com órgão da esfera federal, logo após a publicação no *Diário Oficial*, entra em vigor; quando com órgão de esfera estadual ou municipal, ou entidade privada, o convênio vai a registro no Tribunal de Contas da União para poder ter cumprimento.

Às ordens religiosas, a Spvea tem confiado tarefa de educação técnica e serviços hospitalares. Trata-se de organizações que, em muitos trechos da Amazônia, são a única civilizadora, substituindo o estado nos seus deveres e na sua competência, inclusive no asseguramento, na preservação da soberania nacional.⁹ Não se as busca, portanto, por motivos espirituais mas pelo que representam como organizações permanentes, experientes e eficientes.

Sendo o financiamento um imperativo legal e um dos objetivos naturais da valorização, que não poderia ser empreendida nem realizada sem o fornecimento de recursos em dinheiro aos lavradores, aos extractores do que a floresta proporciona, aos pequenos industriais, pecuaristas, a Spvea opera, nesse particular, utilizando o estabelecimento bancário or-

9 Cf. Artur C. F. Reis – *A conquista espiritual da Amazônia*, S. Paulo, 1942.

ganizado com essa finalidade precípua: o Banco de Crédito da Amazônia. Utiliza-o como instrumento da política que traçou para o investimento ao alcance da iniciativa privada da região.

A pesquisa científica é, evidentemente, essencial para que seja possível programar soluções definitivas. Ora, o que se sabe sobre a Amazônia resulta do contato primário que com ela mantemos, desde a chegada do descobridor europeu, no século XVII, e de estudos realizados aqui e ali, sobre esta ou aquela particularidade regional e na generalidade por homens de ciência estrangeiros. Há necessidade e urgência, portanto, de proceder-se ao levantamento total da realidade amazônica, que autorize a política planejada com segurança. O Instituto da Hiléia, criado em assembléia continental levada a efeito em Manaus, provocou reservas, resistência e oposições violentas. O Conselho Nacional de Pesquisas, procurando uma solução brasileira, criou o Instituto de Pesquisas da Amazônia, com sede em Manaus. Atribui-lhe a Spvea os trabalhos de constatação, de indagação, de investigação e de formação de pessoal técnico para pesquisas de laboratório e de campo.

O pessoal qualificado é, porém, de todos os grandes e difíceis problemas com que se defronta a Spvea, o de maior relevância. As equipes brasileiras são ainda pequenas, dispondo, ademais, de um mercado de trabalho que cresce sem limitações no sul do país. Houve que recorrer, por isso, à cooperação de um órgão de nível internacional: a Assistência Técnica das Nações Unidas, que, por intermédio da secção brasileira do Itamarati, já proporcionou um grupo especializado, composto de dois geólogos, um zootecnista, um agrônomo para áreas tropicais, um piscicultor, além da missão da FAO, que tem campo particular de ação: a identificação da floresta e o estudo de seu aproveitamento industrial.¹⁰ Já em pleno funcionamento na Amazônia, através de um convênio celebrado com o governo brasileiro, por intermédio do Itamarati, mas a cargo do Ministério da Agricultura na parte executiva, o grupo FAO foi transferido à Spvea, que lhe concede maiores recursos para sua melhor movimentação e para a preparação de pessoal brasileiro regional que possa, mais tarde, prosseguir nos trabalhos.

¹⁰ Cf. Artur César F. Reis, *A valorização da Amazônia e a assistência técnica*, Belém, 1954.

O funcionamento da Spvea nos dois anos de montagem e de início de suas atividades, é um funcionamento ainda experimental. Tem o caráter de empreendimento piloto. A estrutura definitiva do órgão já está, porém, estudada na base do que a experiência indicou e a execução do primeiro plano quinquenal está exigindo. A experiência que se principia depende da continuidade e do tempo de execução. A Valorização significará, portanto, a maturidade ou a imaturidade brasileiras. Revelaremos, se a pudermos executar, a posse de condições culturais e de potencialidade técnico-econômica que nos conseguirão, no quadro universal, uma posição definitiva. Não poderá, nunca, todavia, ser levada adiante com sucesso se nos atirmos a fórmulas ultrapassadas, agarrados ao empirismo, indiferentes às conquistas que a técnica vem ensinando.

.....

*XVI – O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
Origem. Objetivos. Funcionamento. Sua Contribuição para o
Conhecimento Realístico da Amazônia*

I

– A Amazônia como espaço físico continental. Características.

II – A Amazônia brasileira. Extensão. O que dela se sabe: solo, sub-solo, água, floresta, fauna, humanidade. A atenção universal: a contribuição nacional e a estrangeira. As expedições científicas. Os centros de pesquisas locais, no passado e na atualidade. Os centros de pesquisas que noutros pontos do Brasil têm contribuído para o conhecimento da região.

III – O Instituto da Hiléia.

*IV – O Instituto de Pesquisas. Planejamento. Organização atual.
Objetivos.*

V – Trabalhos em realização.

VI – Em que pode contribuir para o conhecimento da região.

I

Há na América do Sul, perfeitamente definido, como verdadeira unidade autônoma, um gigantesco espaço constituído com partes integrantes das bases físicas e sociais de seis entidades políticas – Brasil,

Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Esse espaço representa 2/5, isto é, 6½ milhões de km², de que cerca de quatro milhões e meio pertencem ao Brasil. Referimo-nos à Amazônia que não é, portanto, apenas brasileira, conquanto nela disponhamos da maior porção e sejamos os possuidores de títulos que nos asseguram uma posição privilegiada para governá-la, orientando-lhe a evolução, depois de conquistá-la para a humanidade, mas, igualmente, parte integrante de outras soberanias, aquelas repúblicas vizinhas, a braços, como nós, com o problema de conquistá-la, de dominá-la como empreendimento geopolítico.

Esse mundo amazônico, autorizando a afirmação que estamos fazendo acerca de sua extensão, apresenta características distintas, que podem ser sintetizadas pela bacia hidrográfica sem par, pela floresta fechada, heterogênea, rica, pelo clima quente e úmido, chuvas abundantes, pela atividade econômica, em bases primárias, ação destrutiva realizada por sua população contra a natureza, pelo caráter desértico que apresenta.

Tais características são as fundamentais e as que asseguram a unidade da gigantesca área em estado de ser, o que não significa, porém, que, aqui e ali, não ocorram, ponderantemente, certas diferenças que determinam a existência do que podemos chamar de sub-regiões da grande região ou mundo amazônico. Será o caso de registrar, como diferenciação ou exceção, as zonas de campos, as zonas de vegetação menos densa, as de águas mais escassas. E no tocante à floresta as suas respectivas subdivisões. Porque a floresta amazônica não é toda a mesma: apresenta coloração diversificada, parte também diferente, conforme o espaço onde a associação ocorre: terra firme, várzea, com as suas respectivas subdivisões.

A floresta fechada, heterogênea, e a bacia hidrográfica, esta representando um volume d'água avaliado entre 60 a 140 metros cúbicos por segundo, conforme a época do ano, e por sua vez apresentando diferenciações conforme a região, fixam, porém, os pontos centrais da caracterização. Marcam-lhe as fronteiras e autorizam a identificação que os geógrafos e os botânicos vêm tentando efetuar, como os etnólogos, os zoólogos, os economistas e os geólogos.

Dissemos que desse espaço físico cerca de quatro milhões e meio pertencem ao Brasil, constituindo a Amazônia brasileira. Essa a avaliação do que temos convencionado de chamar Amazônia clássica, a

que estamos habituados. Sim, porque há hoje, para efeito de investimentos programados do estado, uma outra Amazônia, muito mais extensa, em que se não levaram em conta somente aquelas características geográficas, mas, para ampliá-la, as atividades primárias de suas populações e a necessidade do levantamento dos seus padrões de vida, zoneando-se, em conseqüência, com a incorporação de um maior espaço físico. Assim, para exemplificar, o norte de Goiás, abrangido pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, apresenta muito mais as características geográficas, sociais e econômicas do Nordeste que propriamente da Amazônia clássica. Suas populações, no entanto, vivem um *status* cultural baixíssimo, que o estado decidiu melhorar através de uma política de recuperação.

À Amazônia clássica, tradicional, atribuíam-se 4.500.000km²; à legal, isto é, aquela que a lei fixou para a valorização ou dinamização regional, 5.030.109km². Naquela viviam 1.844.655 habitantes; nesta, 3.500.000.

II

Referimo-nos, atrás, a um esforço de geógrafos, botânicos, etnólogos, zoólogos, geólogos, economistas, para a identificação da Amazônia. Cabe aqui a pergunta – por que tentativa? Acaso a Amazônia, que vem sendo percorrida desde o século XVI, percorrida e estudada sob todos os ângulos, não está ainda suficientemente reconhecida nesses mesmos variados ângulos? As caravanas de homens de ciência, os sertanistas que a vêm penetrando e ocupando para a exploração econômica, os missionários que lhe assistem às populações primitivas, não lograram ainda a grande ventura de revelação da Amazônia?

Euclides da Cunha, que viveu conosco, no interior e nesta capital, entusiasmando-se com ela, responde à dúvida, categoricamente:

“De toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e a menos conhecida. De Humboldt a Emilio Goeldi – do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado no recanto de uma especia-

lidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.

“A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisiografia da Amazônia: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso.”

Emílio Goeldi, que orientou, dirigiu e deu sentido vital ao Museu Paraense, grande foco de atividade científica, não discordou das assertivas de Euclides. Escrevendo uma de suas monografias sobre o particular da floresta, dizia o eminente cientista suíço:

“Ainda não existe, nem existirá tão cedo, sobre a mata amazônica um trabalho de conjunto, que seja capaz de dar uma boa idéia, não só dos seus aspectos variados, como também da sua composição florística, das fases de sua vida, e de sua importância como fator econômico. Muito já se tem escrito sobre um ou outro desses assuntos, mas geralmente sem as bases suficientes de observação ou conhecimentos científicos. O presente trabalho, apesar de baseado sobre uma experiência de 14 anos e sobre estudos seguidos de viagens e no gabinete, é apenas um modesto ensaio, um pródromo de estudo mais completo e mais aprofundado que só depois de muitos anos de trabalho assíduo poderá ser tentado. A nossa mata equatorial é um mundo por si, cuja organização e vida íntima só por diversas gerações de investigadores poderá ser desvendada. A vida dum homem mal chegaria para ter uma idéia exata da composição dum quilômetro quadrado de mata virgem, quanto menos numa área de mais de três milhões de vezes maior.”

Paulo de Berredo Carneiro, recentemente, assim se expressou:

“Apesar da portentosa contribuição trazida ao conhecimento dessa região pelas expedições dirigidas pelo ínclito, civilizador dos nossos sertões, o General Cândido Rondon, e da obra admirável realizada pelo Museu Nacional, o Jardim

Botânico, o Instituto Osvaldo Cruz, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto Agrônomo do Norte, as Comissões do Exército, continuamos no limiar de um mundo maravilhoso.

“Essa carência de dados coerentes e precisos provém principalmente da ausência de um plano de conjunto para os estudos empreendidos. Em sua maioria, as expedições científicas estrangeiras e nacionais buscaram na Amazônia material de estudo para o enriquecimento de suas coleções e o esclarecimento de determinados problemas que por motivos diversos as interessaram. Não iam à Amazônia pela Amazônia, mas para servirem os seus Museus, os seus Jardins Botânicos ou os seus laboratórios.

“Faltaram-lhes, além disso, *in loco*, condições propícias para um estudo aprofundado, como era, também, precários os meios de transporte, de coleta e os recursos materiais de que dispunham.”

O inventário pormenorizado de todo o gigantesco acervo bibliográfico, resultante do estudo da Amazônia, está sendo levantado pelo IBBD, órgão do CNPq. Atinge, no momento, a mais de cinco mil títulos. E vai permitir a triagem, necessária às análises do que já foi observado mas, pela variedade, dispersão e dificuldade de acesso, não pôde ainda autorizar as conclusões referentes à região, conclusões até agora apressadas, imediatistas, prejudicadas pela falta de serenidade, os entusiasmos fáceis, o ufanismo ou o negativismo que tanto nos definem como grupo social. Que sabemos, por exemplo, com segurança, sobre o solo, o subsolo, as águas, a floresta, a fauna, a própria humanidade primitiva da Amazônia? Sabemos com segurança o inventário da floresta, nas suas peculiaridades, na variedade de seus tipos, na utilização racional que possa permitir, por acaso já foi realizado de modo satisfatório? Aquelas reflexões de Emilio Goeldi teriam sido ultrapassadas? Constituiriam um exagero de homem de ciência a exigir a não se contentar senão com a perfeição? Os que temos tido a responsabilidade de trabalhar na Amazônia, estudando-a ou dela extraíndo os valores para as relações de troca, sabemos que as palavras de Goeldi não foram ultrapassadas, refletindo,

antes, uma verdade. Neste instituto, dia a dia nos chegam, de toda parte, as consultas mais variadas, os exemplares da flora, da fauna, do que se esconde no subsolo, que se deseja identificar como espécie natural e como utilidade econômica. E dessas espécies, nem todas elas podem ser de imediato identificadas, classificadas, por constituírem uma novidade. Ainda agora uma equipe do Museu Goeldi, do Ministério da Agricultura e do Museu de História Natural de Nova Iorque, procedeu, no alto Juruá, a investigações de paleontologia, com êxito surpreendente e coleta de um material imensamente interessante e abundante. Do trabalho dessa equipe que poderá resultar para a conclusão em torno da idade das terras amazônicas, para uns as mais novas e para outros das mais velhas?

O grupo da FAO e o pessoal especializado do Inpa estão enfrentando a floresta nas operações de campo. Não se satisfizeram com o que já apresentado como resultado de pesquisas anteriores. Concordam com as reflexões de Goeldi. E já começaram a verificar espécies novas e a discordar, pelo que estão constatando, da afirmativa referente à heterogeneidade da floresta, que não se vem mostrando, em certos trechos já pesquisados, pelo menos tão heterogênea como se dizia mas, ao contrário, mais homogênea do que se imaginava. Essa pesquisa e essa análise levadas a efeito no trecho compreendido pela “terra firme” entre os rios Tapajós-Xingu-Amazonas, de setembro de 1953 a fevereiro de 1956, tendo como eixo a cidade de Santarém, onde está sendo montada uma ampla escola para treinamento de pessoal da região e destinada a empreendimentos de silvicultura e de indústria madeireira.

A Amazônia constitui, portanto, ainda um mundo por descobrir, por identificar nas particularidades e peculiaridades que a definem e, conseqüentemente, um mundo por conquistar, o que significa por dominar, por humanizar.

Mundo por descobrir e identificar, porque, se há quatro séculos vem sendo objeto de curiosidade, de interesse político, econômico e científico, o que dele se sabe, realmente, em minúcias, ainda é um mínimo.

Sua ocupação, apesar de espaço aberto à ousadia dos mais dispostos, não é uma realidade, o que importa em concluir que nem mesmo naqueles aspectos menores, de trato diário dos seus habitantes, dos seus navios, pode constituir acervo de conhecimento total. Porque se esse nativo, esse habitante, esse permanente da região, tem dela certo

saber imediatista primário, no uso que faz da natureza bravia ou dela recebe os favores que lhe condicionam a vida, esse saber não é suficientemente extenso ou profundo que autorize a afirmação de que a Amazônia é conhecida em grande estilo, em profundidade, pelo menos dos que com ela vêm convivendo há três séculos.

O interesse universal que a Amazônia tem provocado não é de nossos dias. Tem quatro séculos. E começou logo após a façanha de Francisco de Orelana, quando se fez a revelação sensacionalista acerca destas terras e águas interiores da Sul-América, descrevendo-as sob as roupagens de uma exaltada impressão resultante do primeiro contato havido.

Essa exaltação, aliás, marcou, através dos tempos, vasta literatura sobre a região, prejudicando-a profundamente pela idéia falsa que fez circular, ora atribuindo-lhe condições maravilhosas, ora negando-a sob todos os aspectos.

A investigação serena, objetiva, penetrante, essa foi realizada por equipes ou por cientistas isolados, que desde aqueles primeiros tempos de contato tiveram a sua atenção voltada para o estranho mundo em revelação. Não vamos fazer, está visto, o histórico desse esforço da ciência nas suas preocupações com a Amazônia. Pretendemos, um dia, escrevê-lo com as minúcias possíveis e as referências pormenorizadas dos setores trabalhados, resultados apurados e figuras que a realizaram, bem como objetivos claros ou ocultos a que obedecem. Sim, claros ou ocultos. Porque, permitam o registro passageiro, nem sempre as expedições que percorreram a Amazônia vieram a ela com a finalidade puramente científica, da ciência pela ciência, mas, muitas vezes, para identificar espécies úteis à economia universal e a serviço dos interesses das grandes potências, desejosas de espaços e de matéria-prima para seus parques industriais. O interesse universal pela Amazônia não foi apenas o interesse visando ao progresso do conhecimento humano, mas, também, o que se confundia com propósitos políticos e econômicos, que episódios verificados na África e na Ásia valiam como advertência muito expressiva.

A investigação, será conveniente ressaltar, foi realizada por brasileiros e por estrangeiros. A contribuição estrangeira, muito maior que a nacional, que só agora assume maiores proporções. Sabe-se, no

exterior, muito mais e melhor sobre a Amazônia que entre nós. E a sistematização desses conhecimentos, lá fora, é muito mais intensa que no Brasil. Para indicar logo alguns exemplos como obra de conjunto, foi um francês, é certo que vivendo mais de meio século conosco, incorporando-se ao nosso patrimônio cultural, o inesquecível professor Paul Le Cointe, já falecido, quem nos deu o melhor trabalho no gênero – *L'Amazonie Brasillienne*, fruto daquele meio século de atuação no meio amazônico. O melhor estudo particularizando o vale do rio Branco, ainda continua sendo o de Hamilton Rice e do grupo técnico que comandou. O quadro menos inseguro acerca do potencial da floresta amazônica é o da equipe que a FAO, há cinco anos, mantém em operações na região. A patologia regional progrediu intensamente graças às investigações de um inglês, que viveu em Manaus – Dr. W. Thomas. Quando desejamos algum pormenor sobre o Tocantins-Araguaia, sobre o Xingu, sobre o Tapajós, recorreremos ao casal Coudreau. Chandless revelou-nos o Purus e o Juruá.

Não queremos desconhecer ou menosprezar a contribuição brasileira. Ela existe, é boa, antiga e em constante renovação. O que queremos deixar claro, porém, é que a contribuição brasileira se apresenta ainda em muito menor volume e, de certo modo, em densidade, na comparação que façamos com a estrangeira. E, em consequência, com um rendimento muito menos expressivo. O reconhecimento geológico, a cargo do antigo Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, é certo, constitui ainda o que há de melhor sobre a região, na espécie, conquanto tenha partido do trabalho memorável de Hart e Derby, inegavelmente os pais de tais pesquisas.

Órgãos especializados do poder público brasileiro, que não ignoraram a região, atribuíram-lhe, proclamemos, um interesse carinhoso ao fixá-lo para as suas preocupações. Referimo-nos ao Conselho Nacional de Geografia, ao antigo Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao Museu Nacional e ao Museu Paulista, ao Instituto Osvaldo Cruz, ao Instituto Evandro Chagas, de Belém, aos Institutos de Tecnologia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, aquele agora sob a direção de um estagiário da Escola Superior de Guerra, o professor Sílvio Fróis de Abreu, meu colega do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tais órgãos, no seu campo parti-

cular, ora procederam a estudos de laboratório, ora estiveram presentes à Amazônia através de equipes que a palmilharam, coletando material para estudo, procedendo a análises desse material, identificando espécies animais e vegetais, solo e subsolo. É de assinalar-se que, um dos campos menos perlustrados e dos mais importantes foi o das prospecções pedológicas. Nada ou quase nada se fez nesse particular. Pode-se mesmo afirmar que só agora, graças ao Instituto Agrônomo do Norte, com a cooperação do Spvea, toma incremento essa pesquisa. Dissemos – Instituto Agrônomo do Norte. Trata-se do mais recente órgão regional de pesquisas, já com um acervo de realizações de campo muito apreciável, mas com fronteira fixada para sua ação.

Por fim, há necessidade de uma referência às Comissões de Limites que, desde o período colonial têm procurado fixar os extremos da pátria. Essas comissões, geralmente integradas por oficiais do Exército e da Marinha de Guerra, têm realizado a identificação geográfica de uma extensa orla litorânea, e graças à qual já se incorporaram ao nosso conhecimento, na espécie, novos cursos d'água e vários outros acidentes que marcam a fisionomia regional mas, de que não havia, sequer, a mais leve suspeita.

Espaços imensos, porém, continuam por desvendar aguardando reconhecimento das equipes técnicas. Vemos aqui perto – o rio Urubu, o rio Nhamundá, o rio Jauaperi, o rio Jatapu. Qualquer um deles permanece uma incógnita. Além de algumas penetrações de sertanistas, há apenas, de tomada de contato com os seus cursos, em longa distância, o esforço de Barbosa Rodrigues, no Império, e de geólogos como Odorico de Albuquerque e Vieira Júnior, do antigo Serviço Geológico do Ministério da Agricultura. Onde nascem esses rios, que podemos afirmar de toda sua extensão, da sinuosidade ou não de seu curso, do potencial das respectivas bacias? O espaço que medeia entre a fronteira com a Guiana Holandesa e a calha central do rio Amazonas é, em sua maior ou quase total extensão, ignorada ou apenas a florada pelas comissões de limites, no que lhes interessou para alcançar a fronteira a demarcar. A mesopotâmia entre o alto rio Negro e o Solimões é ainda uma incógnita para a geografia.

Até hoje, temos ocupado, nas tarefas econômicas e sociais, as margens dos grandes cursos. A penetração da floresta, pelos seringueiros,

castanheiros e caçadores de espécies animais, se atinge pontos muito distantes do das margens dessas cordas fluviais mais importantes, não significa que estejamos assegurando-nos o domínio, pelo conhecimento exato, do que representa esse interior. As cartas geográficas são, em consequência, nesse caso, apenas uma hipótese de trabalho, porque, na verdade, o que elas podem representar, com exatidão, é a calha central do rio que empresta nome à bacia e nunca a dos demais fios líquidos que a enriquecem e lhe dão estrutura.

A contribuição brasileira, se a uma primeira impressão, pelo registro que fiz dos órgãos de pesquisa e de ciência, que por ela se têm interessado, pode parecer mais extensa do que afirmei de início, de certo modo levando até a permitir a idéia de que exageramos ao considerá-la pobre quantitativamente e a certos aspectos qualitativamente, nem por ter estado a cargo daquelas entidades perdeu o caráter por que a assinamos. E isso em virtude da amplitude continental do espaço brasileiro que têm de trabalhar. Atendendo a todo o Brasil, evidentemente não podem apresentar uma produção como desejaríamos que fosse.

Quatro instituições – o primitivo Jardim Botânico de Belém, fundado nos fins do século XVIII e onde se fez a aclimação de espécies vegetais alienígenas, hoje incorporadas ao nosso patrimônio; – o Museu Botânico do Amazonas, que Barbosa Rodrigues dirigiu com tanta eficiência e cuja biblioteca em parte está hoje recolhida à biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; – o Museu Paraense Emílio Goeldi; – e o Museu Comercial, com a Escola de Química Industrial que lhe era complemento, em Belém, como órgãos locais de pesquisas desempenharam, em passado remoto ou mais próximo, um papel relevante. Os Boletins do Museu Paraense divulgaram uma copiosa série de estudos efetivos, decorrentes de trabalho de campo, estudos que não perderam atualidade e muitos dos quais são ainda hoje o que de mais seguro se conhece. Cobriam, principalmente, o campo da flora e da fauna. A decadência que assaltou o Museu como decorrência da crise que sobreveio à concorrência asiática na produção de borracha, tirou-lhe, no entanto, a capacidade de prosseguimento da obra científica, que, só agora está sendo recuperada, pela direção técnica que o Inpa lhe vem assegurando e através dos recursos pecuniários concedidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pela Spvea.

O rendimento pragmático que poderia resultar do estudo científico da Amazônia, e de que os quatro institutos podem ser tidos como magnífica experiência inicial, só, porém, depois da primeira grande guerra começou a tomar consciência no país. A Amazônia não poderia ser eternamente um espaço geográfico, exótico, de interesse literário, sentimental, para as exaltações cívicas. A Comissão Brasileiro-Norte-Americana que a percorreu como percorreu a Amazônia sob outras soberanias, serviu à revelação desse estado d'alma que principiava a constituir-se com certa solidez.

A Comissão Brasileiro-Norte-Americana, mais conhecida por Missão Schurtz, serviu, insistiu-se, para indicar a conveniência e urgência de pesquisas mais longas, mais profundas, inclusive com sentido utilitário. Que se sabia, por exemplo, acerca dos solos da região para autorizar a empresa agrícola? O arremedo de agricultura que se fazia valeria como resposta, assegurando confiança na uberdade dos solos da terra firme? A laterização visível não era um indício veemente a desmentir ou a desautorizar qualquer esperança? Que experiência havia acerca da formação de seringais de plantação, com exemplares das héveas locais ou de importação? A lição que nos vinha do Oriente era uma lição amarga, nos resultados que provocara, mas não fôra utilizada para uma experiência na região. Essas perguntas ficavam sem respostas. E como essas, um sem-número de outras – que valia realmente a floresta amazônica, para empreendimentos industriais? Os peixes da grande rede hídrica como podiam ser defendidos e assistidos para que não fossem destruídos e permitissem a sua utilização econômica em grande escala? A piscicultura poderia ser tentada? A aclimação de espécies alienígenas daria resultado? Qual seria o valor alimentício dos peixes amazônicos? Os variados exemplares da flora, sobre que se fazia o giro mercantil, extraídos pelos processos empíricos que o gentio ensinara, como deviam ser trabalhados para torná-la tarefa de agricultores? O regime das águas, governando impiedosamente a vida, como poderia ser dirigido? As florações minerais aqui e ali apontadas, apresentariam teor econômico para justificar o investimento de capitais?

Leio agora, em Osborn, o eminente geógrafo inglês, no livro *Os Limites da Terra*, em que pretendeu examinar, num rigoroso balanço, as possibilidades que os espaços físicos do mundo oferecem ao desen-

volvimento da humanidade, seja pela produção de matéria-prima para o desenvolvimento industrial, seja pela produção de alimentos que garantam a subsistência da espécie humana, alguma coisa que merece registrar-se aqui. É que, dentre as várias áreas sobre que se teve, áreas abertas, que levam à impressão de que podem ser utilizadas para a grande empresa de garantir a subsistência alimentar, Osborn examinou a Amazônia. E começou pela grande dúvida — “Estará destinada ao homem sua imensidade?” Recorda, então, em nova indagação, que oitenta anos antes da chegada dos “Peregrinos”, que lançaram os fundamentos da portentosa civilização norte-americana, já a Amazônia era descoberta e explorada e no entanto continua “quase tão improdutiva como há quatro séculos”.

Osborn examina, com muita objetividade, o problema amazônico. Trabalha com os dados oficiais brasileiros e dos outros países que possuem terras do mundo amazônico. E a conclusão a que chega é a de que a lição, até agora positiva, dos fatos observados sobre o desenvolvimento da região, é esta: vencidos os obstáculos que a emperram, mesmo assim, há de constituir “uma larga aventura”.

Ora, se realmente para vencer o meio na sua agressividade precisamos empenhar-nos numa larga aventura, evidentemente essa aventura só poderá ter êxito se, inicialmente, tivermos um conhecimento exato, realístico, liberto de exaltações ufanistas e de exaltações negativistas, do que é a região, nas suas particularidades, nas suas peculiaridades, nos seus complexos e variados problemas. Esse conhecimento, já vimos que é precário. E o resultado imediato tem sido o verdadeiro saque que estamos realizando na natureza, destruindo-a, vilipendiando-a, na ilusão de que estamos conquistando e dominando.

Direis que não é só na Amazônia que isso sucede. Estareis certos. Na África, que tanto se assemelha, como espaço tropical, à Amazônia, o nativo, como o ádvena que veio escravizá-lo em nome dos interesses da economia e do prestígio político dos povos europeus, não têm agido de modo diverso. Inquéritos recentes põem ao nu a situação delicada a que esse tratamento irrefletido do meio está levando a África. Já se escreveu mesmo um livro interessantíssimo que fez pensar e vem exigindo mudança de orientação, em que essa atividade nefasta está divulgada. Chama-se ele: *Afrique, terre qui meurt*, da autoria do professor

belga Jean Paul Harroy, diretor da Fundação para Favorecer o Estudo Científico dos Parques Nacionais do Congo Belga. Sim, *África, terra que morre*, pelo que o homem tem nela realizado, assaltando-a e dilapidando-a, através da degradação de seu solo, de si já pobre e em franca laterização, pois que, segundo aquele cientista, há na África, no momento, uma acelerada erosão, uma regressão vegetal e o empobrecimento da fauna e dos recursos em água, levando este último ao desaparecimento dos peixes.

Não havemos de querer chegar a essa conjuntura difícil. E o caminho será vencer a Amazônia, incorporando-a ao mundo, como espaço útil à humanidade. Mas o passo inicial, por tudo isso, será estudá-la, para dominá-la e humanizá-la.

III

Compreendendo a extensão dos perigos que a assaltavam e a necessidade de preservá-la, operando imediatamente o estudo sistemático do que é e do que pode proporcionar, ao Brasil e ao mundo, um brasileiro ilustre, o Dr. Paulo de Berredo Carneiro, sob o aplauso de sociedades científicas nacionais e estrangeiras e de nosso oficialismo, lançou a idéia de uma grande instituição científica, que pudesse levar a bom termo a obra gigantesca de inventário minucioso e exato da Amazônia.

Não vou relatar aqui a história dessa idéia generosa e dos esforços em que se empenharam quantos acreditaram nela, para que fosse transformada, de idéia em operação material. Recordaremos, apenas, que, à volta do projeto elaborado, levantou-se tremenda grita que lhe impediu a aceitação pura e simples, por parte do Brasil, que a lançara. Suspendeu o Congresso a aprovação do texto da convenção elaborada em Iquitos pelas nações interessadas, as chamadas nações amazônicas. Imaginou-se em perigo a soberania brasileira sobre o espaço que nos pertencia. O Instituto da Hiléia seria uma cabeça de ponte para a penetração do imperialismo internacional. A Amazônia, por obra do Instituto, seria internacionalizada. Teríamos em casa um novo Suez.

Até que ponto esse perigo existiu, ou essa subversão do projeto foi real ou mera suposição de espíritos irrequietos, nacionalistas exaltados, não desejo discutir. O que deve ficar registrado aqui é que o Instituto da Hiléia teria sede em Manaus e se ramificaria em centros me-

nores, sob incentivo financeiro e técnico da Unesco, a funcionarem nas outras cinco áreas amazônicas pertencentes à Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Mais: um desses centros está em pleno funcionamento, o do Peru, com resultados interessantíssimos, como se vem de constatar do exame de suas primeiras publicações, referentes ao vale do Hualaga.

IV

É momento de perguntarmos – em face de tudo isso, dessa celeuma, mas também da convicção de que o Brasil poderia enfrentar com segurança o problema amazônico, como se comportou o poder público?

Já por ocasião da Constituinte de 1946, o Deputado baiano Artur Neiva, que era igualmente um dos mais esclarecidos homens de cultura do país, pretendia que constasse do texto constitucional a obrigação de uma política de incorporação efetiva do Nordeste e da Amazônia aos quadros vitalizados do organismo nacional. Fora vencido. O projeto, na Constituinte de 1946, voltou ao cartaz. O Deputado Leopoldo Peres levantou-o. E saiu vencedora a emenda que apresentou, transformada no artigo 199, da Carta Magna e posteriormente regulada pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. A valorização que se ia planejar devia fundar-se, todavia, no conhecimento perfeito da área a receber o investimento maciço e disciplinado da União. Impunha-se, é óbvio, aquele inventário preliminar. Os planejamentos que se fizessem sem a base técnico-científica decorrente do estudo de fundo seriam planejamentos sujeitos a alterações constantes. Constantes em face das verdades que se fossem apurando.

A criação de um órgão nacional de pesquisas era, está visto, um imperativo. O Conselho Nacional de Pesquisas, encarregado de coordenar todo o trabalho científico no país, tomou o seu cargo a tarefa que não fora possível realizar por intermédio do Instituto da Hiléia. Presidia-o o Almirante Álvaro Alberto, uma das figuras da mais alta significação no quadro da cultura e da alta administração especializada de nossa pátria. Entusiasta do empreendimento, obteve a aprovação imediata do então Presidente Getúlio Vargas para a iniciativa.

Assim, na 104ª Sessão do Conselho Deliberativo do CNPq realizada a 12 de agosto de 1952, a matéria foi considerada. Os membros do grupo de ciências biológicas, professores Olímpio da Fonseca, Sílvio Torres, Carlos Chagas Filho, Oto Bier, Heitor Grilo e Artur Moraes, este na qualidade de presidente, receberam a incumbência de elaborar um anteprojeto, ficando a equipe autorizada a obter a cooperação de cientistas e mais pessoas estranhas aos quadros do Conselho.

Na sessão de 17 de agosto, novamente o assunto foi objeto de cogitação quando o Conselho aprovou outra indicação do Almirante Álvaro Alberto, já mais objetiva, pois, inclusive, indicava que o futuro instituto devia tomar a responsabilidade do estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia e dos demais aspectos característicos da natureza amazônica e das condições de vida das populações da região.

A comissão encarregada do planejamento do Instituto, cuja denominação fora assentada na reunião de 13 de agosto, realizou várias sessões para ouvir o pronunciamento de pessoas que podiam trazer a cooperação de sua própria experiência, apresentando, finalmente, um projeto, que deixava em aberto, para solução, pelo Chefe do Governo, o problema da sede do Inpa. Havia, porém, um depoimento do professor Adolfo Ducke, indicando Manaus, pela riqueza que apresenta a região onde está localizada, e lhe assegura, de certo modo, uma situação toda especial como verdadeira síntese da flora e da fauna amazônicas. O Presidente Vargas aceitou a sugestão. E a 29 de outubro baixou o Decreto nº 31.672, criando o Inpa.

Fazia-se necessário, agora, regulamentá-lo. Uma nova comissão foi então constituída pelo presidente Álvaro Alberto. Compuseram-na os Drs. Rômulo de Almeida, Sócrates Bonfim, Sebastião de Santana e Silva, Otávio Martins, Paulo Carneiro, Gastão Cruis, Felisberto Camargo e Artur César Ferreira Reis. O anteprojeto, relatado pelo Dr. Santana e Silva, recebendo emendas, foi então submetido a um grupo menor, integrado pelo atual diretor do Inpa, como relator final, Drs. Sócrates Bonfim, Gastão Cruis e Felisberto Camargo. Aprovado de pé, sob salva de palmas, o novo texto do CNPq em sessão especial, subiu à sanção do Senhor Presidente da República, que no entanto mandou ouvir o DASP.

Este apresentou um substitutivo, aprovado pelo Decreto nº 35.133, de 1º de março de 1954.

Só, porém, em 27 de julho de 1954, foi o instituto instalado, sob a direção do professor Olímpio da Fonseca.

Não se dizia, no Regulamento, quais os setores que o Instituto deveria abranger. Esclarecia-se, porém, no decreto que o criou:

“terá como finalidade o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional.”

E no Regulamento, estabelecia-se que, para alcançar aqueles objetivos, o Inpa deveria:

“a) realizar ou promover investigações científicas e tecnológicas, no interesse da região amazônica, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;

“b) colaborar, quando oportuno, com organizações similares mantidas por nações estrangeiras;

“c) estimular ou promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicas para a região amazônica, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, bem como concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e facultando estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais, no país ou no exterior;

“d) manter relações com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação em reuniões e congressos para estudo de assuntos de interesse comum;

“e) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades;

“f) gerir o Fundo de Pesquisas da Amazônia;

“g) estudar soluções de notório êxito obtidas em regiões semelhantes à Amazônia, quanto a problemas, de caráter científico ou tecnológico, que interessem à promoção do bem-estar e ao desenvolvimento da economia e da cultura;

“h) auxiliar o desenvolvimento de bibliotecas e centros de documentação nas organizações científicas ou de pesquisa situados na região amazônica;

“i) estabelecer prêmios a serem distribuídos periodicamente aos cientistas, tecnologistas ou pesquisadores que tenham realizado trabalhos originais de valor, no campo da ciência pura ou aplicada, reputados de interesse para a Amazônia;

“j) dar assistência à elaboração de projetos de construção e instalação de museus, jardins botânicos ou zoológicos, centros de pesquisa ou experimentação que, sobre a Amazônia, vierem posteriormente a ser criadas;

“l) promover a publicação dos resultados de pesquisas, bem como memórias, monografias e ensaios, de interesse científico ou tecnológico para a região amazônica, preservados os interesses da segurança nacional.”

Imensamente amplo, como se verifica, o campo aberto ao Instituto. Como organizá-lo? Como planejá-lo?

O Instituto foi planejado por seu primeiro diretor com seis divisões, um serviço de administração e serviços técnicos auxiliares. Essas divisões estavam assim constituídas: 1^ª – meteorologia e climatologia; aerofotogrametria e aerogeologia, hidrografia, geologia e geografia; 2^ª – matemática aplicada e estatística, física geral e radioatividade, físico-química, química mineral e orgânica, bioquímica; 3^ª – botânica geral, botânica criptogâmica, botânica fanerogâmica, zoologia geral, zoologia dos invertebrados, zoologia dos vertebrados, microbiologia geral e industrial, limnologia, citologia e genética, ecologia; 4^ª – pedologia, fitopatologia e estudos florestais; 5^ª – microbiologia médica e imunologia, parasitologia geral e médica, fisiologia e farmacologia, higiene e epidemiologia, clínica e patologia; 6^ª – antropologia e etnologia, colonização e localização de populações, economia e geopolítica.

O projeto era ambicioso demais. Não havia recursos em dinheiro nem em pessoal qualificado para as tarefas que se desejavam.

Fez-se o recrutamento de pessoal especializado para certas áreas de preocupações. Recrutamento difícil porque, embora a região possa proporcionar nomeada aos que venham desvendá-la para a ciência,

há hoje, no sul do país, um mercado de trabalho de alto nível técnico que absorve, seja para a iniciativa privada seja para a iniciativa governamental, o pouco pessoal especializado de que dispomos.

No exterior, não há também a abundância que muitos supõem. Ademais, não desejamos abastecer-nos apenas de equipes estrangeiras. Nosso propósito é possuir em nossos quadros o elemento nacional, preparando-o e elevando-lhe a qualificação. Aos técnicos estrangeiros de que nos socorremos impomos a obrigação de formarem sucessores nacionais.

Ao assumir a direção do Instituto procurei adaptá-lo às condições em que poderia viver nesta fase. Seu crescimento seria natural mas, futuro. Agrupei as seções e setores já existentes, assegurando-lhes, com direção especial, elementos materiais e de pessoal para que fosse possível entrar no campo das atividades práticas. Ao invés, pois, de 6 divisões, apenas 2 – a de pesquisas médicas e a de tecnologia, aquela subdividida em setores de clínica, bacteriologia e imunologia, parasitologia, hematologia, bioquímica e nutrição, zoologia e biotério; e esta, inicialmente, em setores de química, limnologia, geomorfologia e estatística.

Um Centro de Pesquisas Florestais completa o quadro presente do Inpa. Esse centro tem uma organização especial. Foi imaginado pela Comissão de Planejamento da SPVEA, quando da elaboração do Programa de Emergência, que antecedeu o Primeiro Plano Quinquenal. Mas como a SPVEA opera delegando atribuições a órgãos e serviços oficiais ou não que já atuam na região, preservando-se de novo aparelhamento burocrático e técnico, e uma vez que o Inpa, de acordo com a legislação que o rege, deve assegurar-lhe uma cobertura especializada, entendi, como superintendente que era, atribuir ao Instituto a organização, montagem e funcionamento do centro. Lavrou-se convênio, proporcionando à SPVEA e ao Inpa os recursos em dinheiro para que o centro fosse estruturado e entrasse em atividade imediatamente.

V

Os programas de trabalho do Instituto são a longo e curto prazo. Devem ser submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Pesquisas. E uma vez aceitos, passa-se ao terreno da execução. Esses programas são elaborados tendo em vista uma ou várias pesquisas em

que na generalidade toda a divisão especializada funciona, cada setor participando dentro de sua alçada. Evidentemente isso não significa que esses mesmos setores não operem também, em alguns programas, com inteira autonomia, buscando a resposta a um problema proposto.

A instalação do Instituto tem sido lenta à falta de equipamento, que custa a chegar e é caríssimo, e de pessoal de alto nível, que não sente o atrativo da região. Ademais, o mercado de trabalho que, no Sul, consome a matéria-prima representada pelos técnicos e cientistas que possuímos, em tão pequena parcela, impede-nos, também, da obtenção de pessoal qualificado suficiente.

O Brasil, crescendo como está crescendo, absorve, nos seus quadros técnicos, necessários à disciplinação e à dinamização constante de sua evolução tão veloz, equipes imensas. E não as temos para todos os serviços e atividades que se iniciam ou se desenvolvem, além do normal. Estamos abandonando as soluções rotineiras para enfrentar os nossos problemas dentro de uma nova sistemática, em que a participação dos especialistas seja constante e fundamental. Desejamos atingir o ciclo da civilização industrial. Ora, essa civilização industrial, com lembra John Nef, é caracterizada pela predominância do aspecto quantitativo da produção em série, que se obtém pela perfeição tecnológica. Daí a corrida a esse contingente parco que possuímos e a contribuição que vamos buscar no exterior. As dificuldades para satisfazer aquelas necessidades que o Instituto padece são, está visto, muito sérias. A preparação de pessoal especializado é vagarosa e difícil. Já formamos, vencendo hesitações e reservas, uma equipe de laboratoristas e de geomorfologistas, dos quais dois vão agora especializar-se no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Devendo funcionar em estrita relação com a SPVEA, nem por isso é dela parte integrante, como muita gente supõe. Ao contrário, sua subordinação administrativa e técnica é ao Conselho Nacional de Pesquisas, que funciona no Rio de Janeiro e tem hoje a presidência o Coronel Weber Ferreira da Rosa, e na vice-presidência e presidência o professor João Cristóvão Cardoso.

Sua manutenção é feita pelo Conselho Nacional de Pesquisas, que lhe destina, no orçamento anual, a importância necessária ao seu funcionamento. Outra fonte é o Fundo de Pesquisas, a que se recolhem

os saldos anuais. Por fim, recebe dotações da SPVEA, em convênios que celebra para a efetivação de certas e determinadas pesquisas e como cooperação de manutenção.

O Instituto, apesar de sua vida tão curta e do aparelhamento incipiente de que dispõe, já iniciou sua atividade de campo. O folheto mimeografado que distribuímos dará uma idéia menos sumária do que foi realizado. Quero aqui registrar apenas, em síntese;

A primeira divisão:

– no Setor de Química, prestou assistência técnica a fábrica de sabão, óleos, beneficiamento de arroz, borracha; projetou a industrialização de adubos com os refugos da cidade e procedeu a estudos sobre a extração de furfucol da casca de arroz, buriti, murumuru, urucurana, bacuri, umari, castanha-de-galinha, extração de ácido cinâmico de coágulo de maçaranduba; classificou e analisou minérios do Urubu, Uatumã, rios Branco, Madeira, Juruá, como sejam, ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, alumínio, ferro, manganês, níquel, cromo, antimônio, berilo, mercúrio, urânio, monazita; examinou os combustíveis seguintes: carvão, turfa, linhita, xisto betuminoso, argila sílica e coloidal, feldspato sódico e potássio, calcários, areia sílica, magnesita e gipsita; classificou e analisou isolantes (mica-kieselgur), filtrantes (kieselgur-terra fuller), cristais de sílica para ótica e telecomunicações, sal-gema (compostos sódicos), cloretos alcalinos (terrosos), bromo (potássio-enxofre), piritas de ferro e calcopirita (ferro e cobre), arsênico e carbonatos, coridon, granadas, diamante, safira, água-marinha, ágatas, diásporos e várias cores;

– no Setor de Geomorfologia, procedeu, através de duas expedições ao vale do rio Branco, a um vasto inquérito sobre as condições do relevo; em Manaus, estudou uma das voçorocas que ameaçam o aeroporto de Ponta Pelada; no momento, trabalha na conclusão dos relatórios técnicos sobre as expedições ao Rio Branco;

– no Setor de Limnologia: prepara uma expedição ao Solimões para a verificação da produtividade das águas para o que já está a caminho de Manaus o professor Fritz Gessner, da Universidade de Munchen; inicia a divulgação da série de memórias já elaboradas pelo professor Harald Sioli, sobre a ecologia das águas amazônicas; e organiza a coleção de material hidrobiológico;

– no Setor de Estatística, organizou o serviço de documentação, compreendendo o chamado “catálogo ilustrado,” as efemérides regionais, as seleções estatísticas, o fichário da legislação estadual amazônica e pequenos estudos sobre os mais variados aspectos da economia e da geografia regionais.

A Divisão de Pesquisas Médicas:

– no Setor de Clínica e Patologia, fez pesquisas sobre parasitoses intestinais e procedeu ao levantamento do quadro hemático da população, examinando segundo idades, sexo e cor. E as conclusões obtidas são:

a) é alta a incidência das parasitoses intestinais em Manaus em todos os grupos e idade da população;

b) pelo quadro hemático e por avaliação da taxa de hemoglobina, concluiu-se que boa parte da população, nos vários grupos de idade é anêmica (anemia hipocrômica microcítica);

c) quanto à etiologia dos achados, o problema é mais de ordem social que médica;

d) entre os mais importantes ainda prevalecem a ignorância, o analfabetismo, gerando e surgindo da miséria, onde viceja o desconhecimento de rudimentares regras de higiene.

Das chamadas “doenças tropicais” verificou a presença de vetores de doenças de Chagas numa localidade do Território do Rio Branco; de leishmaniose tegumentar, micose de Jorge Lobo, blastomicose sul-americana, boubá. Todos, porém, casos isolados, não significando, portanto, a existência de focos a serem dominados;

– no Setor de Hematologia acompanhou diversos casos de patologia hemática (leucemia, anemia aplástica, etc.); verificou o baixo índice de hemoglobina e de hemácias de Manaus. Essas pesquisas cobriram 2.533 pessoas, num total de 9.399 exames. Entre o elemento objeto de pesquisa, contamos a guarnição da aeronáutica de Ponta Pelada. Foi iniciada igualmente a verificação da incidência de síclêmia;

– no Setor de Zoologia: já foram colhidos 23.426 exemplares da fauna amazônica, assim representados: 49 mamíferos, 75 aves, 14 répteis, 102 anfíbios, e 23.186 artrópodes, além dos endo e ectoparasitos,

encontrados em algumas espécies destes grupos. No momento, o Setor localiza sua atuação no campo dos artrópodes, por nele estarem incluídos os mosquitos, muitos dos quais são transmissores de doenças.

O Centro de Pesquisas Florestais já iniciou a organização de um herbário, elaborou oito monografias sobre madeiras e seu aproveitamento industrial, está procedendo ao inventário da chamada “reserva Ducke”, no município de Manaus participou das expedições realizadas com o Setor de Geomorfologia e com o grupo da FAO, ao Rio Branco e Amapá, e nos vales do Xingu-Parajós, identificou duas espécies vegetais novas; elaborou, na parte que lhe competia, o projeto, solicitado pela SPVEA, para a localização de uma fábrica de papel e celulose, no Pará.

Quero, por fim, esclarecer que o Museu Goeldi, por decisão do Governo do Estado do Pará, então confiado ao General Zacarias Assunção, está hoje integrado ao Inpa, pelo espaço de 20 anos, conforme o convênio que celebramos com aquela unidade. Recebemo-lo como uma casa que se extinguia. Está hoje recuperado. Devolvemo-lo ao público, inteiramente restaurado, atualizado, com um centro de pesquisas e de amostragem dos aspectos antropológicos, botânicos e zoológicos da região. Trata-se do nosso primeiro êxito, realizado por uma equipe que durante dois anos lhe consagrou todas as horas e todos os conhecimentos de que dispunha, sob orientação técnica de José Cândido de Melo Carvalho e Walter Egler. Já lhe publicamos dois números do Boletim, que há 10 anos não circulava. As expedições que lhe permitiram a nomeada do passado já estão sendo retomadas como motivação maior do estabelecimento. O Museu Paraense Emílio Goeldi reintegrou-se em sua tradição.

VI

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia tem a seu cargo, portanto, um programa imenso, que exige pessoal qualificado que disponha, ademais, da mais alta preocupação de bem-servir à coletividade. A identificação do quadro físico amazônico, sua humanidade, primitiva ou não, possibilitando, desse modo, o conhecimento do que podemos chamar de maior área-problema do Brasil, é tarefa científica e ao mesmo tempo cívica. A atuação que o Instituto pode desenvolver visa, assim, a Amazônia como parte integrante da pátria. Mas tem de particularizar,

igualmente, os aspectos regionais, os aspectos locais para proporcionar, com certo sentido imediatista, de que não pode fugir, as soluções que o meio está exigindo e a serem executados pelos poderes federal e estadual, todos interessados no planejamento e na execução de um programa de investimentos que não seja apenas um derrame de recursos, realizado ao sabor de conveniências eleitorais, mas uma aplicação rendosa das disponibilidades financeiras fixadas na Constituição, planejamento que já foi elaborado, seguramente há de exigir alterações no decorrer de sua execução, como obra imaginada pelo homem, mas sobre o qual, infelizmente, todos falam sem o terem sequer manuseado.

A participação do Inpa, nesse empreendimento que assume caráter de continentalidade, pode e deve ser amplo, constante. As atividades do Inpa, todavia, têm de alcançar um teto, perdendo o sentido de universalidade de sua projeção inicial. Pelo menos na fase experimental que está vivendo.

Os institutos de pesquisas que os ingleses, os belgas, os franceses mantêm nos respectivos espaços imperiais no Oriente e na África, não foram montados com pressurosidade. E não se diga que lhes faltaram, como faltam a nós, os elementos – equipamento e pessoal. Ao contrário, eles eram abundantes. Ademais, havia uma experiência secular de técnicas, de ciência daqueles países no contato íntimo com os problemas das áreas tropicais. O que os institutos, que organizaram e são hoje modelares, entraram a executar, já foi mais um trabalho de análise e de sistematização do vasto material já coletado, que propriamente o início da pesquisa. E mesmo assim, nenhum deles pretendeu envolver, desde os primeiros dias, todo o imenso mundo de problemas em aberto ou a aguardar a solução que não fosse empírica.

Os primeiros passos do Inpa são ainda vagarosos. O que ides ver, na amostragem que organizamos, no informe mimeografado que distribuímos, nas respostas que serão dadas às vossas dúvidas, pelo nosso corpo técnico, poderão servir para expressar melhor o que tem sido o nosso esforço, visando servir ao Brasil e à causa do futuro da ciência e das técnicas.

.....

XVII – Aspectos Sociais da Valorização Econômica da Amazônia

SUMÁRIO

1. A Amazônia como espaço geográfico. Sua identificação legal para efeito de valorização. Fundamento maior de sua recuperação.
2. O homem já a conquistou? História de sua presença na região. As sociedades que constituiu. Unidade cultural que as vincula.
3. Condições em que vivem essas sociedades, em face da agressividade ao meio, da extensão da área e dos gêneros de atividade que exercem.
4. O que é preciso fazer para transformá-las – pensamento do legislador e dos planejadores. Concepção filosófica. Política a adotar. O Plano Quinquenal.
5. Crescimento e civilização das sociedades amazônicas.

I – A Amazônia, para toda gente, é o espaço que se assinala no quadro político brasileiro pelos Estados do Amazonas e Pará e Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Acre e caracterizado, de um lado, pela bacia hidrográfica do Amazonas e, de outro, pela cobertura florestal sem par. Como espaço geográfico, porém, essa limitação política não está certa. Porque deve incluir outras áreas que não integram o Brasil, componentes que são dos quadros políticos do Peru, da Bolívia, do Equador, da Venezuela e da Colômbia. Mas, como caracterização, serão bastantes a rede hídrica e a cobertura florestal.

O professor Eidorfe Moreira, em magnífico ensaio sobre o “Conceito de Amazônia”, passando em revista as características por que se têm pretendido dar forma material ao que seja a Amazônia, examinou os conceitos hidrográfico, botânico, político e econômico e os critérios delimitativos de ordem administrativa ou legal. E lembrando que o “homem não é um elemento acrescido à paisagem, uma sorte de

acessório destinado a orná-la ou completá-la”, o que levaria a constituir apenas “uma expressão decorativa”, mas “o fator geográfico por excelência e isso tanto pelas suas atividades como pela sua própria condição, tanto pelo que realiza como pelo que é”, mostrou que, para definir a região, não era possível desatender à presença do homem nas suas funções de ser político, econômico, cultural. As fronteiras que se quisessem atribuir à Amazônia para justá-la a este ou àquele quadro e defini-la dentro de tal quadro, não podiam ser fronteiras que a ignorassem na unidade cultural que representa.

A Amazônia não será, portanto, apenas, uma área definida pela bacia hidrográfica do Amazonas ou pela floresta equatorial imensamente grande, mas, também, pela presença de uma sociedade que se distinguiria pela unidade de cultura, representada, ponderantemente, nas atividades sociais e econômicas que realiza. Ora, para efeito de interferência da União na execução de programas de ação política, visando recuperar a região para enquadrá-la no processo de civilização que dá cor a outras áreas do país, criou-se uma Amazônia que não é aquela tradicional, a que me referi, mas uma Amazônia legal, que o diploma 1.806, de 6 de janeiro de 1953 assim dispôs – “Artigo 2^o – A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda a parte da Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16^o, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13^o e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44^o.”

Para agir com tamanha largueza, o legislador ordinário teve em mira atender a condições particulares de vida das populações do mencionado trecho do território brasileiro, condições de vida que lhes asseguram certa unidade cultural. Não restringiu a sua atenção àquele mundo caracterizado apenas pela bacia hidrográfica e pela cobertura florestal. Dirigiu-a, de preferência, para a situação econômica de largo trecho da pátria, marcada pela presença de uma sociedade de condições de vida precária. Ademais, as populações que compõem esta sociedade não atuam em ambiente físico de todo estranho ao espaço tradicionalmente amazônico. No norte de Mato Grosso e de Goiás, há águas da bacia do Amazonas, representadas pelos rios Tocantins, Madeira e Xingu

e respectivos afluentes. No caso particular do Maranhão, se as águas que molham a região não pertencem à rede amazônica, a floresta fechada, tropical, típica, é uma de suas marcas visíveis e profundas. Em consequência, as populações que ali se nuclearam bem podemos classificar como amazônicas, para efeito de cumprimento da lei.

A Amazônia brasileira, de tal modo ampliada, compreende cerca de dois terços da área total do Brasil, isto é, 5.030.109 quilômetros quadrados.

Sua população atinge os 3.549.389 habitantes, que se distribuem praticamente por unidades municipais. A densidade humana apresenta-se, assim, ínfima: 0,7 habitantes por quilômetro quadrado. A área de maior adensamento é particularmente a maranhense, estimada em 1.260.564 habitantes. No Pará, a sub-região mais intensamente ocupada concentra-se ao longo da ferrovia bragantina, sobre que acaba de fazer para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, amplo estudo, o Sr. Ernesto Cruz. Vivem ali, dos 1.123.273 habitantes do Pará, 432.967 indivíduos.

O legislador constituinte de 1946, à influência das idéias de que o Brasil se afundava pela diversidade de condições da vida cultural, material e espiritual das regiões em que mais predominantemente costumamos dividir o país, não hesitou pois em determinar a promoção de uma política que pusesse fim a essas distâncias, que criavam situações profundamente tristes e promoviam desajustamentos perigosos à própria estabilidade da pátria. Amazônia e Nordeste, por serem justamente aquelas que se apresentavam em inferioridade mais gritante, foram as duas áreas sobre que desceu a vista do constituinte. O artigo 199, do Código Maior, estabeleceu, com relação à Amazônia, que, “na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da renda tributária”. Os estados e municípios da região contribuiriam com igual porcentagem. Como cumprir, porém, esse objetivo do legislador constituinte?

II – A conquista de um espaço geográfico significa o domínio alcançado pelo homem no uso dos meios técnicos de que dispõe, de sua capacidade realizadora, de sua vontade de trabalhar sobre o meio físico que utiliza, afeiçoa às necessidades, alterando-lhes as características ou

delas mesmas tirando os recursos de que carece para os seus programas de trabalho, de vida. É certo que, nesse afã, muitas vezes cede a certos imperativos do meio ambiente, a eles se rende, conforma-se. Então, estamos diante de um êxito parcial ou de uma acomodação, em que as forças da natureza, em sua forma primária, e as forças que o homem representa se associam, ajustam, equilibram-se. De qualquer modo, há um domínio que, sabiamente, utiliza os elementos naturais.

No caso da Amazônia, terá ocorrido a conquista, pelo homem, do espaço geográfico, representado esse espaço não só no que ele significa como meio físico puro, mas também como área de possibilidades, de riquezas em potencial? O domínio teria sido verificado em sua totalidade ou só parcialmente? Aquelas forças primárias da natureza terão sido um imperativo a que ele se haja rendido? A adaptação, o equilíbrio seriam uma ocorrência fortuita ou uma constante ponderável? Ou nos defrontaremos com um insucesso valendo como experiência fracassada?

A Amazônia é parte integrante do imenso mundo tropical que, na Sul-América, representa grande parte de seu conteúdo espacial. Conformam-se fisiograficamente, insista-se, uma rede hídrica sem igual e um conjunto florestal que não encontra também, nem mesmo na África, área de revestimento semelhante, em densidade e em variedade de espécies. Há ali uma alta pluviosidade. Os trechos de várzea, terras banhadas e adubadas na fase das cheias dos rios, são os preferentemente utilizados para as tarefas da agricultura de subsistência e de juta. As chamadas “terras firmes”, “terras altas”, isto é, aquelas que não são lavadas ou atingidas nas enchentes, representam, no momento, um campo aberto para as atividades predatórias da economia de base coletora. As terras de várzea são utilizadas, porém, nas épocas de baixadas das águas. As terras firmes são indicadas como impróprias aos empreendimentos agrícolas. As manchas de campo natural não vão além dos 20% da área. A floresta é fechada e heterogênea, o que significa empresa difícil à sua exploração racional, em profundidade, e a resultados econômicos satisfatórios.

A Amazônia é ainda um paraíso para os naturalistas, quando estes se voltam para a zoogeografia. O clima é quente e úmido. Água e floresta, aquela representada nos rios, igarapés, furos, lagos, paranás, dão

a impressão, realmente, de um mundo ainda em formação, confirmando o pensamento euclidiano. Conformam, fundamentalmente, a região.

Espaço tropical em que floresta e água são assim a constante da paisagem física, a Amazônia, seja aquela clássica a que estamos habituados, seja a legal de hoje, tem sido empresa difícil para os triunfos do homem.

Não queremos deter-nos aqui nos grupos de primitivos que nela viviam, à época da chegada dos luso-brasileiros e dos ingleses e holandeses que a pretenderam conquistar, ou nela ainda vivem, dispersos em pequenos núcleos que procuramos incorporar defendendo-lhes a cultura material e espiritual e assegurando-lhes direitos à existência. Esses primitivos viveram identificados com o meio físico, dele tirando, com os poucos recursos técnicos de que dispunham, quanto lhes era indispensável ao diário. Não o alteraram nem o disciplinaram à sua vontade. Foram profundamente telúricos. Legaram, no entanto, aos ádvenas que pretenderam substituí-los, escravizando-os ou com eles mesclando, um imenso acervo de cultura, que ainda não foi estudado em toda sua extensão, mas que significa o grau de adaptabilidade ao meio e de utilização dele, legado que os ádvenas receberam e utilizaram com tal intensidade que ainda nos dias que correm, constituem, na região, o fundamento cultural da vida. Todo um acervo de usos e costumes que vão das coisas domésticas mais íntimas, alimentação, transporte, técnicas de trabalho na floresta e nas águas, às atitudes de grupo como o episódio da Cabanagem e os matiruns, os dançarinos que tanto definem as sociedades caboclas regionais.

Esses primitivos, acomodados ao meio, a ele ajustados, foram, não há negar, triunfadores a seu modo. O que queremos abordar, aqui, agora, é, porém, a presença do ádvena, como tal entendido o europeu de base lusitana, o mestiço brasileiro do Nordeste, o mestiço da própria região, e os pequenos núcleos de europeus e não europeus que também chegaram à Amazônia pretendendo amansá-la.

Antes dos portugueses, compareceram seus concorrentes ingleses e holandeses. Vieram seduzidos pela miragem do mundo novo que se estava revelando na Sul-América. Penetraram o Amazonas, alcançando o Tapajós. Levantaram pequenos estabelecimentos militares e núcleos de ocupação mercantil com sede na Inglaterra e na Batávia.

Exploraram a região ao longo da costa atlântica, no que é hoje, ali, o Território do Amapá. Colheram a especiaria local, em particular o urucu. Pescaram e exploraram o peixe-boi. Plantaram, com o trabalhador negro que introduziram, cana e tabaco. Fabricaram rum e açúcar.

À chegada dos luso-brasileiros, vindos do Nordeste ou da própria península, não ofereceram resistência maior. Cederam, de certo modo, facilmente. A ocupação portuguesa processou-se, em conseqüência, com certa rapidez, embaraçada aqui e ali pelos grupos gentios ou pela própria aspereza do ambiente. Este causara-lhes o maior espanto e lhes parecera qualquer coisa de infinitamente rico. Floresta e águas davam-lhes a impressão de que possibilitariam a restauração do Reino na sua dignidade econômica, comprometido pelas perdas que começavam no império do Oriente.

O que foi o esforço realizado em dois séculos pela gente lusitana no seu propósito de conquistar a terra, criando uma nova área de trabalho e de civilização, consta, nas suas linhas centrais, de um livro que escrevi há cerca de 15 anos – *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, que Gilberto Freire assinalou, em suas páginas sobre *O Mundo que o Português Criou*, como uma contribuição interessante que, permitindo a comparação com o mesmo esforço em outros trechos do Brasil, ajudaria a compreender a unidade que distinguia a ação portuguesa colonial.

Esse esforço criador processou-se sem cessar. Nele intervieram autoridades civis, militares e eclesiásticas, os missionários franciscanos, carmelitas, jesuítas e mercedários, colonos de toda espécie, desde o imigrado dos cárceres portugueses aos casais de ilhéus açorianos que vieram trazer seiva para trabalho nas fronteiras ou na própria hinterlândia. As espécies animais e vegetais nativas foram colhidas e levadas ao giro mercantil. Espécies alienígenas, trazidas de Caiena, do Oriente, da própria Europa portuguesa, sofreram a prova experimental. Foi o caso do café, da fruta-pão, do cânhamo, da juta, das pêras, maçãs, etc. Durante mais de um século fez-se, no entanto, a exploração pura e simples da natureza. Fez-se o saque. O homem sem piedade, espalhando-se ao longo dos cursos fluviais, abateu árvores e animais, coletou a especiaria, que ele denominou de “droga do sertão”. Empreendimento predatório. De Lisboa, para conter o abuso, decretou-se farta legislação, que ninguém cumpria, procurando disciplinar essa empresa econômica destrutiva.

Do Consulado de Pombal em diante, começou a modificar-se o panorama. É certo que não se alterava a situação da noite para o dia. Vinha já alguma coisa do século anterior. Ativou-se, porém, sobre o Consulado do Marquês. Então, cacau, café, algodão, cana, mereceram grandes incentivos como agricultura assistida. O gado vacum e cavalariço, introduzido no Marajó, no Rio Branco e no Baixo Amazonas, os pesqueiros reais, os pequenos estabelecimentos industriais para o aproveitamento da matéria-prima local, entraram nas cogitações gerais, dando à paisagem econômica regional uma nova cor, cor viva, que significa intensidade de ação criadora.

Os grupos que intervieram nesse primeiro período da vida amazônica e a que devemos acrescentar partida de africanos, em quantidade pouco apreciáveis, não eram suficientes. Miscigenaram a valer portugueses e gentios. Criaram o tipo mestiço do caboclo, afeito ao meio, nele integrado, mas na condição social de verdadeiro marginal. Vivendo às beiradas dos rios, nos sítios, nos pontos de pescas, nas fazendas de criar. Sem a posse da terra. Mas a ela agarrado. Com ela identificado de tal sorte, provocando um volume crescente tão ponderável que não era possível realizar qualquer tarefa sem que dela participasse. Substituindo o “tapuió” o caboclo foi canoeiro, pescador, operário das selvas, guia de expedições, soldado das unidades militares de terra e mar. Deve-se-lhe o início da investida sobre a floresta para o corte das árvores lactíferas. Sem exteriorizações gritantes, teatrais, antes parecendo um ausente, era dócil, sem ser covarde. Nas horas de exaltação coletiva mostrou-se um guerreiro tão bom como os das outras áreas sociais brasileiras. Lutou pela independência, nos entretidos posteriores do primeiro império e do período regencial. Revelou-se ardoroso, combativo, disposto a maiores façanhas: Cabanagem e Balaiada são caracterizações bem expressivas desses estados d’alma.

Não me estou referindo, e falando em Balaiada deixei isso bem claro, apenas àquelas sociedades que se constituem no longo dos cursos amazônicos. Cubro aqui também os vários grupos que se instalaram ou se organizaram e desenvolveram na Amazônia maranhense e na de Goiás mestiças como as da Amazônia clássica. Estes últimos, partindo do sul ou Pará, de certo modo se distanciam do núcleo gerador sulino, no Brasil central, mais e mais se vinculando às sociedades tradicio-

nalmente amazônicas que caminhavam pelo Tocantins. De tal modo perdendo a contato com os núcleos do governo goiano que, à época da independência, pensaram em separar-se constituindo unidade política à parte.

Os grupos de goianos eram uma consequência da expansão realizada com o objetivo da exploração do ouro.

Esgotados os filões, de faiscadores, de mineradores, os seus integrantes transformaram-se em criadores de gado ou coletores de especiaria.

Na zona maranhense, os ensaios de agricultura e criação de gado, sucedendo à mera coleta de cravo e outras especiarias nativas, deram permanência às populações que se desenvolviam, todavia, sem grande relevo. A maior parte da área estava por ocupar ou mesmo por identificar pela simples presença do pioneiro.

Com relação ao norte de Mato Grosso, pode-se afirmar que permanecia no chamado período colonial, inteiramente desocupado. Fora percorrido rapidamente por bandeirantes paulistas. Nenhum esforço se fizera, contudo, visando criar situações permanentes. Os rios de entrada eram os da bacia amazônica, mais acessíveis ao arripio da corrente que partindo das nascentes. A ocupação ia ser uma operação mais próxima de nós, como sucederia com a maior parte do resto do Maranhão.

Nenhuma dessas sociedades amazônicas transformou-se devidamente com o decorrer dos tempos. Não podemos falar, é certo, em retrocesso nem em paralisação. Não podemos falar, no entanto, em alteração de suas condições, pelo menos alterações ponderáveis. Porque não lhes deram nem elas buscaram padrões de vida mais dignas. Não melhoraram nas respectivas técnicas de trabalho. São impressionantes os quadros de Barbosa de Oliveira e Júlio Paternostro sobre as populações do norte de Goiás, no estado de inferioridade cultural que apresentam. Progrediram, isso sim, no quantitativo, fosse pelo crescimento vegetativo, fosse pelo enriquecimento que decorreu da entrada de contingentes vindos de outras áreas nacionais ou mesmo de contingentes alienígenas. Aqueles representados pelos nordestinos, cearenses em particular, que, tangidos de seu *habitat* pelo fenômeno das secas, procuraram refúgio na Amazônia clássica e na maranhense. Ou representados pelos elementos goianos, do sul, mineiros e baianos que buscavam a

área amazônica de Goiás, ou mato-grossenses do sul que avançavam em direção ao Mato Grosso amazônico.

Os contingentes nordestinos começaram a chegar na sexta década do século XIX. Constituíram o contingente de maior expressão. Não temos levantamentos estatísticos que nos autorizem o conhecimento de quantos foram. O que se pode afirmar, seguramente, é que não se estabeleceram nas cidades. Antes penetraram os altos rios da Amazônia clássica. Cursos fluviais como o Tapajós, o Xingu, o Madeira-Mamoré, o Guaporé, o Purus-Acre, o Juruá, o Javari, o Jutai, foram uma conquista deles, que os subiram e lhes exploraram as margens na sangria incontida às madeiras lactíferas. O Acre é uma realização que lhes devemos, como empresa econômica, social e política. Inclusive política, materializada nos feitos militares que o garantiram para a soberania brasileira.

Mestiços, os nordestinos trouxeram para a Amazônia uma contribuição magnífica, quantitativa, sem que, todavia, houvessem modificado a paisagem com um maior domínio sobre o meio geográfico. Adaptando-se-lhe, como os caboclos nativos, aceitaram-no na agressividade por que o encontraram. Foram atuantes em uma frente de batalha interna que lhes custou centenas de vidas na luta que sustentaram contra a floresta, criando o ciclo da borracha silvestre. Marcaram um momento singular na história econômica do país. Asseguraram à região uma projeção ímpar nos quadros da riqueza nacional. Agentes, porém, como os caboclos nativos, que não lhes embaraçaram a penetração, com eles confraternizando, e a cujos ensinamentos como autênticos sabedores dos segredos do meio ambiente recorrer sempre, agentes, dizíamos, de uma economia destrutiva, de exploração pura e simples do que a natureza estava proporcionando, não contribuindo para assegurar transformação do novo espaço, a que se submetiam, ao em vez de dominá-lo.

Os elementos alienígenas foram representados por pequenos contingentes de franceses, suíços, espanhóis, italianos e norte-americanos, a que se vieram juntar agora, com maior expressão quantitativa e cultural, os japoneses. Os primeiros, trazidos pela iniciativa oficial ou de organizações privadas, não obtiveram êxito. Defrontando o ambiente bárbaro, não se comportavam bem. Faltava-lhes o sentido pioneiro, necessário para a empresa, dura, realmente. As colônias fundadas com eles não prosperaram. Nem mesmo os norte-americanos, que fugindo à vitória

do Norte, na guerra de secessão, pois eram sulistas e tentaram um estabelecimento agroindustrial nas cercanias de Santarém.

Quanto aos japoneses, a princípio trazidos por organizações privadas e localizados no Amazonas e no Pará, chegam hoje em maior número para as colônias que se organizam no Pará, Amazonas, Guaporé e Amapá. Devemo-lhes a iniciativa da cultura da juta e da pimenta-do-reino.

III – O quadro das sociedades amazônicas, integrado por tais parcelas humanas, é um quadro que não expressa bem-estar. Os altos e baixos de seu desenvolvimento têm estado à mercê das flutuações dos mercados consumidores de matéria-prima regional. O regime das terras é o do latifúndio, mercê do processo econômico vigente, baseado fundamentalmente na exploração da floresta. A pequena propriedade, que signifique a existência do lavrador constante, não tem significação como unidade econômica. Representa muito pouco na criação de riqueza e do tipo social de rurícola. Há, em verdade, exceções aqui e ali. A zona bragantina, os trechos que circundam Manaus, já vivem na base de um trabalho menos aventureiro. Embora não representem um marco ponderável constituem, é claro, uma experiência bem-sucedida.

O censo de 1950, nesse particular, serve como um retrato nítido da situação. Assim, em dez trabalhadores, três ocupavam-se do extrativismo, contrastando com o restante do Brasil, onde a proporção é de três extrativistas para cem. No Acre, por exemplo, 60% da população economicamente ativa entregam-se ao extrativismo; no Guaporé, 46%; no Amazonas, 37%. Borracha, castanha, babaçu, constituem o fundamento maior da atividade econômica. A renda *per capita*, em 1952, segundo o inquérito da Fundação Getúlio Vargas, vamos a mais este exemplo, estava assim distribuída: Amazonas – Cr\$3.099; Pará – Cr\$2.714; Maranhão – Cr\$1.578; Mato Grosso – Cr\$3.481; Goiás – Cr\$2.276. O inquérito, no tocante a Mato Grosso, Goiás e Maranhão, cobria a população de todo o Estado. Sabendo-se que os grupos que vivem na área amazônica desses estados são justamente os mais pobres, deve-se considerar que aquelas percentagens quanto a eles, devem ser mais baixas.

IV – O legislador de 1952, votando o texto que é hoje a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, não se mostrou desatento às condições sociais da Amazônia ao fixar as diretrizes centrais dos objetivos que

tinha em mira alcançar para a valorização regional. E especificou, no artigo 7º, letra *h*: “Estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do país, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros estados em áreas escolhidas, onde possam construir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica.”

A Comissão de Planejamento, fixando, posteriormente, a filosofia do plano que elaborava e procurando assegurar uma inteligência exata do pensamento do legislador, concebeu a valorização como sendo um esforço nacional para: “*a*) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em sentido brasileiro; *b*) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; *c*) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira”.

Os aspectos não é que trouxessem, como já se pretendeu, criticando-nos, uma ponderância maior sobre os econômicos propriamente ditos, isto é, aqueles dizendo com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e quanto à iniciativa privada pelo fornecimento de recursos em dinheiro, o incentivo à lavoura e à pecuária, o equipamento e o melhor encaminhamento dos transportes. Pela importância de que se revestiam, não podiam, porém, deixar de ser atendidos com certa ênfase, que não significava em absoluto desatendimento às prioridades que os outros deviam ter nas soluções que planejávamos.

Porque era preciso dar saúde ao homem e instrução técnica para que pudesse ser realmente aquele fator preponderante para o empreendimento de recuperação econômica que imaginávamos ver realizado e não apenas aquele relevo paisagístico a que se referiu o professor Eidorfe. E dar saúde e aparelhá-lo com uma melhor técnica não era tão fácil. Exigia não apenas os recursos em dinheiro, mas todo um vasto trabalho de campo através de pessoal qualificado e abundante e o concurso do próprio elemento humano que devia ser beneficiado. Ora, se à primeira vista isso pode ser tido como empresa fácil, na realidade não é. Mudar uma técnica de trabalho, alterar uma dieta alimentar, criar

uma mentalidade orientada nesta ou naquela direção, fundamental na obra da valorização, não está apenas na vontade dos planejadores ou dos que tiveram a seu cargo a realização material da operação. Há necessidade, para obter êxito, de um esforço em que o fator tempo é importante.

Vejamos por exemplo: Ford, quando iniciou a formação de seu seringal em Fordlândia, e posteriormente em Belterra, tentou modificar os hábitos alimentares dos trabalhadores que empregava. Deu-lhes novas condições de vida: casas teladas, com esgotos, água encanada e purificada e, às refeições, uma nova dieta – leite, legumes, frutas, abolindo o álcool, as farinhas de uso regional, os pobres pratos da cozinha local. O resultado foi o levante dos trabalhadores que desejavam liberdade para manter-se fiéis aos seus costumes alimentares. Hoje, mais de vinte anos decorridos, esses mesmos trabalhadores bebem leite, comem legumes e frutas. Em Fordlândia e Belterra, em consequência, o índice de mortalidade é praticamente nenhum.

Para transformar as condições sociais vigentes, transformação que tem de contar com o fator tempo, a Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia, no primeiro Plano Quinquenal programou uma política do mais longo alcance, nos setores de saneamento e desenvolvimento cultural.

No setor de saúde: 1) Serviços básicos de saneamento (construção de serviços de esgoto, abastecimento de água e melhoria das condições higiênicas das habitações na zona rural). 2) Serviços de Assistência Médico-Sanitária (construção de uma rede de hospitais gerais e maternidades, assim como postos de higiene; serviços de assistência obstétrica domiciliar, que compreenderá assistência às parturientes das áreas não servidas por maternidades; amparo ao Serviço Especial de Saúde Pública). 3) Campanha contra doenças transmissíveis (malária, esquistossomose, doença de Chagas, filariose, tuberculose, desenvolvimento das atividades de combate à lepra, identificação das campanhas de combate às doenças venéreas, boubá, tracoma, leishmaniose, helmintose em geral e outras endemias). 4) Serviços de assistência (alimentação de lactentes, gestantes e mães nutrizes, suplemento alimentar aos pré-escolares e escolares, iodetação do sal de cozinha em áreas de alta incidência do bócio). 5) Pesquisas de interesse médico-sanitário (realização de inquéritos

sanitário-municipal, pesquisas e inquéritos quanto à incidência e distribuição das doenças de maior prevalência e prosseguimento dos trabalhos de investigação sobre malária, filariose, leishmaniose, doença de Chagas, brucelose, esquistossomose, orientados no sentido de profilaxia e tratamento). 6) Serviços de bioestatística, propaganda e educação sanitária (reaparelhamento e operação dos serviços de bioestatística e desenvolvimento de amplo programa de propaganda e educação sanitária)".

No setor de desenvolvimento cultural: *a)* preparação de pessoal técnico necessário à transformação dos usos e costumes no tocante às atividades econômicas, pessoal de nível superior e pessoal de nível médio. *b)* missões rurais que levam às populações do interior e às professoras desse mesmo interior conhecimentos que lhes permitam uma vida mais digna, pelo conhecimento de técnicas úteis na região onde vivam e de certas atitudes essenciais à existência em sociedade. *c)* escolas de iniciação profissional, ligadas ao meio ambiente onde forem localizadas, como sejam, escolas de pesca, de artifices de construção naval, de trabalhadores florestais. *d)* organização do livro de ensino primário e médio, elaborado de acordo com a região, isto é, as peculiaridades regionais, de modo a criar uma mentalidade identificada com as possibilidades, as realidades e as perspectivas futuras da Amazônia, como parte integrante do Brasil.

Quando planejou a política de colonização, a mesma Comissão não deixou de atender também àquelas condições particulares do homem regional. As colônias projetadas deverão, por isso, congregiar as populações já existentes na área e as alienígenas, em regime de vida paralela, assistidas de todos os recursos técnicos e de saúde que permitam o levantamento imediato de seus padrões culturais. A experiência já está sendo iniciada, com resultados preliminares bem interessantes.

V – As sociedades que se constituíram na Amazônia ainda não puderam vencê-la, dominando-a, conformando-a à sua vontade. Parece-me que mesmo na rapidez destas informações, isso ficou evidenciado. Um ensaísta regional, o Sr. Leandro Tocantins, intitulado seu livro de estréia *O Rio Comanda a Vida*, traçou o perfil dessas sociedades.

Porque, naquelas realidades sociais tão angustiantes que surpreendemos na hinterlândia amazônica, o que há de positivo é o domínio do meio sobre a humanidade regional.

A Valorização Econômica da Amazônia, senhores do Instituto Joaquim Nabuco, é uma experiência em grande estilo, que vai significar a maturidade brasileira ou a sua imaturidade. Não é obra, evidentemente, de que se possam obter resultados a curto prazo. A recuperação, como tive ocasião de assinalar nesta conversa, envolve a solução de uma série de problemas. E entre eles, ponderantemente, o das condições sociais da região. Os vinte anos que a Constituição fixou como tempo mínimo têm, portanto, um sentido relativo. Podem autorizar apenas a constatação de que a política em execução é acertada ou não, deve ou não ser prosseguida. O fator tempo é importantíssimo. A área por recuperar representa dois terços do Brasil. Constitui um deserto. O que estamos iniciando objetiva vencer o deserto, criando vida e assegurando ao homem os padrões a que tem direito como força criadora e não como ornamento paisagístico.

.....

*XVIII – A Valorização da Amazônia e a
Cooperação da Assistência Técnica*

A

Amazônia é um ponto de atração para os homens de ciência, como é uma área que despertou e desperta cobiça pelo que pode apresentar de possibilidades econômicas capazes de satisfazer apetites estranhos, necessidades imediatas ou futuras de natureza especial.

Embora a Amazônia constitua ainda um mundo por descobrir, por identificar nas particularidades e peculiaridades que a definem e, conseqüentemente, um mundo por conquistar, o que significa por dominar, por humanizar.

Mundo por descobrir e identificar, porque, se há quatro séculos vem sendo objeto de curiosidade, de interesse político econômico e científico, o que dele se sabe, realmente, em minúcias, ainda é um mínimo.

Sua ocupação, apesar de espaço aberto à ousadia dos mais dispostos, não é uma realidade, o que importa em concluir que nem mesmo naqueles aspectos menores, do trato diário dos seus habitantes, dos seus nativos, pode constituir acervo de conhecimento total. Porque se esse nativo, esse habitante, esse permanente da região, tem dela certo saber imediatista primário, no uso que faz da natureza bravia ou dela recebe os favores que lhe condicionam a vida, esse saber não é suficientemente extenso ou profundo que autorize a afirmação de que a Ama-

z nia   conhecida em grande estilo, em profundidade, pelo menos dos que com ela vêm convivendo há três séculos.

Terra disputada, nos seus inícios políticos, pelo apetite imperial de ingleses, franceses, holandeses, portugueses e espanhóis, foi partilhada entre os dois últimos, que puseram fora os outros, “hereges”, como lhes chamavam, intrusos, concorrentes que punham em perigo as duas soberanias. O trecho que nos interessa, para o empreendimento civilizador que se inicia por determina o constitucional, evidentemente   o trecho a que chamamos de Amazônia brasileira: e tem a caracterizá-la, como aos demais que são partes integrantes de outras soberanias, uma densa floresta, de tipo tropical, e uma rede hídrica avassalante, que a enriquece, que lhe permite o acesso e condiciona a presença de uma sociedade, que se movimenta, igualmente, em fun o da floresta densa, tropical, variada, heterogênea, imensamente grande. Sociedade que,   falta de recursos técnicos, não pode ainda passar do ciclo da economia recoleitora ou predatória, pouco tendo criado para modificar a paisagem, nela impondo a vontade disciplinadora e afirmando a sua capacidade de realiza o material e espiritual.   falta de recursos técnicos e   falta de conhecimento certo e seguro do que vale a região, como área econômica, possibilidades, riquezas, realidade.

Prejudicada por uma literatura ficcionista de exageros, ora de louvores, ora de nega es, nem por isso, no entanto, tem deixado de ser um campo de atra o para os pesquisadores de toda espécie. Assim, desde o período da domina o lusitana aos nossos dias, sobre ela tem descido uma curiosidade científica, que visou os mais variados de seus aspectos, como vem servindo, nos vários períodos por que podemos agrupar essa curiosidade, a esta ou aquela inten o.

No decorrer do período colonial, quando a inten o maior era manter em mãos o grande espaço, ampliando-o e dominando-o politicamente, os portugueses não se desinteressaram do exame minudente do que era a Amazônia. Muito ao contrário do que geralmente se afirma, quando os acusam de s  se terem interessado pela explora o da terra com o sentido do econômico, do utilitário, do imediato, pondo de lado toda e qualquer preocupa o menos material, desde o primeiro momento em que com ela se defrontaram, sentiram a necessidade de estudá-la para identificá-la e possuí-la. O desejo de conquista política, por meio da ex-

pansão, dirigida para o norte e para o oeste, sobre o que fora convencio-
nado como parte integrante do espaço espanhol, não expressou uma
constante distanciada do desejo de sabê-la nos seus mistérios e desven-
dá-la nos problemas que apresentava.

O inventário do que realizaram está sendo levantado. Mestres
portugueses e brasileiros já identificaram os mil pormenores científicos
que os portugueses, de princípio do século XVII a princípio do século
XIX apuraram, e, se não divulgaram, nem por isso deixaram de ser utili-
zados pelo poder público na execução de seus planos de governo. Sim,
porque todo um vasto programa de trabalho para disciplinar o meio, de-
tendo-o e explorando-o racionalmente, foi posto em execução. De certo
modo, pode-se dizer que a ação oficial que se desenvolveu processou-se
em grande parte orientada pelas observações que se foram coletando e
passaram a compor um vasto documentário sobre a região.

Além do levantamento cartográfico, da identificação de cur-
sos d'água, percorridos com o sentido da instalação de uma soberania
permanente, iniciados logo após a chegada do conquistador, fizeram-se
indagações, inquéritos e exames do que valiam as águas, a flora, a fauna,
na sua utilização, no seu valor econômico, no exotismo que represen-
tavam e nas novidades que significavam para o enriquecimento e varie-
dade das ciências da natureza.

Para exemplificar, assinalemos – a *História dos Animais e Árvores
do Maranhão*, da autoria do franciscano Cristóvão de Lisboa; a *História
Natural do Grão-Pará*, escrita pelo Dr. Antônio José Landi; a *Zoologia Pa-
raense* e a *Flora Paraense-Maranhense*, que devemos ao Dr. Antônio Correia
de Lacerda. Obras volumosas, em que se compendiarão os conheci-
mentos adquiridos na região, são só elas, uma prova provada do quanto
a Amazônia entrou, nas cogitações dos homens que a desvendaram sob
o domínio português.

Há mais, no entanto: o imenso acervo de cultura, acumulado
nas cem memórias que devemos a Alexandre Rodrigues Ferreira, o sá-
bio baiano que durante décadas viajou e estudou com um amor sem li-
mites do extremo-norte, nos seus variados, extensos, múltiplos e difíceis
aspectos sociais, econômicos e nas suas características como província
etnográfica, zoológica e botânica. Acervo de cultura que pôde permitir
um conhecimento, em extensão e profundidade, que só não foi apro-

veitado, devido a sucessos políticos que começaram a perturbar todo o esforço tranqüilo que se vinha realizando para transformar a Amazônia numa imensa área de civilização, baseada nas constatações que se estavam fazendo na base dos recursos técnicos, de que era possível dispor.

Nas décadas posteriores, alcançada que fora a autonomia política, com a fundação do Império, a que a Amazônia se incorporou porque quis permanecer brasileira, vencidas as dificuldades que a atormentavam até 1840, a curiosidade científica prosseguiu, evidentemente apresentando um maior rendimento do estudo da natureza regional. E isso porque agora não havia mais a preocupação de manter em segredo, como ocorrera no período lusitano, quanto se fora apurando. Nacionais e estrangeiros penetraram-na, seguidamente, tentando compreendê-la. Esse esforço foi bem-sucedido. E ao lado de Bates, Wallace, Natterer, Koeller, Leuzinger, Chandless, Poepping, Adalberto da Prússia, Agassiz, Castelnau, Crevaux, Herdon, Gibbon, podemos alinhar os Barbosa Rodrigues, os Ferreira Pena, os Gonçalves Tocantins, os Silva Coutinho, os Pereira Labre, Couto de Magalhães, José Maria Nogueira, Marcos Pereira Sales, Eduardo José de Moraes, que se lançaram à investigação do complexo amazônico, sob todos os ângulos.

É de assinalar-se aqui, mesmo de passagem, a contribuição de homens da região, homens simples, sem ilustração, mas que a sabiam pelo contato com ela, vida intensa e íntima e, em conseqüência, facilitavam a pesquisa dos outros, daqueles que chegaram titulados pelas universidades européias ou norte-americanas ou pelas escolas de nível superior que já funcionavam no Brasil. Recordemo-lhes os nomes – João da Cunha Correia, João Rodrigues Cametá e Manuel Urbano da Encarnação.

Sabedores das peculiaridades do Purus e do Juruá, conhecimento primário das coisas locais, é certo guiaram expedições científicas, explicando aos sábios que as integraram as peculiaridades do mundo que estavam percorrendo, desse modo garantindo muito do grande êxito que elas foram obtendo.

O resultado de toda a atividade que se promoveu na região não levou, porém, a conclusões definitivas e à programação de qualquer política oficial brasileira, visando o domínio definitivo do meio. Não há que acusarmos, por isso, os homens então responsáveis pelo país. E não

há porque responsabilizá-los, visto que, na verdade, a Amazônia não lhes esteve estranha às preocupações. O que não ocorreu foi o aproveitamento da lição que, seguramente, poderia ser obtida dos estudos que se realizaram em operações de campo. Não era da época, entre nós, a utilização imediata do que os homens de ciência verificavam e levavam ao debate das entidades especializadas. A observação científica parecia-nos terreno muito alto, que não poderia descer ao terra-a-terra de sua vinculação aos empreendimentos materiais. Vivíamos a concepção da ciência pela ciência. A ciência de finalidade utilitária parecia-nos qualquer coisa de absurda para não dizer aviltante à própria majestade e dignidade da ciência. E tanto assim que Agassiz, em pleno Rio de Janeiro, sob a presidência do Imperador, expunha a olhares curiosos, ouvidos atentos do mundo social e cultura da capital do Império, as suas “Conversações científicas sobre o Amazonas”, sem lograr maiores consequências que o interesse local e imediato da assistência.

Talvez seja preciso, a bem da verdade, fazer uma pequena exceção no caso particular da Amazônia. Referimo-nos à técnica da extração da borracha e à formação de seringais silvestres e de plantação. Koeller e Leuzinger, Tenreiro Aranha, Pimenta Bueno, Silva Coutinho, clamavam contra o sistema em vigor, que não levaria senão à destruição das espécies nativas, ao aparecimento dos sucedâneos obtidos nas usinas do Velho e do Novo Mundo e não permitiriam nunca a formação de sociedade estável.

Um ministro da Agricultura, impressionado com o quadro proposto naquelas reflexões, procurou modificar o panorama. Foi um sinal de que a observação científica poderia ser aceita para uma política pragmática. Os êxitos então alcançados, significando que a esperança de que uma nova orientação pudesse ser adotada, se não passaram além do campo da esperança, nem por isso foram escassos. A técnica de extração melhorou. As árvores lactíferas deixaram aos poucos de ser abatidas para a extração de borracha. Passou-se ao processo da incisão, ao invés do corte de alto a baixo. O que não se conseguiu realizar foi a alteração das condições de trabalho, de produção no tocante à situação do trabalhador e à formação de um novo tipo de seringal. Porque continuou o regime de servidão da extração pura e simples, do nomadismo dos grupos extrativistas.

Cabe aqui, no entanto, de passagem, registrar que nem todas as observações dos homens de ciência podiam conduzir à mudança de posição dos meios oficiais e privados, o que de certo modo autorizava a descrença na contribuição que trariam. Muitas dessas observações pareciam entrar em choque com a realidade que estava aos olhos de todos. Chandless, por exemplo, subindo o Purus quando se iniciava o *rush* da borracha, alarmado com o que estava presenciando na organização de uma área social em ambiente climático hostil, sentenciou que seria impossível a ocupação da grande bacia: a insolubilidade agiria com tal violência que nenhum agrupamento humano se poderia fixar ali. Chandless pronunciara-se em 1865. Ora, menos de dois decênios decorridos da palavra do cientista havia no Purus e afluentes mais de 25.000 habitantes, que movimentavam uma fortuna pública e privada em crescimento contínuo. No caso das secas do Nordeste ocorria o mesmo. As sociedades científicas debatiam o problema: cada um propunha um fundamento para o fenômeno e uma solução própria. A discordância gritante provocava desconfianças. As tentativas de experimentação das soluções não eram alentadoras.

E no entanto, a ciência a serviço do homem, não apenas realizava para satisfação de inquietações espirituais, já a essa altura era um dos fundamentos do processo de aceleração da civilização na Europa e nos Estados Unidos. A revolução das técnicas marcava um momento ponderável na vida de povos, cuja presença se afirmava pelas conquistas materiais e espirituais, a permitirem as conquistas políticas. Essas conquistas decorriam de esforço generoso, permanente, dos seus homens de ciência que trabalhavam nos laboratórios, nas usinas e nas pesquisas sobre a natureza selvagem dos novos mundos que se lhes abriram as portas na África, na Oceania e na própria Ásia milenar.

Os impérios coloniais, frutos da expansão imperial das nações cheias de vitalidade, formaram-se muitas vezes com o objetivo dos grandes mercados de matérias-primas que os naturalistas e os cientistas de toda espécie estavam identificando. Daí as reservas que se faziam, aqui e ali, às rondas de cientistas que poderiam estar servindo a apetites imperialistas. Quando em fins do século XVIII, Portugal tomou-se de precauções para impedir a entrada de Alexandre de Humboldt em seus territórios amazônicos não agia senão na preservação do império

sul-americano, que o naturalista germânico podia contaminar da ideologia revolucionária, do mesmo passo porque podia servir aos interesses políticos de povos concorrentes e ambiciosos que se iniciavam na criação de áreas coloniais.

A Amazônia, mundo por desvendar, não deixava de ser nunca um ponto de atração. As expedições científicas não cessavam. Já agora porém, compreendíamos a necessidade de atentar melhor para o que podia resultar de benéfico do trabalho dos cientistas.

Sob a colônia, em fins do século XVIII, um governante esclarecido, Sousa Coutinho, capitão-general do Pará, criara em Belém, utilizando os conhecimentos de dois franceses, emigrados de Caiena, Michel Grenouiller e Jacques Sahut, um Jardim Botânico, onde se cultivaram as espécies vegetais da região e as que foi possível mandar vir de fora. Esse jardim, que servia de campo de experiências, teve curta duração. Extinguiu-se com o Primeiro Império.

Em 1866, foi a vez de outro estabelecimento do mesmo tipo, aos poucos crescendo quanto às finalidades, e enriquecido e engrandecido pelo que foi produzido – o Museu Paraense, hoje Museu Paraense Emílio Goeldi, cujos servidores, do tipo de Emílio Goeldi, Jacques Huber, Emília Snetlage, Adolfo Ducke, foram legando à ciência a que serviam uma admirável soma de informações que encheram as páginas da *Revista do Museu* e de publicações autônomas.

Em Manaus, Barbosa Rodrigues fundara o Museu Botânico do Amazonas, cuja revista a *Velogia* é hoje uma preciosidade para bibliófilos e bibliotecas especializadas.

O rendimento pragmático que poderia resultar do estudo científico da Amazônia, e de que os três institutos podem ser tidos como uma experiência inicial, só depois da Primeira Grande Guerra começou a tomar consciência no país. A Amazônia não poderia ser eternamente um espaço geográfico, exótico, de interesse literário sentimental, para as exaltações cívicas. A Comissão Brasileiro-Norte-Americana que a percorreu como percorreu a Amazônia sob outras soberanias, serviu à revelação desse estado d'alma que principiava a constituir-se com certa solidéz.

É preciso assinalar que um órgão do governo federal, o Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, procedia a pesquisas si-

lenciosas, com sucessos muito apreciáveis que iriam permitir, mais tarde, conclusões novas acerca da riqueza ou pobreza do subsolo amazônico.

A Comissão Brasileiro-Americana, mais conhecida por Missão Schurtz, serviu, porém, insista-se, para indicar a conveniência e urgência de pesquisas mais longas, mais profundas, com sentido utilitário. Que se sabia, por exemplo, acerca dos solos da região? Que experiência havia acerca da formação de seringais de plantação, com tipos de floresta local e tipos de importação? Essas perguntas ficavam sem resposta. E como essas, um sem-número de outras – que valia realmente a floresta amazônica, para empreendimentos industriais? Os peixes da grande rede hídrica como podiam ser defendidos e assistidos para que não fossem destruídos e permitissem a sua utilização econômica em grande escala? Os variados exemplares da flora, sobre que se fazia o giro mercantil, extraídos pelos processos empíricos que o gentio ensinara, como deviam ser trabalhados para torná-la tarefa de agricultores? O regime das águas, governando impiedosamente a vida, como poderia ser dirigido? As florações minerais aqui e ali apontadas, apresentariam valor econômico?

Quando, em 1946, o legislador constituinte decidiu promover a recuperação da Amazônia, para isso determinando a aplicação, pelo governo federal, de três por cento da renda tributária da União e Estados e Municípios da área por valorizar, evidentemente não ignorou a existência de problemas complexos, difíceis, variados, imensos, que exigiriam, para seu equacionamento e soluções, o levantamento preliminar das condições realísticas da região e a interferência de especialistas, de técnicos, que as estudassem e propusessem sem os fumos literários.

E tanto assim era que, de logo fixou que a tarefa de valorização seria processada através de um plano, o que significava a disposição de enfrentar os problemas que mantinham a Amazônia na situação de área subdesenvolvida, não mais pelos processos empíricos das simples dotações anuais a serviços e obras imaginados sem ordem, sem disciplinação, importando também em confessar o conhecimento daquela realidade crua, para cuja solução havia necessidade de plano de trabalho. Ora, plano de trabalho dessa natureza tinha de partir, evidentemente, do inventário preliminar para a política a ser adotada.

A Lei nº 1.806, completando o dispositivo constitucional, não deixou qualquer margem de dúvida a respeito. Lê-se ali: “Artigo 7º O Plano de Valorização que a presente lei regula, destina-se a:

“k) Manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação, recrutamento e fixação de quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer os elementos técnicos para sua execução.”

Pouco antes da promulgação da lei básica da Valorização, reuniu-se no Rio de Janeiro uma grande assembléia de técnicos brasileiros, interessados nos assuntos amazônicos para examinar-lhes os problemas que deviam ser objeto da atenção particular do órgão encarregado da execução dos planos quinquenais de recuperação. E na oportunidade, ficou bem claro que se impunha o reconhecimento da região em seus múltiplos aspectos. E com o reconhecimento, uma ação objetiva do poder público para a qual se fazia imprescindível a participação de técnicos nacionais ou estrangeiros, que se afeioassem aos temas amazônicos e pudessem autorizar um rendimento total para as inversões que o país se decidira promover no extremo-norte.

O Instituto Agronômico do Norte, que vinha operando há cerca de vinte anos, seria um dos órgãos de decisiva atuação. O resultado das pesquisas que devera ter realizado não podia ser ignorado. Uma organização nova, o Instituto de Pesquisas da Amazônia, com que o Conselho Nacional de Pesquisas cooperara para solucionar a crise criada com as restrições feitas, no Parlamento ou fora do Parlamento, ao Instituto da Hiléia, concorreria com o seu pessoal especializado, atribuindo-se-lhe em grande parte os inquéritos e a assistência técnica necessária ao empreendimento.

Seria suficiente? É de notar-se que se o Instituto Agronômico já se impusera pelo tempo de atividade e a qualificação de seus servidores especializados, o mesmo não sucedia com o Instituto de Pesquisas. E isso porque, criado, não fora sequer instalado. Não possuía quadros. Não tinha sede. Não podia ser instrumento de cooperação imediata.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia cogitou, de pronto, uma vez instalada em Belém, de criar o

seu corpo técnico. Não havia disponibilidade no Brasil. O mercado de trabalho, no Sul e mesmo no Nordeste, já estava consumindo toda aquela mão-de-obra de alto nível.

A Superintendência, para as campanhas de pesquisas, valeu-se, então, dos serviços oficiais como o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Agrônômico do Norte, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, com eles convencionando. E assegurou ao Instituto de Pesquisas elementos materiais para seu imediato funcionamento, com ele convencionando também.

Mesmo assim era pouco. O Ministério da Agricultura estava mantendo, na Amazônia, a esse tempo, uma missão florestal, organizada pela FAO. A Superintendência obteve a transferência das obrigações, proporcionando à Missão maiores possibilidades para a execução de seus programas que, examinados na Comissão de Planejamento da Valorização, haviam sido considerados do maior interesse para os seus objetivos.

Já a essa altura, a referida Comissão de Planejamento elaborara um programa de emergência e o Primeiro Plano Quinquenal. Confessava, no entanto, que os programas que indicava tinham seu êxito condicionado à verificação de que se apoiavam na realidade, essa que só por meio de uma vasta pesquisa de campo poderia ser aferida. A Comissão tinha consciência da gravidade do problema e por isso mesmo tomava-se daquela precaução. Para não deixar de exemplificar: o fortalecimento da agricultura na Amazônia, não abandonando as áreas de várzea mas utilizando-se as “terras firmes”, as chamadas “terras altas”, sem o exame sereno do valor daquelas terras não podia ser um empreendimento certo e seguro, porque, pela velha conceituação de que as regiões tropicais são pobres, a Amazônia não seria um espaço próprio à agricultura que não fosse a rotativa, do ciclo rápido. Pierre Gourou, que escreveu há pouco um livro de sucesso *Les pays tropicaux*, visitando a Amazônia, nela demorando-se duas ou três semanas, concluiria pela exatidão do conceito clássico. Outros, nacionais e estrangeiros, generalizando haviam afirmado o mesmo. A Comissão assentara, no Plano Quinquenal, na base do que se considerava uma verdade insofismável, que, nas “terras firmes”, a agricultura só poderá alcançar altos rendimentos com a prática de processos de fertilização artificial, pois que

“é uma terra agricolamente perigosa, no sentido de que é trabalhada por uma pluviosidade constantemente alta, oscilando na região entre dois e três e meio metros anuais, com riscos de uma erosão extremamente rápida e ainda insolada pela ardência do sol equatorial com a conseqüente oxidação da matéria orgânica”.

Embora, aceitando em princípio como ponto pacífico a generalização aplaudida, não seria interessante insistir na pesquisa, por meio de um levantamento pedológico dos trechos que a Comissão escolhera para as prioridades de trabalho? E na hipótese de confirmação cabal do conceito clássico, não caberia a interferência imediata do técnico para a indicação dos meios de correção das terras ou do exame minucioso acerca de quais espécies deviam preferentemente ser utilizadas na operação agrícola? A evidência do acerto de como proceder à valorização é gritante. No particular dos programas de produção agrícola, como em outros setores sobre que desceu a sua atenção.

Cabe aqui, agora, a pergunta – mas que será essa valorização, sobre que se fazem afirmações de toda espécie concebida por muita gente como uma obra de puro incentivo à produção de árvores lactíferas e outras espécies da floresta regional ou a realização de obras de engenharia, como se faz no São Francisco e no vale Tennessee?

A valorização da Amazônia foi entendida, pela Comissão de Planejamento, como empreendimento a longo prazo, visando:

“a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;

“b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;

“c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.”

A conquista desses objetivos essenciais não pode ser promovida no entanto, sem que se vençam os obstáculos que têm interferido para evitar que a Amazônia acompanhe o ritmo dinâmico que já assinala, em vários trechos do país, o processo de nossa civilização. Os problemas de base da região precisavam, portanto, ter propostas para que se pas-

sasse à formulação da política a executar, visando resolvê-los. Esses problemas são:

- “a) o problema alimentar;
- “b) o problema de produção de matérias-primas e sua industrialização;
- “c) o problema do transporte;
- “d) o problema da distribuição do capital;
- “e) o problema da saúde;
- “f) o problema de nível cultural;
- “g) o problema de recuperação das populações extrativistas.”

Tanto no Programa de Emergência, e vôo limitado ao melhor e mais rápido encaminhamento dos trabalhos e serviços que vinham sendo realizados e não deviam ser abandonados por constituírem primeiros passos do empreendimento – tanto no Programa de Emergência como no Primeiro Quinquênal, os problemas de base foram propostos nas suas grandes linhas, programando-se, em grande estilo, uma tarefa de campo que, executada a rigor, iria autorizar a melhoria das condições regionais.

Lembrem-se, os que me estão ouvindo de que disse atrás: o êxito deste programa de trabalho estava condicionado à confirmação do muito do que imaginávamos certo, mas dependia das pesquisas, das conclusões das pesquisas. A nação ia inverter, na Amazônia, no decorrer do primeiro quinquênio, Cr\$8.226.446.209. A inversão precisava ser conduzida com todas as cautelas, sem precipitações, muito objetivamente, abandonando-se a precaução do imediatismo e do sensacional. Ademais, a inversão devia cobrir uma área de 5.030.109 quilômetros quadrados em que se dispersa uma população de apenas 3.549.387 habitantes, com um padrão de vida baixo, mesmo nos maiores centros urbanos que são as capitais dos estados e territórios.

Batemos às portas da Assistência Técnica das Nações Unidas, por intermédio da Comissão Nacional de Assistência Técnica do Itamarati. Entramos em contato com o seu magnífico plantel de pessoal especializado.

Que pedíamos? Técnicos em agricultura tropical, zootecnistas, especializados em fisiologia climática, pedólogos, técnicos em colonização, trabalhos florestais e piscicultura e geólogos. Técnicos que conosco cooperassem decisiva e intensamente, trazendo-nos a sua experiência, a sua competência, o seu desvelo, pelo empreendimento de vulto como o que os chamávamos. Passava aquela fase de desconfiança nas rondas de cientistas ou técnicos renomados. Íamos agora buscá-los para uma participação direta nos nossos trabalhos de gabinete e de campo.

A Assistência Técnica concordou em proporcionar-nos uma equipe de alto nível, que nos vai autorizar a possibilidade da execução imediata de nossos propósitos de uma política de pesquisas nos seguintes campos:

- a) pecuária;
- b) ecologia;
- c) colonização;
- d) agricultura;
- e) piscicultura;
- f) geologia;
- g) silvicultura.

Essa política de pesquisas será realizada com a cooperação constante do Conselho Nacional de Geografia, Instituto de Pesquisas da Amazônia, Instituto Agrônômico do Norte, Instituto de Imigração e Colonização.

Visa-se, por intermédio de sua execução:

- a) a adoção de técnicas apropriadas para a agricultura;
- b) defesa dos rebanhos bovinos ameaçados por endemias e má alimentação, bem como o incentivo ao seu crescimento pela introdução de novas raças;
- c) criação e industrialização de peixes da rede hídrica e do mar;
- d) conhecimento dos solos, pondo-se fim às dúvidas sobre o que eles valem e como devem ser utilizados ou corrigidos para as tarefas de agricultura e de organização dos novos núcleos coloniais projetados;

e) conhecimento do subsolo para avaliação de seu potencial mineral;

f) identificação da floresta para permitir o seu aproveitamento racional;

g) estudo de técnicas de colonização, com a utilização de elementos alienígenas, o aproveitamento dos grupos gentios pela sua melhor incorporação à vida econômica sem a quebra violenta de seus padrões culturais característicos; e a localização e assistência ao trabalhador nacional ainda entregue à sua própria sorte, em colônias de produção de gêneros de sustentação e de rendimento a longo prazo. Faz-se preciso pôr termo à formação de colônias em áreas impróprias e sob métodos empíricos.

É de notar-se, quanto à silvicultura, que a Missão FAO já está procedendo ao inventário florestal na região do Baixo Amazonas e do alto Solimões, tendo por cabeça de ponte Santarém e Benjamim Constant. Em Santarém, monta, com os recursos que lhes estamos proporcionando, uma escola para preparação de pessoal habilitado ao trabalho na indústria florestal; em Benjamim Constant, uma colônia pioneira para experiência de trabalhos modernos para exploração florestal. Quanto ao Instituto de Pesquisas, convencionou conosco a montagem, em Manaus, de um centro de estudos florestais e vai contratar a montagem, em Belém, de um centro de pesquisas minerais.

O Instituto de Colonização já operou o reconhecimento preliminar de trechos da Amazônia maranhense e da zona bragantina, no Pará. Vai prosseguir na tarefa, estendendo a sua ação, para atender ao que firmou em convênio com a SPVEA, a outras áreas da Amazônia.

O Conselho de Geografia tem a seu cargo o estudo apropriado das enchentes do Amazonas e das secas do Marajó.

A Assistência Técnica das Nações Unidas, participando dessas operações de desenvolvimento, vai trazer-nos a sua experiência, o seu conhecimento, mediante programas que lhe serão submetidos à análise e mediante o trabalho de campo.

A Valorização da Amazônia não é empreendimento a curto prazo. Tem de ser operação a longo prazo, realizado já sob um clima de

maior compreensão do que se pode obter da ciência a serviço do homem. Projetamo-la assim. Estamos a iniciá-la, indiferentes à atoarda dos que se insatisfazem com a nossa moderação e desejam ver as soluções re-tumbantes. A assistência técnica que recebemos dos órgãos nacionais e de cooperação internacional há de permitir que as soluções encontradas não se percam. Sejam, ao contrário, úteis, garantindo a tarefa de maturidade a que o Brasil se decidiu para incorporar a Amazônia, em definitivo, aos seus mais altos padrões de civilização.

.....

XIX – A Integração da Amazônia à Civilização Brasileira

O

*1. O descobrimento, a conquista e o domínio do espaço.
A marcha da fronteira. O caso do Acre.*

processo de revelação da Amazônia não obedece, no seu início, às linhas clássicas a que nos habituamos no Brasil. Não principiou pelo Atlântico nem foi empresa portuguesa. Principiou pelo Pacífico e foi façanha de espanhóis. Francisco de Orelana e Pedro de Ursúa, vindos do Peru, e a Amazônia era, a esse tempo, como decorrência do diploma de Tordesilhas, parte integrante do grande espaço sul-americano que já compreendia o vice-reinado do Peru, desceram o rio, rumo ao Atlântico e deste e de suas paisagens dando contas nos relatos que escreveram companheiros de jornada e de drama.

A conquista, todavia, essa já constituiu página severa, autêntica, de portugueses e ancestrais brasileiros do Nordeste, que tiveram de haver-se durante cerca de 30 anos com a ação de holandeses e ingleses que teimavam em ficar nas feitorias e casas-fortes que haviam levantado, ao longo da costa de Macapá, ilha do Marajó, zona dos estreitos e vale do Xingu. A porfia foi áspera. Compôs, mesmo, página de bravura, de que participaram também, como aliados daqueles pioneiros, isto é, portugueses e mestiços nordestinos, religiosos franciscanos de Santo Antônio, cuja ação catequista valia na hora áspera do entrevero.

O núcleo do Presépio, núcleo militar e núcleo urbano, hoje o Castelo e Belém, comandou a penetração que não cessou durante mais de meio século e se fez em direção norte buscando a Guiana; em direção sul, pelo Tocantins, buscando o Brasil central; em direção oeste, até o Solimões e pelos afluentes das duas margens, o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Negro, o Branco, o Japurá, o Içá, cobrindo um gigantesco espaço em estado de natureza, que custa crer tenha sido alcançado com tanta velocidade, com tanta decisão e com tão pouca gente. Sim, porque no *rush* que se realizou, o contingente humano mobilizado contou-se por menos de um milhão de homens, estranhos à região, e que tiveram a ajudá-los, e isso é que explica a amplitude da façanha, a multidão indígena, primitiva, mais ou menos dócil, que serviu para conduzir, identificar o meio de dar base segura à sociedade que começava a elaborar-se.

A obra dos catequistas franciscanos de Santo Antônio, jesuítas, carmelitas, mercedários, franciscanos da Beira e Minho, frades da Conceição, foi igualmente empolgante. Dezenas de núcleos, onde reuniam a indiada, pacificando-a e incorporando-a a um novo sistema de vida, surgiam por diligência dos missionários. É comum mesmo, nos textos sobre a dinâmica da conquista da Amazônia atribuir-se-lhes a palma do sucesso, de certo modo menosprezando o que se deve aos colonos ousados, pioneiros, sertanistas tão cheios de serviços como aqueles de São Paulo, que dilataram a fronteira e já, no século XVIII, estavam presentes também à Amazônia. A conquista espiritual, é preciso deixar bem claro, não impediu o conflito armado com outros concorrentes. Uma política de preservação, pela presença do estabelecimento militar e da força armada, se faz constante desde os primeiros momentos. A rede de fortificações, à medida que avançava a conquista, partilhava o *hinterland*, assegurando soberania, assinalando o domínio.

Com Pombal, a estabilidade fez-se definitiva. A fronteira, do diploma de Tordesilhas, perdera importância.

A fronteira dinâmica que missionários, soldados, colonos e índios aliados ou incorporados empurraram sem cessar, alcançara o Orinoco, o Napo e o Oiapoque. Para atribuir-lhe o fundamento e a justificativa jurídicos, procedeu-se a inquérito regular, ouvindo os que a haviam deslocado e criado. A documentação é farta, impressionante e nos atribuída, se aceita no debate dos gabinetes políticos da Península, um

espaço ainda maior do que o dos dias atuais. Os tratados de Madri, Santo Ildefonso, os laudos de Berna e Roma, os diplomas de Petrópolis e Lima, deram legitimidade ao espaço do sertanismo e à marcha da fronteira, que deu tanta grandeza à formação norte-americana, nos havíamos antecipado àquela página do “destino manifesto”, que fora o lema justificativo do *rush* em direção a oeste do pioneirismo nortista.

O episódio do Acre, que equivale, a certos aspectos, ao episódio do Texas, completou a expansão, em sua contextura externa. Como no episódio colonial, empresa de lances sensacionais, realização quase anônima de humildes nordestinos, cearenses principalmente, que enfrentaram a floresta e mantiveram em novas áreas, nos vales do Purus-Acre e do Juruá, com seringais, a fronteira final. A sorte das armas, para que tivemos de apelar em face da reação boliviana e da reação peruana, foi-nos simpática. O esforço tranqüilo dos seringueiros não perdera ímpeto nem tampouco fora ignorado. A seiva do litoral chegara ao mais distante do sertão áspero.

É momento de recordar, a propósito, que, se houve, no extremo-sul, uma luta incessante para que as terras de São Pedro do Rio Grande permanecessem brasileiras, esse mesmo tipo de história foi escrito nas selvas amazônicas com bravura e decisão de um nacionalismo que se afirmava de maneira tão evidente. A fronteira política estava concluída na sua arrumação externa. Era preciso promover, no entanto, para completá-la e torná-la realmente efetiva, a sua arrumação interna.

2 – O domínio efetivo como empresa humana.

O problema da habitabilidade.

O crescimento demográfico

O espaço amazônico, à chegada dos europeus, não era um deserto. Multidões de primitivos possuíam a terra e as águas, nelas realizando uma vida que refletia o conhecimento exato das coisas e de tal modo intenso esse conhecimento que foi da ciência de que se orgulhavam que valeu a inexperiência dos alienígenas, para identificar a natureza estonteante.

Ora, se esse espaço amazônico já se via dominado, mesmo com a técnica primária dos primitivos, é que nele podiam viver também outros homens, desde que se esforçassem e se dispusessem a aceitar o rigorismo do meio físico, à primeira vista também hostil. O problema a

examinar, portanto, não é o da possibilidade da ocupação humana da Amazônia, mas de quais os tipos humanos nela se poderiam instalar para elaborar um sistema de vida que não fosse apenas aquele do regime tribal e da utilização imediatista e simplista dos recursos naturais que a técnica e o instrumental bisonhos autorizassem. E nesse particular, qual terá sido a resposta da Amazônia, depois de 300 anos de ocupação por contingentes humanos que não se constituem mais de primitivos?

O drama da ocupação do espaço amazônico vale como uma resposta muito expressiva aos que negam os trópicos e pretendem que neles não sejam possível a permanência do homem branco, a elaboração de uma sociedade progressista e a realização de sistema de civilização nos moldes dos sistemas ocidentais.

Sendo parte integrante do trópico, não terá condições senão para permitir ensaios, tentativas, esforços de resultantes precários, passageiras, experiências fadadas a insucessos. A insalubridade, compondo o fundo do quadro nosológico, a hostilidade do meio físico, um clima negativo, seriam as forças telúricas impeditivas de êxito. A tese é aplaudida e é negada. A lição que se colhe, no entanto, do domínio total que o homem vem alcançando no mundo tropical é bastante severa e elucidativa. Não permite mais aquela conclusão apriorística que esconde propósitos políticos de povos que desejaram, com a prática do colonialismo, manter, senão em estado de natureza, terras e multidões sob o seu jugo, mas sem a possibilidade da formulação de aspirações nacionais, capazes de levar ao *status* da liberdade. Na verdade não possuía a marca da verdade científica. Porque a grande realidade é que, nos trópicos, há que viver nos trópicos, portanto acomodando-se o homem a certas imposições que eles, por suas peculiaridades e feições típicas, condicionam, sem que nessa acomodação se mantenha como um vencido, sem impor a sua vontade para disciplinar a natureza e humanizá-la à sua vontade e às suas necessidades.

A tese, sem mais crédito, principalmente se atentamos para o gigantesco instrumental de que dispomos hoje para vencer distâncias, ambientes difíceis, situações que pareciam impossíveis de modificações, com a técnica avançada para realizar os estilos de vida que desejamos, a tese vem de muito longe. Não é momento para recordá-la nas minúcias. Será bastante lembrar o que ocorreu, não com a África e o próprio

Oriente distantes, esquecidos, os que os negam, do quanto os dois mundos nos legaram como fórmulas de filosofia e todas as implicações dela decorrentes, mas com a América, como ainda há pouco Antonello Gerbi, em *La disputa del nuevo mundo*, assinalava com tanta riqueza de detalhes. Uma civilização refinada, debatera-se e sustentara-se nos círculos científicos dos séculos XVI a XVIII, seria impossível construir-se nas terras que Colombo revelara. O debate incluía os nomes mais prestigiosos em seu tempo e, por que não dizer, muitos deles ainda hoje proclamados como autênticas expressões da alta cultura humana e da indagação científica. O desenvolvimento acelerado, que se constata hoje por toda a Sul-América, não é uma admirável lição de operosidade construtiva, uma autêntica comprovação de que toda aquela negação ingênua era sem fundamento?

Djalma Batista, em ensaio da maior lucidez, sobre o problema de habitabilidade da Amazônia, de recentíssima publicação pelo INPA, procedeu à análise da tese. Considerou os dados demográficos, os dados raciais, os dados psicológicos, os dados climáticos, a alimentação e ecologia, a formação econômico-social, as lições de experiências, os caminhos a percorrer, para concluir que se realmente “o meio tem agido desvantajosamente sobre os homens, este tem sido um depredador constante do ambiente”... E seguindo na mesma ordem de idéias de Bates e de Oliveira Boleo, que também se detiveram no exame do problema, não restrito à Amazônia, mas a todo o mundo tropical, contesta com dados colhidos na vasta literatura específica regional e no que a própria pesquisa promovida pelo órgãos especializados com assento na região, INPA, Instituto Agrônomo do Norte, Instituto Evandro Chagas, FSESP, já apurou, realística e objetivamente – a vulnerabilidade daquela afirmativa apressada ou cavilosa. A generalização aos trópicos, fórmula arrojada e improcedente em termos de observação e conclusão científica, naqueles aspectos negativos por que tem sido apresentada, não pode, no tocante à Amazônia, ter a evidência de ser a certeza que se pretendeu. O clima, que não é o fator de correção que muitos supuseram, não possui, realmente, as características de *glorius climate*, que durante uma década viveu em Tefé, no Solimões. Não constitui, no entanto, embaraço à vida e às mudanças culturais. As chamadas doenças tropicais não têm provocado a mortalidade que incapacitaria a região para que nela brancos

e mestiços pudessem exercitar atividades criadoras e permanentes. Todo um amplo serviço de medicina, preventiva ou não, devidamente mobilizada, vence-as, sem nenhuma dúvida. E se é verdade incontestemente que há elevada taxa de mortalidade infantil, se há enfermidades que perturbam a vida, é que os poderes públicos federais e estaduais não têm estado presentes com a assiduidade necessária nas campanhas sanitárias que iniciam e abandonam. Nasci em Manaus. Minha senhora também. Meus cinco filhos são igualmente amazonenses. Jamais qualquer um de nós teve malária. Quando criança tive tifo. Não em Manaus, mas no Rio de Janeiro, em Copacabana, Rua Hilário de Gouveia, onde morava com meus pais.

A grande enfermidade que estiola as populações amazonenses não é, porém, a malária, nem o mal de Hansen, mas a alimentação deficiente e sobre a qual Araújo Lima, em livro famoso, pioneiro no gênero, nos deu páginas primorosas em que indicou a necessidade de uma política alimentar em que lhe parecia fundamental para qualquer processo definitivo de integração do homem na Amazônia.

Não se pode atribuir à alimentação pobre, no entanto, a responsabilidade total no processo lento de ocupação do espaço, por uma população que não vem crescendo com a velocidade por que ela ocorre no Nordeste, por exemplo. As enfermidades a que me referi são ponderáveis nessa responsabilidade. Há cerca de cinco anos, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, então sob minha chefia, procedeu a rigoroso inquérito sobre as condições em que viviam as populações radicadas em Codajás, no Solimões. Procedeu a uma amostragem, evidentemente. Os resultados a que chegou, devo esclarecer, publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, evidenciaram que os índices negativos, representados em alta dose de enfermidade, eram impressionantemente elevados. Praticamente não havia, naquele núcleo, uma só pessoa sã. E o pior é que os recursos médicos não existiam. A política sanitária do Estado não funcionava porque, realmente, nem fora fixada. O quadro era, efetivamente, calamitoso. Quando assumi o Governo do meu Estado, desejo que saibam, encontrei no interior apenas um médico – o médico militar da guarnição de Tabatinga. O FSESP que se afirmara, em passado não muito distante, numa esplêndida realização de saúde pública, entrara em recesso. Seus hospitais e postos médicos estavam fechados. Vão ser

reabertos, para o que já foi firmado convênio com o estado. Será a solução? Não será a solução, é claro, mas já um retorno a uma fase de trabalho capaz de poupar mais vidas e assegurar mais segurança no crescimento populacional.

Leio, em recente e interessantíssimo estudo dos Drs. Luís Scaff, Juvêncio Gueiros e Geraldo Bentes, que das chamadas doenças de massa, as que mais incidem na Amazônia são a filariose e a boubá, a esquitossomose, a helmintose, e o tracoma. É preciso esclarecer, porém, que são doenças que proliferam pelo Brasil inteiro, sem exceção, não se podendo, portanto, limitá-los à Amazônia como se fossem peculiaridades regionais.

Recente encontro realizado em Manaus, entre especialistas brasileiros e peruanos, a propósito da malária, traçou os planos da recuperação de vasta zona de fronteira, capaz de impedir qualquer surto da endemia, com o que se dá mais um passo na política exata visando a diminuir a mortalidade.

A população amazônica, representada, *grosso modo*, por elementos mestiços, teve a composição colonial comum às outras regiões brasileiras. Em meados do século XVIII foi acrescida por contingentes açorianos. Depois da independência, cresceu com a entrada dos contingentes nordestinos, em particular cearenses. A revelação dos grandes rios da borracha, ocorrida justamente nessa fase, foi operação que realizaram intensamente – rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus-Acre, Juruá. Jamais se procedeu ao inquérito que positivasse o número desses imigrantes. No Acre, no momento em que se decidiu de sua incorporação ao Brasil, talvez somassem cem mil. No decorrer de recente conflito mundial, 35.000 nordestinos chegaram à Amazônia para a chamada “batalha da borracha”.

Os contingentes estrangeiros não participaram da grande aventura. As tentativas que ocorreram não alcançaram sucesso maior – franceses, espanhóis, norte-americanos, chineses, instalados aqui e ali em pequenos núcleos coloniais, pouco ou nada significaram. Não deixaram marca visível. A experiência norte-americana em Santarém, depois da Guerra de Secessão, não alcançou qualquer êxito. O que dela resta não tem a menor significação. A experiência japonesa, das

últimas décadas, essa, sim, tem produzido frutos esplêndidos. É pequena, no tocante dos Algarismos que a representam. Mas os resultados que está produzindo são magníficos. Os que deles descendem são brasileiros 100%, nenhum problema tendo criado até hoje para sua integração.

O esforço para a ocupação permanente da Amazônia vem sendo, desse modo, um esforço brasileiro, de mestiços. Os Algarismos que o indicam são estes:

1820 – 94.802
1890 – 476.370
1900 – 695.112
1920 – 1.226.332
1940 – 1.301.174
1950 – 1.637.372

Serão suficientes esses brasileiros, na sua descendência, para manter sob soberania o espaço imenso?

O crescimento vegetativo representará uma segurança? Na hipótese de termos de abrir as portas do extremo-norte a outros contingentes exóticos, como proceder? Agora mesmo, um grupo de famílias indianas católicas, pretende, sob os auspícios de organizações internacionais, destinar-se à Amazônia, e a Tefé, cuja prelasia deseja recebê-las. No Japão, criado o problema dos mestiços, fruto da presença norte-americana, também há proposta para que se destinem à Amazônia. Deverão ser aceitos? E no caso afirmativo, vencedora a tese de que é preciso ocupar o mais rapidamente a Amazônia, como proceder para que não se transformem em pontas de lança capazes de levar à desnacionalização daquele mundo ainda em gênese?

Pelo censo de 1950, dos 1.844.655 habitantes da região, 1.825.962 eram brasileiros natos e apenas 18.693 eram estrangeiros ou naturalizados. Em 1960, o censo informava, os habitantes totalizavam 2.601.519, o que vale dizer, 3,67% da população brasileira. A densidade demográfica por quilômetro quadrado não passava dos 0,73. No Território de Roraima, por exemplo, essa densidade, tendo em vista os seus

230.104km², é apenas de 0,13 habitantes, ou sejam 10km² por um habitante.

Tais populações escassas, que preservam a soberania brasileira sobre 3.554.002km², ou sejam 42% da superfície do Brasil, vivem à margem dos rios, nas várzeas e muito pouco nas terras firmes. Compõem não uma sociedade marcada por uma atividade específica, única e ponderante. Pela variedade por que se processa a aventura econômica, os gêneros de vida são variados e típicos. Assim, encontramos não a sociedade de agricultores ou de pastores, mas, além dessas, a dos extrativistas, a mais sensível numericamente e expressiva no tocante à importância do poder econômico; a dos pescadores e dos mineradores. Não são urbanos, outra de suas características, vivendo freqüentemente nos pontos de pescas, nos seringais, nos castanhais, nos jutais, nas fazendas de criar, nos arraiais de mineração.

Como as demais populações brasileiras do interior, das áreas de agricultura ou de criação, não dispõem do material necessário para criar-se um *standard* de vida digno. Têm crescido um tanto ao deus-dará, marginalizadas, limitadas nos propósitos e nos anseios, desassistidas pelos poderes públicos, é preciso registrar, desvinculadas daqueles impulsos que levam às grandes mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas. Desconhecem a politização, que significa progresso e capacidade para dirigir-se conscientemente pela escolha de líderes autênticos. No primarismo por que se realizam ainda, por isso mesmo, cedem às promessas enganadoras que anunciam horas menos difíceis e perspectivas menos distantes.

Ora, se essas sociedades assim se mantêm através do tempo e do próprio espaço gigantesco, que poderiam ter elas realizado, enfrentando florestas e águas infinitas? Haverá, com gentes tão desafortunadas, em meio tão edificante, tão vigoroso, um domínio efetivo da Amazônia? A empresa econômica permitirá, compreendida como esforço criador, a resposta a dúvidas? O assalto à floresta, a experiência agrária, e as tentativas de industrialização serão, efetivamente, operações que indiquem e justifiquem a presença humana e não apenas a presença humana, mas representam um êxito dessa presença?

3 – *O domínio efetivo como empresa econômica.*
O assalto à floresta. A experiência agrária.
A tentativa de industrialização

A Amazônia começou a viver a serviço do Ocidente, como centro de produtor de matéria-prima para o desenvolvimento mercantil e industrial desse mesmo Ocidente, no século XVII. Gigantesco empório de especiaria, que começa a ser desviada, no Oriente, das mãos dos portugueses que haviam lançado em circulação, para as dos que concorriam com eles na disputa econômica e política para a formação de impérios coloniais, a ela se dirigiu o interesse imediatista de quantas viram, nas riquezas de suas florestas e de suas águas, as mercadorias que revolucionavam o paladar, a farmacopéia, ou valiam como esplêndida contribuição do nosso mundo ao bem-estar humano. A disputa em torno à soberania a prevalecer foi uma disputa viva, de lances heróicos, que terminaram com a supremacia luso-brasileira. Todo o empossamento, no período colonial, do imenso espaço amazônico que os sertanistas, os militares, os religiosos e as autoridades civis realizaram, foi, assim, uma resultante dessa luta e dessa preocupação de obter a famosa “droga do sertão” para satisfazer às solicitações do Velho Mundo, que a ela se habituara e a reclamava sem cessar.

O primeiro ciclo do processo econômico do Amazonas marcou-se por uma corrida incessante à floresta, o que nos foi assegurando uma base física bastante ampla e permitiu que a formação política, social, econômica e espiritual do extremo norte apresentasse certas peculiaridades que o distinguissem na paisagem brasileira.

A empresa agrária que se seguiu e resultou da compreensão de que havia necessidade de dominar o meio, não apenas pela coleta, pela exploração impiedosa, predatória, da floresta, mas pela educação da terra, nela se afirmando o colono pela lavoura das mesmas espécies, obteve sucesso surpreendente. E o cacau, o algodão, o café, o fumo, a cana, como os gêneros alimentícios, plantados por todo o vale, deram uma fisionomia nova à região. Foi essa a primeira grande hora da Amazônia, na obra de sua dominação pelo homem que vinha da Europa, chegava do Nordeste ou crescia demograficamente por obra política admirável de relacionamento amoroso entre o ádvena e a mulher da terra.

Aquela conclusão apressada ou intencionalmente afirmada de que os espaços tropicais eram impróprios à vida humana ou às tarefas da civilização européia, foi sendo desmentida ou ultrapassada, desmoralizada pelos exemplos que se colhiam a toda hora e valiam como um convite a novos empreendimentos.

A sociedade amazonense que se estruturou na luta contra o meio, dele valendo-se mas contra ele atirando-se no objetivo de possuí-lo vencendo-o, nem por que tivesse alcançado grande sucesso na tarefa da agricultura e do criatório, deixou de empolgar-se pela aventura do extrativismo, sob cujo signo ensaiara os primeiros passos e se definira no quadro das populações que construíram o Brasil. E à solicitação dos grandes mercados da Europa e dos Estados Unidos, que se dinamizavam em amplos parques industriais, a floresta voltou a ser atacada, numa frente de batalha que envolveu toda a região e trouxe ao Brasil a posse física de novas áreas, até então só de leve assinaladas na cartografia e só a espaço penetradas pelos pioneiros. O seringueiro, extrator de gomas, como um sertanista de envergadura, repetindo os feitos memoráveis da epopéia bandeirante, ampliou a fronteira, tanto a econômica como a política. Quando os homens de estado, preocupados com as tarefas de aprimoramento das instituições políticas, tomaram consciência do fenômeno amazônico, toda uma admirável obra de conquista mansa fora realizada, silenciosamente, com frutos financeiros que permitiram à nação o início de sua grande política do desenvolvimento material. O Brasil crescera pela iniciativa corajosa de seus filhos. O nordestino repetia em pleno século XIX, a façanha admirável da epopéia bandeirante de setecentos e oitocentos. O Brasil amazônico relacionava-se com o mundo internacional dos negócios. Mais: estabelecera uma vasta rede de ligações mercantis com os países vizinhos, pelas águas comuns da bacia hidrográfica. Chegar à Bolívia, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, vencendo as dificuldades opostas pela própria natureza.

O intercâmbio mercantil era intenso. A legislação impulsora dessa aproximação, decretada na oportunidade, vinculou-nos de forma prática, objetiva, como se ambiciona hoje, àquelas nações amazônicas, pondo termo ao isolamento e proporcionando a prática de um regime da boa vizinhança que se definira em atos reais e não apenas em apreciações ou soluções líricas.

É evidente que tudo fora realizado sem planejamento, sem programas, como empresa privada, a que o estado assegurara condições de segurança. Os investimentos se haviam feito numa movimentação de capitais trazidos de fora ou obtidos no rendimento do próprio negócio da extração das gomas. Manaus e Belém, enriquecendo-se na sua contextura e na sua fisionomia urbana, representavam a primeira admirável modernização de nossas cidades. A contribuição dos homens da Amazônia para as rendas federais ultrapassava a de todos os demais brasileiros.

A imprudência de alguns, a euforia demasiada de todos, a ausência de um programa que aproveitasse aquele rendimento crescente, foi, porém, fatal. E à emigração das héveas, tratadas nos jardins de aclimação, estudadas nos laboratórios de alta montagem do Velho Mundo, e por fim levadas ao Oriente, onde, sob o sistema colonialista vigente foi possível realizar a formação de enormes seringais de plantação, registrou-se, na base de uma competição a que não podíamos resistir, tremenda crise que abalou a economia regional com as mais graves repercussões na própria economia nacional. Essa a história do processo econômico da Amazônia.

Na etapa que estamos vivendo, os homens de empresa da região, aos incentivos oficiais, procuram libertar-se daquela economia predatória, que valeu como a mais eloqüente demonstração de que nossos recursos naturais, tratados com integral desamor, não serviam senão para satisfazer mercados externos, como produtos primários. Para tal, tentam o aproveitamento local dessa matéria-prima no esforço de promover o primeiro momento de que poderíamos um tanto ousadamente, denominar de nossa “revolução industrial”. Sim porque, com um ímpeto que merece registro, os homens de empresa da Amazônia montam seus estabelecimentos fabris, do negócio participando o capital do sul do país, agora incentivado pela legislação que permite e garante essa participação, tão cheia de interesse, inclusive aquela de melhor fortificação dos laços da unidade nacional.

4 – O domínio efetivo e a rede de circulação

Por suas características especiais de mundo singularizado pela imensa bacia hidrográfica do Amazonas e seus afluentes, a Amazônia tem tido o seu processo de ocupação e de desenvolvimento li-

gados, preferentemente, ao sistema de vias navegáveis. Foi assim no primeiro período da conquista. É ainda assim nos dias atuais. Começa-se, todavia, a vencer a pressão dessas vias navegáveis, que prenderam os homens às suas margens, abrindo o caminho na terra firme para as relações e comunicações entre núcleos distantes ou para levar a própria Amazônia aos centros mais prósperos da civilização brasileira. A Belém-Bragança serviu de experiência, admirável experiência que permitiu a ocupação de uma vasta área interior, no Pará, onde se fez lavoura, onde se criou uma dezena de municípios e se fez nascer o maior centro demográfico daquele estado. Ora, se a experiência foi tão generosa nos seus resultados, por que não continuá-la para novos êxitos? O prosseguimento da Belém-Bragança, em direção a São Luís, é necessário. A Belém-Bragança já não pode mais ser alvo de restrições, senão dos que teimam em ignorar-lhe a função civilizadora. A Macapá-Clevelândia pretende assegurar a rapidez de comunicação com uma fronteira distante, por vezes agitada e até hoje não definida senão no texto de um diploma internacional.

A Manaus-Itacoatiara, que é a primeira rodovia no Amazonas, a ser inaugurada a 5 de setembro próximo e há quase 18 anos iniciada e só agora, por decisão nossa, dinamizada na sua construção e no aceleração, importa, como a Belém-Bragança, na ocupação da terra firme, atraindo possibilidades no povoamento interior e à produção de alimentos tão escassos e tão necessários.

Euclides da Cunha sonhou um dia com a ligação dos vales do Purus-Acre e Juruá, no território, hoje estado, do Acre. Seria a Transacriana. O projeto foi ampliado e já se realiza a ligação entre o Acre e São Paulo, por uma rodovia que revela áreas florestais, campos, áreas novas que convidam à ocupação humana, rodovia que estabeleceu o trânsito e o relacionamento entre os pontos mais ásperos e os núcleos mais prósperos da vida brasileira.

Por fim, uma nova rodovia deve ser enfrentada, pelo que importa para a integração da Amazônia – a BR-29 que, partindo de Manaus, alcançará Caracará e daí irá a Boavista, no Território de Roraima. Seus objetivos não servem apenas àqueles das outras rodovias, mas aos da própria segurança nacional. Porque por fim ao isolamento daquele território, e o libertará do perigo de vincular-se à Venezuela e à Guiana bri-

tânica, pela relativa facilidade que oferecem como mercado e centro de interesse às desventuradas populações brasileiras que teimam ali em permanecer brasileiras. É essa, portanto, rodovia que está exigindo atenção especial do poder público federal, pela importância política que possui e a define. Não pode nem deve ser posta em segunda prioridade, visto que importa profundamente, insisto, no exercício da soberania da pátria em longo trecho de sua ampla fronteira norte.

5 – O domínio e a ação política de valorização

Todo o esforço por ocupar e mobilizar a Amazônia, como estamos vendo, exceção o período de Pombal, quando de certo modo programou o governo português um vasto empreendimento visando ao exercício menos áspero de sua soberania, é a da iniciativa isolada das próprias populações locais. O sucesso que por momentos cobriu esse esforço, compensou pouco. Com a emigração das héveas e a implantação, no Oriente, da produção de borracha, sentiu o Brasil que um dos elementos constitutivos do binômio borracha-café, que sustentava econômica e financeiramente o país, permitindo-lhe as reformas materiais que se operavam, estava perdido se não ocorresse uma política de estado, imediatista e de sentido global. Tal política foi objeto de lei no Congresso Nacional, sob a denominação de Valorização da Borracha. Criou-se um órgão que comandaria o empreendimento, que compreendia não apenas a heveicultura, mas saneamento, colonização, imigração estrangeira e nacional, financiamento, meios de transporte, mudança, enfim, de toda a estrutura social e econômica da região. O plano elaborado era extenso e, se executado, teria garantido ao Brasil uma Amazônia realmente em novas dimensões. Por incrível que pareça, decorrido, porém, um ano de lançamento do plano de ação, do Orçamento da União não constou mais a dotação pertinente.

Em 1953, após anos de debates e pronunciamentos no Congresso, e em obediência a dispositivo constitucional, que mandava aplicar anualmente, durante 20 anos, 3% da renda tributária da União, de Estados e Municípios beneficiários, em planos quinquenais de valorização, criou-se órgão próprio, a SPVEA com aquela finalidade específica. Já no decorrer da guerra organizara-se o estabelecimento creditício, o Banco

da Borracha, posteriormente transformando em Banco de Crédito da Amazônia, destinado ao financiamento da produção regional.

Um Programa de Emergência foi posto de pronto em execução. O primeiro Plano Quinquenal, elaborado por uma Comissão de Planejamento, integrada por 15 membros, sob a presidência do Superintendente, enviado ao Congresso na época marcada em lei, isto é, seis meses após a divulgação do Programa de Emergência, até a presente data não mereceu a honra da aprovação ou da rejeição. E já decorreram dez anos, notem bem – dez anos!

Pretende-se, através dele, que está divulgado em dois grossos volumes, disciplinar a solução da problemática amazônica, para impulsionar o extremo norte dentro de um sistema que melhor fortaleça a coesão das regiões, e seja instrumento capaz de contribuir para que as desigualdades regionais percam a força desagrupadora que possuem e são tão prejudiciais à unidade nacional.

Pretende-se, através dele, responder à grande dúvida acerca da possibilidade de criar-se uma área de civilização avançada nos trópicos úmidos brasileiros.

Convém registrar que, nesse particular, complementando a SPVEA, o Governo Federal criou também o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que deve proceder ao inventário realístico da região para que deixe de realizar-se, como uma aventura a exploração racional da floresta, do solo, do subsolo e das próprias águas da bacia hidrográfica. O Instituto Agronômico do Norte, montado no período da guerra, é outro instrumento necessário nessa tarefa de ciência e de tecnologia. Também criado e mantido pela União Federal e com serviços relevantes prestados na empresa de inventário das possibilidades naturais da Amazônia. Ambos, essenciais, fundamentais a qualquer operação que vise assegurar êxito à obra de maturidade brasileira no domínio efetivo da Amazônia.

A esse tempo, a Unesco programara a instalação, em Manaus, do Instituto da Hiléia, que pareceu uma espécie de organismo que serviria ao propósito de tirar à soberania brasileira o seu exercício e o seu domínio pacífico e centenário. O INPA, constituído, por determinação presidencial, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, então sob a presidência do Almirante Álvaro Alberto, que lhe deu toda a assistência,

mais tarde restringida inexplicavelmente, como o IAN e o Instituto de Patologia Evandro Chagas, lutando com a desventura da falta de recursos financeiros e de equipes especializadas em quantidade suficiente para o cumprimento de seus programas de trabalho, mesmo assim realizam tarefa de alta importância, que a nação precisa conhecer no momento exato em que se pretende ignorá-los para favorecer instituições estrangeiras que talvez escondam, na sua contextura simplista e na humildade por que são propostos, uma tentativa para o ressurgimento do Instituto da Hiléia.

A presença da União, por intermédio dos organismos a que nos referimos, importaria, se bem conduzidos, se real, se efetiva, numa ação política de alta relevância, ela que impõe-se a sua continuidade, a sua dinamização. Não é, todavia, o que está ocorrendo.

Ainda agora, por incrível que pareça, tentam, responsáveis pelo desenvolvimento da técnica e da ciência brasileira, menosprezar o trabalho das duas instituições para preferir, num triste açodamento, o de um outro Instituto, sob chefia de estrangeiros, mantido por capital de fora e com os objetivos que aqueles nossos possuem e para cuja efetivação não se lhes dá às vezes, nem o mínimo necessário!

*6 – A integração da Amazônia. Fatores:
espaço e tempo. A vizinhança progressista.
A maturidade brasileira.*

Representamos, no quadro físico do Brasil, metade de sua extensão territorial. Constituímos o deserto brasileiro, pela exigüidade populacional. Nosso progresso material não se vem processando com a velocidade por que esse mesmo progresso ocorre no Nordeste e principalmente no Sul de nossa pátria. O desequilíbrio que ocorre entre a Amazônia e as demais áreas brasileiras não pode ser ignorado de quem quer que seja. O potencial de que dispomos, já conhecido, e o que poderá ser identificado em futuro próximo, assegurar-nos-á posição totalmente diferente. Será isso um sonho de quem lá nasceu e tem a paixão de sua região? Convém lembrar que em 1952, em reunião promovida no Rio de Janeiro para uma primeira tomada de consciência da realidade do extremo-norte, o grupo que estudou as possibilidades minerais, concluiu pela inexequibilidade de programas de exploração do subsolo, por considerá-lo pobre e

incapaz de uma reação afortunada ao capital que nele fosse investido. Poucos anos decorridos, o ferro do Vila Nova, o ferro do Jatapu, o sal-gema de Nova Olinda, o manganês da serra do Navio, o manganês do Aripuanã, a cassiterita de Rondônia, os depósitos de calcário de Maués e de Capanema, os depósitos de linhito do alto Solimões, eram revelados e alguns desses minérios explorados pelo capital indígena e alienígena.

A integração da Amazônia à civilização brasileira deve, no entanto, considerar os fatores espaço e tempo. No tocante ao espaço, pela imensidade que o singulariza, impõe-se a sua ocupação, para, com a identificação do que é como possibilidade e potencial econômico, poder incorporar-se em definitivo à economia brasileira e mundial, a esta agora não mais naquelas condições de exportadora de matéria-prima, produtos primários, com preços impostos pelos mercados de consumo e portanto sujeitos a todas as flutuações e exigências que eles cobrem. No tocante ao tempo, é preciso ter-se em mente que um mundo com a extensão da Amazônia, com os problemas de sua identificação e de sua ocupação, mesmo com as técnicas avançadas de que dispomos hoje para domar o ambiente e impor a nossa vontade, disciplinando-o e humanizando-o não pode ser um domínio pleno sem que o tempo seja considerado devidamente.

As nações vizinhas que possuem as suas áreas amazônicas, já promovem as suas políticas de desenvolvimento, que refletem maturidade, decisão e capacidade de realização. Seus programas são amplos, dinâmicos e já passaram da fase de gabinete para o campo da realização. O Brasil não pode continuar, portanto, aguardando que em futuro distante lhe venham a sobrar as energias necessárias para a grande aventura da imposição de sua vontade, integrando a Amazônia aos seus melhores padrões de civilização.

Sem descer ao uso de um ufanismo que não teria cabimento, não podemos tornar-se indiferentes, aguardando que a solução venha amanhã ou depois de amanhã. Há urgência na ação governamental. Os espaços abertos como a Amazônia estão despertando interesses suspeitos. Há fome de espaço para as multidões que se comprimem em certas áreas do mundo. Escreve-se uma literatura que não é impressionista nem fantasiosa, mas profundamente realista, indicando a Amazônia como a área própria para resolverem-se problemas daquele tipo. Sus-

tenta-se a tese de que as soberanias não podem ser mais invocadas quando os chamados “interesses da humanidade” são mais importantes.

Impõe-se, por tudo isso, a elaboração urgente de uma consciência brasileira em torno a gravidade do problema da Amazônia. Essa consciência, no entanto, forjada sem exaltações demagógicas, com muito realismo e muita objetividade. E não se deve esquecer que a elevação dos padrões de vida das populações amazônicas será ponto de honra. Não se efetivará com resultados definitivos qualquer programa que ignore o homem como centro de cogitação.

No Fórum da Amazônia, promovido pela Casa do Estudante do Brasil e coordenado pelo INPA, uma das conclusões fundamentais foi que a “Consciência Nacional Sobre a Amazônia constitui a área capítulo de extraordinária significação no desenvolvimento da economia brasileira. A consciência nacional, que vem sendo despertada em torno deste tema, já modifica conceitos tradicionais e negativistas quanto à viabilidade econômica de aproveitamento de seus recursos e da sua efetiva integração no todo nacional. Tal tomada da consciência exige formulação precisa da ação do poder público, ao mesmo tempo que deve ser estimulado contínuo debate dos problemas da região.

“O sentir nacional sobre a Amazônia significa responsabilidade do poder central, e termos de encontrar soluções hábeis e racionais para atender às questões dessa área-problema, capaz de ser industrializada em prazo relativamente curto, convertendo-se em centro dinâmico autônomo. A aventura do extrativismo e o empirismo das soluções devem ser substituídos por ação coordenada de todos os instrumentos de política econômica das diversas esferas do Governo.”

A integração da Amazônia aos melhores padrões da civilização brasileira, refletindo a maturidade que alcançamos, é, pois, tarefa pesada, grave, que exige impetuosidade, continuidade e o mais acendrado sentimento de brasilidade. Porque não significa apenas a operação de natureza material, mas empreendimento visando ao resguardo da soberania e da potencialidade do Brasil.

.....

Índice Onomástico

A

Abreu, Silvío Fróis de – 184
Acuña, Cristobal de – 101, 102, 103
Adolfo, Álvaro – 167
Agassiz – 128, 180, 218
Aguayo, Jeronymo de – 118
Aguirre, Lopo de – 19
Alberto, Álvaro – 190, 245
Albuquerque, Jerônimo de – 10
Albuquerque, Odorico de – 185
Almeida, Rômulo de – 191
Andrade, Gomes de Freire – 110
Andrade, Manoel Lourenço de – 10
Angelim, Eduardo Nogueira – 25
Aranha, Tenreiro – 150, 219
Arnolfini – 107
Assunção, Zacarias – 198
Azevedo, João de Sousa – 106
Azevedo, João Lúcio de – 58

B

Badia – 59
Baena, Monteiro – 53
Baixamar, Lourenço – 133
Barbosa, Rui – 54
Barreto, Castro – 62
Barrio, Antonio de – 118
Bastos, Tavares – 136
Bates – 180, 218, 235
Batista, Djalma – 235
Beckman – 114

Bentes, Geraldo – 237
Berredo – 108
Besouro, Gabino – 144
Betranilla, Pedro de – 118
Bier, Oto – 191
Boleo, Oliveira – 235
Bonfim, Sócrates – 191
Briebe, Domingos de – 98
Brittan, Roberto – 29, 34
Brugarela, Marin – 28
Bueno, Pimenta – 150, 219
Bulhões, Frei Miguel de – 113

C

Cabral, Veiga – 53
Cadaval, Duque de – 112
Camargo, Felisberto – 191
Cametá, João Rodrigues – 218
Campos, Batista – 25
Cardoso, João Cristóvão – 195
Carneiro, Edison – 68
Carneiro, Paulo de Barredo – 61, 180, 189, 191
Carvajal, Bernardo de – 102
Carvajal, Gaspar do – 19
Carvalho, Carlos de – 129
Carvalho, José – 136, 137
Carvalho, José Cândido de Melo – 198
Carvalho, Rodrigo – 140
Castelnau – 218
Castro, Josué de – 63

250 *Arthur César Ferreira Reis*

Castro, Plácido de – 141, 143, 144
Chagas Filho, Carlos – 191
Chagas, Evandro – 81
Chandless, William – 122, 218, 220
Chandrasekhar, S. – 29, 34, 72
Charles-Marie – 76
Cochado, Vicente – 119
Cochrane, Almirante – 24
Colbert – 23
Colombo – 117, 235
Condamine, Charles-Marie de la – 45
Constant, Benjamin – 228
Cordeiro, Luís – 58
Correia, João da Cunha – 218
Cortesão, Jaime – 99
Costa, Bento da – 101
Costa, Craveiro – 122
Coudreau, Henri – 52, 130, 131
Coutinho, D. Francisco Inocêncio de Sousa – 23
Coutinho, João da Silva Martins – 77
Coutinho, Silva – 125, 126, 127, 128, 150, 218, 219
Crevaux – 218
Cruls, Gastão – 191
Cruz, Ernesto – 66, 203
Cruz, Osvaldo – 152
Cunha, Euclides da – 33, 59, 121, 243

D

D. João V – 45
D. João VI – 154
D. Pedro I – 41, 42
D. Isabel – 125
D'Orbigny – 180
Derby – 184

Desper, Juan – 118
Diniz, Manuel Pinheiro – 115
Diniz, Miguel Pinheiro – 114
Ducke, Adolfo – 221
Duvivier, Eduardo – 163

E

Eagler, Walter – 198
Edward – 34
Edwards, W. – 180
Encarnação, Manuel Urbano da – 218
Ericeira, Conde de – 110
Evaristo – 131, 132, 133

F

Faria, José de – 112
Ferreira Filho, Alberto – 160
Ferreira, Alexandre Rodrigues – 37, 77, 217
Ferreira, Manuel – 107
Fonseca, Bento da – 107, 108
Fonseca, Hermes da – 150
Fonseca, Olímpio da – 191, 192
Francisco I – 9
Franco, Tito – 53
Freire, Gilberto – 206
Furtado, Francisco Xavier de Mendonça – 22, 113

G

Gerbi, Antonello – 235
Gessner, Fritz – 196
Gibbon – 46, 79, 218
Goeldi, Emílio – 179, 181, 198, 221
Gourou, Pierre – 224
Grenoniller, Michel – 221

Grilo, Heitor – 191

Grós, Jules – 53

Gueiros, Juvêncio – 237

H

Hanser – 236

Harrison, John P. – 44, 79

Harroy, Jean Paul – 70, 189

Hart – 184

Herdan – 79

Herdon – 46, 218

Heriarte, Maurício – 102, 103

Higbee, Edward C. – 34

Hoz, Hernando Oruna y la – 118

Huber, Jacques – 221

Humboldt, Alexandre de – 179, 220

Hunterfundpt, Padre Roque – 115

I

Iglésias – 58

K

Koeller – 150, 218, 219

L

Labre, Pereira – 218

Lacerda, Antônio Correia – 217

Landi, Antônio José – 217

Landrey – 28

Leitão, Martim – 10

Leuzinger – 150, 218, 219

Lima, Cláudio de Araújo – 58, 142, 236

Linhares (conde de) – 23

Lisboa, Cristóvão de – 217

Lisboa, Miguel – 53

Lobo, Jorge – 197

M

Macedo, Sérgio Teixeira de – 47, 48

Magalhães, Couto de – 218

Malagrida, Badia Y – 59

Malcher, Clemente – 25

Marajó, Barão de – 53

Martins, Otávio – 191

Martius – 180

Mascarenhas, Manuel – 10

Maury, Matthew Fontaine – 25, 46, 47

Mawe – 180

Mazarino, Cardeal – 102

Mendonça, Diogo de – 113

Meneses, Francisco de Xavier – 110

Morais, Artur – 191

Morais, Eduardo José de – 218

Morais, Francisco Xavier – 119

Morais, Padre Miguel de – 115

Morais, Raimundo de – 77

Moreira, Carvalho – 47, 48

Moreira, Eidorfe – 201, 211

Moreno, Martim Soares – 10

Mortara, Giorgio – 67

Moura, Manuel Rolim de – 112

N

Nabuco, Joaquim – 37

Natterer – 218

Néri, Silvério – 138

Noberto, Gentil – 140

Nogueira, José Maria – 218

O

Oliveira, Barbosa – 208

Oliveira, Leonardo de – 107

Ordaz, Diego de – 118

Orelana, Francisco de – 19, 102, 117, 183, 231

P

Pacheco, Alberto – 162

Pais, José da Silva – 10

Pando, José Manoel – 136, 143

Paternostro, Júlio – 208

Peixoto, Domingos de Brito – 10

Pena, Ferreira – 218

Pereira, José Henrique – 115

Peres, Leopoldo – 153, 158, 190

Pessoa, Epiácio – 59

Pinheiro, João da Cruz Diniz – 114

Pinzón, Vicente – 45, 111

Poepping – 218

Pombal, Marquês de – 22, 85, 90, 207, 232

Prado, Eduardo – 59

Prescott, Walter – 29, 34

Prússia, Adalberto da – 218

R

Rabelo, Silvestre – 45

Raimundo, Jácome – 99

Ramalho – 137

Rangel Alberto – 56

Rau, Virgínia – 110

Reis, Artur César Ferreira – 13, 191

Ribeiro, Duarte da Ponte – 49, 53

Rice, Hamilton – 58, 184

Rivara, Cunha – 107

Roca, Miguel – 141

Rodrigues, Barbosa – 185, 186, 218, 221

Rodríguez, Luiz Galvez – 137

Rojas, Padre Alonso de – 101

Romero, D. Lino – 142, 143

Rondon, Cândido – 180

Roosevelt, Teodoro – 58, 139

Rosa, Weber Ferreira da – 195

Rovillé, Pierre – 110

S

Sahut, Jacques – 221

Saint-Hilaire – 11

Sales, Marcos Pereira – 218

Santivanez, Moisés – 136

Santo Antônio – 232

Scaff, Luís – 237

Serpa, Hernandez de – 118

Silva, Alexandrino José da – 144

Silva, Joaquim Vítor da – 140

Silva, Maria Francisca – 110

Silva, Pedro Molaversa – 118

Silva, Pereira da – 158

Silva, Sebastião de Santana e – 191

Silveira, Olímpio da – 143

Sioli, Harald – 196

Siqueira, Rui de Vaz – 103

Snetlage, Emilio – 221

Soares, Macedo – 74

Soares, Mendo de Foies – 110

Sobrinho, Castelo Branco – 56, 122

Sodré, Lauro – 130

Sousa, Irineu Evangelista de – 26

Sousa, Paulino José Soares de – 47, 48

T

Teixeira, Pedro – 20, 97, 99, 100, 103

Thomas, W. – 184

Tocantins, Gonçalves – 218

Tocantins, Leandro – 54, 213

Toledo, Pedro de – 150

Torres, Alberto – 159

Torres, Silvio – 191

Trajano – 131, 133

Trousdele, W. – 48

U

Uchoa, Benevides Júlio – 66

Ursúa, Pedro de – 19, 231

V

Vargas, Diego de – 118

Vargas, Getúlio – 60, 93, 190, 191

Vasconcelos, João Furtado de – 115

Vasconcelos, Luís Aranha de – 97, 106

Velho, Francisco Dias – 10

Viana, Oliveira – 155

Vieira Júnior – 185

Vinagre – 25

W

Wallace – 180, 218

Webb – 34

Z

Zarate, Juan Ortiz de – 118

A Amazônia e a Integridade do Brasil, de Arthur César Ferreira Reis, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel Vergê Areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em outubro de 2001, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.